

# POIESIS E ALQUIMIA FEMINISTAS:

entretecendo porvires epistemológicos



Alice de Araujo N. Pereira  
Bárbara Breder Machado  
Olívia de Melo Fonseca  
Tábata Berg  
[Organizadoras]



# Universidade Federal Fluminense

## **Reitor**

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

## **Vice-Reitor**

Fabio Barboza Passos

## **Comitê científico:**

Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra – UFF

Dr.<sup>a</sup> Daniela Freitas – UNIFAL

Dr.<sup>a</sup> Fabiane Santana Previtalli – UFU

Msc. Flávia Gaze Bonfim – UFF

Dr. Leonardo Pinto de Almeida – UFF

Dr. José Ernesto Moura Knust – IFFluminense

Dr. Leonardo Salvalaio Muline – IFFluminense

Dr.<sup>a</sup> Juliana Cunha Menezes – UFPA

Dr.<sup>a</sup> Luci Praun – UFAC

Dr. Marco Vinícius Moreira Lamarão – IFFluminense

Dr.<sup>a</sup> Paula Land Curi – UFF

Msc. Rosane Costa Albuquerque – UNESA

Dr. Ricardo Antunes – UNICAMP

# POIESIS E ALQUIMIA FEMINISTAS:

entretecendo porvires epistemológicos



Alice de Araujo N. Pereira

Bárbara Breder Machado

Olívia de Melo Fonseca

Tábata Berg

[Organizadoras]



©2023 Universidade Federal Fluminense

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

Equipe de realização

Programa de Pós- Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense – PPGCP/UFF

Revisão gramatical: Joyce Guimarães | MC&G Editorial

Normalização: Carlos Otávio Flexa | MC&G Editorial

Projeto gráfico e diagramação: Max Ramos | MC&G Editorial

Capa: Max sobre imagem de Karoll Castro | MC&G Editorial

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P749 Poiesis e alquimia feministas : entretecendo porvires epistemológicos / organizadoras Alice de Araujo N. Pereira ... [et al.]. – Niterói : UFF ; Rio de Janeiro : MC&G Editorial , 2023.

Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-89369-51-6

1. Mulheres – Brasil - Condições sociais. 2. Feminismo. 3. Identidade de gênero. 4. Discriminação de sexo. 5. Igualdade – Brasil. I. Pereira, Alice de Araujo N. II. Breder, Bárbara. III. Fonseca, Olívia de Melo. IV. Berg, Tábata. V. Título

CDD23: 305 . 420981

---

Bibliotecária: Priscila Pena Machado – CRB-7/6971

Direitos desta edição cedidos à  
Universidade Federal Fluminense  
Rua Miguel de Frias, 9 - Icaraí - Niterói - RJ  
CEP 24220-008 - Brasil  
Tel.: +55 21 2629-5287

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	8
PREFÁCIO .....	10
INTRODUÇÃO.....	13
EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E ENCONTROS DE RESISTÊNCIA .....	14
<b>PARTE I: LINGUAGEM E EDUCAÇÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>1 VOZES AMERICANAS.....</b>	<b>36</b>
<b>2 ESCREVER, EXERCÍCIO DE COMBATE     AO SILENCIAMENTO .....</b>	<b>46</b>
<b>3 EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE     RESISTÊNCIA ANTISSEXISTA NO CONTEXTO     DA ESCOLA PÚBLICA E DE PANDEMIA .....</b>	<b>64</b>
<b>PARTE II: REDES, RESISTÊNCIAS COLETIVAS E POLÍTICAS SOCIAIS .....</b>	<b>94</b>
<b>4 O SUCESSO DE FRIDA: POSSIBILIDADES     E LIMITES DA ATUAÇÃO FEMINISTA     NAS REDES SOCIAIS .....</b>	<b>97</b>
<b>5 REDES DE APOIO ÀS MULHERES EM     SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO SOCIAL .....</b>	<b>121</b>
<b>6 DEU, BRANCO! CONSIDERAÇÕES     SOBRE A ESCUTA BRANCA PSI     NA SAÚDE MENTAL .....</b>	<b>147</b>

**PARTE III: A POLÍTICA SOB  
OLHARES FEMINISTAS..... 177**

**7 MULHERES E POLÍTICAS NO BRASIL:  
AVANÇOS E RETROCESSOS  
PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO ..... 180**

**8 OS “ESQUERDOMACHOS” NÃO FARÃO  
REVOLUÇÃO: REFLEXÕES FEMINISTAS  
SOBRE INTERSECCIONALIDADE  
E LUTA POLÍTICA..... 212**

**PARTE IV: A FORJADA E ESTRUTURA  
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO ..... 238**

**9 QUEM PARIU QUE EMBALE:  
A VALORIZAÇÃO NO TRABALHO  
INVISÍVEL DAS MULHER(ES)..... 241**

**10 HOME OFFICE EM TEMPOS DE PANDEMIA:  
QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS PARA  
A SAÚDE MENTAL DAS  
MULHERES DOCENTES? ..... 268**

**11 “NÃO ERA AMOR, ERA CILADA”:  
O TRABALHO DOMÉSTICO E SEXUAL  
EM TEMPOS PANDÊMICOS ..... 295**

**É PRECISO IMAGINAR NOVOS MUNDOS ..... 315**

---



## AGRADECIMENTOS

Gratidão. Uma palavra que vem sendo banalizada por ser usada de maneira superficial, alienante e desarticulada da realidade.

No entanto, não será esse o uso aqui, é preciso nos reapropriar dela em toda sua grandeza e profundidade. Queremos expressar nossa gratidão sem perder de vista nossas dores e nossas angústias. Agradecemos a todas as mulheres do nosso coletivo e suas lágrimas insubmissas, suas noites mal dormidas, suas louças lavadas ou não, seu tesão por um trabalho coletivo e subversivo. Àquelas que construíram tetos para si, mas que sempre tiveram a generosidade de abrigar outras mulheres. Mulheres que não tinham inveja do falo, porém que falaram, ouviram, escreveram e partilharam. Mulheres que sobreviveram e ajudaram outras a sobreviver também.

Elas lutam, ele não. Elas resistem, ele não. Elas se responsabilizam, ele não. Elas cuidam, ele não. Elas pensam, ele não. Elas vão triunfar, ele não.

Dias mulheres virão!

Agradecemos ao Programa de Pós- Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense – PPGCP/UFF por acolher este projeto e tornar a realização deste livro possível.



# PREFÁCIO

O livro *Poiesis e Alquimia Feministas: entretecendo porvoires epistemológicos* é uma produção teórica interdisciplinar nacionalmente articulada, fruto de um grupo de mulheres pesquisadoras, professoras, graduandas, artistas e ativistas de distintas universidades e instituições do Brasil. O livro busca ampliar a rede de colaboração entre as mulheres para resistirem e (re) existirem em tempos de distanciamento social, uma vez que se agravaram os complexos processos de exploração e opressão experienciados pelas mulheres dentro da perversa lógica capitalista. É também objetivo deste trabalho iluminar o pensamento e impelir o enfrentamento de forma coletiva acerca das questões de gênero, sentidas de forma mais acentuada pelas mulheres no confinamento. Os temas propostos estão em constantes diálogos com os marcadores sociais de gênero, raça/etnia, classe, sexualidade, dentre outros, porque só por meio da construção interseccional de enfrentamento será possível defender a democracia, superar o modelo capitalista e garantir um projeto de país mais justo e igualitário.

As diferentes temáticas levantadas se inserem em um contexto de reivindicação amplo com início em 2012, durante a quarta onda feminista mundial, marcada sobretudo pela articulação e atuação das mulheres nas redes sociais digitais. As pautas feministas e LGBTQIA+ no Brasil tiveram importantes avanços a partir da década 2000, com a elaboração de planos, programas e políticas nacionais de igualdade de gênero e sexualidade. Esses avanços, no entanto, sofreram duros golpes a partir de 2016, intensificados com o atual contexto de pandemia do novo coronavírus, declarada pela Organização Mundial de Saúde no início de 2020.

Dados revelam que “a pandemia tem gênero”. De acordo com o Fundo das Nações Unidas, os setores de saúde, serviço social, apoio e cuidado são compostos predominantemente por mulheres – aproximadamente 70% de trabalhadoras. Ou seja, são elas que representam a maior parte da chamada “linha de frente” de combate à COVID-19, se expõem mais ao risco de contaminação e estão mais sujeitas a sobrecargas físicas e emocionais. Como se não bastasse, as violências contra as mulheres de modo geral aumentaram significativamente no

período. As denúncias ao canal 180 subiram em quase 40% só no primeiro mês de distanciamento social no Brasil em comparação ao mesmo período de 2019, segundo números do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMDH).

Diante desse contexto, esta coletânea se mostra de extrema relevância por discutir questões que se fazem imperativas, a exemplo do prejuízo acarretado à saúde física e mental de milhares de mulheres por conta da sobrecarga de trabalho home-office com os cuidados demandados pelos filhos e pelos afazeres domésticos (não reconhecidos como trabalho formal por serem impostos como “um ato de amor” pelo patriarcado capitalista), assim como o prejuízo que também se verifica no campo da produção acadêmica (dados recentes comprovam que, durante a pandemia, a produtividade acadêmica de pesquisadores homens aumentou na medida em que a produtividade das mulheres diminuiu) (PARENT IN SCIENCE, 2020). Também serão discutidos nesta coletânea novos comportamentos que impactam a realidade das mulheres, a exemplo dos chamados “esquerdomachos”, os quais reproduzem comportamentos nocivos enquanto se ocultam sob um disfarce progressista.

Há também reflexões sobre a relação entre a branquitude e a hegemonia *psi* no campo da atenção psicossocial de saúde mental, desvelando como o racismo estrutural transpassa o campo e evidencia a reprodução de saberes e práticas hegemônicas, um paradigma que dificulta o avanço da reforma psiquiátrica antimanicomial, produz silenciamento e escuta branca surda às questões raciais, de classe e de gênero. Dados obtidos de pesquisas de campo sobre as redes de apoio às mulheres apenadas e adictas em tratamento em comunidades terapêuticas também podem ser conferidas nesta obra. Estes dois últimos casos revelam pontos de convergência, já que as experiências de encarceramento e internação se assemelham. As redes de apoio são formadas especialmente por outras mulheres, sendo precária a participação masculina. São histórias de mulheres sentenciadas duplamente: pelo crime que cometeram e por serem mulheres e mães.

Por síntese, esta Coletânea vai além dos muros das instituições e evidencia a força de mulheres plurais como a “flor da

Resistência”, entoando a canção Bella Ciao. Conforme as autoras, o caminho para combatermos as opressões e o silenciamento deve se dar a partir da prática da escuta, da proposição de leituras e de escrituras. As escritoras estão em espaços favoráveis à disseminação do conhecimento e à troca de saberes acadêmico e popular, assim acreditamos que elas encontrarão apoio para seguirem lutando por melhores condições de enfrentamento e respaldo nos princípios básicos Constitucionais que regem as IES: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Fevereiro de 2021, Maria Lucia Melo Teixeira de Souza<sup>1</sup>.

---

1 Psicóloga, com especialização em Envelhecimento e Saúde da pessoa Idosa pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), MBA pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Gestão pela Qualidade Total, mestrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) no Programa de Pós-graduação em Defesa e Segurança Civil, abordando o comportamento dos desabrigados nos desastres ambientais ocorridos em Niterói e adjacências em 2010, e na região Serrana do estado do Rio de Janeiro em 2011. É extensionista-pesquisadora abordando em artigos o trabalho com foco em pessoas com Transtornos por Estresse Pós-traumáticos. Membro do grupo responsável pela criação, implantação e execução do Programa de Extensão "UFF Mulher", criado em 2010 e reconhecido pelo Programa de Fomento à Extensão do Ministério da Educação (MEC). Integrante da Comissão responsável pela criação do "Núcleo de Referência Violências e Diversidades da UFF". Exerceu o cargo de Coordenadora de Difusão e Fomento à Extensão na UFF entre 2006 e 2018, exercendo também o cargo de Substituta do Pró-Reitor de Extensão da UFF (2006 a 2016), tendo sido responsável pela criação e implantação de diversas ações (com participação discente, docente, de técnicos e terceirizados da UFF, bem como da comunidade externa) voltadas para temáticas de gênero, raça/etnia e classe.



# INTRODUÇÃO

# EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E ENCONTROS DE RESISTÊNCIA

Alice de Araujo N. Pereira <sup>2</sup>

Bárbara Breder Machado <sup>3</sup>

Olívia de Melo Fonseca <sup>4</sup>

Tábata Berg <sup>5</sup>

O livro *Poiesis e Alquimia feministas: entretecendo porvires epistemológicos* foi gestado e parido como resposta ativa ao cenário pandêmico. Diante das desigualdades de todos os tipos que foram radicalizadas pela pandemia da COVID-19, tornou-se imperativo formar uma rede de produção e partilha de conhecimentos que extrapolasse o confinamento que nos foi imposto, fustigando nossa potência de produção acadêmica e experiência intelectual no espaço profissional.<sup>6</sup>

Este grupo formou-se através da associação de aproximadamente 70 pesquisadoras de diversas áreas, como Psicologia, Ciências Sociais, Letras, Geografia, História e Direito. Desenvolvemos pesquisa e ações em temas como gênero, sexualidade,

---

2 Professora de inglês no Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé e doutora em Estudos Literários pela UFF

3 Mãe solo de Alice. Professora do Departamento de Psicologia ESR/UFF Doutora e mestre em Ciência Política. PPGCP/UFF Pós-doutorado em Psicologia PPGP/UFF. Coordenadora do Laboratório de Psicanálise Política, Cultura e Estudos de Gênero. LPPCEG/UFF

4 Doutora em Estudos Literários pela UFF. Professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação e coordenadora dos projetos NUGEDIS (Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade) e LITERATURA EM EXPANSÃO (Estudantes do IFFluminense, Campus Macaé, enquanto protagonistas de ações que envolvem recepção, produção, publicação, edição e circulação de literatura) do IFFluminense, Campus Macaé.

5 Mãe do Antônio desde 2016. Doutora pelo Programa de pós-graduação em Sociologia IFCH/UNICAMP. Pesquisadora colaboradora no Grupo de Pesquisas Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses GPTM/UNICAMP. Endereço eletrônico: [tabataberg@yahoo.com.br](mailto:tabataberg@yahoo.com.br)

6 Embora este livro seja publicado em 2023, ele foi fruto do período pandêmico e, por essa razão, referências a este momento são centrais em diversos capítulos. Vale ressaltar ainda que, em algumas partes do texto, dos capítulos, optamos por manter o uso do tempo verbal no presente, o qual se relaciona e põe luz ao momento em que a escrita foi perlaborada.

saúde mental, literatura, educação, trabalho, políticas públicas, entre outros. Dentro deste fórum profícuo de interlocução, 27 pesquisadoras colaboram com a presente obra. Esse encontro englobou áreas diversas, aproximando territorialidades, experiências, modos de pensar, vozes, em sua maioria, periféricas aos centros de produção socialmente legítimos e legitimados do conhecimento, pois, embora estejamos em maioria no sudeste do Brasil, também, em maioria, ocupamos posições marginais dentro do campo acadêmico, alocando-nos em campus das periferias deste centro relativo. Destacamos ainda o caráter interdisciplinar e a articulação nacional desta produção teórica, assim como a problematização do e a intervenção no meio acadêmico, estruturalmente falocêntrico, heterocentrado e branco. Importa observar que é exatamente esse tripé que se torna a mola propulsora deste encontro, fazendo urgente nossa organização coletiva, de cooperação mútua, pois é via de enfrentamento aos pilares que, nesta tríade, sustentam o silenciamento e, por vezes, o apagamento da produção intelectual das mulheres.

Assim, reforçamos que, embora o isolamento social sanitário tenha potencializado nosso confinamento, não lhe é redutível; enquanto pesquisadoras, mulheres periféricas da América Latina (GONZALEZ, 1988), atravessadas por diversas formas de opressão e exploração, já experimentávamos, de muitas maneiras, o isolamento dentro do campo acadêmico, conforme podemos perceber em uma rápida mirada para os dados <sup>7</sup>. Diante disso, esse projeto coletivo teve por objetivo articular a pluralidade das pesquisas, às quais temos nos dedicado em torno de um fio condutor: as nossas experiências múltiplas enquanto produtoras de conhecimento subalternas (HOOKS, 2019a; COLLINS, 2019a).

Desse modo, estamos nos inserindo em uma longa tradição que lança luz ao conhecimento dos sujeitos subalternos. Tradição

---

7 A despeito de representarem 54 % das estudantes de doutorado no país, recebemos apenas 25% das bolsas produtividade do CNPQ. De acordo com Renata Gonçalves (2018, p. 360), “as mulheres pretas com doutorado somam 0,4% do corpo docente na pós em todo o país”. Vale destacar ainda uma pesquisa realizada pelo *Parente Science* em 2017, a qual apontou para queda vertiginosa de produtividade das pesquisadoras mães nos 4 primeiros anos de vida da criança, situação que não ocorreu com os pesquisadores pais.

que encontramos em Marx, que atravessa o pensamento de Rosa Luxemburgo e György Lukács, passando por Antonio Gramsci e E. P. Thompson, entre outros, e que teve o seu sentido renovado pelas epistemologias feministas e decoloniais, em especial pelo pensamento feminista negro. O que une bell hooks com o seu “da margem ao centro” – materializada no movimento diário dos sujeitos negros pelas estradas de ferro do Sul dos E.U.A que separava o centro da periferia –, Lélia Gonzalez com “o lixo vai falar”, as escritivências de Conceição Evaristo, o ponto de vista da *outsider within* de Patrícia Hill Collins com parte da tradição marxista é a concepção de que há uma dialética entre condição de subalternidade e conhecimento subalterno, e, nela, um vínculo entre a experiência subalterna e a condição de possibilidade de apreensões mais totais do real.

Ao mesmo tempo, recusamos esse lugar ao qual estamos submetidas e, coletivamente, avançamos no trabalho ativo para a reconfiguração deste espaço e das relações de poder aí estabelecidas. Cabe ressaltar que a escrita que nos propomos, enquanto “exercício alquímico”, tem, em seu âmago, a marca deste horizonte: a subversão da subalternidade e a prática de alquimia, transformação, através da produção intelectual feminista. Ao transformar as estruturas de opressão e exploração em conhecimento plural, nossa escrita acadêmica tem como eixo a luta e a transformação tanto de nossa condição de isolamento, quanto de nosso lugar no âmbito da academia.

A partir desse *locus* social coletivo, todavia, diverso, o objetivo da obra presente é oferecer um conjunto de artigos que articulem, de modo multidisciplinar, a pluralidade das epistemologias feministas deste início do século XXI. Esses textos, desdobramentos de pesquisas mais amplas sobretudo, lançam luzes aos processos múltiplos de exploração e opressão a partir dos quais as mulheres temos sido expropriadas em diversas posições ao longo da acumulação do capital e da construção do paradigma da modernidade ocidental (MIES, 1986; FEDERICI, 2017). Conjuntamente a isso, esses escritos almejam conferir um acento aos inventivos modos de resistir e reexistir das mulheres.

Portanto, estamos nos articulando segundo a pluralidade das epistemologias feministas, a partir das quais abrem-se possibilidades de inovação dos processos do conhecer (NNAEMEKA, 2019; COLLINS, 2019a). A correlação entre experiência e produção do conhecimento desdobra-se, sobretudo, em questionamentos profundos dos procedimentos cognoscentes tidos como universais por séculos, mas que estiveram ancorados em formas de existir no mundo bastante singulares, conforme explicita Collins (2019a, p. 401): “Como os homens brancos de elite controlam as estruturas ocidentais de validação do conhecimento, os temas, paradigmas e epistemologias de pesquisa acadêmica tradicional são permeados por seus interesses”. A epistemologia moderna ocidental fundamentou-se na divisão histórica entre trabalho material e espiritual, divisão, ao mesmo tempo, sexual e racial do trabalho. Nessa divisão, trabalhadoras, mulheres, povos colonizados e escravizados passaram a concentrar, quando não exclusivizar, de modo naturalizado, os trabalhos manuais, não-remunerados ou sub-remunerados, ao mesmo tempo que seus saberes foram silenciados, tendo o status de conhecimento retirado. Não por acaso, foram/fomos excluídas e excluídos da esfera da *Razão*<sup>8</sup>. Neste sentido, nossa inclusão no campo acadêmico, cuja pretensão é transsubstanciar a racionalidade, foi, no mais das vezes, marginal.

Nesse caso, reivindicamos a experiência da mulheridade, de ser-mulheres em sua diversidade, como lugar de conhecimento singular, outremizado,<sup>9</sup> que tem produzido saberes que foram silenciados, mas que seguem resistindo ao longo do patriarcado capitalista e colonial e que buscam articular-se com outras epistemologias subalternas. Nas palavras de Audre Lorde: “Os patriarcas brancos nos disseram: ‘penso, logo, existo’ (2019, p. 48). Mulheridade, tal como tem sido amplamente debatido pela epistemologia feminista negra, não corresponde a uma condição ontológica imutável e universal; ao contrário, é uma forma de ser histórico-social, ancorada em *matrizes de opressão* que constroem corpos e subjetividades feminilizadas. Assim, estamos compreendendo ser-mulheres como uma condição de

---

8 Ver *União operária*, Flora Tristan (1843).

9 Ver *A origem dos outros*, Toni Morisson (2017).

opressão e exploração inerente ao modo de produção capitalista patriarcal, axialmente racista, heterossexista e cisgênero (BERG, 2020). Em suas clivagens de raça, sexualidade, idade, entre outras, o patriarcado capitalista necessitou feminilizar determinados corpos para expropriá-los, e, em nossas diferenças, compartilhamos esse lugar de expropriação (FEDERICI, 2017; DAVIS, 2014; HOOKS, 2019b).

Ao mesmo tempo, as mulheres protagonizam as lutas de resistência frente ao avanço da lógica mercadorizada sobre as mais diversas dimensões da vida e dos espaços do bem-comum, dos quais a divisão sexual do trabalho, socialmente forjada, fizeram-nos guardiãs (FEDERICI, 2017). Neste sentido, se a opressão e a exploração das mulheres em nossas condições e posições plurais – e nosso conseqüente silenciamento – têm sido estruturais à ascensão e manutenção do capitalismo, também é verdade que nossas resistências iluminam novas formas de existir, logo, novos processos cognoscentes (DAVIS, 2014; MIES, 1986; CABNAL, 2010).

Na contracorrente da falsa oposição entre crítica imanente x crítica transcendente, as epistemologias feministas que são aqui articuladas compartilham da dialética entre uma perspectiva imanente de ancorar-se em formas de existir e uma perspectiva transcendente. Ao mesmo tempo que, de modos muito diferentes, de acordo com as nossas posições e condições, experienciamos nossa marginalidade de forma crítica; somos, por outro lado, demandadas, em muitos casos, ao custo da sobrevivência (HOOKS, 2019a). A relegada filósofa Teresa D'Ávila, em *Castelo interior ou Moradas*, em 1577, oferece-nos uma bela pista dessa dialética epistêmica e, sobretudo, ontológica:

Com efeito, por sublimada que esteja uma alma, não lhe convém outra coisa, nem o conseguirá ainda que o queira, pois a humildade, como abelha, nunca fica ociosa e sempre está a lavar o mel na colmeia. Sem isto tudo está perdido. Mas, por outro lado, consideremos que a abelha não deixa de sair e voar para trazer o suco das flores (D'ÁVILA, 2011 [1577], p. 29).

Teresa defende tanto o debruçar-se intensamente sobre a imanência da alma, situada, quanto, ao fazê-lo, abdicar do ensimesmamento, confrontando-o sempre à transcendência. Esse processo atravessa as epistemologias que aqui reivindicamos, desconstruídas, outras, aliando as lutas à emancipação crítica que dá voz à narrativa da história a contrapelo, tal qual Walter Benjamin metaforizou.

Dito isso, este projeto entende que a ressignificação radical do espaço acadêmico, mediante, inclusive, a reconfiguração da produção e da veiculação do conhecimento, é incontornável para nosso momento histórico. É somente, a partir dessa transformação, que se torna possível comportar a diversidade e a potência das intelectuais que passaram a recusar a subjugação e não aceitam mais encolherem-se para caber neste espaço. Neste sentido, vale destacar outro aspecto importante da autodenominação desse projeto: a poiesis que antecede a alquimia. Nome este que conota e denota o fato de estarmos com a intenção de transformar o espaço de produção de conhecimento. Nossa reivindicação é legítima, busca comportar nossa pluralidade, potência e modos de fazer e transmitir saberes. Poiesis de (des)construção e de exigência do novo. Movimento dialógico de erosão das relações de poder sustentadas pelo *status quo* e de abertura para a possibilidade de criação de outros espaços e modos de fazer mundo. Rede tecida e performada enquanto “consciência de fazer explodir o continuum da história própria às classes revolucionárias no momento da ação” (BENJAMIN, 1994, p. 229-230).

Por conseguinte, as questões de gênero aqui abordadas propõem diálogos interseccionais com as condicionantes de raça/etnia, classe, exercício de maternidade, sexualidade, geração, dentre outras perspectivas. Interseccionalidade, no sentido conferido por Patrícia Hill Collins, enquanto um projeto político-epistemológico de emancipação, não apenas como uma categoria analítica que pode ser desenraizada das lutas sociais que a forjaram (COLLINS, 2019b); ou, ainda, no sentido apontado por María Lugones.

Investigo a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade na tentativa de entender a preocupante indiferença dos homens com relação às violências que, sistematicamente, as mulheres de cor sofrem: mulheres não-brancas; mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que criam análises críticas do feminismo hegemônico, precisamente por ele ignorar a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade/gênero (LUGONES, 2020, p. 53).

Vale ressaltar que María Lugones usa a expressão “mulheres de cor”, cunhada por mulheres vítimas de dominação racial nos Estados Unidos, com o intuito de apontar para:

Uma coalizão orgânica entre mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras, cheroquis, porto-riquenhas, sioux, chicanas, mexicanas, pueblo – toda a trama complexa de vítimas da colonialidade do gênero, articulando-se não enquanto vítimas, mas como protagonistas de um feminismo decolonial. A coalizão é uma coalizão aberta, com uma intensa interação intercultural (LUGONES, 2020, p. 80).

Desse modo, pretendemos evitar a reprodução nessa obra das heranças coloniais, patriarcais, “civilizatórias” e escravocratas que estão enraizadas nas narrativas oficiais e, inclusive, na forma como produzimos os conhecimentos. A partir do pensamento crítico realizado pelo coletivo de mulheres que aqui se apresenta, este livro tem por objetivo fertilizar, portanto, a máquina de (re)pensar o mundo acadêmico e seu extravasamento, por meio de outras epistemologias críticas, afetivas e menos colonizadoras. Trata-se, em última instância, de um motim engendrado, de uma rebelião organizada, prenhe de novas formas de existir, conhecer e, por que não, conceber o mundo. Assim sendo, reexistir, transformando, por meio de um verdadeiro esforço alquímico, o material bruto dos obstáculos do caminho em preciosas produções coletivas e valiosa rede de pesquisadoras. Mulheres unidas em uma *poiesis* que move a universidade para fora de seu ensimesmamento, ao pensar nosso comprometimento com a transformação da realidade concreta.

Por conseguinte, cada linha escrita é também estratégia de luta, via de ação de transformação do cenário de opressão e exploração posto. Os capítulos são escritos de modo a obturar a cisão entre a análise teórica e a prática. Eles são, em última análise, ato político, na medida em que saem do universal abstrato para o universal concreto, múltiplo, estando, portanto, no eixo do que podemos denominar, através de Heloísa Buarque de Holanda (2020), a quarta onda do feminismo.

Na primeira parte, LINGUAGEM E EDUCAÇÃO, as autoras discutem o exercício de comunicar e ensinar importantes elementos na formação da consciência crítica e na elaboração da experiência das mulheres no seu processo de agenciamento, assim como na construção de solidariedade política através de movimentos coletivos que se proponham a enfrentar as forças hegemônicas que as oprimem e subjagam de diferentes formas e com níveis de intensidade distintos, dependendo da sua classe, raça, etnia e orientação sexual.

Nosso livro é apresentado às leitoras e aos leitores pelo capítulo "*Vozes africanas*". O poema articula a epistemologia feminista negra, seu voraz silenciamento e as lutas de resistência que são partícipes ao seu processo cognoscente, materializando a articulação dialética proposta por Patricia Hill Collins (2019a) entre opressão e pensamento feminista negro e entre pensamento feminista negro e ativismo. Ao nos depararmos com essa construção teórico-analítica inesperada à escrita acadêmica formal, compreendemos que a epistemologia feminista negra não se encontra encerrada nas prisões dessa formalidade. Literatura, música, teatro, artes plásticas, entre outras, são formas potentes de análise e resistência da realidade concreta. O poema é coroado com o posfácio, no qual a autora referencia e reverencia suas fontes de análise, mostrando que, a despeito do reiterado processo de apagamento da presença e contribuição dessas pensadoras no campo acadêmico, elas seguem vivas e inspirando as novas gerações da epistemologia feminista negra. O capítulo nos convida a descobrir novas formas de conhecer o mundo e, por meio delas, questionar os procedimentos inerentes à epistemologia moderna ocidental enquanto acessos exclusivos a verdades universais. Ele une

razão e sensibilidade nesse necessário movimento ao encontro de outras epistemologias.

No capítulo *“Escrever, exercício de combate ao silenciamento”*, a autora se ancora na visão de Audre Lorde de que a escrita, a partir das margens, tem potencial de quebrar o ciclo de silenciamento e apagamento dos sujeitos oprimidos, dialogando também com Adrienne Rich e sua argumentação acerca da heterossexualidade compulsória constituída como instituição política, contribuindo para o controle das mulheres. Deste modo, este texto parte da premissa de que o direito à memória da existência das mulheres lésbicas representa tanto uma forma de reivindicação política quanto uma forma de construção de uma outra linguagem mais fluida, dinâmica e menos heterocentrada. A autora apresenta questões acerca da poesia contemporânea de autoras/poetas lésbicas enquanto um saber experiencial que provém dos corpos coletivos e condições minoritárias, tecendo considerações sobre seu alcance numa dimensão política e artística.

No capítulo *“Educação como prática de resistência antissexista no contexto da escola pública e da pandemia”*, as autoras apresentam um relato de experiência de um projeto de extensão no Instituto Federal Fluminense, organizado pelo Núcleo de Estudos de Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS), em curso durante a pandemia de COVID-19 e seus desdobramentos, ao estabelecerem uma ligação com a comunidade escolar e para além dela, com o intuito de, através de produções artísticas e culturais, promover diálogo sobre as desigualdades de gênero vividas, principalmente, durante a crise de saúde pública global. O texto em questão apoia-se nos escritos de Silvia Federici e Angela Davis sobre o trabalho doméstico e de cuidado, que, ao ser naturalizado como feminino, acaba confinando as mulheres em determinados espaços, funções, cuja posição de vulnerabilidade e exploração é ainda mais aprofundada durante a pandemia atual. As autoras lançam mão do conceito de *dororidade* de Vilma Piedade para discutir como os espaços educativos podem ser locais de compartilhar dores, reunir forças e desenvolver potências criadoras.

As cortinas da segunda parte deste livro – REDES, RESISTÊNCIAS COLETIVAS E POLÍTICAS SOCIAIS – abrem-se com o

poema “*O saco encheu e o copo esvaziou*”. Nele, é possível observar que há uma performance pronominal. O sujeito poético transita por entre (não) lugares discursivos. A grande pergunta, dirigida a nós leitoras e leitores, é: quem, de quem e para quem se fala? Na desconstrução crítica, poética e subjetiva, endereçada a Clarice Lispector, Roland Barthes e Alain Badiou, autora e leitor/a encenamos o *eu* quem fala, o *ela* de quem se fala e o *tu/você* com quem se fala. No fim e no começo, eis o tecer de um *eu* que, em tempos narcísicos de sujeitos de sacos cheios de si, busca sair de si, de mim, para se ausentar em um *ela*, encontrar-se na escuta de um *tu/você* e (trans)bordar-se em um *nós* que se fragmenta, que (só!?) resta no discurso amoroso<sup>10</sup>, afetuoso da poesia *êxtima*<sup>11</sup> de cada dia.<sup>12</sup>

Com pautas menos dialógicas, *êxtimas* e de enfrentamento das angústias e das diferenças, com ou sem brigadeiro,<sup>13</sup> ao zapearmos pelas redes sociais, vemos, muitas vezes, um movimento individualista, de lacração ou de cancelamento ser rotulado de feminismo. Diante dos holofotes voltados para a centralidade do *eu* no contemporâneo, no capítulo “*O sucesso de Frida: Possibilidades e limites da atuação feminista nas redes sociais*”, a autora chama a atenção para a construção identitária do feminismo hoje, pautado nos debates veiculados pelas grandes mídias e pelas redes sociais. Por um lado, a internet possibilitou ampliar o debate e, de algum modo, democratizá-lo. Por outro, o texto mostra que temos um grande trabalho pela frente quando pensamos na atualização do feminismo virtual, haja vista que termos como “empoderamento”, “sororidade” e divindades

---

10 Referência ao título *Fragmentos de um discurso amoroso*, de Roland Barthes.

11 Lacan (1997) formulou o conceito de *extimidade* com o intuito de definir a “exterioridade íntima”. Assim, esta acepção foi desenvolvida com o objetivo de repensar paradigmas filosóficos que foram construídos a partir do jogo de oposições entre interioridade e exterioridade. A *extimidade* localiza-se, ao mesmo tempo, no mais íntimo de cada sujeito e no mais exterior. Ela se delinea pelo medo que, de tão familiar, torna-se estranho. Por isso, o *êxtimo* é, ao mesmo tempo, íntimo, desconhecido, ameaçador e angustiante.

12 Para a leitura teórico-crítica da performance pronominal e subjetiva no discurso, amparamos nossa análise em: AUTHIER-REVUZ, 2005; BLANCHOT, 2011; COLLOT, 2004; FREUD, 2008; MAULPOIX, 2001; PEDROSA, 2014.

13 Referência ao trecho “Tem dias que ela só quer ficar ali, quietinha, nutrindo a sua angústia (o afeto que não engana), com brigadeiro, de preferência”, do poema de Livia Corrêa.

como Frida Khalo, Angela Davis e Marielle Franco são peças soltas que sem articulação política e longe de uma abordagem interseccional de fato consagram o momento: Mulheres brilhem! O que este texto nos leva a problematizar é: Que mulheres dão coro a essas vozes propaladas e profanadas nas grandes mídias e nas redes sociais? De endemonizado a endeusado, por que o feminismo é sucesso agora? O feminismo vende, mas à custa de quem? Para quem ele é produzido? Quem o consome? Quem quer e pode consumi-lo? Essas perguntas, direta e indiretamente, através de fundamentação teórica e de dados trazidos à baila pela autora, procuram colocar em xeque o movimento feminista “reformista” – como diria bell hooks, pulverizado, desmemoriado, sem espaço para as aflições necessárias que fortalecem as redes de apoio tão necessárias ao bom combate revolucionário que se alia à luta de classe, raça, etnia, entre outros marcadores de opressão e de subalternização.

A fim de atualizar e realizar o movimento feminista, unindo a crítica à prática, fazemos o convite para a leitura do próximo capítulo, “*Redes de apoio às mulheres em situação de isolamento social*”. As autoras deste texto trazem para análise estudos importantes, como o de Débora Diniz, e dados coletados a partir de entrevistas semiestruturadas e observação de campo em uma comunidade terapêutica pentecostal entre os meses de outubro e novembro de 2020. Por meio da observação de campo nos dias de visita na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, conhecida como Colmeia, as autoras produziram, para a pesquisa em questão, entrevistas semiestruturadas com familiares das mulheres encarceradas. Com a coleta destas narrativas biográficas, foi possível observar melhor as redes de apoio, também fiadas, sobretudo, por mulheres – mães, filhas, irmãs, cunhadas, primas, vizinhas, amigas. O presente capítulo ainda problematiza sobre a punição dupla processada para essas mulheres: a do âmbito privado, familiar, como, por exemplo, mães que perderam o vínculo com seus filhos e foram estigmatizadas como desvio de referência materna para os mesmos; e a do âmbito público, social. Na maioria das vezes, o abandono destas vidas em instituições coercitivas e/ou de privação de liberdade – cancelamento social construído com

base na moral cristã ocidental, patriarcal, racista e classista – realiza-se da forma mais precária e descartável, em que as situações parecem infundáveis, sem ou de difícil solução e que o cenário é propício para que estas mulheres se sintam mais sozinhas e vulneráveis, tal qual aponta Judith Butler.

No capítulo *“Deu, branco! Considerações sobre a escuta branca psi na saúde mental”*, podemos acompanhar a inversão ou processo dialógico de produção de conhecimento, em que a experiência de um coletivo negro formado primordialmente de alunas “pretas psi” ensina as autoras sobre como a branquitude impacta, de modo incrível e validado pela estrutura, o exercício da clínica. Neste capítulo, somos levadas e solapadas através de reflexões sobre a importância da formação acadêmica orientada pelo compromisso social e pela centralidade da escuta como instrumento metodológico. Acompanhamos o argumento da importante e necessária ruptura com a academia elitista, a defesa da formação crítica e os desafios de sustentar o lugar construído na fissura com o pacto da branquitude. Aprendemos com as mulheres pretas, estruturalmente silenciadas e alçadas ao lugar de monografadas, a inaugurar um espaço de fala. Empuxo decolonial à psicologia, produzida pela entrada de pessoas pretas na universidade, espaço que lhes foi historicamente negado. Passam a ocupar legitimamente (mas, não sem resistência) a posição de intelectuais e, a partir de sua perspectiva, vivências e atravessamentos, passam a produzir conhecimento, desnaturalizar práticas e intervir na formação em psicologia, politizando-a e questionando seu papel ético frente à um país racista que sustenta e fomenta desigualdades sociais e aniquilamento. Nestas linhas, somos levadas à reflexão sobre radicalização, produção de novas narrativas, interseccionalidade e produção do elo como instrumento ético-político-clínico.

Na terceira parte, abrimos o debate com o poema *“solstício em Vênus”*, o poema anuncia os solstícios políticos que atravessam a presença das mulheres na política. O capítulo *“Mulheres e política no Brasil”* se propõe a analisar de que forma o machismo que permeou a ascensão e a queda de Dilma Rousseff mapeou o que aconteceu após o golpe em relação aos governos que se

seguiram, as reformas neoliberais que prejudicam diretamente as mulheres e as reações que culminaram no ato #EleNão, contrário ao candidato declaradamente machista, Jair Bolsonaro. As autoras defendem que, apesar do cenário adverso, as mulheres resistem, impondo novas formas de organização e atuação política. Historicamente, a política é um campo hostil às mulheres e isso reflete na baixa presença feminina em cargos de poder. No Brasil, em 2011, houve um avanço simbólico nessa máxima com a eleição de Dilma Rousseff. Em seu governo, diversas mulheres ocuparam ministérios e conquistas importantes em políticas com enfoque de gênero foram alcançadas. No entanto, após ser reeleita, a primeira e única presidenta eleita em nosso país sofreu um golpe misógino e foi retirada do cargo em 2016.

Como fechamento da parte 3 que versa sobre a política e os olhares feministas, trazemos o capítulo “*Esquerdomachos não fazem revolução*”. Sob este título provocativo, as autoras versam sobre a necessidade das pautas feministas e raciais para a efetiva concretização da superação do modelo capitalista. Partindo da questão da representatividade, mote eclodido nas manifestações de 2013, tecem uma breve análise na participação das mulheres na efetivação de conquistas políticas e sociais e o correlato e estratégico apagamento desta memória histórica. Ao acompanhar a análise de Federici, que localiza a misoginia no tripé da acumulação primitiva, e, portanto, condição *sine qua non* para a emergência do capitalismo, as autoras sustentam o argumento da necessária imbricação da pauta feminista, a fim de pensar e defender a democracia e a interseccionalidade como única via possível para concretizá-la. O título provocativo visa colocar a questão tanto no caminho da militância, quanto tensionar o meio acadêmico, ainda centrado no *mainstream* tradicional, que habitualmente classifica o feminismo como pauta secundária ou identitária, delegando a este lugar parte coadjuvante na análise de conjuntura política atual. A misoginia como relação de poder e de sustentação do governo atual nos dá indícios não apenas da legitimidade deste campo de análise enquanto propriamente político, como também deixa claro a importância e a urgência de contá-lo como essencial para o campo da Ciência Política.

A quarta parte do livro – A FORJADA E ESTRUTURAL DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO – foi destinada a explicitar os fundamentos da divisão sexual do trabalho e seus impactos na vida e condição laboral das mulheres em suas múltiplas posições. Ela é aberta com *Arroz patinado no feijão, com um garfo* (2020), obra cuja temática a artista partilha com “todo o contexto” que faz prelúdio à articulação entre os três capítulos que, de modos distintos, dialogam com as formas de opressão e exploração ancoradas na divisão sexual do trabalho e na constituição de subjetividades laborais feminilizadas.

No capítulo “*‘Quem pariu que embale’: a valorização no trabalho invisível das mulheres*”, as autoras buscam demonstrar como, por meio de um longo e brutal processo de expropriação dos corpos e das subjetividades feminilizadas, as mulheres, nas mais diversas posições e condições sociais, foram lançadas aos trabalhos de pro(criação) e cuidados. No intuito de reforçar essa pluralidade do ser-mulheres, as autoras utilizam a forma as mulher(es), questionando a essencialização de feminilidades singulares. Assim, as autoras reivindicam a teoria marxista do valor de modo provocativo, ampliando-a para as fábricas domésticas de produção de mercadoria, força de trabalho, chão de fábrica que é feminilizado e racializado. As autoras argumentam ainda que os trabalhos de pro(criação) e cuidado participam da produção de mais-valor. O texto é um convite a questionar os pilares históricos das teorias sociais a respeito do desenvolvimento capitalista, em sua maioria, míope ao lugar central ocupado pelos trabalhos de pro(criação) e cuidados e, portanto, para a proletarianização da vida doméstica.

Em “*Home office em tempos de pandemia: quais as consequências para a saúde mental das mulheres docentes?*”, as pesquisadoras inserem o exercício da docência das mulheres na educação superior do Brasil no quadro de precarização e desregulamentação do trabalho em contexto neoliberal, ressaltando que esse processo precisa ser compreendido através de uma lente interseccional. As autoras demonstram, através da análise dos dados, que a pandemia não inaugura as contradições do trabalho docente das mulheres e que a intensificação do trabalho, a sobreposição entre atividades intelectuais e de cuidados e

a subalternidade no campo acadêmico, chancelada por suas instituições de validação, embora tenha se radicalizado na pandemia, estruturam exercício da docência e pesquisa. As autoras nos convidam a refletir como a pandemia, ao exacerbar essas contradições, contribui para a devastação da saúde mental dessas trabalhadoras. Ao mesmo tempo, apontam para o avanço da precarização da docência em sua totalidade, em tempos de pandemia, essa espécie de laboratório perverso da (des)organização e intensificação do trabalho.

Nosso livro se encerra com o ensaio “ *‘Não era amor, era cilada’: o trabalho doméstico e sexual em tempos pandêmicos*”. Nele, as autoras se propõem a provocar e questionar, mais que trazer respostas. A tese central do capítulo com o qual abrimos este eixo é retomada, a de que os trabalhos de pro(criação) e cuidados são trabalhos produtivos tanto em suas formas não-remuneradas, quanto naquelas sub-remuneradas. A ideologia do amor romântico opacizou as terríveis condições nas quais os trabalhos de cuidados, em um sentido amplo, têm sido exercidos pelas mulheres, seja de modo privado, seja como serviços não remunerados, retirando-lhes o caráter de trabalho mesmo. Assim, os trabalhos doméstico e sexual são dimensões que se complementam, encontram-se articuladas e, por sua função central, mas estruturalmente não remunerada, sua forma remunerada encontra-se atravessada pelo estigma e pela forte desregulamentação. O ensaio nos oferece elementos para pensar como essa construção social desdobra-se no contexto de pandemia da COVID-19, em uma profunda crise humanitária, econômica e sanitária, em que as trabalhadoras domésticas e sexuais foram profundamente impactadas. Assim sendo, as questões são mitigadas através de uma perspectiva interseccional.

Destarte, convidamos as leitoras a caminharem pelas pesquisas, provocações e questionamentos intrínsecos a essa obra plural e multidisciplinar.

## Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas-SP: Pontes Editores, 2005.

BERG, Tábata. Ser-outra: algumas inversões teóricas sob uma perspectiva feminista e decolonial. Santiago: **Izquierdas**. Número 50, fev-mar., 2021. p. 1-19.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BUTLER, Judith. **Vida precária: Os poderes do luto e da violência**. Tradução de Andreas Lieber; revisão técnica de Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CABNAL, Lorena. “Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala”. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Las Segovias: **ACSUR**, 2010. p. 11-25.

COLLINS, Patricia Hill. **O pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019a.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality as Critical Social Theory**. Durham: Duke University Press Books 2019b.

COLLOT, Michel. O sujeito lírico fora de si. Tradução de Alberto Pucheu. *In: Poesia Brasileira e seus encontros interventivos*. **Terceira Margem**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. VIII, número 11, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça, classe**. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

D'AVILA, Teresa. **Castelo Interior ou Moradas**. São Paulo: Paulus, 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: editora elefante, 2017.

FREUD, Sigmund. O estranho. *In: Obras completas* (1914-1916), v. 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. *In: Lélia Gonzalez: Por um feminismo afrolatino-americano*. Org. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. São Paulo Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ain't i a woman: black women and feminism**. New York e London: Routledge, 2015 [1981].

HOOKS, bell. **O Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva. 2019 [1984].

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2019 [1994].

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 16: de um outro ao outro**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (organizadora). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MAULPOIX, Jean-Michel. La quatrième personne du singulier: esquisse de portrait du sujet lyrique moderne. *In*: RABATÉ, Dominique (Org.). **Figures du sujet lyrique**. Paris: PUF, 2001.

MIES, Maria. **Patriarchy & Accumulation on a Word Scale**: women in the international division of labor. New York: Zed Book, 1998 [1986].

MORISSON, Toni. **A origem dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NNAEMEKA, Obioma. Negofeminismo: teorizar, praticar e abrir caminho da África. **Revista Ártemis**, v. XXVII n. 1; jan-jun, 2019. p. 33-62.

PEDROSA, Celia. Poesia, crítica, endereçamento. *In*: KIFFER, Ana Paula Veiga; GARRAMUÑO, Florencia (organizadoras). **Expansões contemporâneas**: Literatura e outras formas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TRISTAN, Flora. **A união operária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015 [1843].

## Ca(n)tadoras de cacos

Bárbara Breder Machado <sup>14</sup>

Laura Berredo<sup>15</sup>

Minha fortaleza é feita de caco  
de barro molhado a lágrimas de suor.  
Empoçado da lida,  
da barriga,  
do ventre,  
do seio,  
do esgarçar da ferida na pele que é esteio.  
Do corpo que dobra,  
que enverga,  
lasca,  
entorta  
mas não quebra.

Da força do grito mudo,  
da palavra que sobra,  
do suspiro,  
do fôlego que faz seguir  
apesar de pensar em desistir.

Da gargalhada que ecoa a verdade:  
que a coragem é maior  
que meu seio é ouro  
que meu ventre é aberto em prata  
que meus olhos são flores que regam outras mulheres...

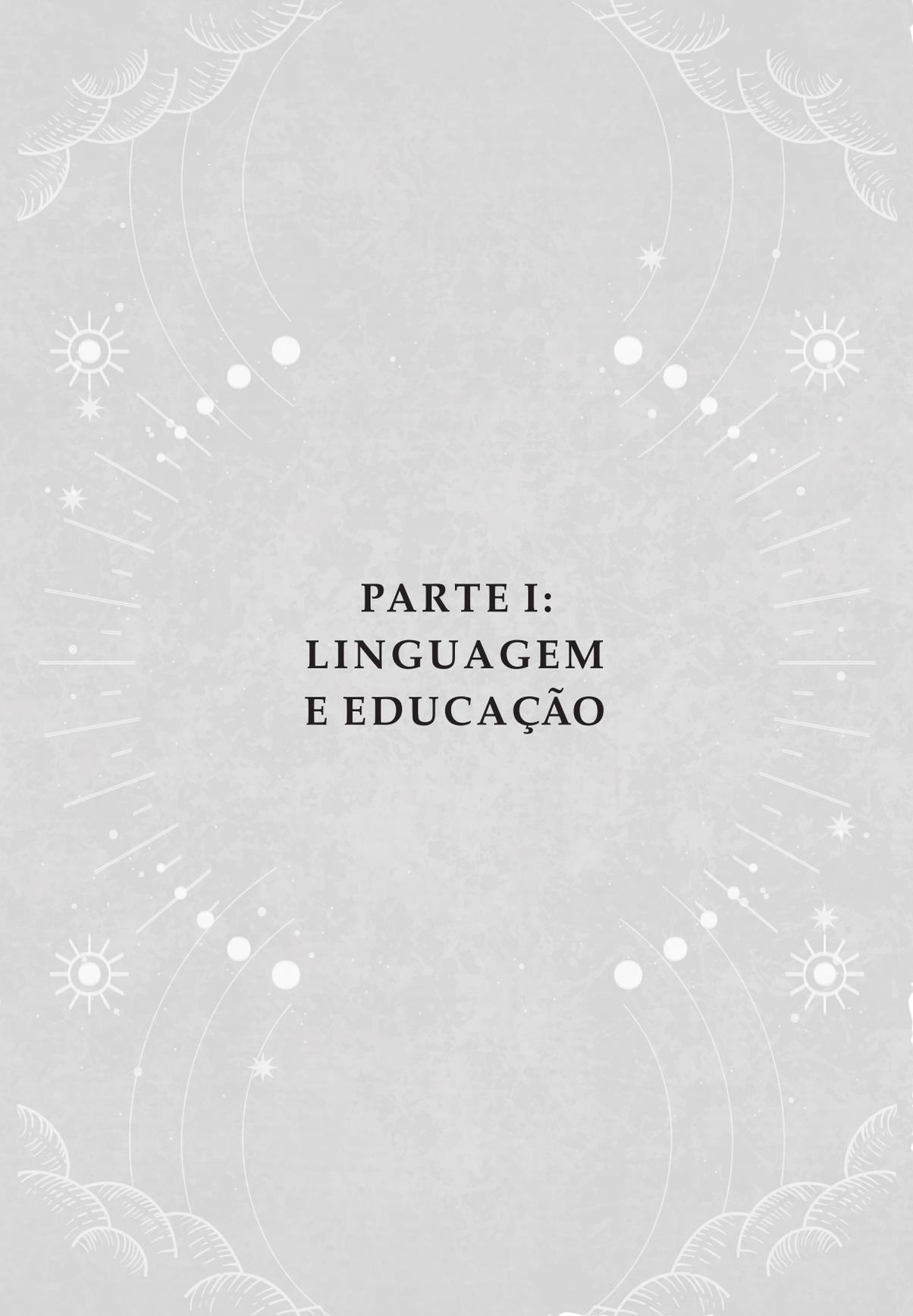
Este pedaço de mim, do lado fora, que bate no peito dentro sua dor,  
seu choro sua ânsia...meu anseio  
meu medo que se transmuta  
em força...  
em raça  
em forma de fortaleza  
com meus espinhos e minha dor sôfrega... e meus cacos.

Sou ca(n)tadora de caquinhos para fazer  
fortaleza em mosaico.  
sou mãe... sou mulher e  
sou sim...  
minha.

---

14 Professora Departamento Psicologia UFF/ESR

15 Licenciada em Música pela UniRio, compositora, professora, fundadora do bloco Me Enterra Na Quarta



**PARTE I:  
LINGUAGEM  
E EDUCAÇÃO**

## Sobre vivências

Lívia Corrêa<sup>16</sup>

Atravessada pelo isolamento a que se submeteu muito antes de ter sido um decreto de saúde, ela vinha construindo seus métodos de estar só. Um olhar sobre si, afastado do olhar do outro. É possível? A questão estava posta. Sempre admirou quem sabia diferenciar a condição de solidão e a de solidão. Volta e meia se pegava em seu discurso dizendo que não aguentava mais estar só, mas foi só no processo de elaboração, a que se dedicava semanalmente, que se deu conta de que o que ela não tolerava mais era companhia vazia, daquelas que num sopro se desfazem. Seguiu seu ritmo de perceber as coisas, e era cada encantamento, cada surpresa, cada arregalar dos olhos, viu? Vivia uma espécie de saborear e também de recolhimento. De tudo um pouco se pode recolher daquilo que sobra. E como tem restos! Refaz aqui, acrescenta ali... Estava imbuída no desejo de transformar sua rotina em algo prazeroso e foi se permitindo ao mais nobre da existência – fazer aquilo que queria, no seu tempo. Afinal, não tinha relógio de ponto em casa, não tinha que prestar contas ao Patrão. Um verdadeiro autorizar-se. O que estava anunciado era um basta à perspectiva masculinista que colonizara há tempos os modos de prazer feminino. Ela, inclusive, passara a escrever sobre suas vivências.

---

16 Livia Barbosa Corrêa, Psicóloga/Psicanalista/escritora, graduada pela Universidade Federal Fluminense, pós-graduada em Psicologia Hospitalar pela Universidade Veiga de Almeida, mestre em Psicanálise (UERJ).



# CAPÍTULO 1

# 1 VOZES AMEFRICANAS

Lívia Beatriz da Conceição<sup>17</sup>

Sou de constituição preta,  
posto que filha de mulher preta

Fui ensinada a me calar e aceitar  
(a-me-limpar)  
Filha de empregada mãe-preta doméstica,  
a conhecer o meu lugar

Esses exemplos e ensinamentos  
marcaram a ferro e fogo meu corpo e espírito  
A essas dores, vozes-doses de  
lembranças e de esquecimentos,  
já tentei por vezes calar,  
abafar,  
cortar,  
silenciar

Até me dar conta  
(doror-IDADE)  
que o que devo mesmo é gritar  
é lutar  
é esbravejar  
é me rebelar  
me reivINDICAR.  
E assim me orgulhar,  
me (re)INVENTAR

(DEScobrir-se)

---

17 Professora da área de Teoria, Historiografia e Ensino de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividades (NUBHEs/UERJ). Pós-doutora pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mostrando ao *Outro* com isso  
nisso!  
que não cabe a ele dizer  
qual é o meu lugar!

"Vozes-mulheres" INsub(missas),  
InSURJAM-SE!

às muitas Lélias, Conceições e Piedades em nós,  
à minha família e mãe pretas  
às que vieram antes de mim

*A gente que é pobre tem que estudar pra ver se melhora de vida. A gente vê pelos filhos dos patrões da gente. Todo mundo estuda e vira doutor. Por que então a gente não ia querer que os filhos da gente estudem? Ao menos o primário completo, né? Aí já dá pra conseguir um empreguinho melhor, ganhar salário, carteira assinada e até fazer o ginásio depois (...).*

Lélia Gonzalez

**E**sta passagem, recém-garimpada do texto *Mulher negra: um retrato*,<sup>18</sup> de Lélia Gonzalez (2018), eriçou-me os cabelos do corpo e da cabeça no momento mesmo em que a li pela primeira vez. Esta passagem (e “passagem” aqui no sentido mesmo de pontear, de coser, de alinhavar os pontos dispersos de uma vida pregressa - de muitas “dores, vozes-doses”<sup>19</sup> de sofrimento, solidão e angústia - a um presente constantemente (re)vivido-(re)sentido e, a partir desse (des)caminho mesmo, resignificado) fez transbordar em lágrimas o meu coração. Era como se ali, naquele momento mesmo, eu sentisse os pensamentos de minha mãe. Era como se ali, naquele momento mesmo, eu pudesse escutar aquilo que minha “mãe-preta” (GONZALEZ, 2018) nunca conseguiu, pode ou mesmo precisou me dizer, mas que me fazia sentir num duro cotidiano de privações diversas - “vivendo o limite do ser-que-não-pode-ser” (WERNECK, 2016a, p. 13) - em que os “estudos” apareciam não somente como **O** lugar por meio do qual nós poderíamos “melhorar de vida”, mas também (e sobretudo), e assim era percebido por mim, como **O** espaço que a ela, mulher preta, mucama doméstica (GONZALEZ, 2018), fora taxativa e inescrupulosamente negado.<sup>20</sup>

---

18 No momento em que me preparava para a escrita deste posfácio, comecei a ler o texto *Mulher negra: um retrato*, de Lélia Gonzalez, devido ao Grupo de Estudos Heleieth Saffioti, da União de Mulheres de São Paulo, do qual faço parte. Meu desejo, naquele momento, era o de me entorpecer com as leituras de Lélia. Ao longo do ano de 2020, momento de incertezas variadas e de muitos receios relacionados ao isolamento social em decorrência da COVID-19, Lélia e muitas outras autoras feministas (e em especial aqui feministas negras) me fizeram companhia. Algumas destas mulheres serão aqui trazidas à cena. Outras, reverberam neste texto de outra forma.

19 Buscaremos aqui colocar entre aspas palavras, categorias e/ou conceitos que foram anteriormente utilizados no poema-manifesto “Vozes Amefricanas”. Quando for o caso de conceitos e/ou de categorias de análise, seus referenciais teóricos serão sinalizados na primeira vez em que eles forem utilizados.

20 Este texto, assim como o poema-manifesto que o precedeu, faz parte de um processo de catarse. Por isso, recorro aqui à escrita autobiográfica. Este tipo de narrativa de vida tem sido recorrentemente utilizado por intelectuais que buscam refletir sobre questões relacionadas a uma suposta “identidade” autoral (AUREL, 2013; IGGERS, 2013). A importância que minha mãe dava aos estudos (aos meus estudos) foi constituidora de mim, de meus desejos e projetos de vida. Nesse sentido, para pensarmos em termos de uma pretendida “identidade” autoral, torna-se central, no meu caso, problematizar essa questão.

Filha da roça, aos oito anos de idade, minha mãe foi obrigada a interromper seus estudos para ajudar seu pai na fazenda como trabalhadora de ganho.<sup>21</sup> Sendo a mais velha de uma família de 21 filhos, dentre os quais alguns natimortos, ela precisou, desde muito cedo, abandonar aquilo que, como costumava me narrar,<sup>22</sup> muito gostava, qual seja: o estudar! Quando, no ato da escrita deste texto (ARFUCH, 2010; 2013), forja-se em mim a lembrança (CATROGA, 2015) desta dentre tantas outras histórias cor-tadas/contadas, (re) inventadas-(re)criadas, por minha mãe e por minhas tias, sinto a lágrima que (per)corre meu rosto envolta pela “DOR(ori-dade)” (PIEIDADE, 2017) dessas e de tantas outras mulheres pretas que, assim como elas, tiveram seus sonhos e desejos de menina – das mais diferentes e (in)imagináveis formas – abruptamente solapados. Por que tem que ser assim? Por que tem que ser tão difícil? Por que teve que ser assim com elas e com tantas outras mães, mulheres-pretas como elas?

Fiando-me aqui às palavras de bell hooks (2013; 2019), que em alusão a autores como Paulo Freire entende a educação como prática da liberdade (como um instrumento mesmo de transgressão social em termos de raça, gênero e classe), sinto O lugar atribuído por minha mãe aos “estudos” nesses termos. Leia-se: o meio através do qual mulheres pretas como ela encontraram para insurgirem-se. Ou ainda, a tácita percepção de que a seus filhos cabia estudar para “virar doutor”! Afinal de contas, não era isso o que acontecia com os filhos de seus patrões?

Assim, é por dentro desse espaço disciplinador (FOUCAULT, 2010); é por dentro mesmo das entranhas de um Estado-nação que se constrói enquanto hierárquico e excludente (DA CONCEIÇÃO, 2018) – e que a nós, mulheres, e sobretudo às mulheres pretas, tenta silenciar e apagar (GONZALEZ, 2018), – que ela, e outras tantas mulheres pretas como ela, astutamente encontraram brechas (CERTEAU, 2011) para uma possível subversão social.

O que minha mãe não esperava (ou ainda: não lhe era permitido conceber) era que sua filha não somente conseguiria

---

21 Faço alusão aqui aos escravos de ganho (KARASCH, 2000).

22 O ato narrativo de produção do conhecimento é percebido aqui como ato político.

um “empreguinho melhor”, mas também tornar-se-ia “doutor[a]” e professora da primeira universidade pública brasileira a aderir ao sistema de cotas. O que minha mãe não esperava, não se permitia, conhecia ou mesmo não se via sonhar, era que essa experiência possibilitaria à sua filha conhecer outras histórias como a sua e tantas outras vorazes-vozes-doses de mulheres que conseguiram transgredir a barreira (in)dizível-(in)visível da discrepante disparidade político-racial que decreta a essas mulheres-pretas a impossibilidade de adentrar em espaços como este. Mulheres como a própria Lélia Gonzalez, que com sua escrita dura, direta e por vezes sarcástica, arrepiava a pele, ouriçava os cabelos e faz gritar de raiva, esperança e orgulho muitas de nós. Mulheres como Conceição Evaristo (2016a; 2016b; 2016c; 2018), que com sua escrevivência, permite a nós, mulheres criadas por tantas outras mães-mulheres pretas, não sentirmos vergonha das muitas experiências inumanas que por inúmeras e incontáveis vezes tivemos; potencializando-nos neste ato, ao contrário (a partir mesmo da força arrebatadora dessa escrita), a nos “reivindicar”, a nos “(re)INVENTAR”.

Lélia, Conceição, Wilma, hooks, e tantas outras mulheres-pretas “Vozes-mulheres Insub(missas)” (EVARISTO, 2016b; 2016c), tais como Sueli Carneiro (2011), Maryse Condé (2020), Grada Kilomba (2019), Maria Aparecida Silva Bento (2002), Nilma Lino Gomes (2020), Ângela Davis (2016) e Patrícia Hill Collins (2019), transmutam nossas vivências em experiências (BENJAMIN, 2019). Elas nos falam que nossas subjetividades importam. Elas nos dizem, através de seus subversivos escritos, que o que amargamente vivemos, vivemos e sentimos pode e deve ser problematizado, confrontado, DESNATURALIZADO! Mulheres potentes que tornam mais humano e identificável para nós esse espaço por vezes tão cru e cruel que é a Academia. Lugar de produção/construção de conhecimentos que libertam, mas que podem, da mesma forma, aprisionar, excluir/desqualificar.

Como bem nos lembra Fanon (2008), é no encontro com o “*Outro*” (leia-se: o branco colonizador) que o sujeito preto se estranha e se vê, a partir dos olhos desse “*Outro*”, enquanto racializado. Nesse mesmo sentido, podemos pensar sobre o

“encontro” com esse “*Outro*”/conhecimento acadêmico. Nesse encontro-estranhamento-desencontro (o não pertencimento), nós, sujeitas e sujeitos, racializadas e racializados, experienciamos por vezes (como uma marca feita a ferro em brasa em nosso corpo, trazendo à tona lembranças de lembranças traumáticas que considerávamos adormecidas (KILOMBA, 2019)) a invalidação de nossos saberes, a desqualificação e aniquilamento daquilo que Lélia (2018) tão bem identifica e qualifica como o nosso “pretuguês”. E mulheres insurgentes como estas trazem ao cotidiano desse ardiloso espaço acadêmico nossas dores-vozes-algozes, convidando-nos, com sua sagaz escrita, à desobediência epistêmica (SANTOS, 2007). Elas nos abrem suas portas e janelas e nos dizem: entrem, esse espaço também é de vocês, ele lhes pertence. Apropriem-se dele. Lutem por ele!

Mulheres como Lélia, Conceição, Wilma e bell hooks potencializam-nos na nossa reinvenção, no nosso reexistir, no nosso (re)“DESCobrir-se”; e é à estas e à tantas outras mulheres mães-pretas como a minha mãe, **VOZES AMEFRICANAS** (GONZALEZ, 2018) – que costuraram “a vida com fios de ferro” (EVARISTO, 2016a, p. 109) –, a quem eu me dirijo mais uma vez aqui, clamando todas à subversão, convocando-as: “InSURJAM-SE”!

## Referências

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

ARFUCH, Leonor. **Memoria y autobiografía**: exploraciones en los limites. Buenos Aires, AR: Fondo de Cultura Economica, 2013.

AUREL, Jaime. La autobiografía como historia no-conventional: la reconstrucción del historiador-autor *In*: PALOS, Joan-Lluís; SÁNCHEZ-COSTA, Fernando. (orgs.). **As vueltas con el pasado**: historia, memoria y vida. Barcelona, ES: Universitat de Barcelona Publicacions y Edicions.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, São Paulo, 2002.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONDÉ, Maryse. **Eu, Tibuta**: bruxa negra de Salém. Rio de

Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020.

DA CONCEIÇÃO, Livia Beatriz. Diálogos apropriativos: as relações entre os projetos para a instrução pública primária de Joaquim José Rodrigues Torres e de François Guizot. **Thule - Rivista italiana di studi americanistici**, n. 44, abril, e 2018, p. 509-528.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016a.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2016b.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da Recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2016c.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo com símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Editora Filhos da África**, 2018.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da**

liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

IGGERS, Georg. Mi formación como historiador: una retrospectiva *In* PALOS, Joan-Lluís. e SÁNCHEZ-COSTA, Fernando. (orgs). **As vueltas con el pasado**: historia, memoria y vida. Barcelona, ES: Universitat de Barcelona Publicacions y Edicions, 2013.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** - episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos** 79, nov. 2007, p. 71-94.

WERNECK, Jurema. Introdução. *In*: EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016a.



## CAPÍTULO 2

## 2 ESCREVER, EXERCÍCIO DE COMBATE AO SILENCIAMENTO

Malu Louvain Fabri Moraes<sup>23</sup>



Entrevertebras: sensorialidades, sexualidades e linguagens lésbicas

### Malu L. Fabri Moraes

abrir os olhos  
com tamanha claridade  
tocar as pálpebras  
de uma joaninha:  
requer dedos finos

abrir os olhos  
janelas inteiras  
desvendar um parque  
um pouso

cair em si  
abrir os olhos  
e ver ao redor  
o que me toca de verdade?

---

23 Psicóloga clínica, graduada em psicologia pela Universidade Federal Fluminense - Campos dos Goytacazes, pós graduanda em Atenção Psicossocial na Infância e Adolescência - IPUB/UFRJ. Interessa-se pelo estudo de práticas corporais ancestrais e contemporâneas, fotografia, poesia e universos experimentais afins.

**E** escrever: exercício de combate ao silenciamento; correr os riscos sobre a superfície, manualmente, verso por verso, tateando linhas, tons e territórios de transformação do silêncio em linguagem e em ação, como escreve Audre Lorde (2019, p. 51).

Este trabalho pretende apresentar questões presentes nas frestas da poesia contemporânea de algumas autoras/poetas lésbicas como um saber experiencial, que provém dos corpos coletivos e das condições minoritárias e alcança uma dimensão política com a publicização das palavras, dialogando com práticas e pensamentos feministas e tensionando o que se apresenta enquanto universal no cotidiano e na literatura.

Livros e mulheres compartilham semelhanças: folhas de rosto, cabeça, orelha, palavras, pausas, páginas, peles. Cavar é uma ação rumo ao que desejamos construir, rumo a nossas histórias reveladas, nítidas a olho nu. Cavar é um exercício minucioso e delicado de amor às mulheres e às formas de vida que pulsam diversas.

“E a existência lésbica tem sido vivida (ao contrário, por exemplo, da existência judaica ou católica) sem acesso a qualquer conhecimento de uma tradição, uma continuidade ou um esteio social” (RICH, 2019, p.66), o que, a nível macro-político, corrobora para uma estranheza bastante específica de tais corpos, atualizada no imaginário social. Se o não acesso a uma tradição produz lacunas nos tecidos da história, também nos possibilita criar: é justamente por não constar em fontes e certezas universais que podemos inventar e reinventar cotidianamente nossas memórias.

As existências lésbicas, plurais, têm sido vividas pelas descobertas dos corpos e, se possível, nas ruas e nos bosques, lugares que ventam e por onde o nosso amor pode circular. Nossos corpos reivindicam o rompimento de uma prática secular e ininterrupta da produção de um referencial branco, heterossexual, um padrão pré-concebido e alienante.

O direito ao reconhecimento das nossas memórias é parte de uma estratégia de luta por garantia e construção de políticas públicas, de espaços mais seguros e por modos de seguir existindo e resistindo, mas que também nos oferece algo valioso: a possibilidade de semear linguagens menos engessadas,

heteronormativas e, principalmente, a criação contínua de vivências e visibilidades lésbicas. Nesse sentido, Audre Lorde e Adrienne Rich são, para nós, lésbicas, fontes inesgotáveis de inspiração, deixando um legado extenso de memórias que os “grandes livros” não contam.

O que foi nomeado “universal” na literatura é, contraditoriamente, uma via de mão única rumo à produção de heteronormatividade. Subvertendo a rota, temos as narrativas vivas de mulheres latino-americanas, negras, indígenas que, distantes da norma (ou apesar dela), perfuram o tempo com a força das palavras que advém do corpo.

É preciso que nos atentemos: caminhar até as últimas décadas sem uma vasta publicização dos nossos conhecimentos não é o mesmo que não os produzir.

Onde estão?

Quem nos conta a rebeldia de Cassandra Rios, escritora censurada na ditadura, mas também a primeira brasileira a vender um milhão de exemplares ainda na década de 70 do século XX? Cassandra é apresentada durante as aulas de literatura em escolas públicas? E Cristina Peri Rossi, latino-americana, uruguaia, poeta, tradutora, professora, ativista? Quem conta as nossas histórias? Como contam? E quem escuta?

É no agora que recorremos à memorização da nossa própria existência e, embora não esteja me restringindo aos conhecimentos que são produzidos na academia, também é parte do exercício pensá-la enquanto espaço de ruptura para com o instituído, o hegemônico. Se cá estamos dialogando, penso ser de extrema urgência que falemos da arquitetura dos corpos. Em formação e abarrotado de informação, notícias, exaustivas horas de sala de aula, é também o corpo que perde contato consigo em vias de consumir e arquivar. No entanto, pensar só é possível se recorremos a ele que chega já com certa idade à universidade e com sua história, seus desejos, suas marcas, seus gostos, suas crenças e tudo aquilo que pode abrigar um corpo. Já não é sobre ele, mas a partir do corpo que sustenta, oscila, erra, tem cheiros, cai, ergue-se, caminha, vibra... Um

corpo que deseja encontrar outros corpos amigos, desconhecidos, inimagináveis, estrangeiros. E, sim, um corpo de mulher que ama mulheres. Um corpo lésbico.

Escrever direta e abertamente como mulher, a partir de um corpo e de uma experiência de mulher, considerar seriamente a existência das mulheres como tema e fonte de arte, era algo que eu desejava muito fazer, durante toda a minha vida de escritora (RICH, 2019, p. 148-149).

Uma escrita que narra a si mesma e encontra companhia no fluir dos versos e força no tatear das vidas, espaço político que tudo constitui. Deleuze e Guattari, em *Kafka: por uma literatura menor* (2017, p. 32), apresentam-nos elementos/pistas daquilo que conceituam a partir da desterritorialização da língua e do amplo sentido de enunciação que a narrativa carrega em si, uma língua que se constitui política em sua minoria e assume, ainda em sua dimensão individual, o corpo coletivo que emerge das condições minoritárias, apresentando três características, respectivamente: a língua é afetada por um forte coeficiente de desterritorialização; tudo nas literaturas menores é político; e tudo toma um valor coletivo (DELEUZE, 2017, p. 40-43).

Como bem apresenta Rich, “A existência lésbica sugere tanto o fato da presença histórica de lésbicas quanto da nossa criação contínua do significado dessa existência” (2019, p. 65). É também nesse sentido que sua escrita provoca uma fenda em minha vida. Pude ler, em seus ensaios, as palavras que, durante muito tempo, estive à procura. Uma conversa sincera entre os elos da poesia enquanto fazer político, micropolítico. As palavras em primeira pessoa foram chegando aos poucos e de maneira espaçada. Cada livro encontrado ventava no meu rosto um convite à vida e me presenteava com a conectividade das narrativas. Materiais feitos por muitas mãos, zines, blogs, publicações independentes e tudo o que pode o exercício da poesia em propiciar o contato com outros mundos e velar-revelar os nossos, múltiplos. Uma ferramenta de combate ao patriarcado e ao silenciamento, mas, antes disso, a possibilidade de outra organização que priorize mulheres ao ampliar os dispositivos

de escuta (e leitura), reconhecendo a nossa arte; passos para um modo de vida menos hierárquico e mais feminista.

O que procuro fazer aqui, no entanto, é percorrer, enquanto mulher branca e lésbica, algumas realidades e vivências lésbicas e os mecanismos institucionais estruturados que corroboram para episódios de violência, invisibilidade, lesbofobia e racismo. O silenciamento, que está presente em todos os atos e episódios citados anteriormente, é também uma estratégia e uma ação executada por aqueles que detêm o poder e se afirmam através dele. “Quais são as palavras que você não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio?” (LORDE, 2019, p. 53). É dessa forma enfática e direta que Audre Lorde clama pela verbalização da vida enquanto linguagem e nos convoca a romper as barreiras que não nos protegem, mas nos alienam de nossas próprias verdades.

não preciso de tanto armário  
11 portas brancas  
milimetricamente planejadas  
estáticas  
1 espelho escondido  
barreiras  
não preciso de tanto armário  
retangular  
simétrico

tanto armário para dois tênis  
algumas camisas de botão  
calça jeans  
pedra  
concha  
livro  
máquina fotográfica  
caixinha de música  
discos  
cartas de amor

lençol, edredom, fronhas  
grampos de cabelo, luvas, lenços

não preciso de tanto armário para guardar  
tempo  
lembranças  
corpo  
sexo  
alguma tentativa – falha – de pudor  
velas, incensos, alguma coisa sobre bruxaria  
rastros de sanidade  
caixas de remédio do verão passado  
livros de receita  
livros de filosofia

não preciso de tanto armário para me guardar  
para brincar de pique-esconde com o desejo  
que vive estampado e livre  
na avenida mais barulhenta da cidade

Não há um dia sequer em que eu não me lembre: Marielle me vem à cabeça. Viva. Sorrindo. Lutando. Ligo o computador ou abro o caderno e me faço perguntas, sem respostas. Marielle Franco, brutalmente assassinada em 2018. Assim como Luana Barbosa em Ribeirão Preto (abril de 2016) e Luana Barbosa em Presidente Prudente (junho de 2014). Mulheres. Negras. Mulheres que amavam outras mulheres. Mulheres assassinadas por uma política de extermínio à população negra, pobre e aos corpos não normativos.

O que estamos vivendo no Brasil, no âmbito literário, também é parte de uma estratégia de aniquilação das histórias não oficiais e, sobretudo, de uma perversidade que insiste em apagar futuros: livros recolhidos e proibidos em escolas públicas. Em fevereiro de 2020, o governo do PSL, então partido de Jair Bolsonaro, mandou recolher livros em Rondônia. Autores e autoras clássicas como Franz Kafka e Machado de Assis fizeram

parte de uma longa lista de 43 livros considerados impróprios para crianças e adolescentes (OLIVEIRA, 2020). *Um útero é do tamanho de um punho*, livro da poeta Angélica Freitas, também foi alvo de perseguição e censura, ato que resultou em moção de repúdio na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (DE LIMA, 2019). As mãos que matam são as mesmas que censuram os livros?

Tudo o que escrevemos  
será usado contra nós  
ou contra aqueles que amamos.  
São estes os termos,  
ame-os ou deixe-os.  
Poesia nunca teve a menor chance  
de existir fora da história.  
Uma linha datilografada vinte anos atrás  
pode arder numa parede em tinta spray  
para glorificar a arte como distanciamento  
ou torturar aqueles que  
não amamos, mas também  
não quisemos matar

Nós passamos, mas nossas palavras ficam  
tornam-se responsáveis  
por mais do que pretendíamos

e isso é privilégio verbal

(RICH, 2018, p. 64).

Escrever sob o mormaço do capital e dos pré-fabricados, pré-construídos e estruturados, enlatados, sob e sobre infelizes continências de um governo autoritário, racista, misógino; escrever, ainda que com agrotóxicos pulverizados bem perto das nossas narinas; escrever para seguir existindo e, só então, com tato, preservar as águas-vivas.

Um ataque conjunto está sendo agora apreendido contra a homossexualidade por parte da igreja, da mídia e de todas as forças neste país que precisam de um bode expiatório para desviar a atenção do racismo, da pobreza, do desemprego e da corrupção total e obscena na vida pública (RICH, 2019, p. 112).

É o que nos diz Adrienne Rich em 1977 e que não só perdura, mas também se intensifica no Brasil de 2021 e 2022, sob um governo que tenta se estruturar tendo como base o ódio à diferença, aos corpos, sobretudo uma aversão à nossa alegria e aos nossos desejos por vida. Fato que me leva a crer também que a poesia contemporânea se manifesta a partir de uma dimensão ético-estético-política, solo fértil para pensarmos as questões do presente e as aberturas sinceras ao porvir.

Diferente do que apresenta um dicionário ou algum molde/modelo literário, o que pesquiso se dá no encontro de múltiplas esferas, aproximando poetas de diferentes tempos. As correspondências me apontam para conexões de vida, interlocuções, variâncias. Poesia dos fluxos de qualquer lugar-agora, presente, um manifesto do corpo, uma investigação de si, ferramenta para outros possíveis.

Aquilo que se apresenta enquanto problema do escrever contém outros: ver e ouvir. O que Deleuze nos sugere em *Crítica e clínica* (1997, p. 09) é que a criação de outra língua desacomoda a linguagem, desajusta e rompe com as relações de concordância e subordinação:

O que a literatura produz na língua já parece melhor: como diz Proust, ela traça aí precisamente uma espécie de língua estrangeira, que não é uma extra língua, nem regional descoberto, mas um devir outro dentro da própria língua, uma minoração dessa língua maior, um delírio que arrasta, uma linha de feitiçaria que foge ao sistema dominante (DELEUZE, 1997, p. 15).

Pensemos, então, a poesia contemporânea como uma nova e/ou outra expressão que já não está a serviço de representar o mundo tal como ele existe, mas de metamorfoseá-lo. Feito os olhos que miram um caleidoscópio, as palavras também

se fragmentam com o ritmo e a intensidade daquelas que as acompanham e ganham leveza ou peso, textura, cheiro... intensidade. E, se olhamos de novo, palavras soltas, embaralhadas ou em fila indiana já versam sobre outra coisa, e outra coisa, porque onde há palavra há também diferença: “A coisa e as outras coisas não são mais que intensidades percorridas pelos sons ou pelas palavras desterritorializadas seguindo sua linha de fuga” (DELEUZE, 2017, p. 49-50).

Questiono-me se grafar o tempo é um exercício para torná-lo mais ou menos habitável e sinto que, para além dos estados de escrita, há, no movimento das mãos e no deslizar do verbo, modos de criar rastros, tateando vidas sobre o papel. Uma conversa que se dá em contato. Por mais solitária que possa vir a ser uma escrita, há superfícies: grafar um papel sob a luz da lua é diferente de manusear um teclado recebendo as luzes artificiais de um aparelho tecnológico e se difere do escrever em uma folha de amendoeiras. As matérias que recebem as palavras do corpo produzem intervenções, tanto no corpo, quanto na palavra.

Tatiana Nascimento nos presenteia com “textos como espelhos”; plurais, num movimento de mirar-se para ir constituindo e “visando ampliar o alcance dessas vozes dissonantes, exercício feminista de reinventar a linguagem, recriar os sentidos” (NASCIMENTO, 2014, p. 96). Nesse ponto, a tecnologia tem muito a nos oferecer com as aproximações e o compartilhamento de alguns momentos da vida. Estar em contato com a poesia que lança suas barbatanas pelo mundo e poder visitá-la também nos conduz para algo que suscita a democratização da escrita, o gosto por novas palavras e um rompimento da poesia como arte inacessível, concedendo a ela (ainda mais) plasticidade devido ao seu alcance e publicização: a palavra alcança corpo quando é lida e falada, movente. Audre Lorde, em *Irmã Outsider* (2019), recentemente traduzido para o português, subverte com a e na escrita os usos descritivos da norma e seus respectivos quadrados, caixas coloniais de aprisionamento subjetivo; um questionamento em vida sobre violência, supremacia masculina/branca e os usos neoliberais e patriarcais do panóptico contemporâneo.

Em “Usos do erótico: o erótico como poder”, artigo apresentado em agosto de 1978 que também compõe *Irmã Outsider*, Audre Lorde nos revela o erótico enquanto um recurso íntimo partilhado na potência dos nossos sentimentos, ainda não pronunciados ou desconhecidos, um plano feminino e espiritual que também é fonte de conhecimento (LORDE, 2019, p. 67). No entanto, fomos desde muito cedo ensinadas a suspeitar de tal recurso, sobretudo se for para utilizá-lo entre nós mesmas. Simbolicamente, tal ação anuncia-se enquanto inferior, demarca um lugar secundário para a nossa própria existência. A crença propagada consistia em suprimir o erótico de nossas vidas, de modo que viéssemos a ser verdadeiramente fortes. Tanto quanto a repressão, todos estes são mecanismos de censura que garantem modelos de poder que são masculinos, inclusive para decidir nossos destinos em muitas instâncias da vida. “Uma vez que experimentamos a plenitude dessa profundidade de sentimento e reconhecemos o seu poder, em nome de nossa honra e de nosso respeito próprio, esse é o mínimo que podemos exigir de nós mesmas” (LORDE, 2019, p. 68).

O erótico em Audre Lorde e os usos do espelho em “Um teto todo seu”, de Virgínia Woolf, inquietam-nos para uma mesma questão: fomos alertadas contra os usos do erótico a todo tempo; no entanto, sua possibilidade se restringia, então, e somente, quando usado para servir aos homens, assim como os espelhos “com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural” (WOOLF, 2014, p. 54).

“Contudo, o erótico oferece uma fonte de energia revigorante e provocativa para as mulheres que não temem a sua revelação nem sucumbem à crença de que as sensações são o bastante” (LORDE, 2019, p. 68), justamente porque ele não consiste em uma questão central do que fazemos, mas uma reivindicação daquilo que podemos sentir na ação. O erótico, portanto, constitui-se em vida e não se assemelha ao material disponível para consumo, sexual e recreativo. É nesse sentido que Audre Lorde nos convida a pensar, examinando as formas pelas quais o nosso mundo pode ser verdadeiramente diferente: reavaliando os nossos interesses de plenitude da vida em seus

diversos âmbitos, incluindo o corpo de necessidades, produzido pelo trabalho, e abandonando os juízos de valor promovidos pelo sistema em que nos encontramos.

A tentativa de formatação de tudo aquilo dita as práticas e as normas do nosso tempo, desde o nascer em um hospital com horário marcado para o parto até como se deve morrer e quando; passando por uma série de outros processos que, aos olhos das instituições, são números, ferramentas mecânicas, burocracias. No entanto, e apesar da perpetuação de padronizações, as instituições ocultam estratégias segundo os corpos e os territórios em que atuam, justamente por fazer valer apenas as vidas que lhes interessam: vidas lucrativas. Em “07 notas sobre o apocalipse ou poemas para o fim do mundo”, Tatiana Nascimento questiona, com o uso de palavras saltitantes, as práticas instituídas do nosso tempo, os mecanismos/estratégias do racismo estrutural e as prevalências discursivo-heteronormativas. O seu trabalho enquanto poeta caminha lado a lado com a análise institucional proposta por René Lourau que, por sua vez, assemelha-se também ao trabalho de Adrienne Rich.

Se, pelo viés da análise institucional, a implicação se dá pela descentralização de uma enunciação científica com rompimento de poder estrutural, vigente, é também a partir dela que se pode produzir uma ruptura com os centros. As pesquisas-intervenções buscam experienciar a realidade e a decompor, fragmentando-a em elementos consistentes de análise, um a um, para posteriormente reuni-los. Práticas da vida também são dadas pelos movimentos dos elementos, variâncias de um conjunto. Portanto, o que pretende a análise institucional difere das interpretações e das explicações que servem de ferramentas para os departamentos institucionais, pois é na decomposição de uma suposta totalidade que os elementos se tornam visíveis (LOURAU, 2014, p. 70).

Por outro viés, a escrita de Adrienne Rich vai manifestar o atravessamento de tais instituições em seu corpo, reconhecendo-as e questionando sua validação, seu eixo único. É também aí que a análise institucional se aproxima de seus escritos, sobretudo em “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica – 1980”, em que a autora nos conta como

a heterossexualidade se apresenta enquanto uma instituição política. É também pela escrita que ela desafia o apagamento e o silenciamento da existência lésbica na literatura acadêmica e feminista (RICH, 2019, p. 27), apresentando-nos as instituições que são fortalecidas por outras, feito uma teia: legislação, mandatos político-religiosos, monopólio midiático e outros engendramentos que, por séculos, colaboram para a manutenção do controle das mulheres, seja por “maternidade patriarcal, exploração econômica, família nuclear ou heterossexualidade compulsória” (RICH, 2019, p. 28). Tais elementos contribuem para certa estranheza (já mencionada ao longo do texto) que é também produto da heterossexualidade enquanto norma, uma alienação que “vai do desvio até a aberração, ou é simplesmente tornada invisível” (RICH, 2019, p. 31), justamente por romper com o instituído que prevê comportamentos intrínsecos à mulher (principalmente, enquanto fonte de cuidado emocional): o casamento e a reprodução, de modo a invalidar, apagar, esconder ou disfarçar as experiências que não se encaixam num protocolo patriarcal/falocêntrico.

Rich também escreve sobre os métodos pelos quais o poder dos homens se manifesta, tanto pela desigualdade quanto por um conjunto difuso de forças, algumas demonstrando mais nitidamente as estruturas de imposição e outras um pouco mais veladas, mas tão repressivas quanto. Em diversos espaços, deparamo-nos com assédios sexuais e recebemos diariamente manuais de comportamento heterossexual, dócil, disponível e receptivo aos corpos que nos assediam: eis aí mais uma armadilha da heterossexualidade que conta também com os elementos escolares/familiares de repressão atribuída ao gênero. Reconhecer-se num corpo de mulher já mapeia desde muito cedo algumas constatações referentes à socialização, à figura feminina enquanto criatura frágil e emocionalmente dependente.

O trabalho que temos pela frente, de desenterrar e descrever o que chamo aqui de “existência lésbica”, é potencialmente libertador para todas as mulheres. É um trabalho que certamente precisa ir além dos limites dos estudos de mulheres ocidentais, brancas e de classe média, e examinar a vida, o trabalho e os agruamentos de

mulheres dentro de toda estrutura racial, étnica e política (RICH, 2019, p. 85-86).

Em “Sangue, pão e poesia: a localização da poeta – 1984”, Rich retorna com o que é sentido em seus versos (aqui também presentes) sobre a escrita na América do Norte, bem no cerne do capitalismo. Décadas depois e recém-chegada ao Brasil, questiona: o que acontece com o coração do artista na América do Norte? Ao lê-la, questiono-me também: o que acontece com o coração do artista na América do Sul?

Entre sons, repetições, melodias, a poeta nos conta que a poesia se tornou também uma espécie de ensinamento. Sua visão de mundo era criada por uma condição política, e era preciso confiar na arte, acreditando na poesia como expressão de uma “visão mais elevada do mundo” (RICH, 2019, p. 132). William Butler Yeats foi quem propiciou o diálogo entre arte e política que ressoou em seus anos de estudante. Os elementos versavam que a poesia pode ser “sobre” política (RICH, 2019, p. 136), pode responder e dialogar, localizando-se em meio às condições políticas. no entanto, a poesia não só pode ser, como também se instaura sendo, a cada verso, lembrando-nos daquilo que o conforto e o confronto com o esquecimento propiciam. É válido lembrar que, recentemente (em 2019), a poesia contemporânea, brasileira e lésbica foi alvo de censura, uma história que se repete, mas jamais do mesmo modo.

Achava que a poesia poderia oferecer pistas, indicações, chaves para as questões que já me perseguiam, questões que ainda não conseguia articular: O que será possível nesta vida? O que significa “amor”, essa coisa que é tão importante? O que será essa coisa chamada “liberdade” ou “independência” — será como o amor, um sentimento? (RICH, 2019, p. 130).

Diferente dos materiais preenchidos por finalidades e conclusões, o exercício da poesia consiste na abertura e no estranhamento; palavras com alto teor de espanto, desprovidas de uma origem, um centro. Há um partilhar de semelhanças entre as palavras e os elementos moventes espalhados no mundo, uma

espécie de fio condutor com ritmicidade, fazendo lembrar o movimento das águas, do corpo, do entre uma palavra e a chegada de outra. Não se sabe como escorre a próxima gota, se a chuva cessa por agora ou em alguns dias, também não se sabe qual é a próxima palavra até o momento de sua chegada, “mas a palavra tem seu próprio caminho; ela cria um percurso; nós não somos desviados em seu âmago, no máximo em seu uso” (BLANCHOT, 2011, p. 66).

Um corpo se curva à prática do tornear. O barro perpassa as mãos, encontra velocidade do giro nos pés. Um torno só opera em movimento; e há, ainda, de descobrir: que movimento? O barro é outro a cada movimento milimétrico das mãos (e dos pés) e acontece em estado de presença, atenção ao que é vivo. Requer tempo dedicado ao tornear até chegar à espessura desejada entre micro-torções e o repouso ativo em composição com sol e vento, ciclo de secagem. Depois é calor, o barro vai ao forno.

É nesse giro rítmico (BLANCHOT, 2011, p. 70) que a palavra convida ao desvio, oscila. O pôr do sol anuncia outro céu: é a noite que finda criando uma distância no tempo. O trabalho é tarefa do dia, enquanto a noite confecciona. Um sono zela por um corpo em estado de recolhimento, não necessariamente em repouso. Um corpo-silêncio e ruídos celestes, ósseos, celulares. A dama-da-noite se abre para o obscuro com seu perfume evocando mariposas e outros insetos. É a noite que traz consigo a penumbra, o orvalho, a decantação do dia e a polinização, “a experiência que é propriamente noturna, que é aquela própria da noite” (BLANCHOT, 2011, p. 177).

tarde rosada

(silêncio)

eu poderia dizer que lá fora  
a tarde cai rosada  
e os cachorros fazem sinfonia  
às 6:13 da noite

poderia até contar  
quantas foram as buzinas  
árvores com frutos  
o excesso de coragem  
perto dos automóveis campistas  
acelerando entre asfalto e céu

mas eu quero mesmo  
é desenhar no meu peito  
com letras de mão  
a ternura daquele abraço  
e pintar de verde  
feito semáforo  
florestas  
águas  
e amor

## Referências

BLANCHOT, Maurice. **A conversa infinita - a palavra plural**. v. 1. São Paulo: Escuta, 2001.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997. (Coleção TRANS).

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix; **Kafka**: por uma literatura menor. 1. ed., 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LIMA, Juliana D. O livro que deputados querem tirar do vestibular. **Nexo Jornal**, 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/09/23/O-livro-que-deputados-querem-tirar-do-vestibular-da-UFSC>. Acesso em: 29 jan. 2021.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Tatiana. **07 notas sobre o apocalipse, ou, poemas para o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Garupa e Kzal, 2019.

NASCIMENTO, Tatiana. **Letramento e tradução no espelho de Oxum**: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimentos. Tese (Doutorado em Estudos de Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução Florianópolis, SC, 2014.

OLIVEIRA, Regiane. Censura de livros expõe “laboratório do conservadorismo” em Rondônia. **El País**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>. Acesso em: 29 jan. 2021.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade Compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora A Bolha, 2019.

RICH, Adrienne. **Que tempos são estes e outros poemas**. São Paulo: Edições Jaboticaba, 2018.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.



## CAPÍTULO 3

# 3 EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA ANTISSEXISTA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA E DE PANDEMIA

Olívia de Melo Fonseca<sup>24</sup>

Alice de Araújo Nascimento Pereira<sup>25</sup>

Camila França Barros<sup>26</sup>

Penha Élide Ghiotto Tuão Ramos<sup>27</sup>

Lays Gabrielle Neves Moreno<sup>28</sup>

## Introdução

O final do século XIX marcava o nascimento de Virgínia Woolf, que teve a pretensão de escrever para denunciar as mazelas da sociedade machista e conformada na qual estava inserida, buscando, assim, a libertação para a voz feminina no espaço intelectual e poético. Grande nome do modernismo inglês, tendo como ponto de partida a literatura, Woolf problematizou o conceito de *androgenia* a fim de equilibrar os poderes femininos e masculinos na sociedade: “Uma mulher deve ter dinheiro e um teto todo seu se ela quiser escrever ficção” (WOOLF, 1985, p. 11). Esse primeiro trecho serve a este projeto como introdução por definir o pensamento dessa escritora

---

24 Doutora em Estudos Literários pela UFF. Professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação e coordenadora dos projetos NUGEDIS (Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade) e LITERATURA EM EXPANSÃO (Estudantes do IFFluminense, Campus Macaé, enquanto protagonistas de ações que envolvem recepção, produção, publicação, edição e circulação de literatura) do IFFluminense, Campus Macaé.

25 Professora de inglês no Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé e doutora em Estudos Literários pela UFF.

26 Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Inglês (UERJ). Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (IFF). Professora de Inglês (IFF).

27 Doutora e Mestre em Cognição e Linguagem pela UENF. Professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação do IFFluminense, Campus Macaé.

28 Doutoranda em Estudos Literários Hispânicos (UFRJ) e professora substituta de Espanhol (UERJ).

que buscava a autonomia financeira das mulheres, principalmente das escritoras, que, na maioria das vezes, eram vistas como praticantes de um passatempo, e não como profissionais.

Outra voz que se apresenta neste trabalho é a de Malala Yousafzai, ativista paquistanesa, que, no final de 2014, recebeu o Nobel da Paz por dar continuidade, guardadas as devidas diferenças contextuais, à luta de mulheres como Woolf: “Que esta seja a última vez que se diga a uma menina que a educação é um crime e não um direito”.<sup>29</sup> Tendo em vista o distanciamento temporal que separa a vida dessas duas mulheres, o que se pensa, a princípio, é que o preconceito social entre os gêneros masculino e feminino já deveria ter, pelo menos, minimizado. Entretanto, ele se perpetua, na contemporaneidade, em sociedades declaradamente machistas como a de Malala e naquelas nas quais o machismo se apresenta “veladamente”, lembrando que esta última palavra é importante para pensar o panorama no qual nos encontramos nos últimos dias, com a pandemia da COVID-19 ainda em curso e o seu maior impacto para grupos que foram subjugados historicamente, como é o caso das mulheres, por exemplo.

Seja Woolf no passado mais remoto, ou Malala no passado mais recente e no presente, é para essas histórias que este exercício epistêmico se volta, para o exercício político e ético implementado por elas e por outras mulheres que resistiram e lutaram por todas as outras ao longo de suas vidas, fazendo destas extensões para pensar o mundo acadêmico filosófica, social e historicamente. Com o intuito de dar sequência à interlocução estabelecida por linguagens e temas diversos, abordados por uma perspectiva menos estereotipada e mais humanizada, o objeto de estudo deste trabalho será o projeto *Mulheres de família: como sobreviver em tempos de Covid-19?*, realizado pelo NUGEDIS (Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade) do IFFluminense, Campus Macaé, e parcerias.

A fim de esclarecimentos, os Núcleos de Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS) foram implementados nos *Campi* do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense) ao longo da

---

29 Disponível em: <http://historico.blogdacompanhia.com.br/2014/12/discurso-de-malala-yousafzai-no-premionobel-da-paz/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

segunda década do século XXI, com o objetivo de promover o direito à educação, à cultura e à defesa dos Direitos Humanos, como respaldam os documentos oficiais: Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/ Decreto nº 7.037/2009); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014); 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas - ODS/ONU (Agenda 2030); Plano Institucional de Cultura do IFFluminense (Resolução nº 9, de 16 de março de 2018, do Conselho Superior do IFFluminense); Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFluminense (Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2018, do Conselho Superior do IFFluminense), além de outros documentos nacionais e internacionais.

Portanto, tal qual nos outros *Campi*, o objetivo do NUGEDIS (*Campus Macaé*) sempre foi, desde a sua implantação em meados de 2017, criar e manter um espaço de estudo e troca de experiências sobre diversidade, gênero e sexualidade, atravessando questões interseccionais de classe e raça/etnia. Neste sentido, vale destacar que, dos 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o V e o XVI, respectivamente, corroboram em prol de: atingir a igualdade entre os gêneros e empoderar a todas as mulheres e jovens; promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas. Logo, o foco deste núcleo é, através de ações de ensino, pesquisa e extensão, promover o pensamento crítico e a busca por igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades nos assuntos que tangem às diversidades de gênero e de sexualidade.

Todas as ações do NUGEDIS (*Campus Macaé*) eram realizadas, presencialmente, no IFFluminense. Com a chegada da pandemia da COVID-19 no início de 2020 e, com ela, a necessidade do confinamento, o núcleo teve que repensar sua forma de existir e agir remotamente. O primeiro passo foi a realização de reuniões pelo *Google Meet* com as parceiras e os parceiros mais diretas/os do projeto – coordenadora,

bolsistas, voluntárias e voluntários, colaboradoras e colaboradores. Naquele momento, este grupo, com cerca de 20 (vinte) pessoas, incluindo as autoras deste texto, decidiu que, em meio ao isolamento, as reuniões seriam mantidas pelo *Google Meet* e o diálogo entre o NUGEDIS (*Campus Macaé*) e a comunidade interna e externa se daria através de eventos virtuais e das redes sociais. Neste mesmo período, foi criado o perfil @nugedisiff no Instagram, espaço em que toda a comunidade interna e externa foi convidada a participar na sua construção, como com a colaboração através de postagens.

Tornou-se importante observar que, tecnicamente, o Instagram pode ser classificado como um software, um aplicativo, que permite aos seus usuários diferentes funções, como arquivamento, exibição, circulação e compartilhamento de conteúdo das diferentes matrizes da linguagem – sonora, visual e verbal –, além da interatividade. Mais que a recepção passiva de informações há tempos proporcionada pelos meios analógicos de comunicação, as redes sociais digitais tornaram possível a resposta efetiva do receptor ao seu emissor, tanto de modo síncrono quanto assíncrono.

Essa alteração de *status* comunicativo trouxe implicações que alteraram cultural e cognitivamente o modo de vida em sociedade, fazendo com que o sujeito do século XXI formasse redes de conexão inimagináveis antes da difusão da internet e dos dispositivos móveis. “Estar perto” e “estar presente” já não são questões geográficas ou temporais: “Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam ‘não-presentes’, se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário” (LÉVY, 1996, p. 21).

Para além do uso corrente, a virtualidade, nessa perspectiva, não corresponde a uma oposição ao real, ao tangível, mas à desmaterialização da concretude com a qual convencionalmente o mundo foi concebido até o século passado. Todo conteúdo ocultado nos hardwares existe potencialmente em algum ponto do ciberespaço, entretanto, só se realiza – concebe uma forma – quando acessado e lido, seja em qual sentido for tomada a

noção de leitura. Ora, o texto de um arquivo digital, como o PDF, em que se difere daquele do livro impresso, senão pela materialidade? Nessa lógica, está o Instagram, que, conforme a conexão recebida, gera uma nova interface, uma nova realização, mosaica e paulatina, crescente e contínua, configurando-se como textualidade, uma manifestação discursiva resultante da hibridez da hipermídia:

[...] nas redes, a discursividade estritamente verbal vaza as fronteiras não só da linearidade típica do verbo, no hipertexto, quanto também da exclusividade do discurso verbal nas misturas que este estabelece com todas as formas das imagens fixas e em movimento e com as linguagens sonoras, do ruído, à oralidade e à música, a multimídia. (SANTAELLA, 2014, p. 209).

Assim, epidermes discursivas são constantemente formadas nas redes sociais digitais, tornando-as espaços de uma múltipla autoria, tecida coletivamente por sujeitos que passam a ocupar a “posição-autor”, a qual, como afirma Tfouni (2005, p. 128), “trabalha na região do intradiscorso”. Pela interatividade, essas superfícies textuais permitem ainda outra atuação a seus operantes, a de leitor, enquanto “espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura” (BARTHES, 2012, p. 64).

Neste sentido, é importante destacar que, para viabilizar a execução deste projeto, todas as envolvidas e todos os envolvidos – professoras e professores da área de Linguagens, incluindo as autoras deste texto, da equipe da Fanzinoteca, da equipe da Nutrição e, principalmente, de estudantes (bolsistas, voluntárias/os, colaboradoras/es) do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Automação Industrial, Eletromecânica, Eletrônica e Meio Ambiente do IFFluminense, *Campus Macaé* – colocaram seus computadores e celulares pessoais, com internet, em disponibilidade para trabalhar na promoção das atividades e na produção de textos variados e coletivos a fim de dialogar a respeito da temática: a quarentena de COVID-19 pela ótica do ser mulher.

Com o regresso das atividades presenciais no início de 2022, a equipe NUGEDIS (Campus Macaé) retornou às reuniões presenciais, aos debates de textos diversos, ao diálogo aberto nas redes sociais e pensa em alternativas para expandir suas ações neste momento em que as aglomerações ainda não são recomendadas. Dentro do cenário que foi posto do início da pandemia da COVID-19 para cá, apesar de todos os pesares, foi e é possível observar o transbordamento das ações propostas para além de seus muros da escola, dando efetividade às ações de ensino, pesquisa e extensão necessárias.

## **1 Por que e para que falar de educação feminista?**

*O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, lançado em 1949, pode soar hoje, para alguns, anacrônico, conversa envelhecida. Entretanto, a sua capacidade de atualização está na busca por desconstruir noções patriarcais e machistas, que nutrem a sociedade da qual fazemos parte e que ainda não foram suplantadas. Queríamos que fosse apenas uma lamúria sem sentido, mas não é. Também lamentamos por isso, como a própria Beauvoir na introdução da obra referida:

Hesitei muito tempo em escrever um livro sobre mulher. O tema é irritante, principalmente para as mulheres. E não é novo. Não toquemos mais nisso... No entanto, ainda se fala dela. E não parece que as volumosas tolices que se disseram nesse último século tenham realmente esclarecido a questão. (BEAUVOIR, 1967, s/p).

Na busca por mais uma mulher que, pela palavra, está à frente, entre outros, de dois movimentos, o movimento negro e o movimento feminista, deparamo-nos com o nome de Angela Davis, filósofa, professora marxista e personalidade que possui uma vida que lhe rendeu histórias para contar. Para ilustrar, em 1974, foi lançado o livro *Angela Davis: Uma autobiografia*, texto que está para virar um longa-metragem a qualquer momento. Líder das/dos Panteras Negras, essa mulher marcou a história norte-americana ao lutar pelos direitos civis

de negras e negros, luta esta, marcada pela retaliação policial nos guetos, principalmente.

Em 1970, ela foi acusada de estar envolvida em um sequestro, acompanhado da morte de um juiz, o qual julgaria um processo que envolvia três acusados, todos eles adolescentes negros. Esse caso teve grande repercussão. Nomes como John Lennon/Yoko Ono e Rolling Stones protestaram através de suas respectivas canções: “Angela” e “Sweet Black Angel”. Em 1972, Angela foi absolvida. Esse episódio de sua vida serviu de base para filmarem o documentário *Libertem Angela Davis* (2011).

Todos esses fatos vivenciados por Davis fizeram dela hoje uma ativista dos movimentos negro e feminista. Sua voz é alcançada tanto dentro quanto fora dos muros da academia. Exemplo disso é o livro *Mulheres, Raça e Classe* (2016), no qual o capítulo “O movimento antiescravagista e a origem dos direitos das mulheres” tenta mostrar a importância das mulheres brancas de classe média na luta antiescravagista norte-americana. Segundo Davis, nessa luta pelo outro, a mulher branca pode ocupar o lugar de sujeito que, desde a Revolução Industrial, teve que desocupar. Antes da Revolução, como lembra a autora, a mulher, mesmo em casa, tinha um papel central no desenvolvimento manufatureiro, com a produção de tecidos, roupas, sabão, velas, entre outros produtos para o uso doméstico. Retirar esse trabalho delas e transferi-lo para a fábrica foi a marca de uma revolução, na qual o papel da mulher foi alternado de sujeito a objeto e serviçal de um lar patriarcal: “No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana” (DAVIS, 2016, p. 45).

Dando um salto temporal, mas em diálogo com a repetição da história, se, na década de 1970, as feministas brancas, com razão, queriam sair de casa, lugar que consideravam opressivo; por outro lado, as feministas negras, como Davis, bell hooks e Lélia Gonzalez, por exemplo, devido a toda a violência sofrida na esfera pública por serem mulheres negras, diziam que a casa podia ser lugar de segurança e de resistência para elas. Neste sentido, as ideias de família, maternidade e lar não eram

propostas e subordinadas ao trabalho dentro dos objetivos do capitalismo, da subserviência e da opressão.

Dessa época para cá, Silvia Federici (2019), em diálogo com o pensamento anticolonial, afirma que o trabalho doméstico é fundamental para toda a organização capitalista, porque continua sendo o fundamento de toda atividade laboral: a reprodução da força de trabalho. Trabalho este que, como está ligado à esfera privada e do cuidado, é destinado à mulher por razões sociais, culturais e econômicas imbricadas ao patriarcado: “O trabalho doméstico é um trabalho – o trabalho de produzir e reproduzir a força de trabalho – e, nesse sentido, expunha a enorme quantidade de trabalho não remunerado que continua incontestado e invisível em nossa sociedade” (FEDERICI, 2019, p. 118).

Esse assunto, infelizmente, não envelhece. O que resta às mulheres fazer é tentar lutar e resistir ao sistema capitalista e patriarcal ou conviver com esse fardo de forma acomodada. Nesse segundo caso, é importante destacar que, se a família ocupa um lugar de privilégio social, em vez de entrar em conflito para dividir as tarefas domésticas com outros membros da mesma casa, a mulher, muitas vezes, encontra subterfúgios para colocar os afazeres domésticos em dia, contratando uma empregada doméstica, outra mulher que ocupa uma classe social mais desprivilegiada. Fato é que, sendo a dona de casa ou a empregada doméstica, a mulher, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realiza 21 horas semanais de trabalho não remunerado, enquanto os homens desempenham apenas 11 horas na semana.<sup>30</sup>

Este trabalho não remunerado já era problematizado por feministas como Silvia Federici (2019). Com a chegada da pandemia da COVID-19, diversas mulheres, que antes terceirizavam e invisibilizavam o serviço doméstico e o cuidado para com os filhos, tiveram que aprender a conviver com todo esse trabalho e mais o trabalho remunerado *home office*, tudo ao mesmo tempo e no mesmo espaço – o lar. Sobre isso, mais uma vez, as feministas negras ensinaram às feministas

---

30 Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Noticias/noticia/2020/06/ibge-mulher-tem-peso-importante-no-chamado-trabalho-invisivel.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

brancas. Precisou de uma pandemia para o trabalho doméstico deixar de ser invisível para as mulheres brancas privilegiadas. Isso quando as famílias destas dispensavam e arcavam com os custos da empregada doméstica durante o confinamento, pois é sabido que muitas delas continuaram trabalhando no “novo normal”. Não à toa ter sido uma empregada doméstica a primeira a morrer devido à COVID-19 na cidade do Rio de Janeiro.<sup>31</sup> Não à toa ter morrido o filho de uma empregada doméstica preta e nordestina durante o seu trabalho em plena quarentena. Ela passeava com os cães da família enquanto o seu filho, desamparado, caía do prédio dos patrões.<sup>32</sup>

Não à toa, ainda, o trabalho remunerado do cuidado, fora de casa, ser mantido mal remunerado e, enquanto extensão do lar, mulheres negras, em sua maioria, no seu comando. Por isso, para a antropóloga Débora Diniz, em entrevista publicada pela *Folha de São Paulo* no início do confinamento, mais especificamente em abril de 2020: “a pandemia tem gênero”.<sup>33</sup> Em consonância com esse fato, para o Fundo das Nações Unidas, à época, os setores de saúde, serviço social, apoio e cuidado constituem-se, majoritariamente, por mulheres, cerca de 70% de trabalhadoras. Isso mostrou também que foram elas que se expuseram a um risco maior de infecção pela COVID-19, tanto que, no campo da enfermagem, a porcentagem de mulheres foi de 85%. Este último dado apareceu em matéria de 2 de maio de 2020 do *El País*, cujo título reforçava os argumentos apresentados até aqui: “A luta contra o coronavírus tem o rosto de mulheres”.<sup>34</sup> Este texto falava sobre dois tipos de

---

31 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.html>. Acesso em: 01 jan. 2020.

32 Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml>. Acesso em: 01 jul. 2020.

33 E tem raça, classe, entre outros marcadores de desprestígio social, como é o caso do geográfico. Nesse sentido, vale destacar as queimadas ocorridas na região amazônica e pantaneira durante o confinamento atual, o apagão no estado do Amapá no final de 2020 e, já no início de 2021, a falta de oxigênio nos hospitais públicos do estado do Amazonas, em plena pandemia de COVID-19.

34 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-02/a-luta-contra-o-coronavirus-tem-o-rosto-de-mulheres.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

sobrecarga em relação ao trabalho das enfermeiras e, principalmente, das técnicas em enfermagem: i. Sobrecarga física devido às condições precárias, como falta de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual); falta de treinamento para trabalhar em setores variados por causa da pandemia; falta de profissionais, visto que, enquanto muitas adoeciam, quem não adoecia precisava dobrar a carga de trabalho. ii. Sobrecarga emocional devido ao medo de adoecer e levar a doença para casa, para os filhos e pais idosos que conviviam na mesma residência.

Em relação a esse segundo tópico, de acordo com dados do IBGE da ocasião, entre os idosos, mais mulheres viviam sozinhas e com baixos rendimentos, sendo elas ainda parte do grupo de vidas passíveis de descarte neste início de pandemia. Paradoxalmente, eram as avós que, muitas vezes, cuidavam dos netos enquanto suas filhas tinham que sair para trabalhar. Mais alguns dados da época que foram coletados pelo IBGE apontaram que as mulheres estavam sendo mais afetadas que os homens durante a quarentena, sendo eles: dos 38,1 milhões de pessoas que estavam abaixo da linha pobreza no Brasil, 27,2 milhões, pelo menos, eram mulheres; 41% de todas as mulheres ocupadas no Brasil estavam no setor informal; considerando somente trabalhadoras negras e pardas, a taxa de informalidade tinha subido para 47,8%. Em meio a estes dados alarmantes do início do confinamento, a equipe NUGEDIS (Campus Macaé) se perguntava: Como sobreviver em meio à pandemia no trabalho informal? Como sobreviver se, nas esferas de poder de decisão para pensar os rumos da pandemia, as mulheres são apenas 25% dos parlamentares em todo o mundo e menos de 10% dos chefes de Estado ou de Governo?<sup>35</sup>

Vale lembrar que, ao longo da história, foi construída uma narrativa sobre a precariedade racional, moral e política da mulher, e que, por isso, ela ainda se encontra fora da produção de conhecimento e das decisões políticas importantes. Em comparação ao homem, a mulher está longe de alcançar espaços decisórios de forma paritária na esfera pública conforme evidencia

---

35 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 01 jul. 2020.

a leitura de todos os dados trazidos à baila. Por outro lado, outros números, escondidos muitas vezes, subvertem a ordem ao apontarem que, nos países em que as mulheres estavam à frente do Executivo, o combate ao Coronavírus se mostrou mais efetivo. Da Nova Zelândia à Alemanha, Taiwan ou Noruega, alguns países liderados por mulheres estavam tendo, relativamente, menos mortes pela COVID-19.<sup>36</sup> Em virtude disso, essas lideranças vinham sendo elogiadas em algumas mídias, nas redes sociais principalmente, pelas medidas tomadas face à crise global de saúde.

Não, não estávamos no mesmo barco. A maioria seguiu sem colete salva-vidas. Em meio à pandemia da COVID-19, assistíamos ao noticiário e tomávamos conhecimento de que o índice de violência contra a mulher tornava-se crescente dia após dia deste cenário de quarentena e de convívio social reduzido. Em abril de 2020, um mês após o início da quarentena no Brasil, as denúncias ao 180 subiram quase 40% em relação ao mesmo mês de 2019, segundo os dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMDH).<sup>37</sup> De acordo com a ONU Mulheres, em diversos países, os índices de violência doméstica contra mulheres vieram crescendo durante a quarentena pelo Coronavírus. Estudos realizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontaram que, com o confinamento, a dificuldade em denunciar o agressor aumentou. Esse mesmo estudo assinalou ainda para a importância de ampliar o atendimento *online* de suporte à vítima.<sup>38</sup> Notícias de longe. Em meio ao caos, através da rede NUGEDIS, estudantes do IFFluminense utilizavam as redes sociais para falar da violência sofrida pelas mulheres de sua família – mãe, irmã, prima e/ou tia. Notícias de perto.

---

36 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52376867>. Acesso em: 01 jul. 2020.

37 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>. Acesso em: 28 jan. 2021.

38 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>. Acesso em: 28 jan. 2021.

Segundo o *Atlas da Violência de 2020*: uma mulher era morta no Brasil a cada 2 horas; deste total, quase 50% eram por arma de fogo; 38,9% desses homicídios ocorreram dentro de casa. É sabido que a violência às mulheres não está relacionada, diretamente, à classe social, mas é sabido também que esse fator, juntamente com a questão racial, eleva o número de ocorrências nesse sentido no Brasil. Em 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no país, sendo 68% delas negras (INEP, 2020, p. 37). Este mesmo documento chamou a atenção também para a morte de Marielle Franco e para o fato de, no momento, o caso não ter sido solucionado ainda:

Marielle Franco, mulher, negra, vereadora do Rio de Janeiro, é uma das milhares de mulheres que tiveram a vida ceifada precocemente pela violência naquele ano, e que constam desta estatística. Marielle não é apenas uma das vítimas mais conhecidas da violência em 2018, mas é também a representação da parcela da população mais vulnerável à violência, evidenciando que os marcadores sociais de raça e gênero são determinantes para compreender a desigualdade da violência no Brasil. Apesar da importância simbólica e da repercussão internacional desse assassinato, até hoje, mais de dois anos depois, a sociedade ainda aguarda o desfecho do caso, com a identificação dos mandantes, ficando a pergunta: “quem mandou matar Marielle?” (INEP, 2020, p. 37).

Em termos de violência, seja ela física, verbal, econômica e/ou psicológica, não é fácil ser mulher no Brasil, mas ser mulher e ainda ser pobre e preta é agregar resistências. Diante desse cenário caótico, confinadas e confinados, o que restava, muitas vezes, era o sentimento de impotência em relação à dor e à *sororidade* dessas mulheres de longe e de perto. Vale lembrar que *dolorida de*, palavra que dá título ao livro de Vilma Piedade (2017), questiona a ideia de *sororidade* (irmandade entre mulheres). Segundo a autora:

É um conceito [sororidade] muito antigo e importante para o feminismo, mas parece não dar conta da nossa pretitude. [...] A dororidade nos faz olhar para as três questões juntas. Obriga a

olhar para a dor que o racismo provoca, e essa dor é preta. [...] Não é que a dor das pretas seja maior. Dor é dor, e ponto. Dói muito ser mulher atacada pelo machismo, e dói muito ser mulher atacada pelo racismo.<sup>39</sup>

Nesta seara global de dores e *dororidades*, o que o local, com foco na escola pública que é o IFFluminense, através de seus NUGEDIS, tinha a dizer à/ao estudante de sua comunidade que teve a mãe – dona de casa que dependia do sustento do marido e que não tinha para onde correr durante a quarentena, já que a regra era clara, “Fique em casa!” – Espancada pelo pai ou padrasto? O que dizer para nós mesmos diante de tantas notícias terríveis, degradantes e angustiantes, envolvendo e entrelaçando as temáticas de gênero, classe, raça/etnia, entre outros marcadores de opressão?

Ninguém tem respostas certeiras para essas questões. No entanto, dar ouvido e propor leituras e escrituras para compreender melhor toda a violência a que, enquanto coletivo, estávamos submetidos é o que justificava a proposição deste trabalho. Com o pensamento crítico, tornou-se ainda mais importante vivenciar as feridas, os lutos da quarentena, para que fosse possível sobreviver à morte, olhar para o futuro e imaginar um mundo possível melhor, conforme pontuou Judith Butler: “O luto é um ato político em meio à pandemia e suas disparidades”.<sup>40</sup>

Com a cena imposta, EM CAIXA ALTA, o intuito do NUGEDIS, naquele início de pandemia, através de ações desenvolvidas pelo projeto *Mulheres de família: como sobreviver em tempos de Covid-19?*, era problematizar e levar a comunidade IFFluminense e sua extensão macaense e arredores a problematizar o modelo de sociedade que viemos construindo, no qual foram estabelecidos limites rígidos entre a esfera pública – do homem,

---

39 Trecho presente em “Em novo livro, autora questiona noção de ‘sororidade’ dentro do feminismo”, resenha crítica realizada por Helô D’Angelo para a Revista Cult. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dororidade-vilma-piedade/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

40 Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Judith-Butler-O-luto-e-um-ato-politico-em-meio-a-pandemia-e-suas-disparidades/6/47390>. Acesso em: 28 maio 2020.

do poder de decisão, do trabalho (melhor) remunerado, da diversão – e a esfera privada – do cuidado, da reprodução, do trabalho doméstico (pior ou não) remunerado, do enfadonho.

A partir de agora, iremos nos debruçar mais detidamente nas ações desenvolvidas pelo projeto em questão.

## 2 Esperançar

Através da linguagem artística – criadora e contestadora de afetos, percepções e imaginações –, cada estudante e cada servidor/a envolvida/o neste projeto buscaram, ao longo de 2020 e de 2021, produzir conteúdo multimídia, a fim de levar a escola e sua extensão a tecer uma rede coletiva e colaborativa de (in)formação sobre dignidade, respeito, ética e estética feminista. Deste projeto de extensão, com ações de ensino e pesquisa e com financiamento de bolsas estudantis concedidas através de edital de seleção proposto pela Reitoria do IFFluminense e pelo Programa Jovens Talentos da FAPERJ, bordamos – cerca de 20 (vinte) pessoas, incluindo a participação ativa das autoras deste texto, de outras/os professoras/es da área de Linguagens, da equipe da Fanzinoteca, da equipe da Nutrição e, principalmente, das/dos bolsistas, voluntárias/os, além da participação mais indireta de outras/os servidoras/es e estudantes do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Automação Industrial, Eletromecânica, Eletrônica e Meio Ambiente do IFFluminense, *Campus Macaé* – o vir a ser de corpos indisciplinados, corpos que se negam à utilidade objetificadora, corpos que aprendem que, como bem pontuou bell hooks (2013) a partir da leitura de Paulo Freire (1996), é ensinando a transgredir que a educação se (re)cria, se esperança enquanto prática da liberdade para dentro e para fora dos muros da escola.

Por esses motivos e pelos quais ainda não conseguimos elaborar, visto que a pandemia e seus traumas ainda nos assombam, este trabalho apresenta como objetivo geral contribuir para se questionar o papel social da mulher – o corpo a ser sacrificado psicologicamente, física e sexualmente – durante a quarentena gerada pela COVID-19, destacadamente. Como objetivos específicos, dentre outros, este projeto de ensino, pesquisa e

extensão buscou a interação entre todos os participantes, a fim de: i) estabelecer uma rede de afetos para que cada um/a tenha o direito de falar, escutar e ouvir as dores e as *dororidades* de ser mulher, principalmente, em momentos mais difíceis como o da pandemia da COVID-19; ii) Promover a transformação dessa dor em linguagem performativa, artística, coletiva e colaborativa para pensarmos, coletivamente, em propostas de ação.

Conforme abordagem variada apresentada, a pesquisa foi viabilizada a partir de leituras críticas que abordavam o tema interdisciplinarmente. Para ilustrar, no perfil do Instagram @nugedisiff, a que estudantes e servidoras/es do IFFluminense têm acesso, foram sugeridas leituras de artigos científicos, jornais/revistas, fanzines, contos, romances, poemas, quadrinhos, letras de música, artes plásticas, documentário/filmes/séries. Vale destacar a promoção de debate, através de postagens variadas nas redes sociais, eventos, *lives* e *podcasts*, sobre a normatização/padronização social, em diálogo com a não-fixidez possibilitada pela leitura dos significados possíveis para o ser mulher ontem e no porvir, bem como a produção coletiva e colaborativa de textos verbais e não-verbais, acadêmicos e artísticos, que problematizassem questões pertinentes ao assunto, tais quais: trabalho doméstico e de reprodução social (multitarefa), carga emocional, violência doméstica, diferenças salariais e de trabalho realizado por homens e mulheres, mulheres na linha de frente no combate ao Coronavírus, pressão estética, produção cultural misógina, como a que colocava a mulher como histórica e o homem como aquele que não aguentava mais os surtos dela durante o confinamento e precisava, a qualquer custo, fugir, produção cultural feminista, educação feminista.

Deste projeto, conforme foi possível observar algumas ações realizadas, ampliou-se o debate em torno do tema, permitindo o convívio entre o pensamento reflexivo e as diferenças. Importante lembrar que conviver com o outro não significa concordar com o outro, mas, democraticamente, entender que as pessoas podem ter pontos de vista diferentes. O indivíduo de uma sociedade – a escola como metonímia dela – que se permite conhecê-los tem a possibilidade de ampliar a sua forma de ver o mundo e de agregar vivências e culturas diversificadas à sua. Além

disso, o debate foi realizado de forma crítica e interdisciplinar, apontando que um dos caminhos para o aprendizado dessas noções, longe da estereotipia, era o diálogo. Era preciso, portanto, falar, mas também dar voz e oportunidade para que o outro falasse e para que nós o escutássemos. De acordo com essa proposta, os Parâmetros Curriculares Nacionais ratificavam:

O aluno deve ser considerado como produtor de textos, aquele que pode ser entendido pelos textos que produz e que o constituem como ser humano. O texto só existe na sociedade e é produto de uma história social e cultural, único em cada contexto, porque marca o diálogo entre os interlocutores que o produzem e entre os outros textos que o compõem. O homem visto como um texto que constrói textos (BRASIL, 2000, p. 18).

Dos resultados concretos que foram possíveis viabilizar com o projeto NUGEDIS (IFFluminense, *Campus Macaé*) na quarentena, consta a participação de reuniões e de projetos que foram idealizados pelo grupo de pesquisa *Poiesis e Alquimia Feministas*, rede de afeto que une pesquisadoras variadas, de instituições públicas e privadas, incluindo as autoras deste texto, que foi criada na pandemia do Coronavírus e vem sendo tecida para pautar, na academia e para além dela, questões relacionadas a gênero e suas intersecções de raça/etnia e classe. O NUGEDIS também teve a oportunidade de apresentar trabalhos em eventos acadêmicos, como é o caso do *IV Fazendo e Desfazendo Gênero na Escola de Comunicações e Artes da USP*, e de produzir, gravar e divulgar “Senhora Cidadã #3 – Gênero e Pandemia: Estamos todos no mesmo barco? ”, episódio de *Senhor Cidadão*, um *podcast* contra-hegemônico produzido por professoras/es do IFFluminense, Campus Macaé, disponível em diversas plataformas, a exemplo, o *Spotify*. Com o intuito de debater o assunto proposto dentro do instituto e fora dele, também participamos de algumas *lives*, tais quais “Desigualdade e Meritocracia”, realizada pelo coletivo *Afronte*, rede de estudantes de Macaé e arredores, e “Relações de gênero, educação e cidade”, promovida por professoras/es de Sociologia do Colégio de Aplicação (CAP) da Prefeitura de Macaé-RJ.

Outra ação importante de nossa rede aconteceu através da organização do *Seminário Virtual da Mulher: Educação, Cultura e Ciência* (IFFluminense). Durante ele, o NUGEDIS, Campus Macaé, participou da webconferência de abertura, “Produções culturais realizadas durante a pandemia da COVID-19: Uma análise a partir da temática de gênero e de suas relações interseccionais de classe e etnia/raça”, disponível no canal do IFF Tube.<sup>41</sup>

Organizamos ainda, em conjunto com os *Encontros Históricos 2020*, promovidos pela Graduação em História do IFFluminense, Campus Macaé, o evento virtual *Slam Poesia: A Literatura nas Ruas*, com participação de poetas/slammers/artistas do cenário nacional e local. Neste evento, o destaque foi para a poeta, *slammer* e feminista Luiza Romão, que performou alguns dos poemas de sua obra *Sangria*, a qual busca, através do calendário do ciclo menstrual, (re)contar a história do Brasil por uma perspectiva despatriarcal.

Novamente em 2020, organizamos e produzimos o seguinte curso livre de extensão – *Narrar a história a contrapelo: alguns questionamentos sobre feminino, corpo, sacrifício e arte decolonial*. Ao longo do curso, buscamos trabalhar com as obras de Luiza Romão, Angélica Freitas, Rosana Paulino, Adriana Varejão e Marcela Cantuária pelo fato de dialogarem entre si na revisão do passado, no desejo de rasurar a arte bem-comportada e deixar à mostra toda a marca de violência a que mulheres foram e ainda são submetidas devido à herança patriarcal recebida, com suas marcas interseccionais de raça/etnia e classe. Em seus tecidos artísticos, foi possível observar a sutura da memória colonial por meio da (des)construção do papel da mulher na formação do Brasil, país racista e misógino. Uma das propostas para leitura dos textos verbais e não-verbais dessas artistas foi pelo rompimento com o ritmo pré-estabelecido e, por conseguinte, pela procura do feminino em outro tempo mais complexo. Nesse sentido, o objetivo do curso se tornou ler a obra delas enquanto busca por fazer da linhagem patriarcal – messiânica, colonizadora, civilizada, escravocrata – uma cama de gatos, na qual é pensada uma comunidade por

---

41 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ak4QjBKltpU>. Acesso em: 28 jan. 2021.

vir pautada pela noção de matriarcado, pelo refazer crítico e poético da memória em comunhão antropofágica. Para tanto, a história oficial foi revisitada pela ótica do pensamento feminista decolonial: seja pelas vozes de mulheres que já ecoavam no meio acadêmico há algum tempo, mas que ganham mais notoriedade hoje, como Lélia Gonzalez, María Lugones, Heloisa Buarque de Hollanda, Silvia Federici; seja pelas artistas trazidas à baila, tendo em vista que assumem o papel de agentes da história ao proporem narrativas poéticas contra-hegemônicas para o processo de colonização do Brasil.

Por fim e por recomeço, uma das ações desenvolvidas quase que diariamente foi, através da criação da conta @nugedisiff no Instagram, a postagem de conteúdo, em linguagens diversas (ilustrações, fotografias, colagens, vídeos, poemas, crônicas, contos, fanzines, entre outros), de autoras e autores do cenário cultural local, regional e global, como, principalmente, membros da comunidade iffiana, que buscassem falar de gênero e suas intersecções de raça e classe. Dentre as diversas publicações produzidas pela comunidade IFFluminense, *Campus Macaé*, constam as seguintes:

1. Pintura de Simone Daumas, Professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação que se aposentou recentemente, mas que mantém a parceria com a escola através do NUGEDIS. A imagem proposta convida as mulheres a pensarem na importância do autocuidado e do autoconhecimento durante o confinamento.



A pintura representa esse momento em que nos despidimos de tudo e mergulhamos num processo de redescoberta de nós mesmas...

Simone  
Daumas  
Professora aposentada de  
LPL do IFFluminense,  
Campus Macaé



2. Crônica de Alessandra Paravidini, parceira do projeto e Nutricionista da escola. Através do humor, é narrado ao leitor as atividades e descobertas cotidianas de uma mãe com filhos pequenos durante a quarentena.

**Era uma vez... Josefina: crônica de uma quarentena (com crianças)**

“Aiiiiiiii, uma barataaaa!!!!”, gritou a mãe, ao se deparar com uma barata daquelas grandes e cabeludas no meio das roupas úmidas, esquecidas há alguns dias.

De prontidão, o pai veio munido de inseticida e boa mira. Logo atrás, vieram as crianças, porém tarde para evitarem o “baraticídio”. A criatura já se encontrava desnorçada, cambaleando entre as roupas no balde.

“Coitadinhaaaa!!!”, exclamaram as duas crianças, quase que em coro.

“Ela é nojenta, mas tão fofinha!!!” Disse a mais nova.

“Mãe, pesquisa aí no Google como desintoxicar uma barata!” Suplica a mais velha.

A mãe, já apelando para Nossa Senhora do Entretimento, sugere que tentem ajudar a pobre coitada, mas preparando os corações para um quase que inevitável óbito.

E, assim, fizeram! Deram à coitada nome, água, comida e um lar. Uma vida digna de uma barata, mesmo em seus últimos suspiros.

Aqui jaz Josefina.

Aqui jaz mais uma manhã...

3. Poema de Eloísa Garcia, estudante do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Automação Industrial e uma das bolsistas de nosso projeto, com 17 (dezesete) anos na época. Em seu texto, é possível observar os obstáculos enfrentados pela mulher até conseguir dar um basta ao relacionamento abusivo que a mantém, desde a escolha do batom, sob controle do parceiro. Mais amplamente, ele chama a atenção para todas as mulheres que, de uma forma e/ou de outra, têm seus corpos vigiados e controlados, pelo Estado, pela religião, pela família, pelos homens com quem se relacionam, pela sociedade em geral.

### **Me arrumo pra você**

Me visto de coragem, naquele vestido  
que você sempre achou indecente

A maquiagem, exagerada demais,  
me deixa viva

Meus brincos pesados fazem o peso  
das suas palavras parecer insignificante

E o perfume? É aquele que eu parei de usar  
porque você achava enjoativo

Me olho no espelho e me enxergo,  
porque já não sou mais cega

Agora eu vejo tudo  
Agora eu vejo você

Meu batom é vermelho bem forte,  
forte como a mulher que eu me tornei

Saio de casa sozinha,  
o que você nunca deixaria

Saio de casa livre,  
finalmente

Me arrumo pra você  
Pra nunca mais te ver

4. Poema de Vítor Manoel Fortunato, ex-estudante da escola, mas ainda parceiro do NUGEDIS, e graduando em Letras Português-Literaturas pela UFRJ. A temática proposta para este texto chama a atenção do leitor em relação: ao crescimento da violência doméstica durante a pandemia da COVID-19; à necessidade de falar sobre a vulnerabilidade de mulheres (fruto de uma sociedade misógina, racista e classista), como também de homens (fruto de uma sociedade na qual impera a masculinidade tóxica). Mais uma vez, Vítor Manoel nos emociona com palavras contundentes, certeiras, de resistência e sobrevivência. Palavras que nos fazem encarar a masculinidade tóxica, em uma sociedade machista e violenta para mulheres e para homens também.

eu nunca tive medo do escuro  
mas cresci ouvindo:  
apaga a luz, moleque!  
não é você que paga a conta no fim do mês  
e fecha a boca  
engole esse choro  
vê se endireita essa postura!  
você é homem ou o quê!?  
não quero debaixo do meu teto filho viado  
eu não alimento você pra isso  
homem de verdade não tem medo do escuro, porra!

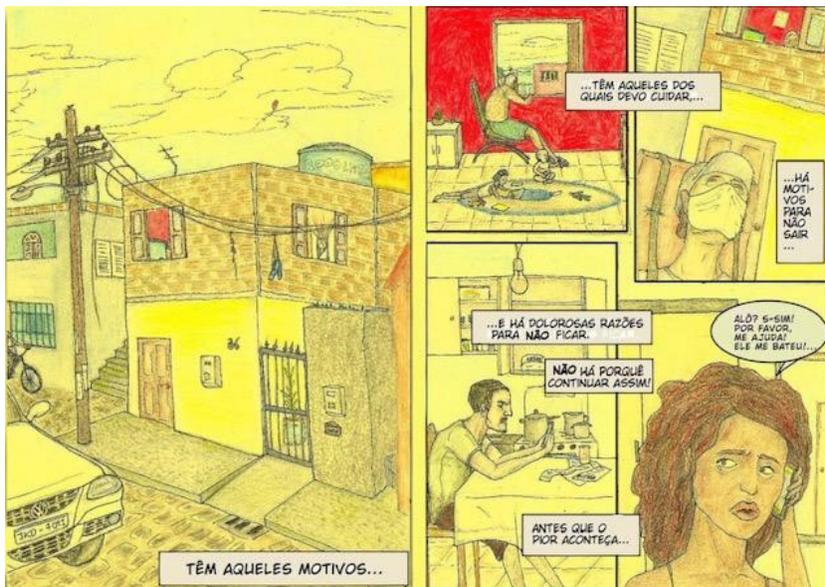
não, eu não tenho medo do escuro  
nunca tive  
nunca me preocupei com o que haveria  
em meu quarto à noite  
ou debaixo da cama, ou no armário  
nada!  
eu tinha medo de quem ELE se tornava  
pavor do que fazia  
o choro de minha mãe ecoar tão alto  
pela casa  
quando as luzes se apagavam  
TODAS!  
e sua voz morria

como que consumida  
pelos silêncios  
da casa  
das casas ao redor  
de todos!  
meu medo era material  
maciço  
tinha nome  
e se não me matou nem a ela  
chegou bem perto disso  
fez com que desejássemos isso mais do que a qualquer  
outra coisa na vida.

medo do escuro?  
é sério?  
eu sempre tive medo do silêncio  
da omissão  
de que pedidos e gritos por...  
SOCORRO-SOCORRO-SOCORR-  
não bastassem  
não servissem de nada!  
é da impotência que tinha medo!  
medo esse  
ainda tão latente  
de que a voz de uma mulher  
não seja percebida  
e sua dor  
não seja vista  
porque não se lembraram de acender a luz  
e nada se faz! nada muda!  
medo  
de que a violência contra seus corpos  
tão presente  
permaneça, no escuro  
porque não querem enxergar  
o que sua covardia patrocina!

porque como disse Friedrich Hebbel  
“viver é tomar partido”  
qual o seu?

5. Produzida por Keven - @kevaldoso, estudante do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Eletromecânica e bolsista da Fanzinoteca do IFFluminense (*Campus Macaé*), com 17 (dezesete) anos na época, a HQ a seguir apresenta como objetivo falar sobre o aumento do índice de violência doméstica durante a pandemia da COVID-19. A partir de sua recepção, podemos e devemos problematizar: Ficar em casa durante a pandemia foi seguro para quem?



6. Logo da web-série *Acervo Thina Curtis*, parceria iniciada na quarentena com a equipe da Fanzinoteca de nosso Campus, em que, semanalmente, divulgamos trechos e/ou resenhas de zines feministas, por meio de vídeos produzidos por mulheres da comunidade acadêmica.



7. Mais uma produção realizada por Eloisa Garcia, estudante do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Automação Industrial e uma das bolsistas de nosso projeto, com 17 (dezessete) anos na época, a partir de leituras e debates realizados durante o curso livre de extensão. *Narrar a história a contrapelo: alguns questionamentos sobre feminino, corpo, sacrifício e arte decolonial.*



Desde a primeira vez que li o poema "um útero é do tamanho de um punho" [da Angélica Freitas], pensei bastante sobre a imagem forte que esse título produz e também sobre o poder do útero, como uma extensão da mulher. Daí, resolvi fazer uma leitura em forma de uns versos e também um bordado (minha aventura da quarentena).

um útero é do tamanho de um punho

produz e reproduz

sustenta o capital

sua resistência

seria muito mais letal

do que meros socos

Por: Eloisa Garcia

Bolsista do NUGEDIS e  
aluna do IFFluminense,  
Campus Macaé



## Considerações finais

Ao retomar as leituras críticas que o século XIX e o século XX fizeram para as noções de gênero, este trabalho buscou repensar os significados buscados e criados na contemporaneidade para elas, por um viés descritivo, questionador, problematizador, relativista, e não mais por um caráter normativo, doutrinador. Por essa ótica, os sentidos procurados para elas não estão sendo guiados pelo senso comum, pela doxa. Desconstruídas, elas permitem uma aprendizagem crítica (aprendizagem da não-ingenuidade). Desse modo, a noção de gênero passa a ser compreendida de forma plural e, interdisciplinarmente, relaciona-se às áreas da Filosofia, da Psicanálise, da Sociologia, da História, da Linguística, da Literatura e outras linguagens culturais, artísticas.

A partir do entendimento desse conceito como um entre-lugar, distante de uma verdade, de uma unidade, de uma origem, de uma única identidade e de um conceito fechado, este projeto de ensino, pesquisa e extensão buscou agenciar um diálogo movido pelos diferentes olhares e pelas diversas vozes de servidoras/es e estudantes do Instituto Federal Fluminense (*Campus Macaé-RJ*), além de outras pessoas, como professoras/es e estudantes de outras escolas do município, para promover uma rede de solidariedade à mulher que desempenha infinitas funções e esteve mais exposta frente ao crescimento da violência doméstica ao longo da quarentena gerada pela COVID-19.

Destarte, com as ações propostas pelo NUGEDIS (*Campus Macaé*) ao longo de 2020 e 2021, com o decorrer da pandemia do Coronavírus, foi possível observar a abordagem variada do tema a partir da tríade leitura, debate e produção de textos verbais e não-verbais, dos mais científicos aos mais artísticos, desenvolvido coletivamente, pelo diálogo entre todas e todos participantes, público interno e público externo, tornando a comunidade acadêmica mais respeitosa com as diferenças que transitam tanto dentro quanto fora da escola.

## Referências

APRESENTAÇÃO. Em novo livro, autora questiona noção de ‘sororidade’ dentro do feminismo (entrevista concedida pela autora). Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dororidade-vilma-piedade/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ética e Pluralidade Cultural, 2000.

BUTLER, Judith. O luto é um ato político em meio à pandemia e suas disparidades. Entrevista publicada originalmente em **Truthout**. Tradução de César Locatelli. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Judith-Butler-O-luto-e-um-ato-politico-em-meio-a-pandemia-e-suas-disparidades/6/47390>. Acesso em: 28 maio 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In.*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Prefácio. *In.*: ROMÃO, Luiza. **Sangria = Sangría**. Fotografia de Sérgio Silva. Tradução Martina Altaef. São Paulo: Edição do Autor, Selo do Burro, 2017.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. *In.*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

IPEA. **Atlas da violência 2020**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In.*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. *In.*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

ROMÃO, Luiza. **Sangria = Sangría**. Fotografia de Sérgio Silva. Tradução Martina Altaief. São Paulo: Edição do Autor, Selo do Burro, 2017.

SANTAELLA, Lúcia. Gêneros discursivos híbridos na rede na era da hipermídia. **Bakhtiniana**, v. 9, n. 2, São Paulo, ago./dez., 2014.

TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e autoria – uma proposta para contornar a questão da dicotomia oral/escrito. **Rev. ANPOLL**, Campinas, n. 18, jan./jun., 2005, p. 128. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001557293>. Acesso em: 20 abr. 2020.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

YOUSAFZAI, Malala. Discurso de Malala Yousafzai no Prêmio Nobel da Paz. Disponível em: <http://historico.blogdacompanhia.com.br/2014/12/discurso-de-malala-yousafzai-no-premio-nobel-da-paz/>. Acesso em: 11 maio 2017.



**PARTE II: REDES,  
RESISTÊNCIAS  
COLETIVAS E  
POLÍTICAS SOCIAIS**

## O saco encheu e o copo esvaziou

Livia Corrêa<sup>42</sup>

Ela respira, concentra, estufa o peito, mas o que fica são apenas os restos. O que se recolhe disso? De repente, é como se sentisse num limbo. Naquele lugar, não-lugar. Tenta reunir forças para lutar, ou apenas resistir. Tem dias que abrir os olhos é uma vitória e tanto. Lê o primeiro jornal, segue a newsletters no e-mail, se esforça para ler um pouco de Clarice, de Badiou, de Barthes – é que ela tem mania de amor.

Entra nas redes/teias “sociais” e se depara com a repetição, as velhas novidades. Quem é que está são/sã? Nota muitas imagens, algumas, de puro exercício do narcisismo nosso de cada dia, outras esvaziadas; pois dê você o sentido que quiser! Crie uma borda. Ela repete quase como um mantra. Talvez o que ela busque seja um pouco o transbordar. Mas isso pode ser demasiado perigoso. Tem dias que ela só quer ficar ali, quietinha, nutrindo a sua angústia (o afeto que não engana), com brigadeiro, de preferência. Não quer ter sempre a responsabilidade de se haver com as suas escolhas.

Não quer pensar nas coisas relevantes, que gerem algum impacto positivo para a sociedade. Embora seja preciso estar atento e forte, tem dias que tá tudo bem, só se sentir triste e impotente. Não permita que lhe tirem essas coisas do humano. Ela não quer viver na superficialidade, tentando de todas as formas, escapar e não sentir. Às vezes, é isso o que se pode fazer: suportar as fragilidades. E isso, pode ser muita coisa.

---

42 Livia Barbosa Corrêa, Psicóloga/Psicanalista/escritora, graduada pela Universidade Federal Fluminense, pós-graduada em Psicologia Hospitalar pela Universidade Veiga de Almeida, mestre em Psicanálise (UERJ).



## CAPÍTULO 4

# 4 O SUCESSO DE FRIDA: POSSIBILIDADES E LIMITES DA ATUAÇÃO FEMINISTA NAS REDES SOCIAIS

Erika B. Arantes <sup>43</sup>

## Introdução

**E**m 1848, a cidade de Seneca Falls, Nova Iorque (EUA), foi palco da 1<sup>a</sup> *Convenção para o Direito das Mulheres*. Essa convenção foi impulsionada pelos acontecimentos de quase uma década antes: a *Convenção Mundial contra a Escravidão*. O fato é que as mulheres que participavam dessa convenção, realizada em 1840, foram impedidas de falar pelos homens que lá estavam. Muito empenhadas e organizadas na luta pela abolição da escravidão no “Novo Mundo”, Elisabeth Stanton e Lucretia Mott, mulheres brancas de classe média que estiveram presentes na reunião de 1840, insatisfeitas com a falta de representação política e com a impossibilidade de serem ouvidas, decidem convocar outras mulheres como elas para participarem da convenção de 1848, que ficou conhecida como o marco inicial do feminismo no Ocidente (GONÇALVES, 2006; DAVIS, 2016) sendo “a primeira agitação feminista a ser levada a sério” (GAY, 1988, p. 143).<sup>44</sup>

As pautas da *Convenção para os Direitos das Mulheres* eram amplas e abordavam questões como condições sociais, civis e religiosas das mulheres, além do ainda controverso direito ao voto. No entanto, é interessante perceber a relação entre o

---

43 Professora Adjunta no departamento de História da Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes. Coordenadora do Grupo de estudos Gênero, Raça e Classe; Membro da HuManas: pesquisadoras em rede; Membro do Fórum Poiesis e Alquimia Feminina.

44 Importante dizer que as mulheres sempre se organizaram e lutaram de diversas formas por ampliação de direitos, sendo quase impossível estabelecer precisamente um marco para o início da organização das mulheres. Aqui estamos tratando de movimentos organizados de mulheres em torno dessas lutas por direitos e que foram reconhecidos enquanto movimento feminista.

“nascimento oficial” do movimento feminista e a luta contra a escravidão (GONÇALVES, 2006). Apesar da ampla participação de mulheres na luta abolicionista nos EUA, feita a abolição, as mesmas mulheres que se sentiram privadas do direito de fala na *Convenção Mundial contra a Escravidão* – e de fato foram – não pareceram se importar com a situação das mulheres negras (egressas da escravidão ou não) e muito menos colocar entre suas principais reivindicações as demandas específicas dessas mulheres.

O feminismo em suas primeiras décadas é associado à luta das mulheres pelos direitos políticos, mais especificamente pelo direito ao voto. E não somente nos EUA. Na Inglaterra, na Argentina e no Brasil, o início do feminismo é marcado pela luta das mulheres pelo sufrágio universal. Por aqui, segundo Alves (2019), o movimento sufragista norte-americano em sua corrente mais conservadora serviu de modelo para o movimento brasileiro. Apesar da precursão de mulheres como Nísea Floresta<sup>45</sup> pelos direitos da mulher já no século XIX, a luta ganha contornos de movimento organizado com a fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, em 1910, e da Federação Brasileira para o Progresso Feminino em 1922, ambas fundadas por iniciativa de Bertha Lutz, mulher branca, de família abastada e intelectualizada.<sup>46</sup>

No entanto, antes mesmo de Seneca Falls e da organização das mulheres pelo direito ao voto nos EUA, no Brasil e em outros países, mulheres trabalhadoras de várias partes do mundo se organizavam em torno de reivindicações que lhes eram essenciais à sobrevivência. Segundo Davis (2016, p. 66), “nos anos 1840, as mulheres eram as líderes da militância operária nos Estados Unidos”, sendo que “a julgar pelas lutas das operárias brancas [...] elas mais do que mereciam o direito de serem enaltecidas como precursoras do movimento de mulheres”. Vale lembrar que o Dia Internacional da Mulher, tão propagado em vários

---

45 Nísea Floresta (1810-1885) é o pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, educadora, escritora e poetisa brasileira que lutava pelos direitos das mulheres.

46 Bertha Lutz (1894-1976) é filha do famoso cientista e pioneiro da medicina tropical no Brasil, Adolph Lutz e da enfermeira inglesa Amy Fowler. Bertha foi uma cientista (bióloga), política paulista e ativista pelos direitos das mulheres.

países, tem origem na luta das mulheres operárias socialistas que participavam da Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas (FRENCIA e GUAIDO, 2017).

A questão do trabalho e, mais especificamente, das mulheres da classe trabalhadora, não teve destaque nesse movimento de mulheres da chamada “primeira onda”.<sup>47</sup> Pensando nos limites do movimento de mulheres que ganhou o reconhecimento de “feminista”, um outro grupo mereceu ainda menor atenção: as mulheres negras. Não havia uma só mulher negra em Seneca Falls, quando da 1ª *Convenção para o Direito das Mulheres*, e, segundo Davis (2016, p. 67), “à luz do envolvimento das organizadoras com o abolicionismo, deveria ser perturbador o fato de as mulheres negras serem totalmente desconsideradas”.<sup>48</sup>

Na primeira metade do século XX, “a luta sufragista se amplia, em muitos países latino-americanos, sob a condução das mulheres de classe alta e média, que, através de uma ação direta junto aos aparelhos legislativos, logo conquistam o direito ao voto” (COSTA, 2005, p. 12). No Brasil, mulheres negras e operárias também não estavam presentes nos quadros das organizações mais reconhecidas, como as já mencionadas Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher e Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPPF). Segundo Besse (1999, p.

---

47 São vários os estudos que nomeiam como “onda” alguns momentos históricos em que houve uma sequência de movimentos e organizações feministas com a mesma pauta de reivindicações. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a “primeira onda” se refere ao Movimento Sufragista que se inicia em meados do século XIX e vai até a metade do XX; a “segunda onda”, que começa na década de 1960, nos Estados Unidos, e na década de 1970, no Brasil, é marcada pela crítica radical, teórica e prática, ao modelo de mulher e de família vigente. A “terceira onda”, iniciada nos anos 1990, evidencia mulheres até então deixadas em segundo plano: as negras, as lésbicas, as mulheres do terceiro mundo, as transgêneros, entre outras. No entanto, é preciso dizer que essa divisão precisa ser vista com fins apenas didáticos, pois por mais que algumas pautas ganhem destaque em determinado momento, existem pautas e referenciais diferentes paralelamente. O uso da ideia de ondas, segundo Perez e Ricoldi (2018), serve para organizar a realidade, apontando tendências do movimento feminista, mas não deve ser limitadora da sua análise, desconsiderando a trajetória, contradições e diversidade do campo social.

48 Pouco tempo depois, em 1851, Sojourner Truth, mulher negra e ex-escrava nos EUA, fez o famoso discurso “*Ain’t i a woman?*” na *Women’s Rights Convention*, em Akron, Ohio, Estados Unidos (Davis, 2016).

194), “as feministas de classe média relutavam em cruzar a fronteira de classe” e, por isso, as operárias não tinham lá grandes motivos para aderir ao movimento feminista “oficial”.

No entanto, é importante repensarmos esses marcos históricos que atribuem à criação da FBPF e à experiência de determinada classe a fundação do feminismo no Brasil. Como apontou Fraccaro:

A depender das greves e mobilizações entre os anos 1917 e 1920 e ainda daquelas dos anos 1930 que, não sem conflitos e com grande participação de mulheres, denunciaram os abusos, reivindicaram licença-maternidade e “trabalho igual, salário igual” pode-se afirmar que o tema da igualdade entre homens e mulheres esteve mais presente na disputa da classe trabalhadora do que nos primeiros anos da federação feminista. (FRACCARO, 2018, p. 77).

Importante mencionar que, no período pós-escravatura, a maior parte das mulheres negras trabalhadoras que não estavam nos campos foi forçada a trabalhar como doméstica e a maior parte das organizações de mulheres que se colocavam na luta pelo voto, nos EUA, e no Brasil, era formada por mulheres brancas de classe média pouco interessadas nas condições de vida das suas empregadas domésticas, geralmente mulheres negras.

Davis (2016) enfatizou essa situação ao descrever uma cena em que uma feminista solicita assinaturas em uma petição que pedia para os empregadores comprarem bancos para suas balconistas – por conta do tempo que estas ficavam de pé durante o trabalho – mas parece não entender a contradição quando foi indagada sobre o tempo que sua empregada doméstica permanecia em pé. Assim, para que as mulheres brancas pudessem alcançar o tão almejado trabalho fora de casa era preciso que uma outra mulher, oriunda de camadas ainda mais precarizadas, cuidasse de sua casa e de seus filhos.

No Brasil, uma das críticas das mulheres negras em relação ao feminismo é de que “as mulheres brancas reproduziam, em relação a elas, o mesmo esquema de opressão ao qual eram submetidas pelos homens” (RODRIGUES, 2020, p. 24). Funciona

para nosso contexto, a mesma análise que Davis (2016) fez para o contexto estadunidense, especialmente se pensarmos o caso do trabalho doméstico, mas não só.

Essas contradições estavam presentes em outras pautas caras às feministas desde muito tempo, como na questão do controle da natalidade, que começa a ser debatido, nos EUA já no século XIX, mas que ganha contornos mais definidos e centrais mais tarde, na segunda metade do século XX, com as campanhas a favor do direito ao aborto, que atingem também países como Brasil e Argentina (BARRANCOS; ARCHENTI, 2019). Sobre isso, Davis (2016) vai apontar o enorme abismo existente entre as realidades de mulheres de grupos sociais e raciais diversos:

Os novos sonhos das mulheres de prosseguir carreiras e outros caminhos de autodesenvolvimento fora do casamento e da maternidade apenas podiam ser realizados se elas pudessem limitar e planejar as suas gravidezes. Neste sentido, o slogan “maternidade voluntária” continha uma nova e genuína visão da natureza feminina. Ao mesmo tempo, no entanto, esta visão era rigidamente vinculada ao estilo de vida gozado pela classe média e pela burguesia. As aspirações debaixo das linhas da exigência da “maternidade voluntária” não refletiam as condições das mulheres da classe trabalhadora, engajadas como estavam numa longínqua luta fundamental pela sobrevivência econômica. Se esta primeira chamada pelo controle da natalidade estava associada aos objetivos que apenas podiam ser alcançados por mulheres com posses materiais, um vasto número de mulheres pobres e da classe trabalhadora teria achado mais difícil identificar-se com o embrionário movimento de controle da natalidade (DAVIS, 2016, p. 210).

O problema da não inclusão, pelo movimento feminista<sup>49</sup>, das questões relacionadas às mulheres da classe trabalhadora e das

---

49 Vale lembrar que mulheres negras e da classe trabalhadora não estavam alheias às lutas por suas demandas específicas. Aqui estamos falando da organização de mulheres que foi reconhecido historicamente como representante do movimento feminista

mulheres negras não se encerra na primeira onda, permanecendo em momento posterior, na chamada “segunda onda feminista”.

Mulheres negras que não somente vivenciaram esse período como ativistas e intelectuais, mas também escreveram sobre ele, como Angela Davis e bell hooks, apontam como as porta-vozes do movimento feminista na segunda onda tinham como suas principais preocupações e reivindicações angústias muito próprias das mulheres brancas de classe média.

O livro *The Feminine Mystique*, de Betty Friedan, publicado em 1963, foi considerado um marco para o movimento feminista de segunda onda e um dos seus principais formadores. hooks (2015) coloca que a obra foi escrita como se as mulheres negras (e as mulheres operárias) não existissem e acusa Friedan de transformar “suas dificuldades e as de mulheres brancas como ela em sinônimo de uma condição que afetaria todas as mulheres” (hooks, 2015, p. 194). A autora, ao comentar a aflição de Friedan ao dizer que “quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa”, coloca:

A autora definiu esse “mais” como profissões, sem discutir quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa se mais mulheres como ela própria fossem libertadas do trabalho doméstico e tivessem o mesmo acesso a profissões que têm os homens brancos. Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada. (hooks, 2015, p. 194).

De fato, enquanto as mulheres brancas de classe média lutavam por acesso ao mercado de trabalho, as mulheres negras e pobres nunca puderam se dar ao luxo de apenas cuidar da casa e dos filhos. Essas mulheres, secularmente, trabalhavam fora e cuidavam da casa e dos filhos, em uma exaustiva jornada tripla.

Se Friedan se referia à realidade norte-americana, no Brasil não teria sido muito diferente, como apontou autoras negras como Lélia Gonzalez (2011) e Sueli Carneiro (2003). Esta última

argumenta que “as propostas universalistas da luta das mulheres não só mostram a sua fragilidade, como a impossibilidade de as reivindicações que daí advêm tornarem-se viáveis para enfrentar as especificidades do racismo brasileiro” (CARNEIRO, 2003, p. 121). Lima (1995) vai dizer que:

O fato de 48% das mulheres pretas [...] estarem no serviço doméstico é sinal de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não significou ganhos significativos. E quando esta barreira social é rompida, ou seja, quando as mulheres negras conseguem investir em educação numa tentativa de mobilidade social, elas se dirigem para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho. (LIMA, 1995, p. 28).

Dessa maneira, os dois primeiros momentos do feminismo foram marcados por essa exclusão das demandas de mulheres negras e da classe trabalhadora de suas principais reivindicações.<sup>50</sup> No entanto, essa foi uma das pautas centrais da chamada “terceira onda feminista”, que se inicia em fins dos anos 80.<sup>51</sup>

A chamada terceira onda é marcada pela revisão e ampliação das pautas da chamada segunda onda, pela necessidade de inclusão da diversidade de mulheres e pela forte influência da ideia de interseccionalidade, que propõe pensar as diferentes formas de opressão que atuam sobre as mulheres (raça, classe, sexualidade), criticando o conceito universal de mulher e reconhecendo as diferentes experiências e identidades (CREENSHAW, 2002). Outro traço importante da terceira onda, principalmente nos EUA, é a abordagem pós-estruturalista da sexualidade e a incorporação desses estudos pelo campo de gênero, no qual autoras como Judith Butler são representativas. (PEREZ; RICOLDI, 2018).

Apesar do movimento feminista atualmente ainda estar atrelado por muitos à “terceira onda”, ativistas e estudiosas já apontam para uma “quarta onda”, que aprofunda questões

---

50 Nunca é demais lembrar que existiam organizações específicas de mulheres operárias, muitas alinhadas ao socialismo, que lutavam por questões específicas que afetavam sua condição de classe (como aumento de salário e melhores condições trabalhistas)

51 Há quem se refira ao início dos anos 90 para definir o início da terceira onda.

já levantadas no momento anterior, tais como a interseccionalidade, o combate à violência contra as mulheres e o debate sobre a inclusão (ou não) das pautas LGBTQI+. Para algumas estudiosas, esse momento – definido por “maré feminista negra” por algumas mulheres negras – tem algumas características importantes, como a ampliação do referencial teórico e a inclusão de autoras africanas e diaspóricas, como Oyèrónké Oyěwùmí e Grada Kilomba como contribuições fundamentais (FIGUEIREDO, 2020).

Mas essa recentíssima “onda” (ou “maré”), iniciada na segunda década dos anos 2000, é notadamente marcada pela atuação nas mídias e redes sociais, tais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *YouTube* etc. Perez e Ricoldi falam sobre essa “quarta onda”:

Como tudo que ainda está em curso, também está em plena elaboração. De fato, algumas características são já reunidas com frequência: o uso em massa de redes sociais e da tecnologia, e, portanto, um ativismo amplamente digital (como o feminismo de hashtag); aprofundamento de discussões sobre identidade e corpo, como a nova visibilidade da questão trans e da gordofobia, por exemplo; e, por fim, novos ativismos em torno de questões ainda não resolvidas, mas já levantadas em outros momentos do feminismo: violência, estupros coletivos, assédio em transportes. (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 6).

De fato, não é mais possível falar em feminismo sem levar em conta a atuação das feministas na mídia e mais especificamente nas redes sociais. Mas é importante complexificarmos o debate e pensarmos sobre as possibilidades e os limites dessa nova forma de atuação. É sobre isso que trataremos a seguir.

## **1 Frida Kahlo empoderada: feminismo e redes sociais**

O feminismo está em alta. Em 2017, “feminismo” foi eleita pelo dicionário norte-americano Merriam-Webster “A Palavra

do Ano”, por ter sido a mais buscada.<sup>52</sup>No Brasil, de janeiro de 2014 a outubro de 2015, o número de buscas pelo termo “feminismo” no Google aumentou 86,7%.<sup>53</sup>Entre 2015 e 2017, as buscas pelo termo tiveram um aumento de 200%<sup>54</sup> e, em 2018, a palavra bateu recorde de buscas nas redes.<sup>55</sup> Em 2020, após uso do termo “sororidade” em um *reality show* brasileiro, a busca pela palavra no Google subiu 250% em pouquíssimo tempo, saindo do nível zero de relevância na quantidade de buscas para 100 em apenas 2 horas e alcançando o topo em alguns estados brasileiros.<sup>56</sup>

É inegável que o feminismo “tá na moda” e está presente, de uma forma ou de outra, no cotidiano de milhares de pessoas.<sup>57</sup> As universidades,<sup>58</sup> as instituições, os movimentos sociais em geral, mas também os meios de comunicação, como cinema e TV, estão sendo interpelados a incluir o feminismo de alguma maneira.

A enorme proliferação desses temas nos diferentes espaços nos permite afirmar que expressões como “feminismo”, “empoderamento” e “igualdade de gênero” estão se tornando verdadeiros jargões midiáticos, com forte apelo para o consumo. É

---

52 Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/words-at-play/word-of-the-year-2017-feminism>. Acesso em: 21 jan. 2021.

53 Disponível em: <https://revistamoviment.net/feminismo-e-cinema-3f0e4a4b2850>. Acesso em 21 jan. 2021.

54 Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,buscas-no-google-sobre-feminismo-crescem-200-em-dois-anos-no-brasil,70002062987>. Acesso em: 21 jan. 2021.

55 Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/feminismo-bate-recorde-de-buscas-no-google-no-brasil-frida-e-a-mulher-mais-pesquisada>. Acesso em: 21 jan. 2021.

56 Disponível em: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/feminismo/bbb-20-buscas-por-sororidade-sobem-250-apos-fala-de-manu>. Acesso em: 21 jan. 2021.

57 É preciso ressaltar que essas buscas não são feitas apenas por pessoas que se identificam de alguma maneira com o feminismo, mas também por pessoas que se colocam contra o movimento.

58 Como professora universitária de um curso de história (UFF Campos), percebo que as alunas, a maioria muito jovens, são muito interessadas em conversar e se organizar em torno das pautas feministas. Como consequência disso, fui interpelada por essa demanda das minhas alunas, que pediam para que fossem ministradas disciplinas sobre história das mulheres e das relações de gênero. Lancei-me nessa empreitada como um desafio, uma vez que não era meu objeto de estudo. O resultado foi um curso lotado e que rendeu debates muito produtivos, a criação de um grupo de estudos sobre a temática e esse projeto.

comum que o feminismo (e as representações da diversidade em geral),<sup>59</sup> seja usado em campanhas publicitárias que colocam “a causa” como marca diferencial, objetivando o aumento das vendas ou prevenindo boicotes de produtos e marcas por determinado público.<sup>60</sup> Pesquisas mostram que parte do público feminino se recusa a consumir produtos cuja propaganda ou marca sejam associadas a estereótipos de gênero, e as empresas estão atentas a esse fenômeno. Tanto que existe até um termo, no âmbito da publicidade, para se referir às estratégias discursivas que rompem com estereótipos de gênero nas propagandas. O termo *Femvertising* é a mistura das palavras em inglês *feminism* (feminino) com *advertising* (anunciar) e está cada vez mais difundida, em uma clara tentativa de superar as antigas propagandas que reduziam as mulheres a donas de casa submissas e cuidadosas do marido e dos filhos, ou a meros objetos sexuais (BAYONE, BURROWES, 2019).

Sobre isso, Lana aponta que “as articulações entre feminilidade, feminismo e publicidade expõem contradições e ambiguidades ideológicas tanto da promoção do consumo quanto da lógica da crítica feminista hoje” (LANA, 2018, p. 117).

Na verdade, o “consumo” do feminismo não é exatamente uma novidade. Já em fins dos anos 80, foi possível perceber esforços para a incorporação de pautas feministas pela mídia, especialmente nas propagandas publicitárias. Lana nos conta que, naquele momento, a sociedade não tinha mais como ignorar os discursos e reivindicações feministas, que acabaram tornando-se uma espécie de “*commodity* da publicidade” (LANA, 2018, p. 116).

De lá para cá, o feminismo e suas lutas estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, não somente fruto do aumento de sua visibilidade nos meios de comunicação (na publicidade, mas também em novelas e séries televisivas), mas principalmente pela ampla presença das questões feministas nas redes sociais. É nesse espaço virtual que o

---

59 Vale para as causas negra e LGBTQI+.

60 Ver: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/11/23/marcas-investem-em-propagandas-para-agradar-as-mulheres.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.

movimento vem lançando esforços de fortalecimento da sua organização. Para Tomazetti (2015) “a presença do feminismo na internet situa o movimento politicamente em um ciclo de novas/outras oportunidades alavancadas pela construção de laços solidários entre mulheres e feminismos de todo o mundo” (TOMAZETTI, 2015, p. 492).

Toledo (2017) aponta para o fato de as novas tecnologias de comunicação redimensionarem os movimentos sociais em vários aspectos, tais como as formas de organização e acessibilidade. E nos diz que

Para o feminismo, o mundo digital possibilitou a expansão e o acesso quase ilimitado ao seu discurso, empoderando ainda mais mulheres, permitindo um novo lugar de fala. [...] A internet abriu espaço para todas as discussões, dentro e fora das ondas feministas mais conhecidas. Feminismo negro, feminismo gay, sexualidade, *mainsplaining*, assédio, estupro, empoderamento, sororidade, machismo cotidiano, gênero, gordofobia e tantos outros territórios ganham espaço e são discutidos cada vez mais. (TOLEDO *apud* PEREZ e RICOLDI, 2018, p. 9-10).

Segundo Felgueiras (2017), o movimento feminista atual, definido por ela como “Cibe ativismo”, é tão diversificado como as mulheres que o compõem: “são elas: negras, indígenas, brancas, universitárias, lésbicas, de diferentes classes sociais, trabalhadoras urbanas e rurais, domésticas, acadêmicas, portadoras de necessidades especiais e etc.” (FELGUEIRAS, 2017, p. 119). Também são diversas as vertentes teóricas do feminismo: liberal, marxista, radical, feminismo negro, interseccional, de colonial. Essa enorme diversidade, apesar de ter potencial para enriquecer o debate sobre o feminismo, pode também fazer emergir um quadro de contradições, além de “desencontros entre as entidades e as participantes de suas lutas. Inclusive, algumas problemáticas nunca chegaram a ter uma consonância dentro do movimento” (GREGORI, 2017, p. 62).

A autora resumiu algumas dessas contradições e desses impasses no seio do movimento, principalmente em relação

aos encontros e às divergências entre as pautas feministas e as dos movimentos classistas, mas não somente. Para ela:

Presente durante toda a história do feminismo, ainda ocorre uma reprodução dos embates ideológicos entre as duas tendências (burguesa e socialista), propagada até o tempo presente. Até mesmo no campo teórico, nota-se uma segregação entre os autores que caminham num viés do debate de classes, não permitindo a inclusão desse aporte para algumas questões de gênero e vice-versa. Também nota-se que há muito tempo existem controvérsias entre as militantes quanto à possibilidade de inserção de pautas LGBT e da legitimidade de intervenções trans feministas nas suas bandeiras. A intersecção de lutas de acordo com as subjetividades das personagens envolvidas no movimento (raça, classe, etnia, orientação sexual ou até mesmo questões sobre a maternidade) parece um dado ainda não resolutivo, a exemplo da representatividade das pautas raciais dentro do feminismo, que ainda não ocupa um lugar de acordo com a relevância demandada por tal questão. (GREGORI, 2017, p. 62).

Dessa forma, apesar da enorme difusão do feminismo em suas diferentes vertentes nas redes, os embates e contradições presentes no movimento desde seus primórdios permanecem e podem mesmo estar se acirrando. Se, por um lado, a internet permitiu que as ideias e as pautas feministas se expandissem para um público mais amplo, de classes, raças e idades diversas; por outro, percebemos a internet como um campo de atuação, no qual, em muitos casos, a lógica das redes sociais pode servir mais à projeção (e autopromoção) de indivíduos e à proliferação de ideias equivocadas sobre o feminismo do que ao estímulo a um debate aprofundado e crítico. Dessa maneira, é preciso reconhecer as potencialidades da internet como um novo espaço de atuação dos movimentos, mas atentando para os problemas que advêm dessa nova forma de atuar. É preciso estarmos alertas aos desafios do ativismo online, que são enormes, variados e incluem a “dificuldade de projeção significativa de protestos e de causas, bem como o baixo nível de compromisso e fragilidade dos laços sociais que comportam estas novas formas de apoio social” (MARÔPO; SILVIA;

MAGALHÃES, 2017, p. 282). Para Maroto, Silvia e Magalhães (2017), do ponto de vista da eficácia, a participação política online é fraca e, citando Dahlgren, colocam que:

Fazendo uma distinção conceitual entre participação instrumental (em que os cidadãos estão interessados nos resultados e nas suas consequências) e participação expressiva (em que o benefício reside no ato em si mesmo, o que pode ser importante na construção de identidades coletivas e na mobilização da opinião em torno de certos assuntos), Dahlgren situa a participação política via web no âmbito da participação expressiva, pela maior facilidade de expressar algo (em detrimento do fazer algo). O chamado *clicktivism* permite chegar aos cidadãos (e, por sua vez, permite que estes cheguem uns aos outros), mas pode transformar-se em *slacktivism*, uma forma de participação mais efêmera ou uma espécie de “esfera pública a solo”, que não se materializa numa participação “no terreno”, na vida social e política. (MARÔPO; SILVIA; MAGALHÃES, 2017, p. 283).

Nos últimos anos, foram várias as campanhas relacionadas ao feminismo que tiveram grande repercussão na internet. Exemplo dessas campanhas são as *hashtags* #NenhumaAMEnos, #MeuPrimeiroAssédio, #MexeuComUmaMexeuComTodas, #NãoÉNão, entre outras. Considerada a maior delas, o #EleNão surgiu em um grupo de *Facebook* criado às vésperas da eleição presidencial de 2018, o “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, e tinha como principal objetivo repudiar o então candidato à Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro, conhecido por depoimentos machistas e misóginos e considerado, pelas feministas, um retrocesso na luta pelos direitos da mulher. Em poucos dias de existência, o grupo atingiu mais de 3 milhões de seguidoras e foi responsável pela maior manifestação de mulheres da história do Brasil, ocorrida em 114 cidades do país e algumas no exterior. Tamanha repercussão acarretou o *hakeamento* do grupo por grupos de extrema direita.<sup>61</sup>

---

61 Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/09/16/grupo-mulheres-contrabolsonaro-no-facebook-e-hackeado-e-fica-fora-do-ar.htm>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Assim, é inegável o potencial articulador da internet nas lutas políticas, principalmente quando estas extrapolam o mundo virtual e explodem também nas ruas e em atividades que não se limitam à tela. No entanto, é preciso também pensarmos sobre os limites desse tipo de ativismo limitado ao mundo virtual. Da mesma maneira, é preciso refletir sobre como o meio digital pode ampliar as possibilidades de expansão de um “feminismo de mercado”, de um feminismo de empoderamento individual, que pensa o movimento como uma muleta para resolução de problemas pessoais, sem relação com o coletivo, ou de ponte para conquistas também individuais, em que é possível incluímos ascensão social, altos cargos antes não alcançados por mulheres e até mesmo um certo *status* nas redes sociais e outras mídias. Para Ribeiro (2019), a internet surge como “espaço de reestruturação das articulações entre o público e o privado, suprindo, em certa medida, a carência daqueles que são subalternizados e têm suas questões de ordem renegadas a segundo plano pelas instituições de poder” (RIBEIRO, 2019, p. 16).

Falando mais especificamente sobre feminismo na publicidade, mas com possibilidades de pensarmos também o mundo virtual, Lana (2018) aponta para um afastamento do feminismo dos ideais coletivos, da contenção da crítica social e da criação de uma “protagonista empoderada”. Segundo a autora, “nos últimos anos, a literatura da área demonstra que essa recente justaposição de fronteiras, outrora bem delimitadas, entre mídia e feminismo aumenta a força do pós-feminismo, marcado pela desarticulação dos ideais coletivos dos movimentos dos anos 1960” (LANA, 2018, p. 116).

No entanto, concordando com a afirmação de Gail Dines, quando esta diz que “o feminismo nunca foi sobre escolhas, e sim sobre destruir as estruturas da desigualdade” e citando Carol Ehrlich, em seu famoso ensaio *The unhappy marriage of marxism and feminism: can it be saved?*, bell hooks (2015), deixa claro o que não reconhece como feminismo:

As mulheres precisam saber (e cada vez mais elas são impedidas de descobrir) que o feminismo *não* tem a ver com se vestir para o

sucesso, tornar-se executiva de grandes empresas e nem ser eleita para cargos públicos; *não* tem a ver com ter um casamento em que ambos têm profissões, ir esquiar nas férias e passar tempos longuíssimos com o marido e dois filhos adoráveis porque se tem uma empregada doméstica que possibilita tudo isso, mas que não tem tempo ou dinheiro para fazer isso por si; *não* tem a ver com abrir um Banco da Mulher, passar um fim de semana fazendo um curso caro que garante que vai lhe ensinar a ser autoconfiante (mas não agressiva); mais do que tudo, *não* tem a ver com se tornar policial, agente da CIA ou general do exército. Mas se essas imagens distorcidas do feminismo se tornam mais reais do que as nossas, em parte, por nossa própria culpa. Não temos nos esforçado tanto quanto deveríamos para apresentar análises alternativas claras e importantes, que se relacionem com a vida das pessoas, e para oferecer grupos ativos e acessíveis nos quais se possa trabalhar. (EHRlich, 1981, *apud* hooks, 2015, p. 200).

Em livro recente, Hook volta à essa reflexão sobre a importância de se definir teoricamente o feminismo que queremos e de mantermos os olhos bem abertos para as apropriações do feminismo e seu uso como sinônimo de estilo de vida. Essa crítica é uma crítica ao feminismo liberal, que pouco ou nada contribuem para a transformação da sociedade em geral e para o fim das opressões de gênero em particular. A citação é longa, mas vale a pena trazê-la para cá na íntegra:

Enquanto era interesse do patriarcado capitalista de supremacia branca suprimir o pensamento feminista visionário, feministas reformistas queriam silenciar essas forças. O feminismo reformista se tornou o caminho para a mobilidade de classe. Elas poderiam se libertar da dominação masculina no mercado de trabalho e escolher mais livremente o estilo de vida. Mesmo que o sexismo não tenha acabado, elas poderiam maximizar a liberdade dentro do sistema existente. E poderiam contar com o fato de existir uma classe mais baixa de mulheres exploradas e subordinadas para fazer o trabalho sujo que se recusavam a fazer. Ao aceitar, e de fato conspirar a favor da subordinação de mulheres trabalhadoras e pobres, elas não somente se aliam ao patriarcado existente e ao

concomitante sexismo como se permitiram o direito de levar uma vida dupla, em que são iguais aos homens no mercado de trabalho e em casa, quando querem ser. [...] O feminismo como estilo de vida introduziu a ideia de que poderia haver tantas versões de feminismo quantas fossem as mulheres existentes. De repente, a política começou a ser aos poucos removida do feminismo. E prevaleceu a hipótese de que não importa o posicionamento político de uma mulher, seja ela conservadora ou liberal, ela também pode encaixar o feminismo em seu estilo de vida. Obviamente, essa maneira de pensar fez o feminismo ser mais aceitável, porque seu pressuposto subjacente é que mulheres podem ser feministas sem fundamentalmente desafiar e mudar a si mesmas ou à cultura. (hooks, 2018, p. 23).

Nos grupos organizados e meios acadêmicos, muitas são as críticas feitas ao feminismo de vertente liberal, que visa “empoderar” mulheres através do consumo e da ascensão a cargos de poder (na esfera privada ou na política), sem colocar em xeque o sistema que sustenta a reprodução das desigualdades, entre elas a desigualdade de gênero. Muitas são as ativistas e intelectuais (e intelectuais ativistas) que criticam a apropriação das pautas feministas pelo capitalismo. Por isso, é comum ver grupos e estudiosas resgatando a luta das mulheres socialistas e revolucionárias, ainda que desde seus primórdios, as vertentes mais reconhecidas do movimento não tenham se colocado contra o sistema capitalista. Bhattachaya, Arruza e Fraser (2019) fazem uma crítica contundente aos que pensam o feminismo como “serviçal do capitalismo” e aos que querem um mundo onde homens e mulheres dividam a tarefa da exploração da classe trabalhadora. As autoras afirmam categoricamente que não é mais possível ficarmos em cima do muro e que devemos assumir uma posição. E arrematam com um questionamento fundamental: “continuaremos a buscar ‘oportunidades iguais de dominação’ enquanto o planeta queima? Ou vamos voltar a imaginar a justiça de gênero em um modelo anticapitalista – aquele que conduz para além da crise atual, para uma nova sociedade?” (BHATTACHAYA; ARRUZZA; FRASER, 2019, p. 29).

Assim, voltamos a pensar no papel dos meios digitais na difusão desse “feminismo de mercado”. Uma possibilidade de análise é a apropriação e difusão de símbolos feministas. Podemos citar dois exemplos bastante relevantes e emblemáticos: o “resgate” da imagem de mulheres como Angela Davis, Marielle Franco e, principalmente, Frida Kahlo como símbolos feministas.

Angela Davis é uma mulher negra, ativista pelos direitos das mulheres, filósofa, marxista e foi, por décadas (1969-1991), filiada ao Partido Comunista dos Estados Unidos, além de sua passagem pelo Partido dos Panteras Negras, com forte inspiração marxista. No Brasil, recentemente ganhou *status* de celebridade e sua imagem passou a ser amplamente difundida nas redes sociais e em outros meios midiáticos, ilustrando páginas na internet, materiais de divulgação de eventos ou manifestações feministas. Mas a imagem de Davis também pode ser vista estampando os muros da cidade e das universidades, além de capas de agenda, camisetas, canecas etc.

O pensamento marxista de Angela Davis, apesar das críticas contundentes ao feminismo branco que não abraçam as especificidades das mulheres negras, não concebe a luta contra as opressões de gênero e de raça fora do âmbito da luta de classes, da mesma maneira que insiste que a luta de classes não está descolada das lutas contra as demais opressões. Para ela, “o feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. O feminismo deve envolver a consciência em relação ao capitalismo” (DAVIS, 2018, p. 99).

Já a famosíssima pintora mexicana Frida Kahlo tem sua imagem ainda mais difundida que Davis e, pode ser reconhecida quase no mundo todo, seu rosto marcante e seus trajes coloridos podem ser vistos estampando quadros, canecas, porta copos, adesivos de geladeira, almofadas, bijuterias, roupas e outros produtos. Além disso, 60 anos após a sua morte, ela estampou a capa de uma das maiores revistas femininas do mundo: a Vogue. É possível afirmar que, no Brasil, um certo nicho de mercado associado à imagem de Kahlo se deve, em grande parte, à enorme visibilidade que ganhou na internet, em páginas pessoais ou de coletivos feministas. Por aqui, ela

recebe em média 135 mil buscas mensais, segundo dados de 2017.<sup>62</sup> Frida Kahlo, apesar de ter sido uma mulher que, sem dúvida, desafiou os padrões e ousou ocupar espaços que não eram designados às mulheres no México da primeira metade do século XX, nunca se intitulou feminista e sua luta estava associada mais diretamente à causa das trabalhadoras e trabalhadores e à luta de classes, tendo entrado para a Juventude Comunista aos 13 anos de idade e se filiado ao Partido Comunista Mexicano aos 20.

Mais especificamente no Brasil, a imagem de Marielle Franco, vereadora negra do Rio de Janeiro, assassinada em 2018, está sendo tão difundida nas redes, que, além de estar em camisetas, bolsas, bottons etc., chegou a estampar roupas assinadas por um famoso estilista na glamourosa São Paulo Fashion Week.<sup>63</sup> Também alçada a símbolo feminista, mais especificamente do feminismo negro, Marielle Franco fazia parte de um partido de esquerda (PSOL), identificado como socialista, e assim ela definia sua afiliação política.

O que percebemos é que a ampla divulgação e os usos das imagens dessas mulheres nas redes, apesar de estimular mulheres (e homens) a conhecerem suas histórias e ideias, podem também apagar partes importantes de suas histórias, especialmente aquelas comprometidas com o fim do capitalismo e com os ideais revolucionários. Esse apagamento serve para torná-las mais “palatáveis” a um público diversificado e não alinhado às ideias marxistas. O mercado coloca lado a lado, como símbolos da luta feminista, mulheres com ideias completamente diferentes – e mesmo antagônicas – sobre as teorias a respeito dos movimentos sociais e os métodos de luta.

Da mesma forma que a internet tem alto alcance na divulgação de imagens e discursos de mulheres de maneira aleatória, é possível perceber também o papel do mundo virtual na

---

62 Disponível em:<https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/feminismo-bate-recorde-de-buscas-no-google-no-brasil-frida-e-a-mulher-mais-pesquisada>. Acesso em 10 jan. 2021.

63 Disponível em:<https://oglobo.globo.com/rio/nao-querio-que-se-transforme-no-che-guevara-brasileiro-diz-viuva-de-marielle-sobre-roupas-estampadas-na-spfw-23630360>. Acesso em 10 jan. 2021.

propagação de palavras de ordem associadas ao feminismo. Além de constar em perfis e páginas nas redes sociais, frases de impacto, tais como “Meu corpo, minhas regras”, “Nós somos as netas das bruxas que vocês não conseguiram queimar”, “Lute como uma garota” etc., podem ser vistas também estampando camisetas e cartazes em manifestações. Não se pode negar a importância da divulgação dessas palavras de ordem, especialmente em relação às mulheres mais jovens. Mas é necessário questionarmos também os limites da difusão desses *slogans*, bem como de símbolos icônicos para o movimento social, e de que maneira os grupos organizados para além das redes estão se relacionando com esse feminismo que está presente, de alguma forma, no cotidiano da maioria das pessoas, mas que não necessariamente se preocupa ou reflete sobre seus percursos de formação: leituras das diferentes referências, grupos de estudos, círculos de discussão, atuação em coletivos etc.

## Considerações finais

Grande parte dos estudos acadêmicos sobre os usos do ciberespaço pelos movimentos sociais, mais especificamente o movimento feminista, concentram esforços em explicitar a enorme capacidade do mundo digital de agregar e difundir os movimentos, fazendo com que estes possam ser conhecidos por um número muito maior de pessoas do que em momentos anteriores. Não pretendo discordar desses trabalhos, mas levantar uma reflexão sobre os limites desse “ciberativismo” e o chamado “feminismo de hashtag”.

Essa preocupação surge de uma inquietação pessoal – mas também imbricada às minhas atividades de pesquisadora, professora e mulher que se considera feminista – de observar que o feminismo pensado como movimento que pretende modificar as estruturas de poder vem perdendo cada vez mais espaço para um feminismo visto como um lugar de *status* pessoal, uma “marca” individual e até gerador de lucros astronômicos, uma vez que as grandes empresas, o cinema e a televisão também estão se apropriando dele. Acredito que isso se dê, em grande parte, por falta de estímulo desses meios a um

conhecimento teórico acerca do que é o feminismo e de debates mais profundos sobre o tema.<sup>64</sup>

Ainda que reconheça as imensas possibilidades que a internet traz aos movimentos sociais como um todo e ao feminismo em particular, as contradições geradas por essa ferramenta emergem a todo momento e se intensificam cada vez mais. Frequentando as redes sociais, animo-me ao ver perfis tão jovens debatendo e expondo ideias feministas. Mas, ao mesmo tempo, causa-me certo receio a percepção de que o *status*, a tomada de posição e a popularmente chamada “lacração” parecem ganhar mais importância do que a disposição para o debate, o aprofundamento teórico e a organização de massas.

O domínio do mundo virtual pelos movimentos sociais é ainda extremamente recente, e não sabemos quais os resultados dessa novidade em longo prazo. Mas é preciso estarmos atentas às apropriações neoliberais do feminismo, para que o movimento não se afaste dos ideais coletivos, servindo à contenção da crítica social e à criação de uma “protagonista empoderada” (LANA, 2018) e ficando relegado mais ao campo das escolhas individuais e menos à crítica e à destruição das estruturas que produzem as desigualdades.

---

64 Assim, para dar exemplos concretos e cotidianos do universo digital, é possível ver mulheres que se identificam com o feminismo negro, mas que não se colocam no campo da luta de classes e rejeitam o socialismo e o termo “esquerda” por considerarem “coisa de branco”, usando a imagem de Angela Davis, uma filósofa marxista e comunista que, como já dissemos, sempre defendeu a centralidade da luta de classes. Por outro lado, é comum ver perfis, páginas e até partidos que se colocam no campo da esquerda se entusiasmarem – a ponto de replicarem em suas páginas – discursos de mulheres milionárias na premiação do Oscar.

## Referências

ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ARCHENTI, Nélide; BARRANCOS, Dora. Feminismo e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual. *In*: AVELAR, Lúcia; BLAY, Eva Alterman. **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Edusp, 2019.

BAYONE, Andrea Melo; BURROWES, Patricia Cecilia. Como ser mulher na publicidade: Femvertising e as “novas” representações do feminino. **Consumer Behavior Review**, 3 (Special Edition), 2019, p. 24-37.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)**. São Paulo: Edusp, 1999.  
CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, 17, p. 49, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. *In*: **Cadernos Pagu**, v. 51, 2017.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FELGUEIRAS, Ana. Cláudia. L. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo. **Revista Digital Simonsen**, n. 6, p. 108-121, 2017.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, Universidade do Estado de Santa Catarina, v. 12, n. 29, 2020.

FRACCARO, Gláucia. **Os Direitos das Mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FRENCIA, Cintia; GUAIDO, Daniel. As origens operárias e socialistas do Dia Internacional da Mulher. **Revista Cult**, 2017.

GAY, Peter. **A experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-Americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, 2011.

GREGORI, Juciane de. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia (MG), v. 30, n. 2 jul./dez. 2017.

Hooks, bell. **O Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

Hooks, bell. Mulheres Negras moldando a Teoria Feminista. *In*: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16. Brasília, jan. – abr. de 2015.

LANA, Lígia Campos de Cerqueira. A Consumidora empoderada: publicidade, gênero e feminismo. **Intexto**. Porto Alegre: UFRGS, n. 42, 2018.

LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras brasileiras. **Revista Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ, v. 3, n. 2, 1995.

MARÔPO, Lúcia.; SILVA, Marisa. Torres da & MAGALHÃES, Mara. Feminismo online em Portugal: um mapeamento do ativismo no Facebook. *In*: PEREIRA, Sara & PINTO, Manuel (eds.), **Literacia, Média e Cidadania – Livro de Atas do 4.º Congresso**, p. 280-293. Braga: CECS, 2017.

PEREZ, Olívia e RICOLDI, Arlene. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. **Annais do 42º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2018.

RIBEIRO, Luciana Aparecida Carlos. **#Empodere**: enfrentamento feminista com o uso de hashtags no cotidiano on-line. 2019. Dissertação (Mestrado em Discursos Midiáticos e Práticas Sociais) –Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

RODRIGUES, Carla e PONCIANO, Gabriel Henrique Lisboa. O Corpo Infeliz. **Letra Magna**: Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, Ano 16, n. 26, 2020.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. O feminismo na era digital e a (re) configuração de um contexto comunicativo para políticas de gênero. **Razón y Palabra**, n. 90, p. 1-17, 2015.



## CAPÍTULO 5

# 5 REDES DE APOIO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO SOCIAL

Janine Targino <sup>65</sup>

Tatiane dos Santos Duarte <sup>66</sup>

## Introdução

**N**o presente artigo, apresentamos alguns dados obtidos em duas pesquisas nas quais as autoras versam sobre mulheres em situação de confinamento. Na primeira delas, foram contempladas mulheres encarceradas, enquanto na segunda temos mulheres usuárias problemáticas de substâncias psicoativas (SPAs) que buscam acolhimento em uma comunidade terapêutica (CT). Os dois cenários foram explorados em contextos diferentes e revelaram uma série de afinidades existentes entre as experiências de mulheres em isolamento social.

Os dados aqui apresentados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e observação de campo em uma comunidade terapêutica pentecostal, entre os meses de outubro e novembro de 2020, e por meio da observação de campo nos dias de visita na Penitenciária Feminina do Distrito Federal – conhecida como “Colmeia” – e de entrevistas semiestruturadas com familiares das mulheres encarceradas durante o ano de 2014. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar a maneira como se compõem e atuam as redes de apoio às mulheres encarceradas ou acolhidas em CTs. Partimos do

---

65 Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do IUPERJ/UCAM.

66 Licenciada em História (UFRRJ), mestre e doutora em Antropologia Social (UnB). Gestei concomitantemente tese e gente, sem licença maternidade. Defendi a tese em agosto de 2018, com um bebê de 11 meses. Dante tem quase 6 anos, e eu sigo sem vínculo como docente e pesquisadora efetiva. Apesar disso, sou pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher/Nepem da UnB e tenho realizado trabalhos intermitentes em consultoria e assessoria de entidades da sociedade civil. E-mail: tatiane.duarte@unb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0532-6790>

princípio de que existe uma série de pontos de convergência em que as experiências de acolhimento em CTs e internação se assemelham, especialmente quando tratamos dos recursos acionados por estas mulheres ao longo do período em que se encontram em isolamento social. E, sobretudo, diante do fato de que as redes de apoio em questão são formadas majoritariamente por outras mulheres, sendo a participação masculina muito pouco presente, marcando, assim, uma espécie de dupla punição social e familiar, na qual o abandono feminino em instituições coercitivas e em situações de privação de liberdade se torna norma em suas vidas precárias.

Além de buscarmos melhor entender como se constroem e funcionam essas redes de apoio, também incluímos entre os objetivos deste artigo a tentativa de aprendermos como a maternidade é experienciada pelas mulheres que compõem o objeto da pesquisa. Sabemos que as circunstâncias nas quais essas mulheres vivem as impedem, ainda que momentaneamente, de estarem com seus filhos, o que leva ao acionamento de outros cuidadores que possam assumir os cuidados com as crianças. É justamente dentro desse contexto, no qual a mãe supostamente deixa de ser “mãe”, que captamos discursos que tratam sobre o que seria uma modalidade de maternidade “desviada”, na qual a mulher que não ocupa o papel socialmente esperado em relação à sua prole é classificada como o avesso da “mãe de verdade”. Alvo de julgamentos fundamentados em moralidades marcadamente influenciadas pelo patriarcado, essas mulheres são colocadas em uma categoria que engloba uma infinidade de casos em que um filho passa a viver sob os cuidados de outras pessoas.

## **1 Sobre famílias de mulheres presas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal: entre penas e estigmas, precarização e cansaço, grades e redes de apoio.**

Os dados expostos nesta seção foram obtidos entre os meses de janeiro e dezembro de 2014, por meio do projeto de pesquisa “Acesso das famílias de mulheres presas ao Programa

Bolsa Família no Distrito Federal”,<sup>67</sup> que se propunha a analisar os acessos às políticas socioassistenciais entre famílias de mulheres presas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, conhecida como “Colmeia”. Para entender como o contexto prisional organizava as rotinas domésticas e laborais daquelas famílias, realizamos observação participante nos dias de visita e, posteriormente, entrevistas semiestruturadas com a familiar que visitava a presa e/ou com quem passou a ser responsável (não necessariamente de forma legal) pelos seus filhos.

Todavia, fazer pesquisa naquele cenário foi desafiador para toda a equipe, por conta da desconfiança visível que muitas daquelas pessoas tinham com quem não parecia partícipe daquele ambiente. Tal recusa não se dava apenas pelas cores das roupas que usávamos, e que não se encaixavam no sistema classificatório daquele espaço e seus habitantes,<sup>68</sup> ou pelo modo que éramos lidas inicialmente (jornalistas, assistentes sociais, advogadas). Advinha, sobretudo, do forte estigma social que enfrentavam como familiar de uma mulher presa, de uma mãe criminosa (SANTOS *et al.*, 2009).

Devido a tantas suspeições, comunicávamos nosso compromisso como pesquisadoras de uma investigação que não intencionava “julgar” (DINIZ, 2015), nem oferecer assistência de qualquer tipo. Precisávamos de tempo e de acionar outras pessoas e redes para que pudéssemos construir relações de confiança com as

---

67 Importante destacar que a presente análise é de exclusiva responsabilidade da autora, pesquisadora de campo da referida pesquisa contemplada pelo Edital CNPq/SAGI 24/2013 tendo como entidade executora o Instituto de Bioética, Gênero e Direitos Humanos (ANIS) e a coordenação da Professora Dra. Débora Diniz (UnB). Os objetivos da pesquisa foram construídos a partir de dados levantados em outra investigação – “Radiografia do Crime Feminino no Distrito Federal: 10.000 Mulheres” – contemplado no Edital CNPq/CAPES nº 07/2011, também desenvolvida pela ANIS em parceria com a Universidade de Brasília, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IH-UnB/ processo 12-09/2011) e autorizada pela Vara de Execuções Penais do Distrito Federal. Todos os procedimentos éticos previstos pela Resolução CNS 466/2012 foram respeitados em ambas as investigações.

68 Como apontou Débora Diniz (2015), os agentes prisionais vestem coletes pretos, os cuidadores (médicos, dentistas, assistentes sociais) vestem jalecos brancos, as presas vestem laranja, as visitantes devem se vestir completamente de branco. Débora optou em sua pesquisa dentro da Penitenciária por vestir-se completamente de preto. Nós, pesquisadoras externas, vestíamos as cores livremente.

famílias.<sup>69</sup> Por isso, continuamos nos deslocando até a Colmeia bem cedo nas manhãs das quintas-feiras para compreender como aquelas famílias se organizavam, circulavam e se movimentavam, inclusive pelas margens do Estado, a fim de tornar suas rotinas marcadas por tentativas e insucessos, demandas e negativas, ausências e escassezes, julgamentos e sentenças, menos penosa (PEREIRA, 2015).

Quando uma mãe “cai”, transforma não apenas sua vida, mas também a de seus filhos e de sua família. A maioria das mulheres presas na Colmeia caíram por tráfico de drogas para fora ou dentro da prisão (seja por vício, necessidade, relação amorosa ou seduzidas por uma “facilidade” financeira). Elas são, em sua maioria, jovens e adultas jovens (até 40 anos), mães, negras e pardas, de baixa escolaridade, com infrações juvenis, alocadas em trabalhos informais ou desempregadas.<sup>70</sup>

Mulheres que cumprem sentença passam a viver um isolamento social em instituições que, em ampla maioria, não possuem estrutura adequada para atender às suas especificidades de gênero. Instituições construídas para criminosos homens em um Estado que sistematicamente viola direitos, assim, não é incomum que direitos garantidos às mulheres não presas (acompanhamento médico da gravidez, parto e puerpério, amamentação, exercício pleno da maternidade e do

---

69 As pesquisadoras Janaína Frota e Júlia Freire faziam atividades de campo nas segundas-feiras com presas gestantes que participavam de um grupo de apoio organizado por uma entidade espírita. Elas ficaram incumbidas de comunicar àquelas presas sobre a pesquisa e a importância da participação das famílias. Por intermédio dessas redes de relações entre presas e pesquisadoras, fomos conseguindo indicações e aceites para as entrevistas. Com o tempo, mais indicações nos eram feitas, seja pelo reconhecimento de familiares por nossa presença nas quintas-feiras na Colmeia, seja pela confiança no assistente social que também falava da pesquisa com as presas. As últimas entrevistas também vieram do crédito dado ao saber que eu iria de ônibus até suas casas, fazendo um deslocamento do Plano Piloto (área central e nobre de Brasília) para diversas cidades satélites, distantes algumas delas até 30 quilômetros da minha residência.

70 Segundo Santos et al. (2009), há uma mudança nas últimas décadas nas relações entre criminalidade e gênero, especialmente no que diz respeito ao aumento da prisão de mulheres por envolvimento com o tráfico de drogas. Apesar da correlação entre prisão e relação afetiva com homens criminosos, a ampla maioria se dá por conta do baixo nível de instrução e do desemprego, além da precariedade da condição socioeconômica, especialmente porque são as mulheres que continuam sendo as mantenedoras da família.

cuidado com o bebê, acesso à saúde) sejam negligenciados.<sup>71</sup> Talvez, o que nos aproxime dessas mulheres em isolamento é a vigilância e o cerceamento sobre nossos corpos e sexualidades. Visitas íntimas comumente são negadas tendo em vista que geramos e, por isso, precisamos ser controladas pelo Estado (SILVA, 2015).

Desse modo, deliberadamente são sentenciadas e punidas duas vezes, por serem criminosas e por serem mulheres e mães (FRANÇA, 2014). Talvez, por terem infringido a norma patriarcal que continua a afirmar a ideia de mulheres essencializadas e a maternidade regida por uma lei natural universal, as presas são menos visitadas que os presos, mesmo sendo as mulheres a maioria das visitantes nas prisões masculinas e femininas.<sup>72</sup> Opera, igualmente, uma reafirmação de que o cuidado é naturalmente feminino (FEDERICI, 2019). Sendo notório o pouco envolvimento dos homens no gerenciamento do cotidiano privado e do cuidado com os filhos, até porque não é incomum que muitos estejam também cumprindo pena, pois

o encarceramento feminino é caracterizado pela imprecisão quanto ao destino dos filhos, uma vez que o pai não se responsabiliza pelo cuidado dos mesmos, ou não tem como fazê-lo por também estar em situação de aprisionamento, com isso, juntamente com a reclusão da mulher, inicia-se um processo de inquietude e preocupação quanto ao estabelecimento de redes de proteção social ou de solidariedade para abrigar estas crianças enquanto perdurar a reclusão materna. (SILVA, 2015, p. 184).

---

71 Por certo, na questão de descumprimento da lei, a não aplicação de políticas públicas para a população carcerária atinge também os homens presos, pois, a prisão é reafirmada como lugar de punição pela Lei e seus operadores. No contexto da pesquisa, inúmeros funcionários são reconhecidos como agentes de proteção dos direitos das mulheres presas.

72 No contexto da pesquisa, encontramos alguns maridos que visitavam e até mesmo o caso de uma jovem que apenas o pai e o cunhado a visitavam. Sua mãe não tinha condições de lidar com a prisão da única filha, dizia o marido.

E, por isso, quem visita e/ou passa a cuidar das crianças conecta cárcere e casa, mas sobretudo, organiza a rotina doméstica, o cuidado com as crianças,<sup>73</sup> realizado especialmente por outras mulheres, sobretudo as avós (PEREIRA, 2015), mesmo quando antes não coabitavam na mesma residência ou quintal.<sup>74</sup> Para isso, suas famílias passam a incorporar em sua lida a busca por benefícios e por direitos para as mulheres presas e para os seus filhos, o que envolve novas regras e aprendizados que possibilitem organizar a vida da presa dentro e fora da prisão.

Entretanto, mesmo que haja um maior abandono de mulheres no cárcere, muitas são as famílias<sup>75</sup> que se deslocam semanalmente para visitar, oferecer suporte financeiro, apoio emocional para que não “caiam” de novo, levar mantimentos, mantê-las em contato com o mundo fora das grades e até mesmo levar os filhos para que as mães os vejam.<sup>76</sup> Através do contexto da

---

73 Em 2018, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal concedeu Habeas Corpus (HC 165704) coletivo para determinar a substituição da prisão cautelar por domiciliar dos pais e responsáveis por crianças menores de 12 anos e pessoas com deficiência, desde que cumpridos os requisitos previstos no artigo 318 do Código de Processo Penal (CPP) e outras condicionantes. Para uma análise sobre os usos da maternidade e do cuidado maternal para acessar direitos das mulheres mães e seus filhos na Colmeia, ver FROTA (2014).

74 Importante salientar que muitas dessas avós não possuem renda própria ou saem dos empregos para cuidar dos netos, aumentando as vulnerabilidades sociais da família. Do mesmo modo, nem sempre contam com rede de apoio e suporte financeiro entre seus familiares e, por isso, contam com ajuda de vizinhos, amigos e da comunidade de fé para lidar com a rotina e, especialmente, com o cuidado das crianças.

75 No contexto de nossa pesquisa, as famílias com as quais conversamos, de diferentes arranjos e composições, mas habitantes das periferias do Distrito Federal, eram diversas em suas relações com a prisão. Havia aquelas que nunca tiveram qualquer envolvimento dos seus com a criminalidade, as neófitas no sistema prisional, as quais a criminalidade já era presente. Famílias que visitam ou não suas presas, prisões essas que podem não ser perpassadas por acusação moral e/ou ética, podem ser justificadas através do reforço da educação familiar e dos valores morais e éticos familiares, entendendo, assim, a criminalidade como desvio da conduta familiar. Famílias que passam a buscar direitos e acessar às políticas do Estado a partir de outros lugares e demandas e, até mesmo, recusar as políticas socioassistenciais.

76 Muitas pessoas falavam sobre a recusa das famílias em levar as crianças para as visitas, seja pela vergonha, pelas revistas obrigatórias ou pelo fato de tornarem a locomoção até o presídio ainda mais penosa, logo, a visita dos filhos ou não dependia de um conjunto de fatores emocionais e práticos, decorriam ainda do suporte de outras pessoas àquela visitante. De modo geral, havia entre elas uma preocupação com as crianças, mesmo entre aquelas que não se furtavam de mostrar a crueza da realidade prisional, e com o acesso dessas crianças aos seus direitos. Entretanto, como dizia um dos poucos pais que visitava sua filha, “quem se importa com filho de presa?”. Como apontou Silva (2015), os filhos de presas são também

visita, inserem-se e constroem-se outras redes de apoio importantes para que essas mulheres possam cumprir a sentença que o cárcere impõe dentro e fora de suas grades.

## **2 Entre grades e redes de apoio substantivamente femininas**

Apesar das muitas pesquisas sobre o encarceramento feminino, há ainda poucas relativas às redes familiares de mulheres presas (ver SILVA, 2015). Por isso, a pesquisa considerou a observação participante nos dias de visita<sup>77</sup> na Colmeia como importante para produzir dados etnográficos que pudessem esboçar um quadro sociológico sobre as famílias das mulheres presas no local (PEREIRA, 2015).

A Penitenciária Feminina do Distrito Federal localiza-se em uma colina às margens de uma rodovia federal na cidade do Gama. Todas as quintas-feiras, é possível avistar, subindo em direção ao prédio, uma procissão de pessoas, muitas com crianças e vestidas de branco, carregando sacolas com produtos alimentícios e de higiene.

A senha provisória começa a ser distribuída às sete horas, e às nove horas os agentes abrem a primeira grade. As pessoas aguardam em um espaço desconfortável. Entram primeiro as pessoas idosas, com qualquer deficiência comprovada e com crianças de colo. Antes, passam pelo circuito de conferências

---

invizibilizados e, por isso, é preciso produzirmos mais pesquisas com esse grupo. Esse distanciamento entre mães presas e seus filhos que, desde muito cedo, experimentam revistas, julgamentos, exclusão social e, podem, inclusive, gerar uma série de dificuldades interacionais, sociais, cognitivas, educacionais (FLORES; SMEH, 2018).

77 A Lei de Execução Penal, em seu artigo 41, inciso X, garante ao preso/a presa o direito de receber visita do/da cônjuge, do/da companheiro/a, de parentes até 2º grau e até mesmo de amigos. Pessoas que estejam respondendo inquérito policial ou com condenação na Justiça, que esteja em relaxamento de prisão, liberdade provisória ou prisão domiciliar não são autorizados a fazer visita. Há uma série de normas para a visitação, desde a passagem em Raio X e revista pessoal e dos produtos mais comumente conhecidos. Mas, ainda há restrição da cor e tipo de roupa e calçados, proibição de capuzes e casacos, roupa íntima deve ser na cor branca, sem estruturas e/ou acabamentos em metal, "bojo" e enchimentos, lentes de contato não corretivas, bijuterias e adornos. A visitante pode levar um valor em dinheiro estipulado para a semana ou para a quinzena e mantimentos e produtos de higiene que devem seguir uma série de normas de apresentação (não estar em suas embalagens originais, por exemplo).

do que está sendo levado e seguem para a revista íntima.<sup>78</sup> Era, portanto, um dia repleto de regras a serem cumpridas e funções e emoções a serem administradas (vestir-se corretamente, contar o dinheiro, guardar seus pertences, lidar com as crianças, trocar informações etc.). Durante o tempo da espera, as temáticas da criminalidade, da violência em seus bairros e sobre como a revista era degradante e violenta eram constantes. E, sobretudo, sobre suas lidas para conseguir dinheiro para comprar alimentos e produtos de higiene, como resolviam a dificuldade da vida e como instruíam filhos que estavam ou não na criminalidade.

Para dar ainda mais tensão à cena da espera, da revista, da entrada e da visita, antes que as primeiras pessoas pudessem adentrar, os nomes das presas que estavam em isolamento, logo, que não poderiam receber visitas, eram proferidos por uma das agentes prisionais. “Esse é um momento tenso que se repete todas as quintas, o silêncio é profundo, o alívio só se ouve depois do fim da lista, aí é um coletivo: “ufa! ” (Relato da pesquisadora Janaína Frota; extraído do diário de campo, 28 de agosto de 2014). Diversas vezes, presenciamos famílias saindo da fila, tristeza e desolação marcavam a cena.

Ouvi o nome de uma menina com quem conversei muito nessa segunda. Arrepiei-me em pensar que ela estava no isolamento, mas logo me lembrei da gravidez que avançava o nono mês e a “política de segurança” do presídio que impede a entrada de acompanhantes. Ela devia estar parindo. Depois do fim da lista, três meninas começaram a andar apressadamente de um lado para o outro com lágrimas nos olhos, tentando elaborar soluções possíveis. Uma jovem conta a histórias das três moças. Elas vêm de Goiânia visitar a mãe. De Goiânia! Ficaram desesperadas ao descobrirem tão tardiamente que a viagem foi em vão. [Relato da pesquisadora Janaína Frota, extraído do diário de campo, 28/08/2014]

Era um cenário de muita tensão, tristeza e cansaço. Ora, “vocês já entraram? ”, éramos questionadas comumente durante o tempo no qual ficávamos entre as famílias até que entrassem

---

78 A Colmeia possuía um aparelho de raio x “novinho”, diziam as visitantes. Durante os meses que realizamos campo, talvez ele tenha funcionado em uma ou duas visitas.

na penitenciária. Vocês já viram “lugar mais triste que aquele? “. Não podíamos afirmar, mas certamente podíamos imaginar. Uma jovem que visitava a mãe nos disse uma vez após listar vários lugares tristes que conhecia, não teve dúvidas em afirmar: “O presídio é o pior deles! “. Por isso, apesar de ter que faltar aula na faculdade, seguia “passando por toda tristeza do presídio porque vale a pena encontrá-la! “.

Perguntada, durante a entrevista, quais os motivos para continuar visitando a mãe, a jovem respondeu: “ela tem família, nunca teria coragem de deixar ela sem visita, nunca deixamos, mesmo ela estando lá pela segunda vez...” [Entrevista, 21/01/2015]. Desse modo, a família (nuclear, conjugal, extensa ou de amizade) é acionada como presença importante para se cumprir a pena sem maiores intercorrências internas e com mais possibilidades externas futuras para as presas (SILVA, 2015). Ora, é dessa forma que “a visitante tem um papel ativo na construção da realidade dentro do presídio” (PEREIRA, 2015, p. 2127) visto que não apenas a presa “puxa cadeia”, logo, toda a sua rede de apoio deve “aprender a ‘puxar cadeia’ e, com isso, aprender diferentes estratégias de reconfiguração da vida e de vivência com a prisão” (idem).

Por isso, apesar das inúmeras situações que presenciamos de maio a novembro de 2014 desoladoras e “carregadas”, havia possibilidade de também haver solidariedade, amparo e apoio construídos entre pessoas desconhecidas, mas igualmente marcadas pelo cárcere que, por ele, passavam a se conectar. Ora, enquanto esperavam a visita, compartilhavam o cárcere e seus imperativos, regras que precisavam aprender para além das questões emocionais advindas da situação da prisão de sua filha, esposa, neta, sobrinha, amiga.

Havia, portanto, entre as pessoas, uma predisposição para orientação a quem chegava pela primeira vez, até porque as regras para a entrada na Penitenciária são extensas e detalhadas, minuciosas. Essas relações de ajuda e de construção de rede de apoio estendiam-se em frentes diversas, desde a indicação de advogados ou a recusa à defensoria pública, nomes de funcionários a serem procurados para auxiliar em algum problema, ensinamento sobre o acesso aos benefícios, empréstimo de roupas

e calçados. Mulheres fortalecendo não apenas as suas familiares e amigas, mas também as desconhecidas. Do lado de fora da Colmeia, aquelas mulheres se reconheciam como pessoas que precisavam, de muitos modos, de ajuda e de amparo.

Havia uma moça com um bebê muito pequenino envolto em um cobertor. Estava frio e ele chorava bastante, recusando a mamadeira. Uma jovem que aguardava sua entrada para visita se dirigiu à moça que segurava o bebê inquieto e as duas trocaram algumas palavras. Após o sinal positivo da moça que segurava o bebê e que já estava na fila, a outra jovem o acolheu nos braços, sorriu, levando-o ao local onde estava sentada. Imediatamente começou a amamentá-lo.<sup>79</sup> O bebê mamou com vontade. E a menina sorria, olhando-o. Eu sabia que ela tinha uma filha pequena que deixava em casa com a mãe para ir visitar a irmã. Parecia feliz em poder ajudar. [...] [Extraído do diário de campo, 26 jun. 2014].

A moça que amamentou aquele bebê era bem jovem, mas visitava semanalmente a irmã que estava constantemente contraindo dívidas no presídio, e a família se mobilizava para lhe enviar algum dinheiro.<sup>80</sup> Além dessa irmã, tinha o marido preso e outra estava em liberdade condicional. Não o visitava porque a mãe não permitia, ela obedecia porque sua mãe já era muito “angustiada” com uma filha presa, outra em liberdade condicional e receosa que uma terceira também “caísse”. Obedecia também porque estava engajada em ser rede de apoio a suas irmãs e a sua mãe para que a família pudesse sair da “vida da prisão”.

---

79 Importante ressaltar que, embora seja ainda prática comum, a amamentação cruzada não é recomendada pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde porque o bebê pode ser contaminado por doenças infectocontagiosas oriundas da “mãe de leite”. Uma das exigências para que a amamentação de um recém-nascido seja autorizada é que a mãe tenha feito ao longo do pré-natal os exames solicitados e estarem negativos. A recomendação é sempre buscar os bancos de leite e procurar ajuda de profissionais especializadas em amamentação.

80 Além de redes de apoio, na Colmeia circula dinheiro autorizado pelo Sistema para que as detentas comprem camas e melhores condições nas celas e alimentos vendidos no armazém.

Ora, “sistema só afunda a gente, ele não ajuda ninguém”, disseram-nos uma vez.<sup>81</sup> Talvez, por falta de políticas públicas que garantam assistência e reintegração social a esse grupo e que parecem decretar outras grades que isolam ainda mais as presas, redes de suporte foram, no contexto da pesquisa, substancialmente construídas por e entre mulheres; solidariedade e troca como parte das estratégias de vivência diante da nova rotina imposta pela execução penal.<sup>82</sup>

Desse modo, mães, filhas, irmãs, cunhadas, primas, vizinhas, amigas, uma circulação de mulheres caracteriza o dia de visita à Colmeia, juntas “puxam cadeia” e se mobilizam em prol da mulher isolada socialmente, estigmatizada e duplamente condenada, uma mãe criminosa que, mesmo após deixar o cárcere, possuirá ainda uma pena a cumprir. Essa rede de apoio feminina não é, de modo algum, romantização patriarcal, são muitos os conflitos e tensões que marcam o dia de visita e o cotidiano da execução penal para presas e suas famílias. Entretanto, para superar as ausências geradas pelo encarceramento – e os problemas dele advindos –, muitas famílias apostavam nas visitas como forma de lembrança e reafirmação de suas histórias, relações e biografias antes do cárcere, e de superação da “vida de prisão”.

Diante de contextos sociais nos quais são as mulheres que assumem a responsabilidade da casa, da sobrevivência, do cuidado das crianças, são elas mesmas que percebem, a partir de diferentes lugares, concepções e ações – a necessidade de cuidar umas das outras a fim de tentar interromper os ciclos de violências e vulnerabilidades que as cercam e as isolam socialmente. São as mulheres que continuando arcando pela proteção social que deveria ser garantida pelo Estado, movendo e gerando o mundo através de um trabalho afetivo naturalizado e socialmente desejado pela sociedade capitalista

---

81 Desse modo, em um cenário no qual de humanidade só lhes resta o nome (Santos *et al*, 2009), grupos religiosos (sobretudo, cristãos) atuavam não apenas para fazer evangelização, mas para ser uma “palavra de conforto” e realizar a distribuição de lanches. Eram, assim, agentes importantes naquela rede de apoio, inclusive, para as próprias presas, visto que também atuavam dentro da prisão realizando atividades com elas

82 Os aspectos relativos aos crimes cometidos e suas percepções para as famílias não eram objetivos da pesquisa.

neoliberal (FEDERICI, 2019), mas feito através de políticas do cotidiano que as têm possibilitado superar grades, não sem dores e cansaços, que muitas vezes as cercavam antes mesmo de suas experiências com o cárcere.

### **3 Apontamentos preliminares sobre a pesquisa realizada na CT**

Nesta seção, faremos alguns apontamentos sobre as interfaces entre religião, uso problemático de SPAs, moralidades e gênero em uma CT voltada exclusivamente para o público feminino. Com isso, esperamos melhor compreender como se constroem redes de apoio às mulheres que fazem uso de SPAs que aderem ao tratamento/acolhimento baseado no isolamento social. O material analisado é proveniente de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2020, com o líder da instituição e com cinco mulheres acolhidas, perfazendo, assim, um total de 6 entrevistas.<sup>83</sup>

A CT em questão está localizada na zona oeste do município do Rio de Janeiro, em uma região pouco urbanizada. Quando entramos no terreno onde funcionam as instalações da CT, visualizamos uma pequena igreja e, ao lado, os quartos onde ficam as internas. Logo atrás da pequena igreja, vemos um rio que passa pelo meio do terreno e uma ponte que passa por cima dele e que nos leva até a residência do pastor responsável pela instituição. O rio, então, funciona como um demarcador que separa a casa do pastor do local onde ficam as internas. Pelo terreno, também vemos várias árvores frutíferas e animais de estimação. A CT, em si, não conta com equipamentos de esporte e lazer disponíveis para as internas, ao mesmo tempo que também não recebe recursos públicos para a manutenção do trabalho realizado. Nessa CT, tal qual nos foi relatado pelo pastor responsável, conta-se basicamente com doações oriundas

---

83 A execução desta pesquisa ocorreu mediante a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Ao projeto de pesquisa aprovado foi atribuído o CAAE 35363920.9.0000.5582.

de outras CTs localizadas nos arredores,<sup>84</sup> de denominações religiosas – evangélicas e não evangélicas –, de comerciantes locais e de doadores eventuais.

Embora não cobre pelos serviços prestados, a CT observada frequentemente solicita aos familiares das mulheres acolhidas que façam doações de roupas e alimentos quando possível. Além disso, a CT, no momento em que recebe uma nova residente, costuma pedir aos familiares que façam uma doação em dinheiro no valor suficiente para adquirir uma passagem de ônibus para a cidade de origem da mulher. Esse recurso é usado nos casos em que a acolhida decide abandonar a CT antes do período pré-determinado de nove meses. O fato de a CT possuir esse caráter filantrópico torna a instituição bastante atraente para mulheres oriundas de camadas populares que não dispõem de recursos para arcar com as despesas do atendimento oferecido por centros de recuperação particulares.

Ainda, no que diz respeito à caracterização da CT analisada na pesquisa – ou das CTs, numa perspectiva mais abrangente – enfatizamos os mesmos elementos descritos por Leon (2003), em que este autor nos diz que:

Quando caracterizada amplamente em termos antropológicos culturais, a CT tem características semelhantes a outras comunidades, como as religiosas e as seculares, as pequenas cidades, os bairros, as prisões, os hospitais, as clínicas, os quartéis militares, as escolas e até as corporações. Ela tem um propósito geral, uma estrutura organizacional, regras formais e normas informalmente partilhadas, valores, crenças, costumes específicos de sua própria “cultura”. Tal como outras comunidades, as CTs dependem da adesão, dos investimentos e da lealdade de seus participantes para ter comunidade. (DE LEON, 2003, p. 93)

Assim sendo, antes de falarmos sobre as condições em que são acolhidas as mulheres que buscam auxílio para uso problemático de SPAs na CT que nos serviu de lócus para a pesquisa, é necessário fazer alguns apontamentos a respeito

---

84 Na localidade onde se encontra a CT, existem várias outras CTs de perfil religioso que se avizinham umas das outras.

das percepções compartilhadas nessa instituição. Uma vez que estamos tratando de uma CT alinhada aos preceitos religiosos pentecostais,<sup>85</sup> os discursos que versam sobre as moralidades tendem a ser, em vários aspectos, bastante conservadores no que se refere às mulheres. Especificamente na CT em tela, deparamo-nos com discursos nos quais a mulher é entendida como um indivíduo portador de fragilidades diferentes daquelas que estariam presentes nos homens. Ou seja, no contexto observado, as “fraquezas” que acometem as mulheres são descritas como geralmente associadas à sua sexualidade, o que justificaria a elaboração de estratégias religiosas voltadas para o exercício do controle sobre os corpos e subjetividades femininos. Nesse sentido, os apontamentos de Leite (2017) nos ajudam a compreender melhor esse aspecto

Dado que foi a mulher que manteve o primeiro contato com as forças do mal personificadas na serpente do Jardim do Éden, amalgamou-se o estigma da transgressão à natureza feminina. Consequentemente, o peso do pecado original exigia que sua sexualidade fosse policiada e a Igreja atentava para isso no confessionário, vigiando incisivamente gestos, atos, sentimentos e até sonhos. (LEITE, 2017, p. 5).

Esse cenário nos faz pensar sobre a necessidade de melhor compreendermos as condições em que as mulheres são atendidas em CTs e como a experiência delas nessa modalidade de tratamento se distingue da vivência dos homens. Tendo isso em mente, partiremos do entendimento de que o conjunto de CTs que recebe o público feminino tende a fundamentar o tratamento sobre elementos muito presentes nas subjetividades femininas, além de se constituírem como um cenário para o surgimento de modalidades particulares de redes de apoio às mulheres acolhidas. Ressaltamos que, diante do alcance que as

---

85 De acordo com Mendonça (2011), pode-se dizer que “o sinal distintivo destes pentecostais é a possessão repetida do Espírito Santo com a glossolalia e outros estados extáticos como sinais, fenômeno não necessário nas igrejas da Reforma. Quanto à Bíblia e confissões, a posição destas igrejas é semelhante às da Reforma, embora não se caracterizem pela reflexão teológica ou confissões muito elaboradas. Sustentam uma teologia tradicional, uma espécie de ‘teologia perene’”, definitiva (2011, p. 97).

CTs obtiveram nos últimos anos, é extremamente importante melhor compreendermos a maneira como essas instituições se relacionam com as mulheres e qual tipo de acolhimento a parcela feminina encontra no âmbito de um atendimento estruturado sobre preceitos religiosos.

Posto isso, é de suma importância analisarmos atentamente como a interseção entre gênero e moralidade é tratada dentro das CTs que compõem o escopo desta pesquisa. Ademais, é fundamental observar através dos relatos como as internas percebem a influência do discurso religioso na reconfiguração de suas carreiras morais (GOFFMAN, 1996) e quais recursos empregados institucionalmente são identificados por elas ao longo desse processo.

#### **4 Redes de apoio às mulheres acolhidas na CT**

O conjunto de acolhidas entrevistadas na CT apresenta algumas particularidades. Entre elas, encontramos mulheres das camadas populares com amplo histórico de abuso de SPAs, baixa escolaridade e vitimizadas por diversas modalidades de violência. Em seus relatos, também nos deparamos com determinadas especificidades no que diz respeito ao início do uso de SPAs por mulheres. Tais singularidades coadunam com as colocações feitas por Gomes (2010), em que a autora aponta que eventos como a morte do cônjuge ou uma separação, depressão, sentimentos de isolamento social, pressões familiares ou profissionais e abuso sexual na infância são os mais relatados por mulheres quando elas indicam a motivação que as levou ao uso de SPAs. Por outro lado, para efeito de comparação, temos a informação de que os homens parecem ser mais influenciados pela valorização de comportamentos de exposição e superação de riscos (MORAES, 2010).

É imprescindível ressaltar que a percepção compartilhada sobre o uso de SPAs dentro da CT analisada se constrói entre as concepções de pecado e doença. Por isso, essas duas concepções são indispensáveis para compreendermos como essa CT atua, uma vez que, tanto na perspectiva da doença quanto

na do pecado, o uso de substâncias é tratado é tratada como um fenômeno de ordem individual e que pode se desenvolver independente do contexto social em que o indivíduo vive (LOECK, 2018).

A peculiaridade do período mais radical de quarentena/pandemia gerou, segundo o líder da CT, alguns problemas, tais como a queda drástica das doações e o alto índice de abandono supostamente provocado pelo recebimento do auxílio emergencial<sup>86</sup> e pela suspensão temporária das visitas para prevenir a contaminação das mulheres em acolhimento. Todavia, uma vez que as entrevistas foram feitas quando as medidas preventivas à Covid-19 começavam a ser flexibilizadas, encontramos uma realidade diferente na CT, posto que o número de mulheres tinha aumentado substancialmente, atingindo a lotação máxima entre os meses de setembro e outubro. Nesse caso, houve retorno de parcela que deixou a CT nos meses anteriores concomitantemente à chegada de outras mulheres que também buscavam acolhimento. Sendo assim, as entrevistadas localizam-se basicamente em dois grupos: aquelas que já estavam na CT quando foram estabelecidas regras para evitar a contaminação pela Covid-19; e aquelas que chegaram no momento de relaxamento das medidas preventivas.

Na perspectiva do líder da CT, no que tange especificamente ao auxílio emergencial, a ampla maioria das mulheres que o receberam decidiram deixar a CT e, entre as que permaneceram mesmo após receberem o auxílio, há aquelas que designaram a totalidade ou parte do valor para a instituição e as que decidiram guardar o valor recebido para usufruírem após o período de internação. No entanto, há um aspecto que não parece ter sido considerado pelo líder da CT em sua tentativa

---

86 De acordo com a página da Caixa Econômica, “O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - covid 19”. Na mesma página vemos que o valor do auxílio emergencial pode ser de R\$ 600,00 ou de R\$ 1.200,00, no caso de mulheres com filhos menores de idade. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX>. Acesso em: 30 jul. 2020.

de identificar o motivo de tantas internas terem deixado a instituição durante os meses de absoluto isolamento. É necessário lembrar que, mesmo nos tempos de “normalidade” anteriores à pandemia, as mulheres acolhidas em CTs já recebiam menos visitas de seus companheiros e demais familiares quando comparadas aos homens residentes em CTs (TARGINO, 2014). Isso nos leva a pensar que a suspensão das visitas pode ter agravado o sentimento de solidão dessas mulheres, e que isso teria colaborado substancialmente para que muitas delas decidissem abandonar o tratamento. Também é essencial salientar que, na rotina de visitação às acolhidas, as mulheres são protagonistas, uma vez que são as figuras femininas, como as mães, tias, irmãs e filhas, as que mais estão presentes nessas ocasiões. Nesse contexto, o comum é frequentemente testemunharmos mulheres ajudando e amparando outras mulheres.

Entre as internas entrevistadas, três delas haviam chegado à CT antes da adoção das medidas sanitárias relativas à pandemia de Covid-19. Em seus relatos, foi possível apreender o quanto elas percebem suas experiências na instituição como um evento de características excepcionais provocadas pelo isolamento social exigido nesse período. Segundo as entrevistadas, em consonância com o que nos foi relatado pelo líder da CT, muitas acolhidas abandonaram a instituição após o recebimento do auxílio emergencial, e isso fez com que o número de mulheres na CT diminuísse bruscamente ao longo dos meses iniciais a pandemia. Aquelas que permaneceram na instituição – apenas 9 das 23 mulheres que se encontravam na instituição entre os meses de fevereiro e março – se autointitularam “as resistentes”, o que nos faz pensar que, no período considerado, os significados atribuídos por essas mulheres à permanência na CT ultrapassaram a esfera da busca por auxílio contra o uso problemático de SPAs e se desdobraram, também, em uma retórica de obstinação e persistência diante das adversidades impostas.

De acordo com as entrevistadas, “as resistentes” precisaram criar modalidades de apoio mútuo para suprir a ausência das visitas e a falta das doações por elas trazidas. E foi assim que, dentro da CT, surgiu uma rede de troca de produtos e serviços na qual vocações e aptidões de cada uma das internas eram

usadas como uma espécie de “moeda de troca”. Assim, enquanto uma interna oferecia seus trabalhos de manicure e pedicure, outra ofertava seus serviços de cabelereira. Uma mulher que atuava como costureira antes de ingressar no tratamento pôde fazer trocas usando suas habilidades. E, mesmo aquela que “não sabia fazer nada”, pôde participar dessa rede “alugando” os livros de autoajuda que lhes foram presenteados por seu filho nos meses iniciais do tratamento, ou trocando com as outras as peças de roupas que não lhe serviam mais. Ainda, produtos de higiene pessoal também circularam com muita força nessas relações de “encambo”.

Maria, 54 anos, foi uma das “resistentes” que continuou na CT durante os meses da pandemia. Segundo ela, a circulação de produtos e serviços já existia no “velho normal”. Contudo, Maria indica que a intensidade das trocas e o empenho em participar delas foi algo sobremaneira específico às circunstâncias impostas pela quarentena.

Muita coisa a família traz pra gente, mas muita coisa a gente procura aqui dentro mesmo. Como a gente não estava recebendo nossos familiares, tinha muita coisa que acabava faltando pra algumas meninas. Tipo, um absorvente, um pouco de xampu, um creme [...] A menina que tivesse trocava com a outra. Se fosse antes dava pra esperar a visita trazer, mas tava tudo diferente e a gente precisou se virar. (Maria, interna da CT).

Na percepção dessas mulheres, essa rede de trocas também se configurou como uma rede de apoio mútuo. Na ausência dos familiares que as visitavam e sem a possibilidade de receber as doações que estes traziam ou de buscar determinados produtos e serviços fora da CT, essa nova forma de interação serviu como uma via alternativa para atender suas necessidades. Para além disso, elas igualmente apontam que ocorreu o fortalecimento dos laços afetivos que as uniam. No espaço deixado pela suspensão das visitas da família, estas mulheres acabaram se tonando mães, irmãs e filhas umas das outras, como podemos perceber na fala de Gilda, 33 anos.

Minha mãe veio aqui me visitar só duas vezes, porque ela tem muita dificuldade de andar sozinha na rua, sabe [...]. Ela sempre foi minha melhor amiga, ela me dizia que eu entrei nessa vida (de drogadição) sozinha, mas a gente ia sair juntas dessa. Eu senti tanta falta do abraço dela que eu queria ir embora, eu não tava aguentando mais ficar aqui. O que me salvou mesmo foi ter minhas irmãzinhas aqui comigo. Tem uma que eu até passei a chamar de mãe postiça [...] Eu já disse pra ela que quando a gente sair daqui eu vou visitar ela. (Gilda, interna da CT).

Por outro lado, a impossibilidade de estar fisicamente presente na vida das acolhidas fez com que os familiares dessas mulheres se tornassem ainda mais indispensáveis em outros setores. Isso se revelou com bastante força especialmente no que tange às mulheres com filhos. Tendo em vista que a CT em questão não permite a presença dos filhos das acolhidas ao longo do tratamento, a única possibilidade para que essas mulheres passem pelo tratamento é deixar os cuidados com a prole sob responsabilidade de outras pessoas, como os pais, tios e avós. De fato, buscar auxílio temporário para que os filhos sejam cuidados por outras pessoas enquanto realizam o tratamento é, para as mães acolhidas em CTs, uma prática que antecede a pandemia. Todavia, diante das novas circunstâncias surgidas na pandemia, como a implementação do sistema de ensino remoto e a adoção de rigorosos protocolos sanitários, a demanda por cuidados com as crianças aumentou consideravelmente. Esse cenário nos sugere que as pessoas designadas para cuidar dos filhos dessas mulheres precisaram dedicar ainda mais tempo e energia nessa tarefa.

Dentro do conjunto de possíveis cuidadores que podem ser acionados pelas acolhidas, prevalecem as mulheres. Isto é, mesmo que seja possível encontrar relatos de acolhidas que deixaram seus filhos sob os cuidados dos pais ou de outros indivíduos do sexo masculino (TARGINO, 2014), são as avós, as tias e outras figuras femininas as que mais aparecem exercendo o papel de cuidadoras. Assim sendo, esses dados nos revelam que, tal como ocorre nas visitas recebidas pelas internas, a

rede de apoio que se constrói para oferecer suporte às mães em tratamento é essencialmente feminina.

Ainda na seara da maternidade, a análise das entrevistas nos trouxe insumos para compreendermos como ocorre o processo no qual as internas ressignificam a relação com seus filhos e a forma de atuação diante de sua prole. Tanto nos relatos das internas como no discurso do líder da instituição, constantemente encontramos a categoria “mãe de verdade” sendo utilizada como uma espécie de contraponto ao perfil de mulher usuária de SPAs que não teria condições de exercer plenamente a maternidade. Aqui, a figura da “mãe abandonante” tratada por Fernandes (2017) nos serve como uma boa chave analítica. Como a autora aponta, a mãe que “abandona” o filho tende a ser usada como uma categoria genérica que engloba uma infinidade de casos em um filho passa a viver sob os cuidados de outras pessoas. E, no âmbito das moralidades defendidas dentro da CT, essa modalidade de maternidade desviante é frequentemente usada como exemplo negativo que deve ser evitado. Nesse contexto, a “mãe abandonante” é tida como a antagonista da “mãe de verdade”, que possui as virtudes morais socialmente classificadas como positivas (FERNANDES, 2017), e isso pode ser captado no relato de Sara, 35 anos:

[Eu fui uma mãe] que nunca se importou com os filhos. Que deixava os filhos jogados. Que dava mais importância à vida da drogadição do que aos filhos. Então, hoje a minha vida foi restaurada porque de verdade eu aprendi, eu assumi de verdade a identidade, a minha identidade que o mundo me fez e, em Deus, eu assumi uma nova também, porque Deus me mostrou na palavra dele, com a carta que ele deixou pra mim, quem Ele quer que eu seja, quem Deus me criou pra ser. Eu vou conseguir ser uma mãe de verdade. (Sara, interna da CT).

Na narrativa da interna é possível identificarmos a expectativa de se tornar uma “mãe de verdade” ao abandonar a postura anteriormente adotada para com a prole – não se importar com os filhos, deixá-los “jogados”. Ademais, chama a nossa atenção

que a questão da maternidade é abordada por Sara de forma absolutamente alinhada com a percepção amplamente compartilhada pela CT sobre o que seria uma “mãe abandonante”.

## **5 Sobre isolamentos sociais e seus gêneros: algumas conclusões**

Em decorrência do distanciamento social necessário por causa da pandemia disseminada pelo novo coronavírus, com o passar do tempo, discursos que relacionavam a quarentena com encarceramento foram proferidos com mais verdade. Estávamos isoladas dentro de nossas casas, muitas sofrendo violências e vulnerabilidades sociais, adoecimentos e transtornos, e essa difícil experiência, que ainda passamos apartadas do mundo, foi imediatamente relacionada com a experiência do cárcere, a saber, de tortura e punição (FOUCAULT, 1987).

Por certo, a pandemia evidenciou que as vidas femininas estão ainda marcadas pela precariedade e pelas vulnerabilidades, sendo mais severas para mães, aquelas que estão em isolamento social desde antes da pandemia, mais empobrecidas ou destituídas de qualquer direito, revelando não apenas as históricas desigualdades de gênero, mas governos que têm como soberania ausências, que governam através de técnicas dolorosas, tornam mortes apenas números, frações de classe, raça, cor e gênero de sua população, sacrificáveis em nome da economia.

Os julgamentos morais aos quais as mulheres ainda são submetidas revelam que as estruturas patriarcais que sustentam nossa sociedade permanecem fortes. O *ethos* feminino valorizado pela sociedade mais abrangente continua plenamente alinhado com discursos nos quais as mulheres são frequentemente avaliadas segundo a expectativa de que não vivam uma “sexualidade errada” e de que cumpram com afinco o papel de “boas mães” (FERNANDES, 2017). Dessa forma, mesmo que a sociedade contemporânea tolere, em certa medida, que as mulheres urbanas alcancem algum grau de autonomia frente aos homens, notamos que não há concessões à mãe que supostamente abandona os filhos. A maternidade, da forma como

é representada no bojo das moralidades que atingem mais fortemente as mulheres, acaba por ser apropriada como catalizadora de uma série de experiências de opressão vivenciadas pelas mulheres em situação de isolamento social.

## Referências

DE LEON, George. **A Comunidade Terapêutica**: teoria, modelo e método. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

DINIZ, Débora. **Cadeia**: relato de mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GOMES, Katia Varela. **A dependência química em mulheres**: figurações de um sintoma partilhado. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FLORES, Nelia Maria Portugal; SMEH, Luciane Najar. Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. **Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades**, v. 18, n. 1, 3 jan. 2015.

FROTA, Janaína. **Mãezinhas do cárcere**: um estudo sobre a maternagem e o corpo como garantia para o acesso a direitos na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. 2014. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, , 2014.

LEITE, Kelma Lima Cardoso. Implicações da moral religiosa e dos pressupostos científicos na construção das representações do corpo e da sexualidade femininos no Brasil. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 49, 2017.

LOECK, Jardel Fischer. Comunidades terapêuticas e a transformação moral dos indivíduos: entre o religioso-espiritual e o técnico-científico. *In*: SANTOS, Maria Paula (org.). **Comunidades terapêuticas**: temas para reflexão. Rio de Janeiro: IPEA, p. 77-100, 2018.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Evangélicos e pentecostais: um campo religioso em ebulição. *In*: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As religiões no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

MORAES, Maristela. Gênero e usos de drogas: por que é importante articular esses temas? *In*: MORAES, Maristela; CASTRO, Ricardo; PETUCO, Dênis (Orgs.) Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde. Recife: Instituto PAPAI, 2010.

PEREIRA, Éverton Luís. Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2123-2134, 2016.

SANTOS, Maricy Beda Siqueira et al. Do Outro Lado dos Muros: a Criminalidade Feminina. **Mnemosine**, v. 5, n. 2, 2009.

SILVA, Amanda Daniele. Encarceramento e monoparentalidade

feminina: as reclusas e suas famílias. *In*: SILVA, Amanda Daniele. **Mãe/mulher atrás das grades**: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina [online]. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2015, p. 153-209. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/vjtsp/pdf/silva-9788579837036.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SILVA, Ana Dóris. **A trajetória de mulheres usuárias de álcool e/ou drogas**: dos serviços de atenção e tratamento à comunidade terapêutica. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

TARGINO, Janine. **Religião contra as “drogas”**: estudos de caso em duas comunidades terapêuticas religiosas para dependentes químicos no Rio de Janeiro. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.



## CAPÍTULO 6

# 6 DEU, BRANCO! CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCUTA BRANCA PSI NA SAÚDE MENTAL

Luana da Silveira<sup>87</sup>

Rafaela Werneck Arenari<sup>88</sup>

## 1 Inquietações iniciais

A racialização da branquitude é um ponto muito importante pra direcionar a responsabilidade das opressões ao lugar que os brancos ocupam. Dar nome aos bois. Ou o racismo sempre será um fantasma que ninguém sabe de onde veio (BORGES, 2020, p. 31).

**O** artigo coloca em análise a relação entre branquitude e a hegemonia psi no campo da atenção psicossocial e saúde mental. Abordaremos cenas analisadoras do racismo estrutural que atravessa o campo e evidencia a reprodução de saberes e práticas hegemônicas, a partir das nossas inserções e implicações enquanto mulheres brancas, feministas, psicólogas, pesquisadoras e militantes antimanicomiais e antiproibicionistas em processo de racialização e reposicionamento na perspectiva antirracista.

Historicamente, o campo da saúde mental é marcado pela luta contra as opressões que têm o manicômio como metáfora do *apartheid* social destinado à loucura. Entretanto, apesar de 30 anos da luta antimanicomial e da articulação com o antiproibicionismo, a produção acadêmica e militante ainda é muito embranquecida, o que escamoteia como o cuidado, tido como “essencialmente” feminino, conforme a hierarquia das profissões

---

87 Professora Adjunta do Departamento de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), polo Campos dos Goytacazes; Cooordenadora da Universidade Aberta à loucura- UA; Coordenadora do grupo de pesquisa-intervenção em Saúde Mental e Justiça-GPISMJ; Cooordenadora da Rede-Convida.

88 Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

e lugares de fala, reproduz o racismo. Mulheres negras predominam nas funções mais subalternas, como também são a maioria das usuárias do sistema de saúde, enquanto mulheres brancas assumem funções de gestão e centralidade do cuidado psi.

Rachel Gouveia Passos tem protagonizado movimentos e produções que apontam a invisibilização das questões de gênero, raça e classe no campo. Em “Holocausto Brasileiro ou Navio Negreiro: Inquietações para a Reforma Psiquiátrica Brasileira” (2018), a autora aponta que o racismo estrutural é constitutivo da reforma psiquiátrica por não abordar as questões que estruturam a sociedade e produzem sofrimento/adoecimento, como o racismo e sexismo. Apesar do campo ser marcado por movimentos de ruptura e construção de modelos de cuidado que primem pelos direitos humanos, por lutas emancipatórias e enfrentamento de opressões, das quais o manicômio é metáfora de outras, as lutas não estão alinhadas, bem como não há a interseccionalidade na formação de profissionais. Em outro artigo, “De escravas a cuidadoras: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira” (2017), a autora ressalta que, apesar da política de saúde mental apostar em um novo modelo de cuidado, é mais um espaço de perpetuação da subalternidade e invisibilidade da mulher negra, com saberes e práticas acríicas racialmente.

Tais perpetuações produzem e intensificam sofrimentos, para além da dimensão individual, tocando em feridas ancestrais. Como apontado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2017, p. 20) “não se trata de mensurar o imensurável, mas de ressaltar que o racismo produz um sofrimento específico, histórico e coletivo que, no Brasil, é vivido principalmente por indígenas e negros”.

A partir do referencial institucionalista racializado em composição com novas autoras negras, dentre elas algumas que acompanhamos em pesquisa, coletivos, estágios e monografias, em seus processos de racialização e aquilombamento, pretende-se problematizar as tensões, silenciamentos e escuta surda, bem como os desafios para produção do comum e o imbricamento entre gênero, raça e classe. Conforme Akotirene (2019), a interseccionalidade “dá instrumentalidade teórico-metodológica

à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (p. 14).

Se raça, gênero e classe foram inviabilizados durante todo o processo da Reforma Psiquiátrica, os coloco aqui enquanto fatores centrais das cenas que ponho em análise. Com isso, passo por questões como a invisibilidade da mulher negra, assim como de seu sofrimento, nos serviços de saúde; o apagamento da religiosidade de matriz africana de mulheres enclausuradas; a criminalização da pobreza como determinante para internação compulsória; a prostituição enquanto impossibilidade de escolhas; e, a maternidade negada e retirada, através da laqueadura compulsória, de mulheres negras e pobres. (ARANHA, 2019, p. 30).

Tal invisibilização, apontada na monografia de Shanne Aranha (2019), contribui para a manutenção do mito da democracia racial, de Gilberto Freire, que supôs a coexistência das três raças predominantes no Brasil – branca, negra e indígena – de maneira harmônica e complementar, resultando em uma sociedade superior por sua miscigenação. Entretanto, nas últimas décadas, muitos estudiosos, como Florestan Fernandes, criticam esse mito ao evidenciarem análises sociais que tornam essa afirmação contraditória. “As populações não brancas não possuem os mesmos direitos e não são socialmente alcançados pelo Estado como a população branca, fato que dissolve notavelmente do ideal de democracia e revela a estrutura racista do país” (STREIDER, 2001 *apud* NASCIMENTO, 2019, p. 27). O que atravessa subjetividades e cuidado, que tem o homem branco como ideal único de humano, de normal, de saudável e de profissional *superior* do cuidado, como aponta Laryssa Monteiro em sua monografia:

Quando o campo da saúde mental vai se haver com a questão racial? [...] se temos uma Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2007, p. 37) que traz o “reconhecimento

do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde”, como é possível que o debate racial esteja de fora das práticas da saúde mental? [...]. Trabalhamos com um ideal de louco cidadão, que habita a cidade, sujeito de direitos, mas não nos questionamos a quem esse ideal diz respeito. Quando se pensa em cidadão se pensa no negro? A cidadania nunca foi do negro, ela foi criada por e para homens-brancos-héteros. Iremos perpetuar esses ideais pautados na branquitude sem questionamento? (MONTEIRO, 2019, p. 23).

Essas questões têm permeado, recentemente, movimentos dentro e fora da academia, parte da mudança ético-política e de paradigmas. Se o foco, *míope nevoado*, era no “racismo sem racista”, colocando as pessoas pretas para falarem das suas dores (e aplaudindo!), enquanto as *manas-fantasminhas-camaradas* estavam ilesas nesse processo, *esplêndidas em berço branco*, propomos abordar o racismo botando em *xequemate* a branquitude. Quem, *eu? Nós?*

## 2 Através da porta de vidro

Como é para brancos pensar que muitos de nós descendemos de famílias que possuíram escravos? Como é refletir sobre as marcas históricas de opressão e exploração deixadas por nossos ancestrais? [...] Será que isso é pauta nas nossas discussões raciais? Pensamos em como nossas origens influenciam nossa subjetividade? Já consideramos que o racismo estrutura a subjetividade branca? Por que não nomeamos a subjetividade dominante como sendo branca? (JACHYNTO, 2019, p. 14).

Na esteira das questões de Bárbara Jachynto (2019) em sua monografia, interessa-nos problematizar os (e)feitos da branquitude no campo da saúde mental, tendo como análise processos formativos e interventivos em uma necrópole<sup>89</sup>

---

89 Necrópole refere-se à uma cidade, pertencente ao estado do Rio de Janeiro, território de extermínio do povo indígena Goytacaz, cemitério de negros escravizados, uma das últimas do estado abolir a escravidão, cidade manicomial no norte fluminense (ARENARI, 2020).

brasileira, pertencente ao estado do Rio de Janeiro. Segundo Lia Vainer Schucman (2012, p. 7) a *branquitude*, enquanto construção sócio-histórica, pauta-se na falaciosa ideia de supremacia racial branca, nas sociedades estruturadas pelo racismo, que tem como efeito “uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos”.

Para Benevides (2005) e Neto (2011), na psicologia imperam perspectivas europeias e estadunidenses, com uma visão de sujeito a-histórica e descontextualizada, reduzida a uma dimensão individual, psicologizada, interiorizada, dissociada do social, dicotomia entre o desejo e a política, favorecendo a despoltização das práticas: “quando somos psicólogos não somos militantes e se somos militantes não devemos sê-lo enquanto psicólogos” (BENEVIDES, 2005, p. 22). *Império neutro?*

Entretanto, esses autores não demarcam a raça como marcador crucial, o que não contempla as relações de gênero, classe e raça como determinantes da subjetividade. A psicologia, enquanto ciência e profissão, ainda é pouco racializada, de acordo com o CFP “há poucos e significativos trabalhos [...] eles apontam para o fato de que o modo como os brancos são socializados opera por manter e legitimar as desigualdades raciais” (2017, p. 103). Essa escassez de produções justifica a urgência da construção de novos saberes e práticas que se proponham a ser antirracistas. Relegar as questões raciais como plano de fundo ou simplesmente ignorá-las não é comum apenas no campo da psicologia e da saúde mental. Ao viverem como se sua identidade fosse formada por poderes, privilégios e aptidões intrínsecas e não forjadas a partir de expropriação, violências e violações, brancos são racistas também no âmbito institucional, cuja expressão “pode ser considerada a principal responsável pelas violações de direitos dos grupos raciais subalternizados” (CFP, 2017, p. 48). As pessoas brancas, em geral, constroem sua identidade não racializada e ao se sentirem confrontadas, ou ainda baterem na porta de vidro,<sup>90</sup> abrem uma ferida no narcisismo da branqui-

---

90 Edith Piza (2009), explicita o processo de se entender branca e sua condição racial. Utiliza a metáfora de bater contra uma porta de vidro como metáfora para a experiência de se descobrir racializada, sofrendo o forte impacto do choque contra a porta, seguido do susto

tude. É preciso atravessar a “fronteira invisível que se impõe entre o muito que se sabe sobre o outro e o quase nada que se sabe sobre si mesmo” (PIZA, 2009, p. 61).

Silvio Luiz de Almeida (2019, p. 32) alerta que o racismo estrutural constitui as relações institucionais: “As relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento etc.”. Portanto, é urgente a necessidade de problematizar a hegemonia psi e os seus (e)feitos, que denotam a contribuição para a manutenção de *status quo*, de um tipo de subjetividade dominante que faz a cisão entre normais e anormais, entre ideal de sujeito colonizador e sujeito colonizado. Considerando que a profissão vem sendo ocupada, predominantemente, por pessoas brancas e com teorias que tem a branquitude enquanto referência universal única, então o fazer profissional é marcado por uma escuta surda<sup>91</sup> às questões sociais, e, portanto, escuta surda branca, logo, racista. Como coloca Camilla Assis (2020), o desafio está no deslocamento dessa escuta branca surda para a escuta atenta racializada, tanto na formação como na intervenção na saúde mental.

As inquietações, as reflexões e os deslocamentos colocam em análise desde a formação em Psicologia e os seus agenciamentos com a RAPS<sup>92</sup> e nos atravessam enquanto mulheres, pesquisadoras e militantes na função de docente/supervisora e psicóloga/supervisora. Dentre as armadilhas que se pretende discutir está a *Síndrome de Isabel que nos habita*. Como colocado por Débora Borges (2020)

---

da dor e da surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura de metal, o que mantinha a porta fixa ali.

91 Termo forjado por Luis Antonio Baptista (2000), para designar uma escuta viciada, que ouve sem escutar, que não questionam as evidências que nos constituem enquanto sujeitos.

92 RAPS é sigla para a Rede de Atenção Psicossocial, de âmbito nacional, embora sua gestão seja municipal, agrega vários serviços de atendimento voltados para a promoção da saúde mental, tais como: os Centros de Atenção Psicossocial(CAPS); os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT); os Centros de Convivência e Cultura, as Unidade de Acolhimento (UAs), e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III). Sua idealização encontra-se fundamentada nos marcos das lutas antimanicomiais e da Reforma Psiquiátrica no Brasil.

Existe, na dinâmica racial brasileira, o que chamamos de Síndrome de Princesa Isabel. Trata-se de mais uma ferramenta do racismo que sempre protagoniza o branco no lugar de salvador. Uma inversão da realidade. O que é dito nos livros de história é que graças a gloriosa assinatura da Princesa Isabel a escravidão foi abolida no Brasil. Mas a história real é que houve muita pressão popular, revoltas e luta do povo preto pra que ela assinasse a lei áurea. Ela fez muito menos que sua obrigação. Assinar um papel não repararia o dano histórico causado, mas até hoje, a sua fama é de moça com bom coração que decidiu libertar, salvar o povo que ela e seus antepassados escravizaram (BORGES, 2020, p. 35).

Como deslocar da Síndrome de Isabel para ser aliada na luta antirracista? Como desprender do feminismo branco e pluralizar as lutas? Tais deslocamentos exigem rupturas com o pacto narcísico da branquitude.<sup>93</sup> Como alerta Rubiana Nascimento Viana, em sua monografia, “O segredo desta leitura é respirar entre as palavras”.<sup>94</sup> Isso implica necessariamente em nos lançarmos ao exercício de abrir ouvidos surdos e olhos míopes. Aprender também com o processo de racialização de estagiárias brancas compondo equipe interracial e atuando com o “outro”, como colocado por Bárbara Jachynto:

Fruto de um estágio que me coloca olhos nos olhos com inúmeros adolescentes negros semanalmente e me faz parar para ouvi-los. Essa infinidade de rostos cujas histórias seguem rotas completamente diferentes das minhas, porém perceptivelmente entrecruzadas em diversas avenidas. Esses rostos me ensinam a lançar um olhar crítico para minha história e de meus ancestrais, revisitando momentos, lugares e escolhas; escolhas não necessariamente minhas, mas de uma comunidade, escolhas que ainda reverberam severamente no cenário atual, solidificando esquemas de opressão sobre diversas vidas – principalmente a desses adolescentes. Tenho

---

93 Aliança inconsciente tecida de modo a recalcar certos elementos, como a responsabilidade pelo sofrimento e adoecimento de pessoas não brancas, que mantém a crença na supremacia, meritocracia.

94 Falta ar, sobram lágrimas e agradecimentos por jogar na cara tanta branquitude que teima em existir na academia, em mim... Resposta à Rubiana, em 26/04/19.

aprendido a deixar que o racismo seja descortinado, aquilo que nunca deixou de existir e permanece sendo alimentado por pensamentos e ações da comunidade branca, por nossos pensamentos e ações (JACHYNTO, 2019, p. 1).

### 3 Lá vem ela(s): tempestade!

Dentre uma violência e outra a lei das ruas vem como uma palavra de ordem que grita: Silêncio! Um dos ensinamentos da minha linda mãe, mulher preta, e do meu avô, homem preto, é que quem não fala muito consegue viver por mais tempo. [...] Nos corredores da faculdade, nos corredores do estágio, SOU EU A AGRESSIVA. SOU EU A TEMPESTADE. SOMOS NÓS. (GABY, 2019, p. 14).

“Não se faz bom marinheiro em mar calmo”, já diz o ditado popular. Ou como falar do “silêncio que precede o esporro.”<sup>95</sup>

“TO CHEIO DE ÓDIO!”. Esta frase muito bem expressa pelos meninos encarcerados é parte do que move este trabalho. Isto pode soar agressivo, e é. Frente a tantas violências que atingem o corpo preto em cena, o que mais se pode esperar? (GABY, 2019, p. 19).

O processo de racialização da saúde mental tem sido marcado pela recente inclusão do branco enquanto raça e suas inúmeras estratégias de dominação seculares. Sem a intersecção de marcadores e lutas, movimentos como o feminismo também tem sido alvo de inúmeras críticas porque se pautam, historicamente, nas demandas das mulheres cis, brancas e de classe média. Por isso, quando há o encontro na universidade entre jovens em processo de tornarem-se feministas e tornarem-se brancas, há um verdadeiro *maremoto*, já que perceber as opressões de gênero é também se dar conta das opressões de raça e de como as mulheres brancas foram consideradas como frágeis e seu sofrimento tem escuta e legitimidade, enquanto mulheres pretas são consideradas como “agressivas”, “fortes”, “resistentes às dores e chibatadas”. Não estivemos juntas, lado

---

95 Música do Grupo Musical O Rappa.

a lado. Como entender as reproduções de racismo nas relações entre colegas e amigas?

Espaços de fala destinados às brancas, em detrimento do silêncio/silenciamento das pretas que, ou são consideradas como tímidas ou como “raivosas”, modos de expressão racistas, o que se repetia em diferentes contextos, desde a sala de aula, em disciplinas como saúde mental, e principalmente nos estágios e intervenções com a RAPS. Como entender que a possibilidade de falar não parte de condições iguais? E que incitar que ocupem lugares de fala também pode ser violência? Falar para não ser escutada? Quem tem o privilégio da escuta? Ou melhor, quem tem o privilégio de ser escutada? A passagem da monografia da Bárbara Jachynto (2019, p. 7), citando Rubiana Nascimento, explicita isso:

Penso numa conversa com uma amiga, mulher negra, mãe de um menino extremamente querido e graduanda de psicologia da minha turma, que tem ecoado por diversos momentos em meu processo de escrita. Ao me explicar que nossas monografias, mesmo abordando um tema semelhante, se diferenciam na cor da nossa pele – eu escrevo direcionado pra um grupo e ela pra outro – marca logo em seguida, “a elite intelectual da UFF não vai querer ouvir o que eu tenho pra dizer, mas eles vão te dar ouvidos, porque é isso, você já entendeu como esse sistema funciona”. (NASCIMENTO *apud* JACHYNTO, 2019, p. 7).

### Todo branco é racista. E a branca, amém?

Quando o espaço universitário me conduzia ao doloroso exercício da fala (e ainda me encontro neste processo), não conseguia falar da forma com que me convocavam. Me odiava e me odiavam por isso. Cheguei a passar por situações constrangedoras e violentas onde professores ou colegas de turma frequentemente me direcionavam: “Não precisa falar deste modo agressivo!” ou perguntavam: “Por que você está gritando? Pra que tanta violência?”. Eu não conseguia elaborar tanto ódio e raiva. Precisava externalizar toda essa raiva que me consumia, mas não conseguia e de fato não

pretendo, ou melhor, me nego à submissão dessa tal “educação” que me cobram. (GABY, 2019, p. 15).

A autora protagonizou diversos movimentos na Universidade onde se graduou, dentre eles, o dar visibilidade à grade curricular branca. *Tempestade, personificada em Karolayner*, bradou e reverberou o *silêncio que tudo dizia* de Rubi, pedra preciosa e certa, estagiária que a antecedeu na experiência com a saúde mental infanto-juvenil e as instituições totais camufladas de substitutivas e socioeducativas.

A vida e palavras de Rubiana me ensinaram também sobre a importância de não tomar o lugar de ninguém, mas usar meu lugar para lançar um holofote sobre determinados assuntos e realidades não acessadas pelo grupo do qual faço parte. Escutando atentamente o que pessoas negras têm a dizer, podemos começar a olhar nossa branquitude de maneira crítica; **antes de ler meu trabalho é preciso escutar Rubiana, ler o que ela tem a dizer.** (JACHYNTO, 2019, p. 4, grifo nosso).

A autora não branca ainda descreve cenas de sua experiência de estágio em uma unidade de internação de medida socioeducativa, onde a maioria dos jovens encarcerados são negros, e a sua impossibilidade de acessar essas experiências:

O racismo gritava por todas as paredes daquela instituição, mas meus ouvidos não escutavam. Me percebi cega e surda, mas não muda. Eu ainda falava, e aí estava parte do problema, fazia perguntas e também fornecia minhas respostas, essa ansiedade – mãe de erros fatais – em se posicionar diante de situações que me abalavam, mas que ainda não compreendia. Brancos são cegos e surdos ao racismo estrutural – ou seja, as mentalidades e práticas cotidianas que confirmam a costura do racismo em nossa sociedade nos mais diversos níveis (das relações entre pares às instituições) que não são percebidas como racistas – mas não entendem o momento de ficar mudos. (JACHYNTO, 2019, p. 1).

Essa narrativa explicita os efeitos e limites da branquitude e a urgência na produção e nos reconhecimentos de saberes e práticas contra-hegemônicas, como afirma Rubiana Nascimento (2019):

Uma psicologia preta só pode ser construída por profissionais pretos e é este o lugar que precisamos ocupar. [...] e me fez procurar ainda mais longe – entender o porquê das coisas, suas raízes e assim me colocar frente ao nascimento de uma nova psicologia, que contemple quem sou: PRETA! Quando admito que o exercício da psicologia, até mesmo nas esferas clínicas, não pode deixar de assumir o aspecto político dos sujeitos, aposto no movimento pendular que nos permite acessar a origem macropolítica das questões que se apresentam nas mentes e nos corpos, mas também o que é da ordem micropolítica. Quando um psicólogo se predispõe ao atendimento das demandas psi de um corpo preto é necessário que deixe entrar porta adentro mais do que o sujeito, mas os atravessamentos raciais que também o compõem. (NASCIMENTO, 2019, p. 54).

Podemos estender as contribuições da autora para o campo da atenção psicossocial, que requer a produção de saberes e práticas transdisciplinares e em rede, tanto enquanto equipamentos dos sistemas públicos de saúde, educação, assistência social, cultural, lazer, entre outros, como também de redes informais, que se dão no território, que é vivo e dinâmico. Nesse sentido, de onde são as (os) profissionais psi, equipe de ensino médio, usuárias(os)? Como os seus territórios de pertencimento atravessam as suas práticas? Em que território estão localizados os serviços e quais são as suas práticas?

Nesta cidade, os serviços da RAPS estão no território central. A rede é composta majoritariamente por mulheres brancas em cargos de gestão e em atuações como medicina, psicologia e serviço social. Já as mulheres negras, que são a maioria, atuam como enfermeiras e técnicas de enfermagem, cuidadoras de residências terapêuticas, estagiárias recentes de psicologia da UFF, acompanhantes terapêuticas e redutoras de danos; seus corpos pretos se confundem com os de usuárias. As relações são marcadas pela subalternidade, desqualificação, deslegitimação, confirmando estereótipos

de mulher “agressiva” e corroborando para a manutenção dos privilégios da branquitude que produz objetificação, desumanização, sofrimento psíquico e adoecimento. Os dois depoimentos que seguem não têm a autoria por respeito ao processo vivenciado, duramente no estágio, de se tornarem negras a partir da vivência do racismo institucional.

Revejo minha invisibilidade. O que significa ter sido invisível agora que tenho cor? Não gostar de ser observada nas aulas, não achar que eu pertencia à academia, não achar que eu poderia ser psicóloga, não ser reconhecida no estágio; isso é realmente ser invisível? [...]. Eu podia ser vista; não era essa a questão. O negro não é invisível, transparente, translúcido. Pelo contrário, o negro é muito visto; nas prisões, nos manicômios, nas manchetes dos jornais, na mira do fuzil. [...] O negro invisível é o negro que ousa ocupar um lugar diferente do que foi a ele designado. E qual o lugar do negro na saúde mental? Não é fazendo estágio ou sendo profissional da equipe. O negro está no manicômio, é o louco, o usuário de drogas, o que deve ser retirado da sociedade. Como conceber, então, que eu não fosse usuária do CAPS? Não era o lugar onde eu deveria estar, por isso, a visibilidade me foi negada pela equipe. Eu senti o desamparo na pele e hoje entendo que não só na pele, mas pela pele. (MONTEIRO, 2019, p. 22).

Médico: Você é o que dela? Filha? Essa pergunta me foi feita ao acompanhar uma usuária do CAPS em sua primeira consulta e primeira vez. Após perceber que ninguém de sua família a acompanharia na consulta, pediu que eu a acompanhasse. Junto estava presente outra estagiária e uma enfermeira. A pergunta do médico me causou muita estranheza, pois estava naquele espaço há pouco mais de um ano, sempre o cumprimentava, sempre nos cruzávamos na sala da direção. Com esse questionamento veio o sentimento de me sentir ou ser invisibilizada. No mesmo momento comecei a observar o que eu tinha de diferente das outras duas colegas. Observei atentamente nossas vestimentas, estávamos com o mesmo “look”: tênis, calça jeans, camiseta de manga curta. A única coisa

que nos diferenciava era o tom da nossa pele, ambas as colegas têm pele branca.

Tentava por meio dos desgastes vividos pela repetição, levar as demandas e queixas trazidas pelos moradores, estudava a melhor forma de verbalizar, de me portar, mas, todos os comportamentos hostis me faziam acreditar que nada que eu fizesse seria o suficiente para ser digna de atuar nesses campos de estágios. Diante da dificuldade de ser ouvida nos espaços de decisões, muito do meu posicionamento de silêncio perdurou devido às impossibilidades impostas ao meu lugar de estagiária determinada pela equipe. (MONTEIRO, 2019 p. 19).

Nas encruzilhadas, entre becos e vielas, profissionais negras denunciam sofrerem de processos semelhantes, apostando nas relações com estagiárias pretas para as ações no território, muitas inauguradas por essas enquanto acompanhantes terapêuticas e redutoras de danos, e que pessoas negras, não racializadas, são usadas como capitãs do mato para a manutenção dos privilégios da branquitude em suas ações supostamente antimanicomiais.

Esses relatos evidenciam não só práticas que tornam mulheres negras invisíveis, como também colocam em xeque a violência reproduzida por meio de mulheres brancas. Sobre isso, destacamos uma cena em especial, em uma reunião sobre questões referentes ao estágio. As estagiárias negras começam a dizer como este período foi produtor de sofrimento, por não se sentirem escutadas pela equipe e por se identificarem mais com os usuários do que com a própria equipe. Antes que pudesse terminar sua fala, uma delas foi interrompida pela gestora branca, que logo começa a chorar dizendo que não sabia mais o que fazer, que não pode questionar a prática de um estagiário sem que a olhem como racista, que qualquer coisa que ela dissesse seria visto como racismo. A estagiária tentou dizer do que se tratava, de racismo estrutural, mas foi silenciada novamente pela gestora que ainda chorava. A supervisora do acolhimento, também branca tentou traduzir as palavras da estagiária explicando para a gestora o que ela

gostaria de dizer, a reunião seguiu com algumas intervenções das psicólogas e da enfermeira coordenadora de um dos dispositivos da RAPS, que também é negra. Mas ficou nítido com o posicionamento da gestora que quando mulheres negras passam a ocupar o lugar de estagiárias da rede que o estágio que, até então, era visto como indispensável para o funcionamento dos serviços passa a ser incômodo e até mesmo tem a possibilidade de deixar de acontecer.

Em funções distintas, estávamos nessa cena. Fui tomada de um incômodo tão forte que logo meu estômago sentiu náusea, a famosa vergonha alheia, mas mesmo me solidarizando com as estagiárias e tentando acolhê-las posteriormente, no momento me calei. Não conseguia pronunciar uma palavra de repúdio qualquer diante daquele absurdo. Como intervir naquela violência explícita? O que o nosso silêncio, enquanto supervisoras brancas, diz? Enquanto docente, já desgastada pelos enfrentamentos com a gestão em reuniões anteriores, não consegui interromper o ciclo de violências. Pacto narcísico da branquitude?

Deu branco? Deu, branca! Como adverte Laysa Souza (2020), citando Lucas Veiga (2018), a psicologia brasileira é branca (VEIGA, 2018). Em sua monografia, ela fala sobre a mesma cena:

[...] Então Lívia logo assim começou a falar, dizia algo de “não entender da onde vinha tanto sofrimento”, além de falar que tínhamos que “tomar cuidado com a aproximação com os usuários”. Eu não conseguia falar nenhuma palavra, só conseguia ficar abismada com aquilo tudo sendo dito. (...) Lívia, que dizia coisas como saber que havia entrado “mais pessoas negras na rede como estagiários” e questionando “se realmente tinha que falar de raça em tudo”. Começou então uma “discussão” que ficou entre ela e Débora, que a respondia, falando sobre o nosso lugar de outsider within, sobre suas vivências, mesmo que Lívia não estivesse realmente a escutando. Já eu, não consegui dizer nada. Numa tentativa de “tradução” de uma mulher branca pra outra, a supervisora da casa de acolhimento começou a dizer o que Débora estava “querendo dizer” pra Lívia, que foi quando ela começou a “entender” e chorou,

dizendo que “sempre era criticada”... Além de que, o choro de mulheres brancas em situações como essa é uma forma de violência emocional que reforça o sistema de dominação branca, uma estratégia a qual mulheres brancas usam para evitar a responsabilização. (SOUZA, 2020, p. 35).

Pode-se confirmar, como esse depoimento, o quanto os corpos pretos são indesejáveis/indigestos nas intervenções por confrontarem a *Isabel* que habita psi e gestoras da rede e suas perspectivas míopes e surdas, psicologizantes. Isso também se expressou em outra cena, em um dos dispositivos de atenção psicossocial, onde a maioria dos usuários são negros e pobres, o que contrastava com a equipe técnica que era em sua maioria branca. O cenário começou a mudar quando estagiárias negras entraram em cena e começaram a fazer questionamentos sobre o modo de organização dos serviços. Em uma reunião, uma estagiária negra coloca suas angústias em relação aos jovens negros que cumpriam medida socioeducativa de internação, trazendo seu incômodo sobre como aquela instituição funcionava como verdadeiros presídios que encarceravam jovens negros. A supervisora branca pergunta à estagiária se ela já havia ido a um psicólogo, dizendo que seria importante fazer análise para *aprender a separar as questões relacionadas ao trabalho com suas questões pessoais*.

#### **4 “Você já foi a um psicólogo?”**

O fato de ser uma psicóloga em formação não me livrou. Ser Psi em formação não me concede alforria do que sempre nos foi imputado ou do que designaram a nós desde o primeiro negro raptado em África. (GABY, 2019, p. 20).

O predomínio do trabalho clínico com a lógica liberal é uma das características da atenção psicossocial, tanto com médicos, psi, como assistentes sociais. A aposta do trabalho no território e na articulação de redes requer o deslocamento da atuação na clínica privada para a clínica transdisciplinar, nômade e ampliada. Para tal, é crucial intervir na formação em

Psicologia, tradicionalmente voltada para a clínica liberal, que teve como um dos efeitos a construção do imaginário social da figura do psicólogo e de um serviço elitizado, que predomina nas últimas décadas, mesmo com a crescente inserção e alteração do mapa profissional. “Deixamos de ser majoritariamente profissionais liberais e nos tornamos profissionais assalariados do setor público, do privado e do terceiro setor, nessa ordem” (BASTOS e GONDIM, 2010 *apud* NETO, 2011, p. 25).

A pergunta “Você já foi a um psicólogo” é analisadora da dificuldade de acesso, que funde o profissional com a função/lugar, mas também evidencia o que há de inacessível em termos de saberes e práticas. O que se escancara na experiência entre a psi supervisora branca e a estagiária psi negra.

Enfim, quando os meninos saíram e fechou-se a porta, eu desabei. [...] A Clara começou a falar e falou durante muito tempo. Depois disse que gostaria de nos ouvir. A Jenifer, estagiária, começou a dizer que é algo novo pra ela, algo que ela nunca viveu. (Novidade!). Foi então que eu disse que é algo muito próximo a mim por diversas questões [...] A Clara começou a responder num tom, como se fosse uma afronta, como se eu tivesse dito que todo o trabalho feito até agora não teve nenhuma modificação, num modo talvez de pessoalidade. Como se o trabalho fosse dela e não de um todo. Me aconselhou a separar lado pessoal do profissional, indicando que eu levasse as questões profissionais para a supervisão e as pessoais para a análise. Além disso me fez as seguintes perguntas: Se você acredita que nada vai mudar, o que está fazendo aqui? O que te trouxe até aqui? Por que está fazendo este estágio? Eu apenas paralisei. O primeiro contato foi intenso e doloroso, ver meninos nessa idade algemados, meninos que majoritariamente são negros, dói e dói muito. Há um sentimento aqui, algo que pulsa. Uma mistura de angústia, medo, ansiedade, desespero e anseio. Algo que não posso descrever, algo que me afeta e transborda, que talvez até me paralise. Gostaria de ter a oportunidade de por um minuto sequer não haver preocupação com a raça. Não é possível viver um minuto sequer sem esta dor? Na verdade, não. (GABY, 2019, p. 28).

Com a inserção psi nas políticas públicas, especialmente na saúde mental e na assistência social, há necessidade de deslocar o lugar/espço, não apenas geograficamente, indo até territórios novos, mas, sobretudo, aprendendo com o território e partindo dele, tanto em relação à ampliação de perspectivas como de pertencimento étnico-racial e social. O relato de Shanne Aranha (2019) denuncia a reprodução de práticas racistas.

Com as ideias impostas pelo colonialismo, cultua-se um movimento de embranquecimento da sociedade e isso faz com que quem não está dentro dos padrões normativos seja invisibilizado e desumanizado. Não é raro observar a perpetuação dessa lógica até nos serviços da RAPS [...]. Conhecido como o dia de beleza, ou dia do cuidado, quando se colocam enquanto desconstruídos, os serviços da RAPS oferecem um momento específico para se trabalhar o cuidado, a higiene e a beleza nos usuários. A beleza, como sempre, fica mais restrita para as mulheres, que durante esse dia prezam por alisar o cabelo [...]. (ARANHA, 2019, p. 58).

Questões-chave que permeiam o documento de referência para as Técnicas para a Prática da(o) Psicóloga(o), elaborado no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), como uma das respostas do Sistema Conselhos de Psicologia às demandas do movimento negro para “a produção de teorias e que contribuam com a superação do racismo, do preconceito e das diferentes formas discriminação” (CFP, 2017, p. 8). As questões apontadas por Rubiana Nascimento demarcam a urgência da produção de mulheres negras sobre as suas vivências, como a seguir:

Acabei retornando às minhas prerrogativas iniciais: me reafirmando uma mulher negra e pobre, que nasceu negra e pobre, produto de mulheres negras e pobres, vivendo hoje aos 23 anos questões parecidas demais com as que minha avó viveu aos 23, como se toda uma geração de mulheres iguais a mim caminhasse em círculos, repetindo histórias em contextos diferentes. Repensar isso me fez perceber que estou miseravelmente presa à ausência de respostas

das muitas perguntas que ainda possuo, e que isso me frustra; mas que por sorte, as que vieram antes de mim deram asas à minha curiosidade e muniram minha vontade de entender... É como se sussurrassem a todo instante em meus ouvidos: “vai!”, e eu vou. (NASCIMENTO, 2019, p. 26).

Neto (2011) alerta que a inserção de psicólogas nas políticas públicas por si não garante um compromisso social diferenciado, o que decorre, principalmente, porque essa inserção está ainda em descompasso com as mudanças no processo de formação, em que há o predomínio de um currículo fragmentado, tecnicista, conteudista ou ainda a supervalorização de práticas para atender o mercado, ambas distantes de uma formação crítica e criativa que articule o tripé ensino, pesquisa e extensão, comprometida em atender as demandas sociais. Nessa direção, Tavares (2020) aponta que a clínica que não é racializada, não é ética, por manter a lógica classista e racista, pautada em um modelo clínico privatista. O que nos impele a racializar os saberes e fazeres, passando por letramento racial, o que inclui o autorreconhecimento e a percepção de como somos lidas racialmente a partir do que produzimos e de nossas intervenções.

Laryssa Monteiro (2019) ainda descreve que se deparar com a negritude é se deparar com o racismo. É inevitavelmente mergulhar em uma busca por explicações e novos sentidos que não se alcançam sem sofrimento. Como diz Souza (1983), mais que constatar o óbvio, esse processo tem como base “viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas” (p. 18). Tornar-se negro é abrir uma ferida:

Nas reuniões de equipe do CAPS não era o meu lugar. Boa parte das profissionais não sabiam meu nome. [...] Nos espaços específicos da equipe de desins eu era um corpo útil, um objeto. Fora dali, em espaços informais, eu me referia à supervisão nessa equipe como uma “chefia”, que me mandava fazer coisas. E eu fazia [...] A estagiária objeto servia para cumprir funções [...] Eu era o tapa buracos até que surgisse alguém apto. A posição de estagiária-objeto não se estabelecia fora das equipes. (MONTEIRO, 2019, p. 22-23).

Novamente, urge olhar a racista que mora em nós, a Isabel que teima em existir e salvar; para sairmos da posição de supervisoras e estarmos abertas às intervenções produções inventivas. Como denuncia Débora Borges (2020): “Vivemos uma espécie de *matrix* criada pelos brancos. Eles são os invasores. Reprogramaram nossa consciência para que acreditemos que somos inferiores à sua forma de vida grotesca e doentia. Faz parte do plano da branquitude nos enfraquecer roubando nossa identidade. Dispersando-nos como se fossemos apenas corpos à deriva. Mas somos muito mais do que nos fizeram acreditar que somos (p. 20)”.

## 5 Amar-elando

Mulheres negras pensando juntas são ainda mais geniais. (BORGES, 2020, p. 55).

O paradoxo das experiências de racialização é também, e sobretudo, de resistência como aquilombamento e produção de novas narrativas, escritas e movimentos de pertencimento, co-engendrados por novas práticas eivadas de saberes ancestrais e inventivos. É a interseccionalidade na vera, ativando a Reforma Psiquiátrica campista, assombrando os manicomialistas/proibicionistas/machistas/racistas de plantão, que costumavam chamá-las de “obsessivas antimanicomiais”. Mas provocaram fissuras e abriram novas possibilidades, como compartilhado por Débora Borges ao narrar sua experiência enquanto estagiária em um dispositivo da RAPS, que ela denomina como “UD”:

Apesar da equipe da UD a princípio ter sido resistente às apostas dos estagiários, estavam começando a ver que a redução de danos e a liberdade eram o caminho mais saudável, topando os rolês no território, propondo e se implicando no cuidado em RD (redução de danos). A maioria parecia ser contra a internação. Dandara conseguiu manejar com o juiz que não descartou totalmente, mas não atendeu ao pedido do Dr Ninguém. A equipe da UD era diferente

da equipe do TMBS<sup>96</sup>, começando pelo número de pessoas pretas que compunham a equipe. Ali também pude aprender muito com mulheres pretas incríveis que marcaram a minha trajetória enquanto mulher preta, estudante e futura profissional da saúde. Mesmo em um cenário tão sistematicamente racista, foi possível, graças a elas encontrar saídas para levar adiante o que nós acreditávamos enquanto estratégia de cuidado. (BORGES, 2020, p. 41).

As marcas das experiências enquanto estagiárias e intervenções como Acompanhantes Terapêuticas e Redutoras de Danos, portanto, são desdobramentos desse movimento e são extremamente potentes, especialmente pelo encontro que se dá com as usuárias e os usuários, entre pessoas pretas em diferentes funções.

Com os usuários a relação era outra. Tudo que eu falava importava. O não falar também. Fora das paredes do CAPS, numa varanda lá nos fundos da casa, minha presença importava. Às vezes, ao chegar, eu mal tinha tempo de guardar a mochila, alguém já tinha vindo me abraçar ou me puxar pelo braço pra sentar e conversar. (MONTEIRO, 2019, p.22-23).

A potência dos encontros também é descrita por Laysa Souza, que demarca o cuidado mútuo, rompendo com a neutralidade, os especialismos, os objetivismos e os estereótipos: “A amizade foi um instrumento ético e político para construção dessa relação, pois ela dá abertura à alteridade” (SOUZA, 2020, p. 44). Para a autora, podemos pensar essa relação a partir da filosofia africana ubuntu, representante de “um ethos comunitário, que tem a humanidade, a cooperação, o respeito, o acolhimento e a generosidade como condutores” (*Ibidem*). Sua parceria com Débora Borges também transmite essa vivacidade, como podemos perceber abaixo:

Madalena também me ensinou sobre não ficar em silêncio. Sobre incendiar. “Fazer o bagulho ficar doido” que nem ela dizia. [...] Madalena é uma alma livre que precisa da luz do sol pra voar.

Precisa do calor da liberdade. Como uma borboleta. Vive das urgências de uma vida atravessada. Encontrar com ela na vida, nas músicas, nas viagens foi um processo de cura mútua. Eu, ela e Laysa trocamos afeto, estratégia, sagacidade. Inspiramos umas as outras. Compartilhamos sabedorias de vida como beber muita água, dançar quando tiver vontade, cantar gritando bem alto de olhos fechados sua música favorita, fazer amigos – e isso a Madalena faz como ninguém. Ter vivido experiências de cuidado com elas nesse tempo é muito além de uma honra. Algo que vou guardar na minha memória e coração para sempre. Que as opressões e dores que nos aproximam, sejam dispersadas pelas risadas mais sinceras que nascem quando estamos juntas. Que a nossa intuição nos guie pelo caminho das experiências vividas. Que nada nos impeça de sonhar com um afrofuturo, enquanto vivemos o presente sendo a potência que impulsiona e colore nossa imaginação pra sonhar os sonhos mais ousados, majestosos e bonitos (BORGES, 2020, p. 59).

Esses sonhos, cultivados entre muitos, são sementes de outros movimentos que aconteciam quase que simultaneamente, como a criação do coletivo PretasPsi, em abril de 2019, que tem o girassol como símbolo. “E foi assim que nos encontramos. Olhando umas para as outras, nas nossas semelhanças, risadas nos dias de sol, ou nos choros nos dias não tão ensolarados assim. Mesmo diante do silenciamento, nossas vozes juntas eram como trovões impossíveis de serem ignorados” (BORGES, 2020, p. 56).

Somos as PretasPsi, um grupo de mulheres pretas graduandas em psicologia que estão se organizando e trabalhando em conjunto [...]. Considerando que a psicologia (e a academia como um todo) é um campo que invisibiliza e negligencia questões raciais, compreendemos a importância de nos unirmos para não permitir que o racismo se perpetue enquanto causador de sofrimentos psíquicos. É importante destacar o descumprimento e descaso do nosso curso que não aborda com afinco as questões étnico raciais. O que acaba produzindo sofrimento nos estudantes que não se veem representados pelas temáticas abordadas em aula e sobretudo na formação de futuros profissionais que não terão devido cuidado

com a população negra na sua atuação. Temos o intuito de cobrar o estudo de autores e autoras negras durante a nossa formação, entendendo a nossa responsabilidade enquanto profissionais da saúde para com essa população. Conhecendo a realidade do epistemicídio na academia, precisamos estar dispostos a combatê-lo produzindo e articulando temáticas voltadas a população preta, de forma que esse conhecimento seja também acessível a ela, visando sempre que esse conteúdo possa ser instrumento de transformação social. [...] Mas, mesmo assim, continuamos nos articulando para incomodar os sonos injustos (BORGES, 2020, p. 57).

Movimento insurgente que tem abalado o curso de Psicologia e a Universidade em questão bem como as políticas públicas e as micropolíticas, entre outros. Produziu atravessamentos com a cidade e as estruturas de poder, como o Conselho Regional de Psicologia e o próprio coletivo antimanicomial e antiproibicionista, tendo como analisador um acontecimento que provocou rachaduras, em uma roda da semana da luta antimanicomial e da ciência na rua, parte das articulações e dos movimentos de enfrentamento aos ataques e desmontes ao ensino público que emergiram mais intensamente nos primeiros meses do governo Bolsonaro. O acontecimento, que nomearemos como a roda que não desceu, tinha como proposta inicial debater as dimensões de classe, raça e gênero e a lógica manicomial. A complexidade desse acontecimento é tamanha que não ousaríamos diminuir o texto analítico produzido por Camilla Assis (2020), como parte da sua monografia, tamanha a força dos analisadores traduzidos por ela:

Para isto, além de nós do recém coletivo que nomeamos de “PretasPsi”, o coletivo negro da universidade foi convidado, assim como outras representações como o coletivo LGBTQI+ e o coletivo feminista que foi representado pela também colaboradora do Conselho Regional de Psicologia (CRP). Deu-se início a roda e a palavra foi passada para nós, componentes do Coletivo PretasPsi, neste primeiro momento, uma amiga começou dizendo da pertinência e das razões que levaram mulheres pretas da graduação em psicologia a se reunirem. Neste instante, reforçou que a psicologia, historicamente, se colocou a

serviço das lógicas hegemônicas e, que, por isso, entendemos que esta ciência foi embranquecida e, conseqüentemente, contribuiu e continua a contribuir para a perpetuação do racismo. Na ocasião, a representante do Conselho Regional de Psicologia interrompeu a fala e declarou que “não era bem assim” e tentou nos explicar como era. Não pretendo aqui falar os pormenores das falas infelizes dessa pessoa, mas de enfatizar que, a partir deste momento que assumiu a fala, resolveu estrear seu monólogo, que esgotou todo o horário previsto para a realização da roda de conversa. Nessas longas duas horas de duração de seu monólogo, além de mim, outros participantes da roda tentaram colocar suas impressões, contudo, imbativelmente, a colaboradora do CRP, branca, psicóloga, militante feminista, permaneceu seu discurso com falas do tipo: “você não entende o que quero dizer, mas é que eu enquanto representante dessa instância ocupo os espaços onde constroem políticas públicas e, por meio disso, consigo dar voz para aqueles que não tem voz”, “quando precisamos debater sobre questão de raça, sempre chamo uma mulher preta para participar do evento”. A roda finalizou de modo em que todos, aparentemente, estavam desconfortáveis e exaustos com o que tinha acabado de acontecer. Eu e minhas companheiras do PretasPsi, tínhamos acabado de vivenciar coletivamente a violência do silenciamento. [...] Essa foi a nossa primeira tentativa de tornar a linguagem em ação, o texto que pulsava em nossas veias era esse, da querida e necessária Audre Lorde (2019). Digo tentativa, pois, por um passe de mágica, ou melhor, por meio de mais um conhecido ataque racista, nos silenciaram. Esse silenciamento ecoa em mim até hoje. [...] (ASSIS, 2020, p. 16-17).

Esse acontecimento escancarou como o selo antirracista não é acoplado, necessariamente, às outras militâncias do campo progressista (branco demais?). Poderia ser com qualquer uma de nós. Aliás, foi com uma de nós, nas bordas e no fundo. É a roda que não desceu, parte que identificamos como a fragilização do coletivo Estamira que não conseguiu intervir, embora reconhecesse e, de outro modo, também sentisse as violências. O coletivo do qual participamos ativamente da criação e dos movimentos, era branco demais. Portanto, racista... demais?!

Feridas narcísicas se embolaram com feridas ancestrais e, diante de tantos castelos ruindo, o coletivo não sustentou a continuidade, mesmo tendo intercedido no próprio CRP, estando presentes nas reuniões ampliadas de colegiado de curso de Psicologia, posicionando-se com notas, iniciando estudos, entre outros. Algo maior e intragável estava aparecendo. As rachaduras também apareceram na relação institucional com o próprio CRP. E sim, nada mais foi exatamente o mesmo para nós. COLAPSAMOS. Mas, para as pessoas pretas, foi mais um episódio de racismo... e seguiram transformando as dores em ações antirracistas, ocupando espaços, como o centro acadêmico, estremecendo a(s) Casa(s) Grande(s).

São experiências como essas que nos convocam a colocar em análise também as instituições aqui encarnadas na RAPS, CRP, Universidade, que nascem estruturadas pelo racismo que ao mesmo tempo reproduzem. Essas instituições tão duras silenciam, invisibilizam, violentam os corpos das mulheres negras, convocando-nos a repensar práticas e saberes racializados....

Pelos corredores [...] já ouvi dizer que estão nos chamando de “risco a democracia” pelo departamento de psicologia. Mas já estamos “acostumadas” a ser vistas como ameaça quando o assunto é privilégio branco. E estamos unidas pra nos manter sempre conscientes de que não estamos exagerando, nem ficando loucas, nem sendo radicais demais. Estamos sendo parte do levante de uma geração que não admitirá o silenciamento. [...] Não estamos desorganizadas. Nosso discurso vem de longe. Ecos que não serão mais abafados. É inevitável. O império colonial já está em decadência. Eles roubaram e copiaram tudo da gente. Mas a mentira está sendo revelada e o povo preto têm se munido de palavras, pra escrever, falar, registrar e construir um novo futuro através de um passado ancestral e vivo. O colonialismo deu errado. Essa forma de existência predatória, vazia e sem sentido está no auge do fim. (BORGES, 2020, p. 58).

## 6 Reverberações (in)conclusivas

É mais que um silêncio. Pois não estamos calados. Nossas vozes ecoam das mais diferentes formas. Gritos de gerações sendo repercutidos através do rap, da poesia, de (sim, pasmem brancos) produções acadêmicas. Mas a questão é que não somos escutados ou validados. Sabe aqueles pesadelos horríveis onde você está sendo perseguido, grita pedindo ajuda, mas ninguém te escuta? Você grita com todas as suas forças, mas a sua voz não sai? (BORGES, 2020, p. 21).

Como escutar aquilo que não se escuta? Lendo? Este artigo é desdobramento dos acompanhamentos das forças, dos movimentos e das criações disruptivas em que estivemos visceralmente mergulhadas, especialmente nos últimos dois anos. Apesar da intensidade (e por sua causa e *causas*) desses movimentos, algumas análises só foram possíveis de serem escutadas a partir das produções monográficas, pois, como ressalta Débora Borges: “as escritas e produções revolucionárias de mulheres negras têm causado rachaduras nas estruturas racistas, com o impacto principalmente na consciência umas das outras” (BORGES, 2020, p. 14).

O deslocamento de estar fora, de experimentar o não pertencer, opera sentidos em uma psicologia que se faz na abertura ao inesperado. Não diz do despreparo, mas do estar preparado para o que vem, seja o que e como for. Uma psicologia feita à espreita. Nesse caminho, recusando a neutralidade imposta, recusando modos de formação que formatam, construí uma psicologia possível aos meus olhos. Eu sou um produto desta monografia, tanto quanto ela é um produto meu. Nos construímos juntas nesse processo. A Laryssa que se entendia enquanto pessoa invisível entende agora um pouco dos mecanismos de produção dessa invisibilidade na academia, no campo, na sociedade, na psicologia que se nega a se haver com a questão racial e com sua branquitude estruturante. Me nego a ser objeto, como estagiária ou psicóloga, dessa psicologia. Precisamos transformar algumas coisas. (MONTEIRO, 2019, p. 25-26).

O silêncio da branquitude tem sido ensurdecador. Temos a responsabilidade de romper com o silêncio histórico acerca da responsabilidade de pessoas brancas com a discriminação racial e opressão de pessoas negras e não brancas, para que se torne possível assumir posicionamento antirracista. Essa ruptura é marcada pelo necessário mal-estar do reconhecimento, da vergonha e da culpa ao que não é possível escapar, pois como aponta Bárbara Jachynto (2019): “Fugir à dor do reconhecimento branco numa sociedade racista é descaso e desrespeito com a dor da opressão sofrida diariamente pelo povo negro. Dor essa provocada pelo que nós brancos temos feito lá do alto do conforto de nossos privilégios [...]” (p. 4). O que requer coragem e análise das implicações e inflexões na universidade e na rede, espaços em disputas, descolamentos e confianças possíveis, com novos olhares, perspectivas e posicionamentos. “E é tudo pra ontem!”, como ensina Emicida.

Débora Borges (2020) refere-se a Lucas Veiga que disse que o momento caótico e pandêmico que estamos vivendo, um certo fim do mundo “como “colapso colonial”. A aflição e o medo da branquitude de perder seus privilégios têm sido registrados com muita frequência, principalmente pela internet, mas é bom que saibam que não vamos abaixar a cabeça” (p. 58).

A psicologia precisa urgentemente atentar-se ao fato de que para ser validada como ciência, acaba reproduzindo e sendo parte responsável pelo fenômeno de inflação diagnóstica na contemporaneidade. Já passou da hora da psicologia se repensar enquanto também uma extensão da prática colonialista, tendo o compromisso antirracista e antimanicomial de não limitar as pessoas em cápsulas teóricas. Pensando as subjetividades como um todo, considerando a variedade de atravessamentos sociais, históricos e culturais. (BORGES, 2020, p. 29).

É urgente que a psicologia, enquanto ciência e profissão, construa alternativas à permanência da construção de práticas com base em epistemologias gestadas pelas narrativas e perspectivas dos colonizadores. Identificar os elementos coloniais que permanecem no cenário contemporâneo (MBEMBE, 2017), na ciência e nas práticas profissionais é considerar que a não

racialização dos saberes está a serviço da manutenção de práticas racistas e segregadoras.

Pessoas pretas não precisam ser salvas, precisam ser ressarcidas. A salvação é o que eles vendem desde o início da colonização e o preço é ficar de joelhos, submissos, quietos, dopados, dependentes. As cruzadas missionárias, por exemplo, são peças fundamentais para compreender o quebra-cabeça que é o racismo. Quando os jesuítas chegaram no território indígena hoje chamado de Brasil, foi com intenção conquistar, dominar através da culpa forjada, promessa de salvação. Mas do que os povos originários precisavam ser salvos? A branquitude é um câncer. (BORGES, 2020, p. 36).

Advertidas por Camilla Assis (2020, p. 31) reiteramos que: “escutar o que se calou é ensurdecido da escuta branca surda à escuta racialmente atenta”. Para o que exige coragem e disponibilidade para fazer a travessia, rompendo com referenciais que nos moldaram. Para a travessia, estejamos abertas a aprender e embarquemos no convite de Débora Borges com sua música VIAJANTES, que intitula a sua monografia (2020).

Nós somos tão jovens, ainda temos tantas viagens pra fazer aqui ou lá fora eu te levo onde quiser... Escrever é uma forma de estar nas nuvens o suficiente para suspender as dores. Ainda que de cima, cada palavra, uma gota de chuva. Tempestades que inundaram mundos inteiros. Escrevo para ser vista. É impossível ignorar os temporais.

DEU BRANCAS?

## Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. 1 ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ARANHA, Shanne Gonçalves. **Cartografias do movimento: A loucura ocupando a cidade**. 2019. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

ARENARI, Rafaela Werneck M. **A vida de Jovens Infames: Por um Exercício Parresiástico**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

ASSIS, Camilla. **Para dizer o que se cala: Gritos, Escritos e Ecos do Silenciamento**. 2020. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacaze, RJ, 2020.

BAPTISTA, Luiz Aantônio. **A cidade dos sábios**. São Paulo, SP: Summus, 2000.

BENEVIDES, Regina. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 21-25, 2005.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, São Paulo, 2002. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento\\_do\\_2002.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf). Acesso em: 13 ago. 2020.

BORGES, Débora Medeiros. **Viajantes**: Passado Presente e afrofuturo. 2020. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais**: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

GABY, Karolyner. **“To cheio de ódio!”**: Da potência do ódio pra balançar as estruturas das medidas sócio punitivas à Atenção Psicossocial. 2019. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

JACYNTHO, Bárbara Narciso. **Ventos decoloniais e o sopro do abolicionismo penal**: Impasses de uma psicologia –branca– no sistema socioeducativo. 2019. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes – RJ, pp. 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MONTEIRO, Laryssa do Rosário. **De objeto a profissional implicada**: Notas de uma formação-intervenção em saúde mental. 2019. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

NASCIMENTO, Rubiana. **Leituras sobre o silêncio**: Raça, Classe, Vida e Morte. 2019. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

NETO, João Leite Ferreira. **Psicologia, políticas públicas e SUS**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: FAMIG, 2011

PASSOS, Rachel Gouveia. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano xx, n. 38, p. 77-94, 2017.

PASSOS, Rachel Gouveia. “Holocausto ou Navio Negroiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Argumentum**, v. 10, n. 3, p. 10-23, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUZA, Laysa Fontes. **Reduzindo danos do racismo**: escrituras de uma psicologia racializada. 2019. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.



**PARTE III: A POLÍTICA  
SOB OLHARES  
FEMINISTAS**

## Solstício em Vênus

Tábata Berg

ôoo abre alas... *carrum navalis*  
um bafio acre na noite mais longa do ano

grito surdo de loucura calculada. alguém?  
frenesi apático na multidão festiva  
fabuloso baile de máscaras de cera  
gargalhadas!

louca e fria  
louca e fria  
louca e fria

apenas carne fétida. esplêndido [cárcere  
imóvel, acuada, calada em balbúrdia sonora  
ssh, silêncio

golpes nos rins, estômago, n'alma  
agrilhoada num reduto obscuro  
da matéria inerte – reluzente

poeira branca, navalha, algumas gotas  
a mais? calculadamente  
apodreça e empesteie. alguém?  
é tudo fantasia desforme na patuscada mais longa do ano

alvorecer. olhem! é Vênus trajada em mortalha



## CAPÍTULO 7

# 7 MULHERES E POLÍTICAS NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO

Flávia Mendes Ferreira<sup>97</sup>

Thaís Ferreira Rodrigues<sup>98</sup>

## Introdução

O espaço público e os espaços de poder foram organizados, prioritariamente, pelos homens e para os homens. Para as mulheres, ficou reservado o espaço privado da casa, o que as afastava, sobretudo, das decisões de poder do Estado. A partir do século XX, os movimentos de mulheres e feministas tiveram êxito em diversas reivindicações que garantiram maior participação feminina na política, como o direito ao voto que, no Brasil, é uma conquista do ano de 1932. Somente em 2010<sup>99</sup> elegemos a primeira mulher presidenta e a reelegemos em 2014. A cada eleição temos mais mulheres candidatas a cargos executivos e legislativos. Na eleição de 2018, por exemplo, tivemos um aumento de 51% na Câmara Federal e de 35% de mulheres eleitas nas Câmaras estaduais<sup>100</sup>. No entanto, o número de mulheres eleitas ainda é pouco representativo. A bancada feminina na Câmara dos Deputados eleita em 2018 é composta por 77 mulheres, um percentual de 15% das cadeiras.<sup>101</sup> No executivo estadual, apenas o Rio Grande

---

97 Mestre e Doutora em Ciência Política (UFF), estuda autoritarismo, controle e disciplinamento. Professora de sociologia na educação básica, feminista em tempo integral.

98 Cientista Social. Mestre e Doutora em Ciência Política pela UFF. Em estágio pós-doutoral em Saúde Coletiva pela ENSP/FIOCRUZ-Rj. Estuda políticas públicas de saúde e violência de gênero.

99 Na eleição presidencial de 2010, Dilma Rousseff e Marina Silva, 1ª e 3ª colocadas, tiveram 66% dos votos no primeiro turno da eleição.

100 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml>

101 Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/550935-bancada-feminina-na-camara-sera-composta-por-77-deputadas-na-nova-legislatura/> Acesso em: 02 Set. 2021.

do Norte elegeu uma mulher para o cargo de governadora.<sup>102</sup> A sociedade patriarcal não prevê mulheres no poder e, assim, quando uma mulher ocupa um espaço de poder, ela ocupa um lugar que os homens querem para eles (TIBURI, 2016). Para reverter essa lógica, além de concorrer a cargos no executivo e legislativo, as mulheres têm se mobilizado para ocuparem também os cargos com poder decisório dentro da gestão pública, fazendo com que a formulação e implementação de políticas públicas contenham perspectivas sociais diversas, o que é denominado feminismo estatal.

No entanto, as trajetórias das mulheres eleitas são permeadas por diversas violências de gênero. Mesmo ocupando o principal cargo político do país, Dilma Rousseff, por diversas vezes, sofreu críticas às suas decisões não por conteúdos de fundo político, mas associadas às suas características físicas e estabelecendo, assim, a mulher como sujeita incapaz de gerir uma Nação. E essas associações misóginas entre sua gestão e seu lugar como mulher perpassou também o processo de impeachment.

Diante desse histórico de misoginia política sofrida pela presidenta, mas também por diversas mulheres que ocupam cargos políticos nos legislativos e executivos do país, o presente trabalho pretende discutir a recente participação das mulheres no Estado brasileiro, partindo do processo de redemocratização, mas com um foco maior nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2016) até os dias atuais. Tal recorte histórico se baseia na criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003 em que diversas políticas foram criadas de forma articulada com os demais ministérios e contou com constante participação popular através das Conferências de Políticas para as Mulheres. No período escolhido para análise, diversas foram as conquistas para as mulheres. No entanto, esses avanços foram interrompidos com o golpe de 2016, direcionado à primeira mulher presidenta da história.

---

102 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/apenas-um-estado-do-pais-sera-comandado-por-uma-mulher.html> Acesso em: 02 Set. 2021.

Juristas como Proner, Citadino, Cerqueira e Pedrollo (2016), alegam que as circunstâncias que levaram ao impeachment de Rousseff, caracterizaram um golpe de Estado. De acordo com a tradição do Direito Constitucional e no Direito Político do Ocidente, existem dois tipos de classificações utilizados para o afastamento dos chefes do executivo denominados *impeachment* e *Recall*. O primeiro, comum nas democracias presidencialistas, se destaca pelo impedimento do chefe do executivo por parte do poder legislativo. Esse afastamento não decorre de mera vontade do legislativo, mas por motivo específico e estabelecido, no caso do Brasil, na própria Constituição Federal. Assim, no Brasil, a única forma de afastar um presidente da república é por crime de responsabilidade e no curso do mandato atual, conforme estabelecido no Artigo 85 da CF de 1988. O *Recall* é comum nas repúblicas parlamentaristas, em que o Congresso tem autonomia para derrubar o Primeiro Ministro quando o mesmo perde apoio parlamentar na medida em que este foi eleito pelos próprios pares.

O processo de *impeachment* de Rousseff careceu do elemento absoluto fundamental, uma comprovação fática de crime de responsabilidade. Falta de apoio parlamentar e impopularidade não são motivos de impeachment pela lei brasileira. Logo, é possível caracterizá-lo como um golpe pautado por ruptura institucional e pelo descumprimento das normas que regulam o exercício dos poderes políticos.

A Constituição estabelece mandato obrigatório de quatro anos e impedimento apenas em caso de crime de responsabilidade. Se ela não é cumprida, há um golpe (CERQUEIRA, PEDROLLO, 2016, p. 89-91). Sendo assim, durante todo este trabalho, quando este momento político for citado, será denominado golpe (RODRIGUES, 2020).

A misoginia é o discurso de ódio contra as mulheres, discurso que faz parte da história do patriarcado, um sistema de dominação e privilégios masculinos que pode ser chamado de machismo estrutural e impede transformações democráticas na medida em que petrifica a sociedade. A máquina misógina é composta por todas as instituições do Estado, abarcando família,

igreja e escola, que juntas trabalham para que mulheres não cheguem ou permaneçam no poder.

O golpe contra Dilma Rousseff foi misógeno (TIBURI, 2016; PINHEIRO-MACHADO, 2019; ZDEBSKYI. MARANHÃO, PEDRO, 2015)<sup>103</sup> porque um dos elementos cruciais para a deposição da presidente foi o fato de ser uma mulher que não se enquadrava nos padrões estabelecidos para as mulheres na sociedade e na política.

Consideraremos ainda em nossa análise que, mesmo após perder importantes espaços na estrutura estatal, os movimentos de mulheres e feministas continuaram se organizando politicamente, com destaque para a atuação de forma virtual, em que é possível dialogar com os mais diferentes perfis de mulheres, em diversos locais. Essa estratégia culminou no maior ato político da história recente do nosso país, o movimento #EleNão em setembro de 2018, contrário ao então candidato a presidente, Jair Bolsonaro. Considera-se que a atuação feminista na estrutura estatal e de forma virtual está relacionada com a quarta onda feminista.

Embora as mulheres tenham se mobilizado de forma significativa, Bolsonaro foi eleito, agravando o período de crise da democracia que se acentuava desde o golpe. Um processo que aconteceu não apenas no Brasil, abalando as estruturas democráticas de diversos Estados. Fruto desse processo, a extrema direita tem ocupado o poder trazendo pautas neoliberais de retirada de direitos (LACERDA, 2019; ROCHA e SOLANO 2019; FERREIRA, 2020), de cortes de investimentos em políticas públicas e ameaças aos direitos das minorias, o que afeta diretamente a vida das mulheres, sobretudo as mais pobres, influenciando também no próprio avanço da presença de mulheres nos cargos públicos estatais e na marcante violência de gênero

---

103 Pouco tempo depois que a ex-presidente Dilma Rousseff fora afastada do cargo sob alegação de ter praticado as chamadas pedaladas fiscais (liberação de crédito suplementar sem o aval do congresso nacional) a perícia do Senado comprovou que as ações da Dilma não configuraram pedaladas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1786059-dilma-agiu-para-liberar-credito-mas-nao-em-pedaladas-diz-pericia-do-senado.shtml?origin=folha>. Acesso em: 02 set. 2021.

que parlamentares eleitas, sobretudo negras e LGBTQIA+<sup>104</sup> vem sofrendo durante seus mandatos nos espaços da política e também nas redes sociais com ameaças às suas vidas e integridade físicas. Sobre esta violência, importante citar o assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes em 2018 que até o presente momento não foi solucionado<sup>105</sup>. Este capítulo se divide em duas partes principais, a primeira aborda a relação dos movimentos de mulheres e feministas com o Estado brasileiro e as mudanças para essas organizações após o golpe de 2016. A segunda parte analisa as consequências para as mulheres na política após a ascensão de um governo neoconservador contrário aos avanços das políticas para as mulheres. Por último, traz uma conclusão que aponta para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa. Utilizamos o aporte teórico de autoras e autores que discutem os novos desafios da democracia na contemporaneidade, movimentos sociais, feminismo estatal e novas formas de articulação política através de redes sociais. Fizemos um levantamento de dados de artigos científicos, reportagens e postagens disponibilizados na internet, em portais de notícias e blogs, além de postagens na página Mulheres Unidas Contra Bolsonaro e em páginas de pesquisadores do tema nas redes sociais. Um método descrito a partir de análise de acontecimentos recentes.

## **1 A relação dos movimentos de mulheres e feministas com o Estado brasileiro (1985-2016)**

Segundo Rodrigues (2020), durante o processo de redemocratização, os movimentos de mulheres e feministas conseguiram atuar para que suas pautas ganhassem o espaço público<sup>106</sup>. Destaca-se a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985, uma instância institucional que

---

104 A sigla LGBTQIA+ significa lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, e o símbolo + engloba as múltiplas experiências sexuais e de gênero.

105 Disponível em: <https://odia.ig.com.br/opiniao/2022/03/6347954-renata-souza-marielles-em-coro-contra-o-feminicidio-politico.html> Acesso em: 03 mar. 2022.

106 A discussão presente neste tópico foi baseada no primeiro capítulo de RODRIGUES (2020), intitulado “Gênero e Bem-Estar Social”.

almejava representar as mulheres, estimulando a participação da sociedade civil na administração pública. Uma importante movimentação articulada pelo CNDM no final de 1985 foi o lançamento da campanha “Mulher é Constituinte”. Foram ouvidas mulheres de todo o país, ampliando os canais de comunicação entre os movimentos sociais e os mecanismos de decisão política, o que culminou no lema “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” e o documento “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, que pode ser considerado o documento mais completo e abrangente produzido na época e, possivelmente, um dos mais importantes elaborados pelo feminismo brasileiro (PINTO, 2003, p. 75). Em 1986, com o fim do regime militar, ocorreu a eleição de parlamentares para a formação da Assembleia Nacional Constituinte. Nessas eleições, de forma inédita, a presença de uma bancada feminina se fez visível na Câmara dos Deputados e contou com a participação de 26 deputadas, mas nenhuma senadora. As regiões Norte e Nordeste foram as que mais contribuíram com deputadas, apesar da região Sudeste ser o local onde o movimento feminista era mais forte, com maior visibilidade e tivesse uma expectativa de que isso levaria a um maior número de eleitas. As mulheres escolhidas não destoavam do padrão usual da política brasileira: eram de famílias de políticos, populares através de meios de comunicação ou possuíam histórico partidário, mas não necessariamente de organização de mulheres de dentro dos partidos. Embora não trouxessem as características de militantes feministas ideais, as mulheres eleitas deputadas superaram suas extrações partidárias diversas e se autodenominaram “bancada feminina” e sua atuação política ficou conhecida como “Lobby do Batom”. Esta bancada apresentou 30 emendas sobre os direitos das mulheres, englobando praticamente todas as reivindicações do movimento feminista, conseguindo aprovar 80% da pauta da época (PINTO, 2003; RODRIGUES, 2020).

Uma característica do feminismo brasileiro da década de 1980 era a forma propositiva como se organizava para pressionar o poder público a fim de que incorporasse suas demandas através de políticas públicas na nova Carta Constitucional.

Anos antes, durante a ditadura militar, era impossível a reivindicação para que políticas públicas direcionadas às mulheres fossem pensadas e aprovadas. Nesse sentido, a partir da redemocratização, é possível perceber uma mudança na relação dos movimentos de mulheres com o Estado. O que leva à discussão sobre a necessidade de mulheres ocuparem a unidade estatal, as denominadas femocratas, inseridas no que passa a ser chamado de feminismo estatal.

De acordo com Matos e Paradis (2013), o conceito de feminismo estatal começou a ser usado a partir dos estudos feministas sobre os Estados de Bem-estar Social na década de 1980, mas seu significado ainda varia e apresenta controvérsias. De forma geral, pode aparecer como o “*advocacy* das demandas de movimentos de mulheres no interior do Estado” (página) ou estar atrelado “às ações dos mecanismos institucionais de mulheres para incluir as demandas no interior do Estado, de modo a produzir resultados feministas nos processos políticos e impacto social ou ambos” (MATOS e PARADIS, 2013, p. 47).

Para tal, o Estado deve ser reconhecido como uma instituição política, mas também um recurso de poder em si mesmo, capaz de legitimar questões que se processam em seu interior, possibilitando que se tenha maior ou menor capacidade de mobilização, acesso a recursos e oportunidades. Logo, um importante recurso de poder para as mulheres que, embora não seja irreparavelmente pautado pela dominação masculina, é uma arena não neutra, estruturada contra os interesses das mulheres, porém, passível de ser perturbada por objetivos feministas (KENNEY, 2003; RODRIGUES, 2020):

A unidade estatal costuma ser vista como espaço institucional para o processamento e a transação legítima de dissensos entre diferentes atores/atrizes sócio-políticos, entre os/as diferentes e suas diferenças. Ele é também responsável por atuar como instância de mediação desses interesses, perspectivas e valores definindo, ao fim e ao cabo, aquilo que seria ou não legítimo em sua esfera de atuação. Nesse papel, acaba ficando responsável por facilitar assim, ou bloquear determinadas agendas, assim como oportuniza (ou não) o desenvolvimento de grupos novos em seu seio e o seu

acesso efetivo a recursos, que costumam ser de várias ordens (e não apenas orçamentários) (MATOS, PARADIS, 2013, p. 6).

No entanto, embora o período de redemocratização tenha sido marcante para os movimentos de mulheres e feministas brasileiros com importantes conquistas, o mesmo não se pode dizer dos primeiros governos da década de 1990 que trouxeram resultados sociais pouco satisfatórios resultantes da adoção de políticas neoliberais e uma escassez de diálogos e ações coletivas entre estado e sociedade civil organizada. Neste momento, ocorre um maior protagonismo dos movimentos de mulheres nos espaços e fóruns autônomos e não institucionalizados, nas Organizações Não Governamentais ou através da participação nas grandes conferências internacionais como a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher em Belém (1994) e a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher em Beijing (1995) (SOUTO, MOREIRA, 2021, p. 13).

Este quadro se modifica em 2003 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) para a Presidência da República. A aposta em Lula veio a partir de uma grande articulação nacional com setores distintos que buscavam alternativas para o país que articulassem crescimento econômico, aprofundamento da democracia e justiça social. No começo do seu mandato como presidente da república, Lula anuncia a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM)<sup>107</sup>, um Mecanismo Institucional de Mulheres (MIM) que contribuiu para elaboração de planos, programas e políticas nacionais de igualdade de gênero. Com isso, o governo traz uma parcela das mulheres oriundas dos movimentos sociais para atuarem em papéis importantes nos processos de elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas para mulheres. O então presidente alegou estar assumindo um “compromisso do governo federal com as mulheres do país” (SPM, 2009) ao criar a SPM. No que tange suas atribuições, a agência tinha o intuito de advogar pelas mulheres brasileiras a partir do governo federal, desenvolvendo parcerias com as

---

107 O CNDM foi mantido dentro da estrutura da SPM contribuindo com a experiência institucional acumulada.

diversas entidades governamentais, com o objetivo de adicionar um componente de gênero às políticas públicas, para que as mulheres brasileiras pudessem obter cidadania plena (SPM, 2009). A SPM estava localizada no gabinete presidencial e a chefe tinha status oficial de ministra de estado, o que se traduz não só em acesso próximo ao Presidente da República, como em uma melhor estrutura administrativa e capacidade de formular e implementar políticas públicas. Apesar de ser algo a ser destacado em razão do seu ineditismo, deve-se ressaltar que a chefia da SPM, por ser uma posição comissionada, ocupada por alguém do círculo de confiança do presidente, que pode ser nomeada e demitida sem consulta a outros atores, respondia, em última instância, ao presidente e não a entidades da sociedade civil (BOHN, 2010; RODRIGUES, 2020).

No entanto, conforme destacado por Bohn (2010), a boa relação do governo com os movimentos organizados de mulheres estabelecida inicialmente, sofre uma tensão já no período de 2005/2006 no contexto do chamado escândalo do Mensalão<sup>108</sup>. Isto em decorrência da interrupção da instauração de uma Comissão Tripartite pela ministra Nilceia Freire que intencionava elaborar a minuta do projeto de lei apresentado à Comissão de Seguridade Social que legalizaria o aborto nas 12 primeiras semanas de gestação sem obrigar mulheres a declarar suas razões e legalizar o aborto diante de graves malformações fetais ou risco à saúde das mulheres, algo primordial para o movimento feminista. Em um momento em que o governo se vê enfraquecido e perdendo apoios em decorrência das denúncias, cede à pressão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e retira o projeto de aborto da pauta. (BOHN, 2010: 2-10) Na eleição de 2010, após dois mandatos de Lula, ocorre um rompimento mais grave entre movimentos feministas e o governo petista. Durante a campanha entre Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), novamente em decorrência da temática do aborto, - ambos candidatos são pressionados pela bancada religiosa, formada por deputados representantes

---

108 Escândalo do Mensalão é como ficou conhecida a denúncia de que empresas faziam doações para o Partido dos Trabalhadores (PT) e esse dinheiro era usado para a compra de apoio parlamentar.

das mais diversas religiões cristãs e cada vez mais numerosa, a se posicionarem sobre o tema. Dilma cede e na busca de apoio junto aos evangélicos escreve a “Carta aberta ao Povo de Deus” que trazia trechos como o descrito abaixo. O ato não foi bem recebido pelos movimentos de mulheres, principalmente porque nos anos anteriores ao ano eleitoral, Dilma fez declarações<sup>109</sup> colocando-se favorável ao aborto, tendo mudado seu discurso para se adequar a base de apoio eleitoral. Após a vitória de Dilma, o tema da legalização do aborto passou a ser colocado pela presidenta como matéria de discussão do Congresso Nacional que tem como prerrogativa:

[...] Lembro também minha expectativa de que cabe ao Congresso Nacional a função básica de encontrar o ponto de equilíbrio nas posições que envolvam valores éticos e fundamentais, muitas vezes contraditórios, como aborto, formação familiar, uniões estáveis e outros temas relevantes, tanto para minorias como para toda a sociedade brasileira. (ROUSSEFF, 2010).

Apesar dessa rachadura nas relações estabelecidas entre movimentos feministas e os governos petistas, isso não impediu que importantes conquistas para as mulheres tenham sido alcançadas durante os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), com destaque para as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres promovidas pela SPM com ampla participação das mulheres e dos coletivos feministas<sup>110</sup>. Segundo Sardember e Costa (2010) relação de intensa participação durante os governos do PT como “feminismo estatal de caráter participativo”, pois essas Conferências tiveram como resultado a formulação de 3 Planos Nacionais de Políticas para Mulheres. Além das Conferências, podemos apontar como avanços a criação da Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha; a Política

---

109 Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-afirma-que-aborto-e-questao-de-saude-publica-imp-,551226> Acesso em: 21 jan. 2021.

110 A 1ª Conferência aconteceu em julho de 2004 e envolveu 1787 delegadas e 120 mil mulheres em todo processo, a 2ª em agosto de 2007 com 2800 delegadas e 200 mil mulheres envolvidas, a 3ª em dezembro de 2011 com 2215 delegadas e 200 mil mulheres e a 4ª em maio de 2016 com 2214 delegadas e 150 mil mulheres.

Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM); a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Além da priorização das mulheres como beneficiárias do programa Bolsa Família, maior presença das mulheres como ministras na história, no mercado de trabalho formal, nas universidades e no ensino técnico, a sanção da Lei Complementar nº 150, conhecida PEC das domésticas e da lei nº 13.1004 que tipifica feminicídio etc.

Entretanto, apesar dos avanços nas políticas para as mulheres, em 2016, Dilma Rousseff, a primeira presidenta da história do país, foi vítima de um golpe que, além das diversas categorias em que pode ser classificado, também foi misógino. Nesse momento, a relação com os movimentos de mulheres e feministas foi, em parte, retomada, principalmente na 4ª Conferência de Políticas para Mulheres, quando acontece uma aproximação maior com o governo em um contexto de defesa da presidenta em meio ao processo de golpe que teve apoio político, religioso, empresarial, midiático e de parte do Judiciário. Durante os momentos finais do seu governo, foi constante a presença de mulheres funcionárias do governo, de organizações e da sociedade civil ao seu redor, o que passava uma mensagem de união das mulheres perante o que consideravam uma ação misógina contra a presidenta.

O golpe sofrido por Dilma Rousseff foi um golpe misógino que atingiu não só a presidenta, mas todas as mulheres que estavam lutando nos últimos anos por mais políticas para as mulheres que diminuíssem a desigualdade de gênero existente no país. Um presidente homem não teria sofrido as mesmas violências as quais a presidenta foi submetida. Principalmente pela mídia tradicional, parte fundamental para que as condições do golpe tenham sido consolidadas.

As violências sofridas por Dilma Rousseff eram constantes sendo sua inteligência e capacidade de gestão atacadas – era chamada de “poste do Lula” –, mesmo que já tivesse experiência na gestão pública e atuação política desde jovem, tendo sido presa e torturada durante a ditadura civil/militar de 1964. O que se acentuou durante a campanha a acompanhou durante seus dois mandatos. A roupa utilizada por ela

na posse, não ter um marido e sim uma filha ao seu lado na cerimônia de posse tiveram grande espaço na mídia, cobranças que não costumam ser feitas aos homens quando ocupam cargos públicos e de poder.

Assim como Tiburi (2016), concordamos que o machismo pode funcionar através de um jogo de linguagem, construindo discursos misóginos. Por isso a importância de se entender como as capas de revistas e suas matérias sobre as imagens da presidenta foram fundamentais para construir a narrativa misógina reproduzida pelos apoiadores do golpe durante todo o seu processo. Uma das atitudes de Rousseff que interrompeu o jogo de linguagem estabelecido pelo machismo, por exemplo, foi o fato de preferir ser chamada de presidenta. Algo tão simples sofreu críticas e alfinetadas desproporcionais, inclusive de membros do STF. O cargo de presidente e o poder que ele carrega é algo que os homens entendem como deles, “toda mulher que pega pra si algo desejado por eles vai ter que pagar um preço por isso”. Dilma acabou pagando (TIBURI, 2016).

Dois reportagens com teor machista e que atacavam de alguma forma a presidenta, dentre tantas outras com o mesmo teor, podem ser destacadas. A primeira é a capa da revista *Isto é*, de 6 de abril de 2016,<sup>111</sup> cuja matéria principal foi assinada por Débora Bergamasco e Sérgio Pardellas e trazia o título “As explosões nervosas da presidente”. De acordo com a matéria, a proximidade em relação ao afastamento fez com que Dilma “perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país”. Falava-se em “surto de descontrole”, “quebra de móveis dentro do Palácio”, gritos contra subordinados, xingamento de autoridades. E afirmava que: “Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso”. Segundo os relatos, “a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca.” Definiram, assim, a presidenta como uma mulher histérica e descontrolada recorrendo a vários estereótipos de gênero e,

---

111 Disponível em: [https://istoe.com.br/edicao/894\\_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/](https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/) Acesso em: 27 jan. 2021.

para isso, manipularam a imagem de capa como se fosse um “ataque de fúria” pelo processo de impedimento e não por conta da comemoração de gol, dois anos antes, durante a Copa.

“Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes”, escreveu a revista, “a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: Rivotril e Olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante”. Em outro momento, comparava Dilma à rainha Maria I, a Louca: “Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade”, mencionando a observação do psiquiatra que cuidou da primeira mulher a sentar no trono de Portugal, o britânico Francis Willis, para quem os sintomas de sandice e negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão. (ALMEIDA, 2016, p. 114-115).

Rodrigo de Almeida, cientista político que ocupou os cargos de assessor de Imprensa do Ministério da Fazenda e Secretário de Imprensa da República, entre abril e maio de 2016, traz impressões bem diferentes sobre a presidenta Dilma do que a construída pela mídia tradicional. O autor (2016) relata uma mulher forte, íntegra e resistente que cresceu nos momentos de crise, embora de poucos amigos, com dificuldade para o diálogo e falta do traquejo político considerado ideal pela classe política. Segundo o assessor,

Governo, aprendi, é para fortes. E mais do que ninguém Dilma Rousseff demonstrou sua fortaleza diante das tempestades que atravessou. Enquanto todos ao redor - ministros, assessores, auxiliares em geral - pareciam cair ou exasperar, por exaustão, problemas de saúde ou incompetência (e também por denúncias), ela se manteve firme até o fim. Mesmo quando o ódio, o desprezo e o rancor eram cargas negativas e pesadas dirigidas a ela e ao governo. Dilma mostrou uma notável capacidade de trabalho e resistência, atributo que já havia exibido ao longo de uma vida de lutas pesadas (ALMEIDA, 2016, p. 7).

A segunda é a reportagem da revista *Veja*, de 18 de abril de 2016, um dia depois da votação do golpe na Câmara dos Deputados, com o título “Marcela Temer: Bela, recatada e do lar”.<sup>112</sup> Escrito pela jornalista Juliana Linhares ressaltava a relação entre o vice-presidente Michel Temer e sua esposa Marcela Temer, apresentada como provável futura primeira-dama. Porém, esse era um pano de fundo, o se reforçava era um discurso de modelo de mulher, representado no caso pela primeira-dama, que seria “recuperado” com a saída de Dilma. Os adjetivos “bela, recatada e do lar” não foram usados apenas para caracterizar Marcela, mas também para colocá-la como oposto ao que Dilma representava, deixando evidente que esse era o lugar possível para a mulher dentro da política. Ao ressaltar o casamento, a família nos modelos tradicionais e conservadores, inclusive naturalizando a grande diferença de idade entre eles, deixava-se nas entrelinhas a diferença de Marcela em relação a Dilma, divorciada, sem um novo casamento, sem um homem ao seu lado, uma exigência que a sociedade patriarcal exige às mulheres (MAGALHÃES, 2017).

### *1.1 O golpe contra as mulheres: resistência e reconfiguração das rotas*

O golpe sofrido por Dilma Roussef começou muito antes do ano de 2016. Dilma fora eleita presidenta da República pela primeira vez em 2010, sua popularidade no auge do mandato chegou a 62%<sup>113</sup>, seu primeiro mandato terminou com 52% de aprovação<sup>114</sup>. Sua reeleição em 2014 aconteceu já em meio a um ambiente hostil ao Partido dos Trabalhadores (PT), numa disputa acirrada com o candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves. O segundo turno das

---

112 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/> Acesso em: 21 jan. 2021.

113 Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318\\_dilma\\_aprovacao\\_reprovacao\\_cc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318_dilma_aprovacao_reprovacao_cc) Acesso em: 06 mar. 2022.

114 Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/12/17/interna\\_politica,600316/aumenta-popularidade-de-dilma-que-encerra-1-mandatito-com-52-de-apro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/12/17/interna_politica,600316/aumenta-popularidade-de-dilma-que-encerra-1-mandatito-com-52-de-apro.shtml) Acesso em: 06 mar. 2022.

eleições em 2014 deixou o país dividido. Naquele momento já aconteciam manifestações contrárias à Presidenta. “O que se viu foi os apoiadores de Dilma em casa e um novo tipo de militante político nas ruas – um militante conservador, de classe média alta, com uma campanha agressiva anti-Dilma e anti-PT” (PINTO, 2019, p. 43). Pouco depois da reeleição, em março de 2015 sua popularidade já havia caído de 42% ótimo e bom na avaliação do seu governo, para 13%. Assim, é possível afirmar que em poucos meses muitos eleitores de Dilma mudaram de opinião. (PINTO, 2019, p. 46). Também em março de 2015 aconteceu a primeira manifestação contrária a Dilma, já prometendo que ela não governaria e pedindo impeachment. O contexto que levou ao golpe tem relação com o crescimento das novas direitas, do neoconservadorismo e todo autoritarismo e misoginia que sempre fez parte do jogo político, mas que naquele contexto foram importantes para mobilização da população que foi às ruas e que apoiou o golpe.

O golpe foi misógino e não sem motivo, uma das primeiras ações de Michel Temer, vice-presidente de Dilma Rousseff e um dos articuladores do processo para retirada da ex-presidente do poder, foi alterar as regras sobre como a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) deveria se referir a Dilma, não mais como presidenta no feminino. Vale ressaltar, que o uso da palavra no feminino foi uma das exigências da ex-presidente petista (ZDEBSKYI. MARANHÃO, PEDRO, 2015, p. 5-6):

O que aconteceu com Dilma Rousseff nos faz saber que o poder violento do patriarcado não se volta apenas contra as mulheres, mas contra a democracia como um todo, sobretudo na sua versão cada vez mais radical intimamente relacionada com as propostas do feminismo como luta por direitos ao longo do tempo. O que aconteceu com Dilma Rousseff nos ensina a compreender o funcionamento de uma verdadeira máquina misógina, máquina do poder patriarcal, ora opressor, ora sedutor, a máquina composta por todas as instituições, do Estado à família, da Igreja à escola, máquina cuja função é impedir que as mulheres cheguem ao poder e nele permaneçam. (TIBURI, 2016).

Após o golpe, parte do que foi conquistado pelas mulheres durante os governos PT se perdeu no governo de Michel Temer (PMDB). Em seu governo, os ministérios foram compostos apenas por homens, a SPM foi submetida ao recém-criado ministério de Justiça e Cidadania, além de não ter mais estímulo ao diálogo com a sociedade civil através das conferências. Conhecido como “Capitão do golpe”<sup>115</sup>, por ter contribuído em sua articulação, Temer implantou em seus dois anos de governo uma agenda denominada “Ponte para o Futuro”<sup>116</sup>, bastante contrária ao apresentado por Dilma durante a sua campanha para a reeleição. Além da ponte para o fim dos investimentos públicos, compuseram a agenda governamental de Temer outras propostas que minavam o avanço dos direitos da população brasileira. Ressalta-se a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), aprovada durante o governo Temer, como o mais profundo conjunto de alterações já realizado nos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) quando foram modificados mais de 100 artigos e outras normas. Dentre as medidas aprovadas, algumas foram mais prejudiciais às mulheres, por fazerem parte dos setores da classe trabalhadora mais vulneráveis, como por exemplo, o incentivo legal à terceirização. O mesmo se aplica às formas de flexibilização da jornada de trabalho criadas pela lei, entre elas a modalidade de contrato chamada “intermitente”, em que não há jornada fixa e o pagamento é feito ao final de cada período de prestação de serviços de acordo com o tempo trabalhado, além de permitir que os patrões negociem o valor a ser pago diretamente com os funcionários. Por estarem em maior situação de vulnerabilidade social, o poder de negociação das mulheres trabalhadoras acaba sendo menor. Após o golpe de 2016, que fragilizou ainda mais a democracia brasileira<sup>117</sup>, e as consideráveis perdas para os grupos progressistas durante

---

115 Expressão utilizada inicialmente por Ciro Gomes, disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/12/ciro-gomes-acusa-michel-temer-de-ser-capitao-do-golpe.html> Acesso em: 21 jan. 2021.

116 Tal documento que mais remetia a uma “ponte para o passado”, pode ser analisado no seguinte sítio: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf> Acesso em: 24 jan. 2021.

117 Entendemos que a democracia brasileira desde a redemocratização ocorrida após a ditadura militar apresenta fragilidades. Nos últimos anos inúmeros processos contribuíram

o governo Temer, as eleições presidenciais de 2018 tornaram-se um terreno de disputa, tanto para os grupos que apoiaram o golpe quanto para aqueles que se sentiram golpeados. O embate consistia em aprofundar a agenda golpista ou tentar revertê-la. Sendo assim, as eleições presidenciais de 2018 foram marcadas por inúmeros acontecimentos inéditos na história do país. Pinheiro-Machado afirma que “foi a eleição do colapso do sistema, do caos e das emoções à flor da pele” (2019, p.12) e marcada por inúmeras *fake News*, robôs programados para enviarem mensagens em massa para redes sociais e aplicativos de mensagens, e pela misoginia, que em especial atacou a candidata Manuela D’Ávila (PCdoB) que concorria à vice-presidência na chapa com Fernando Haddad (PT). Além da reiteração dos discursos machistas, violentos e misóginos de Jair Bolsonaro, que já eram comum durante os anos em que ocupava cadeira no Legislativo Federal e se intensificaram durante a campanha. Jair Bolsonaro é capitão reformado, político há 30 anos, defensor de pautas conservadoras, autoritárias, com discursos que ferem, ameaçam e zombam da democracia, elogiosos da tortura e tem como ícone um dos maiores torturadores do Brasil, o Coronel do Exército Carlos Brilhante Ustra. Durante a campanha eleitoral de 2018, numa espécie de reiteração discursiva dialogava diretamente com alguns de seus eleitores, aqueles que viam em Bolsonaro o representante do homem hétero e que simbolizava o fortalecimento da sociedade patriarcal e conservadora. Ora, o chamado “bolsonarismo é, antes de tudo, um discurso raso que se propaga no vácuo para responder a profundos e diversos ressentimentos” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 149).

Diante deste cenário eleitoral, um movimento de mulheres que começou de forma orgânica nas redes sociais “transformou as mulheres no centro das últimas eleições” (PINHEIRO-MACHADO, 2019: 154). Em poucos dias, o grupo “Mulheres Unidas contra Bolsonaro” ganhou a adesão de 4 milhões de mulheres na rede social *Facebook*. O movimento que ficou conhecido como #EleNão, representado virtualmente pelas hashtags #elenão,

---

para fragilizá-la ainda mais. O que ocorre a partir de inúmeros eventos e fatos, não apenas o golpe, mas também ele, assim como a eleição de Jair Messias Bolsonaro.

#elenunca, #mulherescontrabolsonaro, saiu das redes sociais e ganhou as ruas de 114 cidades do país e várias outras no exterior no dia 29 de setembro de 2018 (PINHEIRO-MACHADO, 2019: 173). O movimento foi considerado a maior manifestação contrária à candidatura de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral daquele ano e foi o maior protesto de mulheres da história do Brasil.<sup>118</sup> Partilhamos da interpretação de Pinheiro-Machado (2019) ao afirmar que o movimento #EleNão foi um ato que diz muito sobre a politização das mulheres, mais que o resultado eleitoral. Sendo assim, uma mobilização política capaz de apontar como as mulheres estão ocupando os espaços de poder e fazendo política no século XXI.

Ainda hoje é difícil afirmar o quanto o movimento #EleNão interferiu no resultado eleitoral. Podemos afirmar que o movimento reuniu mulheres distintas no debate político em questão e fez mulheres que nunca participaram de atos políticos ou de movimentos feministas se mobilizarem. Foi um movimento feito pelas mulheres e para mulheres e que conseguiu furar a bolha acadêmica e das redes sociais tomando as ruas, demonstrando possibilidades e caminhos para pautas e lutas em comum.

Apesar da intensa mobilização nas redes sociais<sup>119</sup> e da presença maciça de mulheres nas ruas no dia 29 de setembro de 2018,<sup>120</sup> o resultado da eleição presidencial foi favorável a Jair Bolsonaro, tanto no primeiro quanto no segundo turno. Dias antes do ato, Fabrício Ponti<sup>121</sup> ressaltava que também havia acontecido um movimento parecido ao #elenão nos EUA

---

118 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013> Acesso em: 02 set. 2021.

119 De acordo com o Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) foram 299 eventos “contra Bolsonaro” identificados no facebook em que 195 aparentavam ser ligados ao movimento principal criado pela maior página MUCB (Mulheres unidas contra Bolsonaro).

120 A Polícia Militar não divulgou dados referentes a quantidade estimada de mulheres nos principais atos

121 Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/26/ele-nao-trump-bolsonaro/> Acesso em: 23 jan. 2021.

contra Donald Trump e mesmo assim ele venceu.<sup>122</sup> Bolsonaro seria fruto de muito sentimento de frustração com o *establishment* e da quebra com a política tradicional e já possuía uma adesão bastante consolidada vinda dos últimos anos. Não seriam manifestações virtuais que fariam com que esse eleitor já convicto do seu voto, mudasse de ideia. Soma-se a isso, o fato que Bolsonaro estaria à frente na guerra eleitoral virtual com uso de memes e vale ressaltar, com grande uso de *fake news*. De fato, era o candidato com maior número de seguidores em redes sociais e que melhor soube criar a sensação de que se comunicava diretamente com os eleitores, através, principalmente, do *Facebook*, *Twitter* e grupos de *WhatsApp*.

Após o exposto, pode-se afirmar que os movimentos de mulheres e feministas brasileiros estão inseridos na quarta onda do feminismo. Tanto pela ocupação institucional em espaços de poder decisórios, a nível federal durante os governos petistas, mas que ainda permanece em governos estaduais e municipais aliados a uma agenda de justiça de gênero, quanto nas estratégias de organização política online.

Matos (2010) alega que a quarta onda seria um desdobramento do processo de institucionalização da agenda feminista e de gênero e da articulação transnacional e entre movimentos, motivada por uma agenda de crítica e superação do neoliberalismo. A partir dos anos 2000, as mulheres não só se organizam para pressionarem por políticas que promovessem bem-estar e diminuíssem a desigualdade de gênero, mas também começam a lutar para ocuparem os cargos estatais, propor leis, e participar da formulação de políticas e da fiscalização na implementação das mesmas.

Deste modo, segundo a autora, os principais elementos da quarta onda seriam:

- (1) a institucionalização efetiva das demandas das mulheres e do feminismo por intermédio da entrada (ainda parcial) delas no âmbito do Poder Executivo e Legislativo; (2) da criação dos órgãos executivos de gestão de políticas públicas no âmbito federal, estadual e

---

122 Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/26/ele-nao-trump-bolsonaro/>  
Acesso em: 29 jan. 2021.

municipal; (3) a consolidação da institucionalização das ONGs e das redes feministas, e em especial sob a influência do feminismo transnacional e da agenda internacional dos direitos humanos das mulheres; (4) uma nova moldura para a atuação do feminismo: trans ou pós-nacional, onde são identificadas uma luta por radicalização anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro dos movimentos feministas com outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura sul/sul (a exemplo do Fórum Social Mundial e das lutas feministas e das mulheres contra as ideologias neoliberais). (MATOS, 2010, p. 17).

A quarta onda também se caracteriza pelo uso de redes sociais para organização, conscientização e propagação dos ideais feministas como a cultura de estupro, a representação da mulher na mídia, abusos vivenciados no ambiente de trabalho e nas universidades, além do estímulo à denúncia e recusa ao silenciamento das violências sofridas. De acordo com Tânia Swain (2015), fundadora do primeiro Programa de Pós-Graduação em estudos feministas na UnB,

[...] Esse ativismo faz parte da resistência e reivindicação das mulheres e das jovens que se rebelam contra as violências cotidianas. É uma manifestação de repúdio contra a tendência dos homens de considerar que todas as mulheres são pasto para seus desejos. Isto é algo de grande importância, pois a maioria das meninas são ensinadas a não revidar, a não fazer escândalo, a não dizer não.<sup>123</sup>

Todavia, a especialista afirma que a quarta onda do feminismo, apesar de usar outros meios, também se concentra na luta por transformação da sociedade e de seus estatutos que afirmam as desigualdades de gênero e a superioridade masculina em detrimento da cidadania das mulheres. Nesse mesmo sentido, Jussará Prá (2015)<sup>124</sup> alega que, mesmo que o

---

123 Declaração disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ativismo-digital-e-a-nova-onda-do-feminismo/a-18832050> Acesso em: 22 jan. 2021.

124 Declaração disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ativismo-digital-e-a-nova-onda-do-feminismo/a-18832050> Acesso em: 22 jan. 2021.

movimento esteja em outro momento, existem questões colocadas pelas ondas anteriores que ainda precisam ser resolvidas:

As ondas ficam na dependência de se concretizarem determinadas demandas. [...] Questões que se consideravam superadas reaparecem. A atuação de parlamentares conservadores acena para a possibilidade de que várias conquistas sejam perdidas. Depois da segunda onda, se olharmos do ponto de vista formal e legal, não precisaríamos mais lutar pelo feminismo, porque as mulheres são reconhecidas, têm cidadania política e civil e direitos trabalhistas. Mas chegamos na terceira onda com mulheres ganhando menos, com baixíssima representação política e como vítimas crescentes de violência. (PRÁ, 2015).

Heloisa Buarque de Hollanda (2018)<sup>125</sup> alega que o período de 2013/2015 foi fundamental para a consolidação da quarta onda e da reformulação dos movimentos sociais no Brasil, inclusive os movimentos de mulheres e feministas. Os protestos de junho de 2013 foram determinantes para isso e, apesar da ascensão do conservadorismo também ser fruto direto disso (ROSANA PINHEIRO-MACHADO, 2019), embora tivessem naquele momento pautas democráticas, a pesquisadora entende que o movimento feminista avançou progressivamente a partir dali, ao entender que não queria intermediários e que era possível se apropriar do ambiente virtual para atuar politicamente. Exemplos disso foram as campanhas que utilizaram hashtags como #nãoénao, #PrimeiroAssédio #AgoraÉqueSãoElas e #Meuamigosecreto que contribuíram para que se gerasse um debate sobre feminismo, preconceito, assédio, igualdade de direitos e salários, dentre outros. Partindo de relatos individuais, se transformavam em pautas e lutas coletivas ao construir uma performance narrativa pública e não mera vingança individual. Demonstrando, assim, a força coletiva das mulheres que não reconhecem mais lideranças individuais, mas sim atuações coletivas.

---

125 Declaração disponível em: <https://www.geledes.org.br/heloisa-buarque-de-hollanda-mergulha-na-quarta-onda-feminista-em-livro-recem-lancado/> Acesso em; 22 jan. 2021.

## 2 “Não te estupro porque você não merece”: governo Bolsonaro, misoginia e neoconservadorismo

Embora as pautas das Jornadas de Junho fossem pautas anti-neoliberais e antiautoritárias, “havia uma potência insurgente que era, em essência, progressista e democrática” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 38), houve um recuo na atuação política de setores da esquerda. Aproveitando-se do momento de insatisfação com a classe política e de reivindicações, o campo da direita apropriou-se dos discursos surgidos nas manifestações de junho de 2013, como por exemplo, a bandeira contra a corrupção, não apenas para ganhar legitimidade como voz da população, mas para iniciar o processo de criminalização do campo da esquerda política.

Fruto desse processo foi o estabelecimento da moralização do debate político, sobretudo depois que foi instaurada a Operação Lava-Jato,<sup>126</sup> e o esvaziamento do sentido político das manifestações e demandas, reivindicadas pelos manifestantes. Assim, grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Vem para rua, além de diversos *youtubers* e influenciadores, ganharam cada vez mais seguidores em suas redes sociais, tiveram importante papel no processo de *impeachment* que resultou no golpe que destituiu Dilma Rousseff da presidência da República e foram primordiais para o resultado eleitoral de 2018. Foi nesse contexto de instabilidade política e recrudescimento do neoliberalismo e conservadorismo religioso que o então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro ganhou destaque nas redes e com apoio de grupos empresariais, religiosos e jovens apoiadores da chamada nova direita (ROCHA e SOLANO 2019), venceu a eleição e se tornou presidente da república.

Consideramos esse processo como parte da crise da democracia que culminou no cenário político de 2018. Além das pautas liberais econômicas, Jair Bolsonaro se apresentou como defensor da família e dos valores morais e como homem religioso e

---

126 Controverosa Força Tarefa da Polícia Federal que investigou esquemas de corrupção em empresas estatais e a participação de políticos e empresários nos mesmos

evangélico. Essa filiação conservadora e religiosa fez Bolsonaro conseguir o apoio da bancada evangélica no Congresso Nacional e de religiosos de todo o país, não apenas evangélicos.<sup>127</sup>

Concordamos com Biroli, Machado e Vaggione (2020) que afirmam que o crescimento do conservadorismo na agenda política é uma resposta aos avanços dos movimentos feministas e LGBTQI. Essa união entre grupos religiosos com não religiosos em torno das pautas morais conservadores que se unem a agenda neoliberal, não é uma especificidade do Brasil, porque vem acontecendo em outros países, em especial na América Latina. A coalizão entre grupos religiosos com não religiosos da direita tem se organizado para restringir as agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual, e utilizam como estratégia o redesenho das normas jurídicas e do próprio Estado.

Assim, é parte das estratégias desses grupos, chamados pelos pesquisadores citados de neoconservadores, que unem o conservadorismo cristão, individualismo liberal, antipluralismo e neoliberalismo o rechaço ao feminismo e necessidade de afirmar que as mulheres mantenham-se nos antigos papéis sociais impostos pela sociedade patriarcal, como o trabalho de manutenção da vida que inclui os afazeres domésticos e os cuidados com filhos, maridos e companheiros, além de idosos e outros membros da família. Deste modo,

[...] O medo do feminismo aparece como uma obsessão, algo desnor-teador que toca no âmago das táticas femininas que sempre foram importantes no mercado matrimonial. Além disso, parece-me que essa compreensão de feminismo como antifeminino também se mistura com a velha ameaça à família tradicional. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 155).

Assim, nesses discursos, criaram inimigos a ser combatidos pelos “cidadãos de bem”, a saber, as feministas defensoras dos direitos reprodutivos, os direitos conquistados no campo da sexualidade, movimentos sociais de esquerda, as feministas que ameaçam os “valores familiares.” Não apenas

---

127 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/metade-dos-evangelicos-vota-em-bolsonaro-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 05 mar. 2022.

no Brasil, mas a semelhança entre os movimentos de diferentes países, esse discurso político que visa instaurar a agenda moral no Estado pauta-se na constante afirmação pública que a ordem sexual e familiar conservadora e religiosa está ameaçada (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 24).

A atual conjuntura apresenta disputas que não são novas, no entanto, contidas de um novo formato e, por este motivo tem sido denominado de neoconservadorismo. O termo surgiu nos Estados Unidos nos anos de 1970 para descrever as reações conservadoras contra os movimentos de contracultura e tem sido utilizado para descrever como as ideologias conservadoras se unem a pautas de grupos religiosos e não religiosos conservadores em defesa do sistema capitalista e da ordem patriarcal. Por isso,

O neoconservadorismo, pode, assim, ser analisado como uma lógica normativa e disciplinadora interiorizada pelos sujeitos contemporâneos, conformando-os ao “princípio universal da concorrência”. Vai além de um projeto defensivo de uma tentativa de obter representação do Estado, consolidando-se como um modelo de governança e cidadania (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 26).

Deste modo, é importante pensar a relação entre neoliberalismo e neoconservadorismo. A eleição de Jair Bolsonaro, por exemplo, uniu pautas liberais na economia e conservadoras nos costumes, o que por algum tempo foi compreendida como contraditória quando o que existe é uma total união entre essas agendas políticas. No atual governo, por exemplo, os Ministros Paulo Guedes (economia) e Damare Alves (Mulher, Direitos Humanos e Família) foram tratados pela imprensa e alguns analistas sociais como contraditórios, como se suas agendas não dialogassem, ou não fizessem parte de um mesmo projeto político e econômico.

É possível afirmar que se por um lado o neoliberalismo apresenta um discurso de livre mercado e pouca ou nenhuma interferência estatal, por outro lado, há constante reivindicação que os Estados se adaptem a este novo modelo, aprovando reformas tributárias, trabalhistas, e previdenciárias, além de

privatizações e outras ações que diminuem o papel do Estado e deixam o espaço aberto para o mercado.

É nesse contexto que o neoliberalismo se torna um “novo regime de evidências”, no qual se reivindica que a democracia atenda à lógica de mercado. Além da expansão do econômico em detrimento do social e do privado em detrimento do público, expande-se também a “esfera pessoal protegida” (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 142).

Ao mesmo tempo que se defende a expansão das políticas neoliberais, os movimentos feministas também, com bandeiras e pautas sendo inseridas nas políticas públicas estatais e com novas discursividades sobre o papel da mulher na sociedade moderna, que em muito se contrapõe ao modelo tradicional da sociedade patriarcal, pressionam os setores religiosos conservadores. Por isso, como resposta aos avanços democráticos conquistados pelas mulheres, ocorre uma reação neoconservadora que apela a modelos tradicionais de organização social e familiar com utilização de um discurso moral que é transformado em política e que pretende esvaziar as políticas democráticas já conquistadas. Aliado ao ambiente neoliberal que se consolida e prima pelo esvaziamento do Estado, a família ganha importância à medida que é necessário que o papel antes exercido pelo poder público de forma coletiva seja assumido na esfera privada. Assim, a agenda governamental passa a ter como centralidade em suas políticas, a categoria da família e a defesa de uma antiga ordem social quando as mulheres ocupavam o espaço privado da casa e cuidavam das demandas familiares e os homens assumiam o papel de provedor.

## Considerações finais: a utopia está no horizonte

Assim como Galeano (2012), recorremos a Fernando Birre para terminar este capítulo, embora o presente esteja marcado por ataques às pautas feministas e à atuação política das mulheres, consideramos esta jornada uma utopia que está no horizonte. Conseguimos avançar alguns passos, mas o horizonte se afastou. Entretanto, continuamos a caminhar. É Galeano também que nos chama a fixarmos nossos olhos para além da infâmia e imaginarmos outro mundo possível. Mundo este em que os frutos plantados pelos movimentos de mulheres e feministas nos últimos tempos serão colhidos, pautando uma nova forma de fazer política que contenha as perspectivas sociais das mulheres.

Pinheiro-Machado (2019) também nos conforta ao dizer que atos como o #EleNão fazem parte do resultado de um amadurecimento político e que será responsável por mudanças em uma geração inteira de mulheres, produzindo impactos sociais e institucionais profundos daqui a alguns anos. A partir de seus estudos etnográficos na periferia de Porto Alegre, a autora alega que as jovens feministas atuais enfrentam o poder patriarcal com argumentos sólidos, dados e conhecimentos aprofundados de política, adquiridos principalmente via internet, e agem a partir de uma nova subjetividade política que busca, na ação direta, o afeto radical, a imaginação e a horizontalidade. Impulsionadas pelas possibilidades das novas mídias digitais e imersas na quarta onda feminista global, rompem com a estrutura social que lhes impõem violências e restrições e agem de forma corajosa, sem nada temer. Inclusive, mesmo antes do movimento #EleNão, muitas jovens feministas já enfrentavam seus pais, irmãos e companheiros para mudarem os votos de suas mães e avós que tradicionalmente seguiam os votos do marido (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Procuramos neste capítulo apontar como a presença de mulheres nos cargos com poder decisório vai ser fundamental para que as políticas para mulheres sejam implementadas. Ao mesmo tempo que na história brasileira essa presença ainda é frágil e está constantemente ameaçada, seja quando golpes

com viés misógino ocorrem ou que governos neoconservadores assumem o poder.

Por se tratar de acontecimentos recentes que ainda estão em disputa, as discussões aqui trazidas constituem uma agenda de pesquisa ampla e que segue em curso pelas acadêmicas e acadêmicos interessados no fortalecimento da democracia e da ampliação dos direitos humanos. Pois, como disse Simone de Beauvoir, não podemos esquecer que “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”. Estes direitos não são permanentes e precisamos nos manter vigilantes durante toda a vida.

## Referências

ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do poder: os bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. Editora Leya. Rio de Janeiro, 2016.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. **Metade dos evangélicos vota em Bolsonaro, diz DataFolha**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/metade-dos-evangelicos-vota-em-bolsonaro-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 05 mar. 2022

BBC. **De campeã de popularidade a 62% de rejeição: seis momentos-chave no governo Dilma**. 2015. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318\\_dilma\\_aprovacao\\_reprovacao\\_cc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318_dilma_aprovacao_reprovacao_cc). Acesso em: 06 mar. 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1 .ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOHN, Simone R. **Feminismo Estatal sob a Presidência Lula: O caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Revista Debates, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 81-106, jul-dez. 2010.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Bancada feminina na Câmara será composta por 77 deputadas na nova legislatura**. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/550935-bancada-feminina-na-camara-sera-composta-por-77-deputadas-na-nova-legislatura/>. Acesso em: 02 set. 2021.

COLLON, Leandro; HAUBERT, Mariana. **Dilma liberou crédito, mas não agiu em pedaladas, diz perícia do Senado**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>

poder/2016/06/1786059-dilma-agiu-para-liberar-credito-mas-nao-em-pedaladas-diz-pericia-do-senado.shtml?origin=folha. Acesso em: 2 set. 2021.

ESTADO DE MINAS – POLÍTICA. Aumenta popularidade de Dilma, que encerra o 1º mandato com 52% de aprovação. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/12/17/interna\\_politica,600316/aumenta-popularidade-de-dilma-que-encerra-1-mandatito-com-52-de-apro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/12/17/interna_politica,600316/aumenta-popularidade-de-dilma-que-encerra-1-mandatito-com-52-de-apro.shtml). Acesso em: 6 mar. 2022.

FERREIRA, Flávia Mendes. **Militarização do ensino e Escola sem Partido**: uma análise dos discursos de vigilância, controle e disciplina. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

GALEANO, Eduardo. **Patás arriba**: la escuela del mundo ao revés. Montevideo: Glamur S.A., 2012.

G1. **Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro19%; Marina 8%; Alckmin 6%; Ciro 5%**. 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2021.

HOLLANDA, Heloísa Buarque In: ARAGÃO, Helena. **Heloísa Buarque de Hollanda mergulha na quarta onda feminista em livro recém-lançado**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/heloisa-buarque-de-hollanda-mergulha-na-quarta-onda-feminista-em-livro-recem-lancado/> Acesso em: 29 jan. 2021.

JORNAL O DIA. **Marielles em coro contra o feminicídio político**, 2022. Disponível em <https://odia.ig.com.br/opiniao/2022/03/6347954-renata-souza-marielles-em-coro-contra-o-feminicidio-politico.html> Acesso em: 03 mar. 2022.

KENNEY, Sally. Where is gender in agenda setting? **Women & Politics**. v. 25, n. 1 , p.1-2 e p. 179-207, 2003.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MATOS, Marlise. Movimento e a Teoria Feminista em sua Nova Onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global? **Revista de Sociologia e Política**, UFPR, v.18, p. 67-92, 2010.

MATOS, Marlise; PARADIS. **Mulheres e políticas públicas na América Latina e Caribe: desafios à democracia na região**; 37º Encontro Anual da ANPOCS - Seminário Temático 05: Desigualdades e Democracia. Set. 2013.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. In: ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Júlia Dias; GRAGNANI, Juliana. **#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos**. Jornal BBC News Brasil. São Paulo, 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 28 fev. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). In: **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PONTIN, Fabrício. **Também houve um #EleNão nos EUA. E Trump venceu**. The Intercept Brasil, 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/26/ele-nao-trump-bolsonaro/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. **Asdireitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão popular, 2019.

RODRIGUES, Thais Ferreira. **Gênero e Políticas Públicas: a ação pública na implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher em Niteroi/RJ**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Júlia Dias; GRAGNANI, Juliana. #EleNãO: A manifestação histórica liderada por mulheres vista por quatro ângulos. BBC News Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 02 set. 2021.

SADENBERG, Cecilia; COSTA, Ana Alice A. Contemporary feminisms in Brazil: Achievement, Shortcomings and Challenges. *In*: BASU, Amrita (ed.) **Women's Movements in a Global Era: the power of local feminisms** Boulder: Westirew Press. 2010

TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. Revista Cult, 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/> Acesso em: 23 jan. 2020.

VELASCO, Clara. Apenas um estado do país será comandado por uma mulher. G1 Eleições 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/apenas-um-estado-do-pais-sera-comandado-por-uma-mulher.ghtml> Acesso em: 2 set. 2021.

ZDEBSKYI, Janaína de Fátima; MARANHÃO, Eduardo Meinberg de; PEDRO, Joana Maria. **A histórica e as belas, recatas e do lar: misoginia à Dilma Rouseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira**. Espaço e cultura, Jul-Dez, 2015. UERJ. Rio de Janeiro, 2015.



# CAPÍTULO 8

# 8 OS “ESQUERDOMACHOS” NÃO FARÃO REVOLUÇÃO: REFLEXÕES FEMINISTAS SOBRE INTERSECCIONALIDADE E LUTA POLÍTICA

Bárbara Breder Machado <sup>128</sup>

Laís Peixoto Schimidt <sup>129</sup>

Sara da Silva Freitas <sup>130</sup>

Carolina de Freitas da Cunha <sup>131</sup>

Não serei livre enquanto alguma mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas

(Audre Lorde)

## Introdução

**D**iscutir ação política, mobilização e luta popular organizada a partir dos marcadores sociais de gênero, raça e classe, em que pese a inegável contribuição marxista que legou às esquerdas do mundo a tarefa de aprimorá-los, adensá-los e relacioná-los às especificidades do contexto histórico de cada sociedade, é uma tarefa árdua em um campo minado. O enfrentamento de questões como essas num país como o Brasil é um desafio ainda maior haja vista o providencial apagamento

---

128 Professora Adjunta do Departamento de Psicologia ESR/UFF; Doutora e mestre em Ciência Política.

129 Enfermeira (UNESA), Especialista em Saúde da Família na modalidade residência (UERJ); Mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz); Preceptora do Programa de Residência em enfermagem em Saúde da Família (PRESF-SMS-RJ/UERJ).

130 Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Pós-doutora pelo Institute of Education - IOE /University College London. Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB. E-mail: sara.freitas@ufrb.edu.br

131 Advogada; Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFF); Doutoranda em Ciência Política (PPGCP/UFF).

do violento processo de colonização, responsável pelo extermínio dos povos originários e pela manutenção formal, por quase quatro séculos, de uma população escravizada mediante sequestro e tráfico, da nossa história. Se a recente conjuntura política do Brasil condenou 14 anos de um determinado projeto político pela “maior crise da história do Brasil”, o que dizer de 388 anos de escravidão? Tanto a escravidão quanto a colonização não só não confrontam com o Estado capitalista como são partes dele. O principal propósito do sistema capitalista, ao qual o Estado está historicamente submetido, é a exploração cada vez mais intensa da força de trabalho, incluindo o trabalho de reprodução social, não remunerado, exercido em sua maioria por mulheres, e de maneira ainda mais precária por mulheres negras, a quem as mulheres brancas de classe média e alta terceirizam as atividades domésticas.

O famoso slogan feminista: “o pessoal é político”<sup>132</sup> sintetiza uma pauta ainda não superada, vez que a esfera da vida privada, “o pessoal”, é compreendida pela grande maioria da população como intocável, indiscutível, inatingível, criando as condições ideais para diversas violências e violações de direitos que acontecem justamente no espaço sacralizado da família: o lar. Mas nem todo lar é inviolável. Nos territórios marginalizados, marcados pelos interesses do capital como locais de guerra, de estado de exceção, onde o Estado só entra com “pé na porta”, a dicotomia entre público e privado não existe. Nestes locais, onde residem as famílias constituídas por mulheres em sua maioria, mulheres que cuidam de suas famílias e das famílias dos outros, os princípios da legalidade e os valores da democracia inexistem.

---

132 O ensaio da feminista e escritora Carol Hanisch intitulado “The Personal is Political” apareceu na antologia *Notes From the Second Year: Women’s Liberation* em 1970, e muitas vezes é creditado com a criação da frase. No entanto, em sua introdução à republicação do ensaio em 2006, Hanisch escreveu que não inventou o título. Ela acreditava que “The Personal Is Political” foi selecionado pelos editores da antologia, Shulamith Firestone e Anne Koedt, que eram feministas envolvidas com o grupo New York Radical Feminists. Algumas estudiosas feministas notaram que na época em que a antologia foi publicada em 1970, “o pessoal é político” já havia se tornado uma parte amplamente usada do movimento feminista e não era uma citação atribuível a qualquer pessoa. (HANISCH, Carol. “O pessoal é político”. Notas do segundo ano: Libertação das Mulheres. Eds. Firestone, Shulamith e Anne Koedt. Nova York. Radical Feminism, 1970).

Essa forma de organização social, naturalizada pela nossa cultura, que se baseia na troca mercantil, empurrou para as mulheres o dever de cuidado, como trabalho compulsório e não pago, ao correlacionar o fato de que as mulheres são portadoras de útero e, portanto, que devem reproduzir e manter a vida. Entretanto, é preciso ressaltar que: a vida humana depende de muito tempo de cuidado para vingar. No entanto, se por um lado a reprodução da vida, em parte, está determinada pela condição biológica das mulheres, a capacidade de cuidar não. Esta foi socialmente construída e designada às mulheres. Portanto, da mesma forma como “tornar-se mulher”, em nossa sociedade, resulta de uma trama social atravessada por relações de poder, o mesmo podemos dizer do “tornar-se homem”. O que não existe é o sujeito universal, essa alegoria burguesa do homem branco, heteronormativo, proprietário, europeu, como neutro. Quando pensamos na classe trabalhadora, esta classe tem cor, tem gênero; vive e depende de condições concretas para se reproduzir. Não há um sujeito em abstrato, pois não há nada em abstrato.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo provocar reflexões acerca da reprodução de modelos de opressão dentro dos campos progressistas. Possui a intenção de reafirmar a via interseccional como única possível para a ruptura do modelo hegemônico. Seja porque ao defender a liberdade e democracia é preciso estar atento às diversas camadas de opressão, a fim de superá-las; seja porque, como aponta Silvia Federici, um dos pilares nevrálgicos da acumulação primitiva (essencial para a ascensão do capitalismo) é formado pela misoginia e consequente expropriação das mulheres, de seus corpos, trabalho e liberdade de existir. Neste sentido, buscamos em uma perspectiva ampliada e interdisciplinar<sup>133</sup> abordar o necessário debate das pautas feministas não como “identitárias”, meros “recortes” ou “secundárias”<sup>134</sup>, senão como essenciais à superação do modelo capitalista. Dito de outra forma: pretendemos,

---

133 Vale ressaltar que este capítulo é escrito por pesquisadoras de três áreas distintas: psicologia e políticas públicas, sociologia, ciência política e saúde coletiva e que encontram no campo feminista ponto de costura entre seus trabalhos.

134 Expressões usuais utilizadas para depreciar o movimento feminista.

aqui, sustentar o argumento de que a defesa da democracia e superação do modelo capitalista só é possível através de uma construção interseccional de enfrentamento, de modo que as lutas feministas devem, necessariamente, estar articuladas com a luta antirracista e anticapitalista de maneira intrínseca e indissociável.

Partiremos da análise local no contexto nacional, tendo como ponto de partida os movimentos de junho de 2013. A partir deles, faremos um recuo histórico a fim de contextualizar a especificidade da construção da ideia de democracia no Brasil, uma breve análise de alguns períodos, a fim de mapear através da perspectiva de gênero e do capitalismo a participação ativa das mulheres no campo progressista, para então avançar no campo conceitual feminista sobre a interseccionalidade e o anticapitalismo.

## **1 “Não é por 0, 20 centavos”<sup>135</sup>**

Junho de 2013 pode ser considerado um marco na política brasileira. Um movimento que levou pessoas às ruas, contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, tomou uma dimensão não imaginada pelos seus organizadores iniciais. Um movimento de massas que podemos comparar ao número de pessoas com o das Diretas Já, mas com relação ao significado político, este assume vários aspectos.

No domínio das Ciências Sociais, em especial no da Ciência Política, surgem diferentes conceitos sobre o que aconteceu nos anos pós 2013. Leonardo Avritzer (2016) traça um panorama sobre os impasses da democracia, que vão desde o processo de institucionalização da participação até a quebra desta. Isto se dá justamente quando estouram, em junho de 2013, movimentos de ruas, que foram tomados por outros movimentos de classe média e por segmentos de elite e de direita no país. Movimentos esses que precisam ser mais bem observados no próprio âmbito da sociedade civil, como por exemplo, movimentos

---

135      Referência a uma das frases emblemáticas dos movimentos de 2013 em referência ao fato de que as reivindicações que tomaram as ruas excediam o aumento da tarifa de ônibus, e estavam apontadas para outros direitos.

empresariais que há algum tempo vinha se articulando com outras organizações do campo da sociedade civil, de caráter mais democrático etc.

Desde então, vivemos uma crise no sistema representativo. As eleições de 2014 já ocorreram diferente das de 2010, com grande tensionamento político e neste ambiente ocorreu o golpe de 2016, onde a nossa democracia e participação foram judicializadas. O processo é recente e requer mais estudos. Então, numa situação de instabilidade da democracia, tendo à frente atores não adeptos do sistema democrático no nosso país, fruto em parte da tradição autoritária que nos constitui, podemos abordar outro viés do debate, em que se aponta o surgimento de um fascismo e neofascismo.

Não é nossa intenção traçar um panorama sobre a questão do fascismo e do neofascismo de forma direta, mas o debate proposto aqui, em certa medida, dialoga com tal temática, visto que, são os negros, mulheres, indígenas, e os pobres, os receptores da necropolítica do Estado brasileiro. É importante localizar que no âmago do fascismo, portanto, está localizado a misoginia, o racismo, xenofobia e o ódio de classe. Materiais comburentes para a explosão da ascensão da extrema direita no país, que se sustentam e se alimentam no processo histórico desde sua fundação, muito bem expressas na célebre frase de Millôr Fernandes: “O Brasil tem um enorme passado pela frente”. Ainda nos deparamos com o mesmo inimigo em novas roupagens: esta governamentalidade, precisamente definida por Mbembe (2018) como necropolítica, sustentada na lógica escravocrata, misógina e que na atualidade toma graves proporções ao operar na esteira a antipolítica do cristofascismo.

Nosso olhar se volta em especial para o papel das mulheres e para um diálogo interdisciplinar que a questão do gênero assume no cenário contemporâneo nacional. São as mulheres, periféricas, negras, indígenas, grandes vítimas da violência implementada pelo Estado necropolítico. E, também, são elas a via mais atuante da resistência organizada no contexto político atual. Desde a materialização do simbólico de Marielle Franco, em relação a sua existência, como atriz política, e, também, tudo que representa no imaginário social atual desde a reverberação

da sustentação de um projeto político emancipatório, que tem sido carregado e sustentado através de mãos destas mulheres pretas e periféricas<sup>136</sup> até a resistência à necropolítica perpetrada pelo governo brasileiro atual.

A luta dessas atrizes e atores, contudo, não é algo recente data desde a fundação deste país como nação, foi a luta dos abolicionistas, pela demarcação das terras indígenas, pela diminuição da desigualdade, pela preservação do habitat humano, ou seja, uma luta constante tem sido travada pelo direito de existir no Brasil.

Assim, nesse cenário, as lutas das mulheres têm sido um marco importante na construção das pautas progressistas deste país. O direito ao voto, as condições de trabalho, a maternidade etc, embora a participação e protagonismo das mulheres na história sejam sistematicamente e estrategicamente silenciados.

## **2 O período da transição democrática – Mulheres em movimento.**

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, havia vários grupos de resistência que tiveram uma caracterização como “contra o Estado”, dada a forma opressora como estes grupos eram tratados, no que se refere aos direitos e à liberdade. Essas décadas marcam um novo cenário associativista no país, surgem movimentos de moradia, pelo direito à saúde (o SUS é fruto dessas lutas), e aqui retomando, o Estudo de Eder Sader (1988) merece destaque por sua importância neste período da luta por direitos à figura da mulher.

Em seu livro, quando novos personagens entram em cena, Eder Sader destaca 4 grandes movimentos: 1 – Clube das mães, 2 – Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, 3 – a oposição metalúrgica em São Paulo e o quarto seria o movimento de Saúde da zona leste. Importante ressaltar que, desses quatro movimentos elencados pelo autor, dois têm peso considerável de participação das mulheres, o clube das mães e o movimento de saúde da zona leste.

---

136 Sobre: “Sementes-Mulheres pretas no poder” direção: Ethel Oliveira e Júlia Mariano, 2020.

O clube das mães, na zona sul de São Paulo, entre os anos de 1970 e 1980, reuniam mulheres pobres da periferia, que durante seus encontros e mobilizações puderam ressignificar seu papel, como mulher, mãe e cidadã. Contudo, esse não só existiu na zona sul, mas em vários outros pontos de São Paulo, e de sua região metropolitana. Segundo Sader (1988), foi uma das matrizes discursivas dos movimentos sociais daquele período que conceberam práticas e discursos inovadores.

Em 1972, os clubes de mães de Santa Margarida, Figueira Grande, Vila Remo e São Joaquim criaram uma coordenação regional, que impulsionou o surgimento de vários outros. Em meados da década, eram mais de 20 na região do Guarapiranga. De cada um dos clubes saía uma representante que, uma vez por mês, juntava-se às demais, para preparar ações conjuntas. (AZEVEDO; BARLETA, 2011, p. 137).

Contudo, cabe destacar que as mulheres não participaram somente de movimentos centrados nas questões femininas ou na esfera da produção que aglutinava somente mulheres, estas também estiveram presentes na ocupação de terrenos urbanos, na reivindicação de melhor transporte público, nas comunidades eclesiais de base e sobretudo pelo direito ao voto.

Havia participação de mulheres no cenário político brasileiro, mesmo que estes fossem delimitados pela ditadura. Mas o que teria sido dos presos, dos movimentos pela anistia, dos desaparecidos políticos sem a luta e a pressão feminina, sem a luta das mães, irmãs e esposas?

Além disso, as mulheres passaram a estar também no centro das discussões políticas devido ao ingresso no mercado de trabalho, então era necessário a garantia de direitos referentes à maternidade, assim como, às creches e ao abono salarial, que resultou em direitos depois de um certo período de lutas. Aqui de certo modo atuou o chamado clube das mães, como descrito por Sader (1988).

A mãe, a “dona de casa” que participava das atividades que organizava a igreja, foram as personagens que constituíram o clube das mães. A coordenação surgiu destas

mulheres vinculadas à pastoral. Era a igreja, a escola, os espaços de sociabilidades nos bairros dessas senhoras, que passaram a falar de suas histórias, tendo como base um discurso religioso dignificante da vida humana, e por isso, ligada à ampliação dos direitos.

Toda essa mobilização aponta para a formação de um novo sujeito coletivo: as “mulheres militantes”, rompendo com a ideia das mulheres “donas de casa”, visto que passaram a recorrer e a lutar por papéis e espaços no debate público sobre sua condição e seus direitos, um movimento que se iniciou no bairro, nas comunidades eclesiais, e que em um outro momento, vai se configurar contra a carestia e ganhar a cidade.

No mesmo período, dos anos 1930, que marcou as grandes lutas dos movimentos das mulheres, continuado nos anos 1970-80, quando o movimento se direciona pela luta de igualdade salarial. Cabe lembrar, que havia no mesmo período as lutas dos grupos negros, dos indígenas em especial, dada a expansão da fronteira agrícola e a questão das terras indígenas, que permanece até o presente.

Das lutas das mulheres iniciadas ainda no século passado, e presente até os dias atuais, foram criadas as delegacias das mulheres, onde a maior parte da equipe é composta por mulheres e em 2006 foi sancionada a lei Maria da Penha, que criou mecanismo para coibir a violência doméstica presente. Um mecanismo de proteção como a lei, tem demonstrado a sociedade a sua face mais perversa, a crescente violência contra as mulheres. Já não bastasse uma violência do Estado na medida que não se quebra com a estrutura de a mulher ser um tipo de segundo cidadão, com salários menores, com dupla jornada, ainda sofre com a violência doméstica.

É preciso ressaltar que o Estado também tem tratado, como “segundo cidadãos”, a população negra e indígena, e se estes ainda forem mulheres, negras, ou mulheres indígenas, a face mais nefasta da opressão e violência se revela, nos faz indagar, assim como fez Primo Levi (2013), “é isto um homem?” ou,

ainda como Sojourne Truth (1851) e seu impactante discurso “Não sou eu uma mulher?”.<sup>137</sup>

Cenário que fértil às violências múltiplas, dado a falta de aparato que essa população tem na sociedade e por parte de políticas efetivas do Estado. Destacamos a retificação da necropolítica cotidiana repetida no noticiário diário, as taxas de feminicídio e do genocídio da população negra.<sup>138</sup>

O estudo apresentado por Lima (2021) refere que, como mostra o Atlas de Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2017 no Brasil, a taxa de homicídios

---

137 Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negrões) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho. Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, por que você me impediria de completar a minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. e a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer.” Texto Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> acessado em 08 de janeiro de 2021.

138 Sobre as taxas de feminicídio no Brasil, dados divulgados pelo Fórum brasileiro de segurança pública mostram que durante a pandemia o número de casos cresceu 22%. Dados disponíveis em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/violencia-contra-meninas-e-mulheres/> Já o Atlas da violência de 2020 divulgado pelo Instituto Pesquisa Econômica Aplicada- Ipea, sinaliza que o homicídio foi a principal causa da morte entre jovens e que 75, 7% das vítimas de homicídios eram negras. Dados disponíveis em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/25/infografico-atlas-da-violencia-2020> e [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36488&Itemid=432](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36488&Itemid=432). Acesso em 20/01/2021.

entre jovens negros era 2,5 vezes maior que a de não negros, destacando um cenário de maior probabilidade de serem assassinados, assim como a probabilidade de mulheres negras serem assassinadas é 2,19 vezes maior do que as não negras. Nesse sentido, o “Geledés Instituto da Mulher Negra (2017) ainda complementa essas informações com a denúncia de que entre 2006 e 2016 o número de vítimas de feminicídio entre as mulheres brancas caiu 2,1%, e entre as mulheres negras aumentou 35%” (p. 10).

É interessante notar, portanto, que a insistência na defesa da pauta feminista, na perspectiva interseccional, se dá tanto pela opressão posta na análise sobre o tempo presente, quanto em fazer jus a própria história da construção da democracia do país, que foi movida, sobretudo pela participação ativa de mulheres. Desta forma, se por um lado é pertinente a análise sobre o tema, a fim de mitigar as desigualdades de gênero, por outro, é igualmente vital resgatar a história e o protagonismo, e reafirmar a importância da participação política das mulheres.

### **3 Capitalismo e misoginia**

*“O grande reservatório de onde extraímos homens ilustres, só trouxe à cena um número significativamente pequeno de mulheres capazes de ladeá-lo”.*

(Virginia Woolf- A posição intelectual das mulheres -1929)

Pensar a superação do capitalismo implica, necessariamente, questionar as bases sob as quais ele se sustenta. E desta forma, é imprescindível agendar o debate, na medida em que a acumulação primitiva que permitiu o desenvolvimento do capitalismo, além de contar com a expropriação das riquezas da América Latina, e do sangue dos povos do continente africano que foram escravizados, também tem como um dos pilares a expropriação das mulheres de seus corpos e a divisão sexual do trabalho. Empreitada esta que somente se executa com a necessária degradação da figura da mulher. “O Capitalismo

enquanto sistema econômico e social está, necessariamente, ligado ao racismo e ao sexismo” (FEDERICI, 2017, p. 37).

Desta forma, pensar a formação e superação do patriarcado é parte dos esforços de pensar o processo de emancipação e novas formas de sociabilidade e modelo econômico. E, por isso, é mister compreender o patriarcado como um sistema de pensamento socialmente construído e que sustenta inclusive a desigualdade de classes. Neste sentido, a pauta primordial do pensamento revolucionário deve incluir de saída a pauta antirracista e feminista.

Gerda Lerner em seu precioso livro *A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens* (2019) remonta a construção histórica da origem da dominação masculina. Sua pesquisa atravessa o tempo de longa duração norteadas pela pergunta sobre o estabelecimento e institucionalização do patriarcado. E nos surpreende com o fato de que este processo se desenrolou em um espaço de tempo de quase 2.500 anos. Precedendo, portanto, os estados arcaicos e, também, à época da instituição da propriedade privada, que originou a sociedade de classes.

Sendo assim, Gerda Lerner é categórica ao afirmar que a dominação masculina não apenas antecedeu a opressão de classes como foi base para seu advento. Neste sentido, afirmamos, através desta senda aberta, que pensar em um processo emancipatório que não tenha o debate de gênero no horizonte de saída se faz inócuo. “O fato de que a dominação sexual precede a dominação de classe e faz parte de sua fundação fica tanto implícito quanto explícito na filosofia de Aristóteles” (LERNER, 2019, p. 266). Além do constructo metafórico da mulher como incompleta, inferior sustentado por Aristóteles em defesa da família e Estado organizados pela lógica patriarcal, a narrativa bíblica e a ciência foram bases de construção e solidificação da civilização ocidental. Desta forma, tanto as ideias morais e religiosas cristãs, quanto a filosofia grega, com a proeminência do aristotelismo e a ciência posteriormente desenvolvida, são herdeiras do processo de exclusão das mulheres no contexto da construção da história e asseveram ainda mais o processo de desigualdade.

A sociedade de classes, como argumentei, começou com a dominância dos homens sobre as mulheres e evoluiu para a dominância de alguns homens sobre outros homens e todas as mulheres. Assim, o próprio processo de formação de classes incorporou uma condição preexistente de dominância masculina sobre as mulheres e marginalizou as mulheres na formação dos sistemas e símbolos (LERNER, 2019, p. 246).

Neste sentido, é interessante notar que o chamado “berço da democracia” é também o mesmo lugar de exclusão institucionalizada da subordinação legal e social das mulheres, que segundo Lerner, remonta à Mesopotâmia, Israel e à Grécia do oitavo ao quinto séculos a.C. Ela aponta ainda que a sociedade grega desenvolveu a *pólis*, a cidade-Estado referida a uma cidadania que operava a exclusão das mulheres. E por isso, é interessante o fato dos debates realizados no *mainstream* da Ciência Política levarem estes fatos em evidência. A saber: de que a classe não é um constructo separado de gênero. Justo o oposto! A classe é expressa em termos relacionais ao gênero. Na medida em que foram construídas e sustentadas nas relações patriarcais.

O que aqui provocamos com o título deste trabalho com a afirmação: “Não farão revolução sem nós!” visa problematizar a comum e repetida crítica feminista referente a postura comum de pensadores que insistem na separação entre a construção teórica e a ação política. Ou seja, que visam a emancipação e superação do modelo hegemônico vigente sem contudo (1) não refletir sobre seus privilégios sustentados na divisão sexual do trabalho, (2) não fazem o enfrentamento da dominação masculina, (3) não mitigam a destituição do trabalho não pago atribuído às mulheres, (4) reproduzem a parentalidade tradicional, na ausência da cena de cuidado com a prole no trabalho chamado “não produtivo”; (5) também localizam aqueles que fazem uso explícito da violência de gênero, seja através do assédio, operando deliberadamente ou não, uma espécie de força centrífuga das mulheres dos espaços públicos e decisórios e operam a partir da masculinidade tóxica. O que

no campo da militância feminista recebe a alcunha provocativa de “esquerdomacho”.

Da mesma forma, podemos encampar nesta definição a análise sobre o projeto emancipatório reduzido aos elementos do campo tradicional da sociologia e das ciências políticas dissociada das bases que sustentam o modelo hegemônico de opressão. Dito de outra maneira: a impossibilidade de avanço no enfrentamento do capitalismo sem considerar suas bases das quais se alimenta. Corroboramos com a afirmação de Lerner de que “o pensamento revolucionário é sempre baseado na melhoria da experiência do oprimido” (*Idem*, 278). Sendo assim, entendemos que a interseccionalidade é a única via possível capaz de colocar em marcha a destituição do racismo, misoginia e exploração de classes que sustentam o sistema.

Como posto acima, as mulheres são parte ativa no processo de construção da história, embora subordinadas em processos de silenciamento, de apagamento dos registros de seu protagonismo e apropriação masculina de sua produção. Através da educação, que opera intencionalmente a estratégia de desconhecimento de sua própria história, de lutas e conquistas, tem-se mantido as estruturas de domínio e invisibilidade, tornando as mulheres algozes de si mesmas e participantes do próprio processo de opressão: “Agora também sabemos que participamos, ainda que contra nossa vontade, do estupro de nossa mente” (Lerner, 2019, p. 276). A autora, partindo da premissa de Simone Beauvoir,<sup>139</sup> aponta que a dominação masculina não apenas deflete nos processos mentais, como se utiliza destes como aparato de controle para a retificação e replicação do pensamento patriarcal oferecendo-lhe longevidade.

Desta forma, pensar em estratégias no campo progressista sem levar o feminismo e o racismo como debates essenciais para o processo emancipatório, além de ser um erro teórico, é em si ineficaz. Da mesma maneira que optar pela narrativa do feminismo liberal, na medida em que não se atinge a radicalidade do problema, no sentido de aprofundar a análise às suas raízes de sustentação. Por isso, o feminismo deve

---

139 A célebre frase a qual a autora faz referência: “O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos.

aprender com a sua vertente mais fundamental: o feminismo negro, pois é ele que tem pautado a compreensão complexa e ampliada dos vetores de opressão em marcha. Da mesma forma, o campo político à esquerda deve incluir como essencial o debate sobre a dominação masculina, pois é ela quem (também) sustenta o Capitalismo.

Márcia Tiburi, em seu livro *“Feminismo em comum”* (2018), afirma que não é possível pensar em feminismo sem pensarmos no trabalho, mais especificamente na divisão sexual do trabalho, que se faz de maneira injusta e violenta ao subjugar a existência da mulher em relação ao homem e desprovê-la das condições concretas de possibilidade de viver sem estar atrelada e submetida ao homem. A correlata coerção e a impossibilidade de acessar direitos, uma vez que se é marcado pelo signo do feminino, é comprometida pela opressão do patriarcado, que pela ótica burguesa, veda, cerceia, controla e menospreza a existência e corpos das mulheres.

O patriarcado pode ser compreendido como um sistema de pensamento e crenças profundamente arraigado na cultura que se estabelece em uma verdade central e absoluta de haver uma identidade e diferença natural entre dois sexos considerados normais na qual se estabelece a superioridade masculina e a subserviência feminina. Neste sentido, estamos de acordo com Tiburi, quando afirma que não se pode reduzir o feminismo a uma discussão sobre gênero e sexualidade sem incluir a análise sobre outros marcadores de opressão como classe social e raça. Dado que, como aponta Federici, uma das bases que sustenta o capitalismo e os Estados Modernos é justamente o patriarcado.

Sendo ele o terceiro eixo do tripé da acumulação primitiva construída no bojo da violência do colonialismo. A saber: expropriação das riquezas da América Latina (genocídio de seu povo e apagamento de sua cultura), expropriação do corpo, trabalho e vida dos povos negros escravizados (genocídio de seu povo e apagamento de sua história) aos quais Federici (2019) inclui: expropriação do corpo e trabalho das mulheres que culminou na empreitada da “caça às bruxas”: feminicídio em escala genocida das mulheres que não se domaram a construção da feminilidade dócil. “... nos séculos XVI e XVII,

o extermínio das bruxas e a extensão do controle estatal a qualquer aspecto da reprodução se converteram nas pedras angulares da acumulação primitiva” (FEDERICI, 2017, p. 46).

Desta forma, se revisitarmos a história da fundação do capitalismo, veremos através da análise de Silvia Federici, que sua empreitada só se efetiva pela sua sustentação no patriarcado. E a caça às bruxas tanto santificou a supremacia masculina quanto induziu os homens a temer as mulheres, e vê-las como destruidoras do sexo masculino. Essa empreitada foi uma verdadeira guerra contra as mulheres, uma tentativa de demonizá-las, e destruir seu poder social ao mesmo tempo em que os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade foram forjados nas câmaras de tortura e fogueiras.

Neste sentido, é imprescindível que o debate sobre a superação do capitalismo sobre os processos emancipatórios opere uma espécie de nó Gorgio: não há possibilidade de efetivação das políticas públicas democráticas que não sejam feministas, antirracista e anticapitalista, garantindo a defesa de um projeto de país igualitário. E, por outro lado, não há possibilidade de emancipação feminista que não seja antirracista e anticapitalista. Na mesma medida, não há possibilidade de efetivação da luta anticapitalista, à esquerda, que não seja antifeminista e antirracista.

E também é preciso destacar, que a crise é a via que o capitalismo efetiva sua face mais perigosa. Não se trata da crise no sentido de desordem e se caso o capitalismo tivesse “indo bem” estaríamos todos a salvo. A crise é, pelo contrário, o eixo no qual gira a lógica do mercado: “para que um ganhe, muitos têm que perder”. E, neste sentido, é preciso marcar que as crises são provocadas, e intencionais. Trata-se do “modus operandi” do capitalismo.

As crises, articuladas à política do medo, fazem erigir a pior face: Estado negligente enquanto seu dever de prover seguridade social e presente em efetivação da violência estatal, colocando em marcha o projeto genocida da população negra e indígena, o feminicídio e a subjugação das mulheres. Assim, é preciso também reafirmar que: os processos de marginalização provêm deste projeto ativo e não são mero acaso ou certo

“efeito colateral” do sistema, ao qual a moral e o determinismo social oferecem como álibi a naturalização dos processos de exclusão e a culpabilização da população por sua condição.

## **4 A revolução será interseccional**

O estabelecimento do capitalismo no mundo está intimamente relacionado à invasão e a dominação de terras e à exigência de um modelo hegemônico de pessoas que corresponde a figura do homem branco, hétero, cristão e proprietário. Assim, quaisquer diferentes faces de sujeitos – inclusive as mulheres – são consideradas fora do padrão, sendo vistas como seres inferiores (ARRUZZA *et al*, 2019).

Para Federici (2019), o capitalismo se desenvolveu a partir de uma guerra contra as mulheres, através da caça às bruxas, no século XVI e XVII, levando a mortes de milhares delas. Nesse contexto, foram moldadas as relações capitalistas introduzindo a (re) produção social das mulheres e a produção de sua força de trabalho no mundo.

A sociedade brasileira tem em sua formação a marca da desigualdade em diversos aspectos, principalmente nos de gênero, sociais e étnico-raciais, os quais são muito nítidos ainda hoje. Essas desigualdades e o predomínio de um grupo social dominante foi e ainda é responsável por profundas formas de violência, sobretudo para as mulheres negras e pobres (ARRUZZA *et al*, 2019).

Nessa perspectiva, a abordagem interseccional se faz urgente e necessária pois é através dela que se torna possível a reflexão sobre como diferentes fatores de subordinação se articulam nos contextos históricos, sociais e políticos, sendo inviável serem analisados separadamente. Essa abordagem viabiliza compreender a multidimensionalidade atravessada por raça, gênero e classe social, permitindo desconstruir (pré)conceitos impregnados, naturalizados e reproduzidos pela sociedade.

A interseccionalidade nos permite discutir e ampliar a compreensão da dinâmica da dominação social, possibilitando explicar como valores, normas, ideologias e discursos influenciam as estruturas sociais. Para Dores *et al* (2017), “traz

a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (p. 257).

Desta forma, não é possível deslocar o gênero das outras questões raciais e/ou sociais, pois assim, corre-se o risco de manter formas de opressão dentro de determinado grupo populacional – as mulheres. Se mulheres utilizarem seu privilégio de classe sob mulheres de classes sociais mais baixas, ou se mulheres brancas utilizarem seu privilégio de raça sob as mulheres negras, ou se ambas as situações ocorrerem simultaneamente, a verdadeira democracia e o combate contra a opressão e subordinação feminina não serão possíveis.

Quando analisamos as “histórias das rebeldias”, suas frustrações e vitórias, podemos observar que a energia do pensamento sempre tem corpos. E são nesses corpos que estão as expectativas, as lembranças, as experiências, recursos e memórias que impulsionam as lutas (GAGO, 2020).

Os movimentos feministas são alguns exemplos de como a energia, pensamentos e corpos femininos marcaram a história e a sociedade. Trouxeram importantes contribuições para a conquista de direitos das mulheres, diminuição de opressões sofridas por elas e desenvolvimento da democracia. Em um primeiro momento, destaca-se um período de denúncia às opressões vividas pelas mulheres e um movimento de lutas pela igualdade dos direitos civis, políticos e educativos, o que proporcionou, por exemplo, o direito ao voto pelas mulheres (NARVAZ; KOLLER, 2006). Depois, por volta das décadas de 60 e 70, novos direitos foram se materializando como o casamento civil – desassociando o matrimônio do domínio da Igreja – e a aprovação do divórcio (TAVARES, 2019). Mais adiante, por volta dos anos 90, o foco as lutas esteve voltado para as discussões de gênero e sexualidade, concentrando a análise nas diferenças, na alteridade, diversidade e produção de subjetividades (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Há de destacar que no contexto dos movimentos feministas a abordagem interseccional das pautas, infelizmente, nem sempre esteve presente. Davis (2016) destaca que, principalmente, no primeiro momento dos movimentos feministas, as

demandas e bandeiras das mulheres brancas e daquelas que pertenciam às classes sociais mais altas da sociedade eram as que predominavam. Bell Hooks (2018) ainda complementa que essas mulheres, além de participarem dos movimentos feministas, “apagando e negando” as diferenças raciais, eliminaram a questão de raça do cenário na época. E priorizando o gênero em detrimento de outros aspectos – como classe e raça – significava dizer que o movimento era delas e não de todas. Essa situação fere a democracia!

Mesmo que ao longo do tempo a questão interseccional tenha sido incorporada às discussões feministas e uma parte importante de trabalhos acadêmicos, esse conhecimento parece ainda não ter tido um impacto tão significativo nas relações cotidianas entre mulheres brancas e não brancas. Afinal, em uma sociedade que ainda se mantém racialmente segregada, essas interações antirracistas continuam sendo difíceis (hooks, 2018).

Contudo, queremos destacar que apesar da questão da interseccionalidade necessitar ser discutida dentro dos próprios movimentos feministas, nosso entendimento é que existe uma categoria macro e anterior a essa necessidade: a compreensão do patriarcado. Para Vidal Junior e Bragança (2020), devemos realizar um esforço para a construção do “patriarcado como categoria que precisa ser compreendida, para além de sua efetividade retórica nas lutas políticas contemporâneas. O patriarcado não explica, ele precisa ser explicado” (p. 2).

Assim, precedente as dificuldades de discussão sobre a importância das abordagens interseccionais dentro dos feminismos (no plural, por existir várias vertentes), existe a necessidade em compreender que essas dificuldades são resultantes da opressão e dominação masculina, e por isso, apesar dos avanços das pautas feministas,

“as assimetrias baseadas nas categorias de gênero e potencializadas pelas experiências interseccionais persistem. Nosso modelo de organização social, portanto, segue sendo o patriarcal: organizado em função da dominação masculina e assentado sobre a propriedade privada, o filho de direito paterno e o Estado de classes. O

eventual acesso a posições de poder ou condições privilegiadas por parte das mulheres não garante a superação dos mecanismos de reprodução do patriarcado. A luta contra as formas ostentatórias de masculinidade – o boy lixo, o esquerdomacho, o chernoboy, o mansplaining etc. – tem integrado, na quarta onda do feminismo, uma agenda anticapitalista mais ampla.” (VIDAL JUNIOR; BRAGANÇA, 2020, p. 19).

Para Inocêncio e Galetti (2020), o sistema capitalista neoliberal “dissolve o véu de verniz democrático”, que através de seu regime econômico “dita relações de poder e posições de sujeito hierarquicamente diferentes conforme o gênero, uma vez que este está ancorado numa moral de inclinação conservadora e predominantemente machista” (p. 63).

Em parte das discussões trazidas por Silvia Federici e bell hooks, ambas reforçam que as violências e assimetrias delineadas pelo gênero são justamente pilares fundamentais do sistema capitalista e não uma “disfunção” desse sistema. Ou seja, “não há capitalismo que não seja patriarcal”. E desta forma, as relações entre patriarcado, capitalismo e masculinidade tóxica estão em sublime consonância com um sistema econômico que produz bens, materiais, serviços e símbolos pautados em privilégios masculinos (VIDAL JUNIOR; BRAGANÇA, 2020).

A violência de gênero segue sendo uma constante na realidade da vida das mulheres, podendo ser representada de múltiplas formas. Para Sanches *et al.* (2019), de maneira geral, a violência enquanto fenômeno social, deve ser entendida como uma forma de assimetria em uma relação hierárquica de desigualdade, que tem como objetivo a opressão, dominação e exploração. E neste sentido, elas são representadas através de duas grandes ordens: “a micropolítica das masculinidades e a macropolítica do Patriarcado” (VIDAL JUNIOR; BRAGANÇA, 2020).

Segundo Arruzza *et al.* (2019), “o que permite a violência de gênero é um sistema hierárquico de poder que funde gênero, raça e classe” (p. 59). Nesta perspectiva, a pluralização das violências deve ganhar um valor estratégico, pois pode

trazer a sincronicidade das inter-relações que promovem essas violências, sendo possível, portanto,

Conectar os lares desestruturados às terras arrasadas pelo agronegócio, as diferenças salariais e ao trabalho doméstico invisibilizado; vincular a violência ao ajuste neoliberal e a crise aos modos como esses são enfrentados a partir do protagonismo feminizado das economias populares, e relacionar tudo isso à exploração financeira pelo endividamento público e privado; vincular as formas de disciplinamento das desobediências nas mãos da repressão nua e crua do Estado e a perseguição aos movimentos de imigrantes à maneira como se encarceram as mulheres mais pobres, criminalizando economias de subsistência, e as mulheres que praticam o aborto à motivação racista de cada uma dessas violências (GAGO, 2020, p. 72).

É necessário tecer as linhas para que o entendimento amplo das violências seja compreendido, a partir de seu entrelaço ser possível traçar estratégias coletivas para a construção do “produto” que desejamos: lutar contra todas as formas de opressões promovidas pelo capitalismo!

Assim, as lutas feministas não devem desconsiderar a desigualdade social existente no mundo, não devem ignorar a pobreza, não podem desconsiderar que no Brasil, por exemplo, boa parte da população urbana vive em assentamentos precários; que no nosso país, mata-se mais de 30 mil jovens por assassinato anualmente, sendo cerca de 70% deles, negros e pobres; não se devem desconsiderar que o Brasil é o país que mais assassina pessoas envolvidas na defesa dos direitos humanos no mundo, sendo boa parte deles, ligados a justiça ambiental. Não se pode ignorar que no Brasil, a maior parte dos alimentos que consumimos é envenenado através do uso de agrotóxicos e que os saberes e soberania dos povos tradicionais são desconsiderados, sendo que vivem aqui, inúmeras mulheres camponesas, indígenas, caiçaras, quilombolas e ribeirinhas com saberes incríveis (ARRUZZA *et al*, 2019).

Para Biroli (2018), com o neoliberalismo, estamos vivenciando o aprofundamento de uma racionalidade econômica e política

que dissolve os laços solidários ao invés de fortalecê-los, deixando a vida mais precária. O machismo, a homofobia e o racismo estão longe de serem superados e a reprodução das injustiças está enraizada nos ambientes político-institucionais e no dia a dia da sociedade. Desta forma, compreender esse complexo emaranhado das relações de poder da sociedade, nos permite ampliar a análise crítica sobre o conjunto de tendências antidemocráticas da ordem liberal, assim como os limites da democracia.

A autora acima enfatiza que a “questão de gênero” não ocorre pelas diferenças, e sim pelas desigualdades. Refere-se a “um problema da democracia, não de um problema das mulheres” (BIROLI, 2018, p. 208), afinal, evidencia a reprodução de múltiplas injustiças entre os diferentes grupos populacionais. Exemplo disso é a construção das políticas públicas e legislações que são elaboradas em espaços com o predomínio de homens brancos – e heteronormativos –, enquanto as mulheres têm menos acesso a recursos essenciais como o tempo. Tempo, que lhes é roubado através do trabalho não remunerado e desvalorizado da reprodução social, que implica atividades domésticas e de cuidado dos mais próximos e da sociedade como um todo. Nesse ciclo perverso construído pelo capitalismo, elas afastam-se da participação política.

Para a promoção da plena democracia, as lutas não podem ser individuais, ou fragmentadas. Elas precisam estar inter-relacionadas. Não se pode permitir que o oprimido se torne opressor, e sim que os oprimidos se fortaleçam entre si, e busquem de forma coletiva, lutar contra as opressões comuns – capitalismo, patriarcado, racismo, sexismo, homofobia, misoginia - causadores das desigualdades e violências.

Nesta perspectiva, Castro (2016) reforça que, segundo a autora Dworkin (1976), em uma sociedade em que inexistente liberdade universal, almejar a igualdade apenas para si próprio significa desejar ser o opressor. Por isso, a luta feminista deve estar pautada em acabar com qualquer forma de relação que envolve sujeitos dominador-dominado, seja ela em relação ao homem sobre a mulher, a brancos sobre negros, a elite sobre a classe trabalhadora, entre outros.

Segundo Arruzza *et al.* (2019), “lutar é tanto uma oportunidade como uma escola. Pode transformar aquelas pessoas que dela participam, desafiando nossos entendimentos anteriores sobre nós mesmas e reformulando nossas visões de mundo” (p. 94). Neste sentido, para as autoras, a luta é capaz de aprofundar a compreensão sobre a própria opressão, sendo possível um melhor entendimento sobre o que a causa, quem se beneficia dela e o que pode ser feito para superá-la. Desta forma, é possível unir forças para “ampliar o círculo de solidariedade entre as pessoas oprimidas e aguçar nosso antagonismo com nossos opressores” (p. 95).

A luta feminista não poderá ser bem-sucedida, se for um movimento apenas de mulheres, havendo a necessidade de incentivar outros sujeitos - inclusive homens - a levantarem as pautas feministas. Assim como, não será bem-sucedida se não for antirracista, pois é necessário a sororidade feminina para potencializar a força para as lutas (hooks, 2018).

Daí a necessidade de contar com outros atores nesta luta, dispostos a refletir sobre seus privilégios construídos através de mais de 2500 anos, pela via do patriarcado. Retomando a provocação que este trabalho propõe: é necessário que os “homens orientados politicamente à esquerda”, dispostos a pensar a revolução, tenham que operá-la antes, dentro de seu próprio corpo e existência. E isto exige questionar desde os padrões de masculinidade tóxica, sua responsabilidade na parentalidade ativa e a divisão das atividades de cuidado e, ainda, enfrentar a dominação masculina, os privilégios que sustentam. Destarte, o protagonismo da luta pertence às mulheres, enquanto atrizes políticas ativas na condução do processo. Entretanto, a superação da violência de gênero, bem como o racismo e todos os desdobramentos das opressões é de responsabilidade de toda a sociedade. Trata-se de uma questão ética-política frente a um projeto de país.

A transformação da sociedade necessita ser cogitada a partir da perspectiva de uma vida digna e melhor para todos e todas. Entretanto, isso exige mudanças políticas, educacionais, éticas e econômicas. O feminismo - antirracista, anticapitalista e anti-homofóbico - pode ser capaz de impulsionar essas mudanças. Para Gago (2020), “potência feminista, é a capacidade desejante” (p. 11), sendo o desejo, sinônimo de uma força capaz de impulsionar a luta.

## Considerações finais

Enquanto mulheres, feministas, intelectuais e militantes democráticas, pautamos o nosso dever de trazer reflexões para a sociedade sobre a necessidade de abordagens interseccionais em todas as nossas ações sociais e políticas, contribuindo nas lutas contra todas as formas de opressão geradas pelo capitalismo. Para isso, destacamos que é preciso atentar à dominação masculina em suas novas vertentes no mundo moderno, onde “esquerdomachos”, ou seja, aqueles que em seu discurso teórico dialogam ao encontro das pautas feministas, mas em suas práticas e ações diárias reproduzem suas masculinidades tóxicas reproduzindo maneiras (por vezes sutis) de violência de gênero, raça e classe. Nesse sentido, afirmamos em provocação que “Não farão revolução sem nós!” ou ainda, derivando desta premissa que: “esquerdomachos não farão revolução”, uma vez que estes - “esquerdomachos” ainda precisam repensar suas práticas, e pelo entendimento das lutas como um processo macro, coletivo e interseccional.

Da mesma forma, entendemos que a dominação masculina também se replica da divisão sexual do trabalho intelectual, na relação com os próprios pares do campo acadêmico. Não raro, a teoria feminista e as reflexões de teóricas são categorizadas como “pauta secundária”, “movimento identitário”, como se estivesse em paralelo, ou ainda dissociado ao debate sobre o enfrentamento do Capitalismo e as demais opressões que ele opera. Portanto, defendemos aqui, que as análises políticas feitas no *mainstream* do campo da Ciência Política e outras disciplinas afins devem levar em conta o caráter essencial e nevrálgico da pauta feminista e antirracista para que a revolução de paradigma social possa ocorrer. E neste sentido, com este capítulo, convocamos a reflexão (também) dos nossos colegas intelectuais para que não (re)produzam no âmbito do campo acadêmico a atuação a partir do lugar de esquerdomachos.

## Referências

ARRUZZA, Cinzia *et al.* **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

AVRITZER, Leonardo. **Os impasses da democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AZEVEDO, Jô; BARLETTA, Jacy Machado. O Cedem e os documentos dos Clubes de Mães da Região Sul (SP). **Cadernos Cedem**, v. 2, n. 2, 2011.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdade**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CASTRO, Maria Gabriella Mayworm de. **Uma análise feminista da construção de gênero em livros didáticos de inglês aprovados pelo PNLD 2014**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

COSTA, Rosane de Albuquerque; MACHADO, Bárbara Breder; CURI, Paula Land (orgs): **Psicologia em Extensão**: corpos à margem desafios à formação. Rio de Janeiro: Ed. Gramma, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DORES, Aline dos Anjos et al. O conceito de interseccionalidade: contribuições para a formação no ensino superior. **EDUCERE - Revista da Educação**, Umarama, v. 17, n. 2, p. 251-262, jul./dez., 2017.

DWORKIN, Andrea. **Our Blood**. New York: Harper and Row, 1976.

FEDERICI, Silvia: **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FREITAS, Sara. S. **Nos labirintos da participação**: Um estudo de caso de uma ONG do campo democrático participativo. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

FREITAS, Sara S.; PINHO, Carlos. E. S. (orgs.). **Empresariado e poder político no Brasil**: Uma perspectiva multidimensional. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.

GAGO, Verônica. **A potência feminista e o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando; GALETTI, Camila Carolina Hildebrand; Gênero e neoliberalismo: uma cartografia do lugar da mulher na política brasileira das novas direitas. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, Rio Grande, v. 4, n. 1, p. 62-78, jul. 2020. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/reis/article/view/11686>. Acesso em: 18 jan. 2021.

LERNER, Gerda: **A criação do Patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

LIMA, Alexandre Bonetti. Our Everyday Racism: contradictions of a society that presents itself as racially democratic. **Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 1-14, 19 jan. 2021. Universitat Autònoma de Barcelona. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.2734>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo(1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

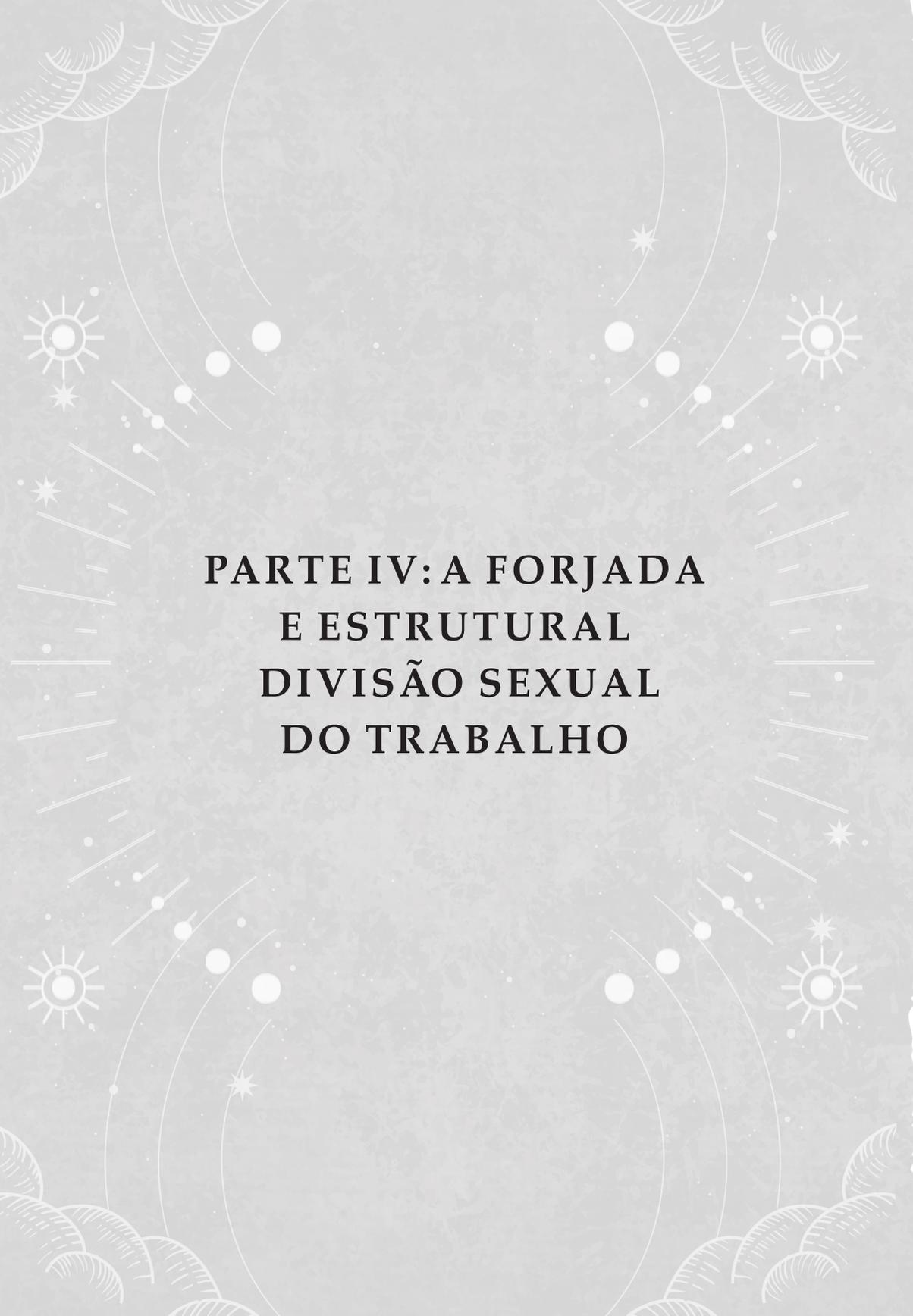
SANCHES, Leide da Conceição et al. Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. **Revista Iberoamericana de Bioética**, [S.I], n. 9, p. 1-13, fev. 2019.

SCHIMIDT, Laís Peixoto. **A mulher na favela: necessidades de saúde, experiências de vida e a relação com os serviços de saúde das moradoras da Rocinha/RJ**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Curso de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

TAVARES, Jaqueline Duarte. **O Trabalho da mulher e a sobrecarga emocional**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) –Faculdade de Direito, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Três Passos, 2019.

TIBURI, Márcia: **Feminismo em Comum: Para todas, todos e todes**. São Paulo: Roda dos Tempos, 2018.

VIDAL JUNIOR, Icaro Ferraz; BRAGANÇA, Maurício de; Masculinidade em vertigem: a revolução será contra o patriarcado ou não será. **Compós**, Campo Grande - MS, p. 1-20, jun. 2020.

The background is a light gray with a subtle, repeating pattern of stylized leaves or feathers in the corners. The central area is filled with a cosmic theme, featuring various celestial symbols: suns with rays, stars of different shapes, and planets of varying sizes. Some elements are enclosed within thin white circular lines, suggesting orbits or constellations. The overall aesthetic is clean and modern.

**PARTE IV: A FORJADA  
E ESTRUTURAL  
DIVISÃO SEXUAL  
DO TRABALHO**



## **Título: “Arroz patinado no feijão, com um garfo”**

Imagem: foto de *smartphone videoconferencer*

Tamanho: em crescimento

Autor: todo o contexto é atribuído como autor da obra

Data: Quarentena Sessions 2020 d.C.

Gênero: Instalação acidental

Técnica: “Arroz patinado no feijão sobre azulejo da sala, com um garfo; fio de fone de celular para live da videoconferência da reunião do trabalho acontecendo no momento; pés da cadeira com as crianças almoçando enquanto estão ao vivo em *homeschooling*; pés da autora da foto enquanto tira os pratos da mesa e apoiando o celular da conferência do trabalho entre o ombro e a cabeça.

Altura: em um nível cansativo já.

Largura: não sabemos

Profundidade: em nível de psicoterapia.

Museu: My Home Museum.

Cidade: Campos dos Goytacazes, RJ.

Artista: Takna Mendonça Formaggini



## CAPÍTULO 9

# 9 QUEM PARIU QUE EMBALE: A VALORIZAÇÃO NO TRABALHO INVISÍVEL DAS MULHER(ES)<sup>140</sup>

Cândida Beatriz Alves<sup>141</sup>

Laís Peixoto Schimidt<sup>142</sup>

Tábata Berg<sup>143</sup>

[...] repita comigo: eu tenho um útero  
fica aqui  
é do tamanho de um punho  
nunca tomou sol  
o útero é do tamanho de um punho  
não pode dar soco  
questões importantes:  
movimentação da bolsa  
sacas de soja

---

140 Nosso ensaio desdobra-se de um trabalho efetivamente coletivo, portanto, todas as autoras são primeiras autoras. Repudiamos a hierarquia das autorias, que, no mais das vezes, tem servido para a expropriação do trabalho intelectual feminino.

141 Psicóloga (UnB); Mestre e Doutora em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Saúde (UnB); Professora da Universidade de Brasília (UnB). Licença maternidade em 2016 e 2018. Endereço eletrônico: candida.alves@unb.br.

142 Enfermeira (UNESA), Especialista em Saúde da Família na modalidade residência (UERJ); Mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz); Preceptora do Programa de Residência em Enfermagem em Saúde da Família (PRESF-SMS-RJ/UERJ); Endereço eletrônico: laispschimidt@gmail.com.

143 Mãe do Antônio desde 2016. Doutora pelo Programa de pós-graduação em Sociologia IFCH/UNICAMP. Pesquisadora colaboradora no Grupo de Pesquisas Mundo do Trabalho e suas Metamorfozes GPTM/UNICAMP. Endereço eletrônico: tabataberg@yahoo.com.br.

reservas de soja  
barris de petróleo  
voltemos ao útero:  
manhamanha  
pata de aranha  
quem manda nas entranhas  
de mamãe

Angélica Freitas, *Um útero é de um tamanho de um punho*.

**O**dito popular “Quem pariu que o embale” articula ideologicamente o *locus* que os trabalhos de pro(criação) e cuidados passaram a ocupar com a ascensão do patriarcado capitalista: enclausurados na dimensão privada, construída enquanto natural e reprodutiva – em um sentido biologizante do termo –; foi-lhes retirado o caráter de trabalho. Nas palavras de Silvia Federici, “O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado.” (FEDERICI, 2019 [1975], p. 42-43). Essas atividades laborais foram expulsas das esferas tidas produtivas e sociais do capitalismo. Assim, enquanto o trabalho “livre” e assalariado tornou-se o pilar mais visível da expropriação do capital, a totalidade dos trabalhos não assalariados, incluindo os trabalhos de pro(criação) e cuidados, tornaram-se também pilares da acumulação, todavia, em um mundo invertido, espectral e invisível (BERG, 2020).<sup>144</sup>

---

144 No caso do trabalho escravizado, muitas autoras e autores negras têm lançado luz sobre esse espectro. Eric Willians em *Capitalismo e Escravidão* (1944) foi pioneiro em investigar e analisar detalhadamente tal engrenagem. Lélia Gonzalez em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984) mostrou que o racismo é uma neurose da formação social do Brasil,

Com a industrialização, a família deixa de ser um lugar de produção de bens e passa a ser um lugar de consumo e de produção da força de trabalho. Estabelece-se o conflito entre trabalho assalariado e trabalho doméstico não-assalariado. Estes passam a ser vistos não apenas como coisas diferentes, mas também como coisas opostas: trabalho/não trabalho; produtor de valor/não produtor de valor; homens/mulher(es) (GOLDMAN, 2014).

Por isso, rascunhar teoricamente algumas dimensões do modo como o trabalho tido como (re)produtivo participa ativamente da produção capitalista desde a sua gênese é o objetivo central desse ensaio. Ressaltamos, no entanto, que nos opomos a localizar esse trabalho exclusivamente na reprodução social, pois essa alocação termina por invisibilizar o seu caráter efetivamente produtivo, isto é, enquanto partícipe fundamental da produção de valor e mais-valor, e, assim sendo determinado pelo *modus operandi* do capital, para o qual a divisão sexual e racial do trabalho funciona como um mecanismo que estrutura e mistifica o processo de valorização intrínseco a esses trabalhos.

A divisão sexual e racial do trabalho opera de acordo com dois princípios organizadores fundamentais: o de separação, pois cada sexo<sup>145</sup> e cada raça<sup>146</sup> é responsável por um conjunto de atividades laborais; e o hierárquico, no qual um conjunto vale – simbólica e economicamente – mais do que o outro, subalternizando-o e organizando-o de acordo com o seu próprio modo de funcionamento (GONZALEZ, 2020 [1979]; MIES, 1998 [1986]; HIRATA; KERGOAT, 1994).

---

pois é preciso recalcar a filiação material e simbólica dessa sociedade em relação aos sujeitos negros. Achille Mbembe em *A crítica da Razão negra* (2013) define o corpo negro escravizado como a “cripta viva do capital”.

145 Colocamos aqui a palavra sexo e não gênero porque essa divisão se funda em diferenças biológicas socialmente construídas e articuladas que se prestam a categorizar homens e mulheres. Todavia, não partilhamos de uma concepção que imobiliza essas diferenças.

146 Estamos utilizando a raça como um processo histórico inerente à acumulação capitalista fundamentalmente racista de outremização e fabulação tal como evocados, consecutivamente, por Toni Morisson (2006) e Achille Mbembe (2013).

# 1 O trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho

É verdade que, no capitalismo, todo trabalhador é explorado e manipulado, pois mesmo recebendo salário – o que pode dar a impressão de “justiça” –, sua remuneração oculta parte de um tempo de trabalho não pago, que gera lucro ao capitalista. É importante destacar que ser esse trabalhador assalariado significa fazer parte de um contrato social desigual, uma vez que essa é a única condição possível à sua sobrevivência.

Contudo, a diferença em relação ao trabalho doméstico – trabalho de pro(criação) e cuidados – está ligada ao fato de ele não só ser imposto às mulher(es), como também ser transformado em um atributo natural do corpo e da personalidade femininos, uma forma de afetos a partir da naturalização de valores. E, por ser identificado como um atributo natural da mulher, ao invés de ser reconhecido como trabalho, foi destinado a não ser remunerado (FEDERICI, 2019). No caso das mulher(es) negras (e das indígenas), para as quais, segundo Davis (1981), “o mito da maternidade não se estendia”, pois eram vistas apenas “como instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho” (DAVIS, 2016 [1981], p. 19), a exaltação do mito da mãe negra cumpria a função de naturalizar a feminilização e a racialização da exploração do trabalho exercido por essas mulher(es) (GONZALEZ, 2020 [1983]).

Assim, quando tratamos de conflito entre o trabalho produtivo e o trabalho dito reprodutivo, estamos falando, necessariamente, de relações de gênero e raça, uma vez que o trabalho reprodutivo tem sido historicamente atribuído às mulher(es) e tão mais às mulher(es) negras e indígenas<sup>147</sup>.

A naturalização do lugar das mulher(es) no espaço privado em decorrência do fato de as mulher(es) terem a possibilidade de parir revela uma tentativa de ancorar sobre indícios

---

147 Existe uma grande diversidade na inserção das mulheres negras e indígenas no trabalho de pro(criação) e cuidados intrínsecas às sociedades de formação colonial e também entre tais sociedades, o que demandaria um estudo detido para alcançá-las. Nesse ensaio, no entanto, buscamos, de forma mais generalizada, apontar que nessa diversidade – atravessada pelos processos de escravização e servidão, pela escravidão negra como uma instituição transatlântica, por invasões territoriais e por muitas outras questões –, mulheres negras e indígenas têm carregado o fardo do exercício desse trabalho.

biológicas relações que se explicam histórica e socialmente. De fato, os afazeres domésticos extrapolam em muitas atividades relacionadas à gestação, ao parto e à amamentação – sendo pertinente constatar que nem mesmo atividades diretamente ligadas ao corpo biológico, como a amamentação, podem ser naturalizadas como instintivas (BADINTER, 1985).

Assim, ao contrário de algo natural e espontâneo, trata-se, antes, de um labor repetitivo e extenuante, que serve, tanto quanto o trabalho assalariado cristalizado em mercadorias, para a reprodução do capital. Nesse sentido, a alienação do trabalho também aparece no âmbito privado: considera-se essa divisão de trabalho entre homem e mulher como algo naturalizado, fixo, a-histórico.

Portanto, enquanto o fetichismo da mercadoria – com seu caráter misterioso – “reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas [...]” (MARX, 2017 [1867], p. 167), a mercadoria força de trabalho sofre um duplo fetichismo. Assim como as demais mercadorias, os caracteres sociais também parecem características objetivas que lhe são naturalmente inerentes: habilidades locomotoras, linguísticas, cognitivas, sexuais etc. Embora Marx tenha, no famoso capítulo *A acumulação primitiva*, demonstrado parte das condições históricas da produção das trabalhadoras e trabalhadores assalariadas, o processo de “cercamentos” dos trabalhos de pro(criação) e cuidados, os quais são os responsáveis fundamentais pela produção social desses “caracteres”, lhe passou despercebida. E, diferentemente das demais mercadorias, por esses trabalhos serem estruturalmente exercidos de modo não assalariado, através do véu das relações de parentesco, o trabalho das mulher(es) sequer se torna valor de troca; ele é, quase que exclusivamente, extração de mais-valor. O conteúdo específico desse trabalho fetichiza a pureza dessa extração (BERG, 2020).

Para Biroli (2018), tal é a base do sistema patriarcal no capitalismo. O trabalho que exercemos sem remuneração, como aqueles relacionados à criação dos filhos e ao cotidiano das atividades domésticas, permite que os homens estejam livres

para realizar um trabalho assalariado fora de casa, ao mesmo tempo que esse trabalho doméstico, embora não resulte em um salário para as mulher(es), gera um bem precioso ao capital, a força de trabalho (MIES, 1986 [1998]; FEDERICI, 2019).

De fato, o cuidado das filhas e dos filhos participa ativamente na produção do capital, pois garante o cuidado com as futuras gerações trabalhadoras, conduzindo o seu desempenho a estar de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás das fábricas, escolas e escritórios, existe um trabalho invisibilizado de milhares de mulher(es) para garantir a produção e a força de trabalho do capital (FEDERICI, 2019).

Federici (2019) reforça o quanto o capital tenta convencer que o trabalho doméstico é uma atividade natural, para que as mulher(es) aceitem exercê-lo sem remuneração. Segundo a autora, devemos admitir que, nesse sentido, o capital tem sido bem-sucedido, pois conseguiu negar um salário ao trabalho doméstico e “transformá-lo em um ato de amor”. E, assim, obtém uma grande quantidade de trabalho gratuito, ou sub-remunerado, assegurando muitas vezes que as mulher(es) não lutem contra essa situação, aceitando-a como natural. Portanto, não se trata de um trabalho que pode ser comparado a outros, pois ele se configura como uma das formas mais sutis de violência e mais disseminadas de manipulação que o capitalismo já perpetrado contra a classe trabalhadora, sobretudo contra as mulher(es) subalternas.

A gratuidade do trabalho realizado pelas mulher(es) é definida principalmente pelo casamento e pela maternidade. Para Tiburi (2019), o romantismo existente nas relações familiares serve como forma de garantir a função do casamento e da maternidade. O casamento foi um importante meio pelo qual o trabalho gratuito das mulher(es) passa a ser caracterizado como não produtivo. Entretanto, tem seu valor econômico fora de casa, sempre abaixo do custo da força de trabalho tida como produtiva, quando atendem às necessidades de outras pessoas por meio da preparação de alimentos, lavagem de roupas, cuidado com as crianças, apoio moral e todo o trabalho sexual (BIROLI, 2018).

Nessa perspectiva, a maternidade também assume um papel bastante desigual no que se refere à divisão do trabalho, trazendo-nos consequências, como a restrição de nossa participação em outras esferas da vida – seja em relação à dificuldade para exercer o trabalho assalariado, seja nos obstáculos para atuar na vida pública e política, enquanto o homem é liberado da responsabilidade de cuidar dos filhos (BIROLI, 2018).

As creches e berçários nunca proporcionaram mais tempo para as mulher(es) cuidarem de si, e sim para trabalho adicional. Mesmo procurando um trabalho assalariado fora de casa, as mulher(es) nunca se libertaram do trabalho doméstico não remunerado, e sim enfrentam duplas ou triplas jornadas, aumentando sua sobrecarga de trabalho, o que gera consequências como menos tempo e energia para lutar contra as formas de opressão (FEDERICI, 2019).

## **2 Estatísticas brasileiras que dão (in)visibilidade**

Uma análise do percurso das discussões teóricas e pesquisas sobre o trabalho das mulher(es) no Brasil mostra que por volta da década de 60 esses trabalhos estavam centrados sobre aspectos como o ingresso ou a expulsão da força de trabalho feminilizada<sup>148</sup> do mercado de trabalho (SAFFIOTI, 2013 [1979]). Predominava um debate teórico acerca da incorporação subalterna da mulher ao trabalho produtivo capitalista. Aos poucos, essas produções começam a se ampliar, tornando-se mais sensíveis tanto a aspectos culturais e simbólicos envolvidos na opressão das mulher(es) quanto à divisão sexual do trabalho e à invisibilização do trabalho pro(criativo) feminino no espaço privado. Esse olhar mais abrangente e acurado suscitou o início do debate acerca do trabalho doméstico no país (BRUSCHINI, 1994).

Um novo rumo foi realmente tomado por volta dos anos 80 quando essas produções passaram a abordar a articulação entre o trabalho produtivo remunerado e o trabalho pro(criativo) e de cuidados, ou o que muitas vezes se entende como a difícil conciliação entre as demandas advindas do emprego e

---

148 Toda vez que utilizamos feminilizada é para reforçar que aqueles caracteres tidos como naturalmente intrínseco às mulheres, na verdade é socialmente construído.

da família. Em outras palavras, reconheceu-se, de forma cada vez mais premente, a necessidade de compreensão da interdependência entre produção e a chamada reprodução, bem como das relações sociais e culturais de gênero (BRUSCHINI, 2006).

Concomitantemente a isso, começa a acontecer, ao longo das décadas de 1970 e 1980, um movimento de reflexão e crítica com relação às estatísticas oficiais disponíveis para se aferir e detalhar a atividade econômica das mulher(es). Esses dados passaram a ser considerados insuficientes para retratar sua realidade laboral, uma vez que se centravam tão somente no trabalho remunerado, sobretudo naquele ligado à produção capitalista industrial. Dessa forma, aquelas pessoas ocupadas com pequenas produções mercantis, trabalhos parciais ou atividades domésticas não remuneradas eram relegadas à categoria de inatividade econômica. Observava-se, portanto, uma sub-representação da ocupação feminina (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009).

Com as numerosas críticas recebidas, e buscando atender a critérios sugeridos pela própria Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) – pesquisa intercensitária realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1967 – passa a fazer algumas reformulações a partir do início dos anos 1990 (DEDECCA, 1998). Uma dessas mudanças, por exemplo, atingiu o conceito de trabalho, que passou a abranger o trabalho remunerado, ou sem remuneração, bem como a produção para consumo próprio ou da família (BRUSCHINI, 2006).

A partir da PNAD de 1992, surge a categoria *trabalhador doméstico*, referente à prestação de serviço remunerado, porém excluindo o trabalho não remunerado de pro(criação) e cuidados realizado no espaço doméstico. Esse último vinha sendo aferido pela categoria *afazeres domésticos* que, no entanto, era uma das opções de resposta para aqueles que diziam não trabalhar. Também a partir de 1992, ela passa a se tornar uma questão à parte, dirigida a todos os respondentes, independentemente da situação de trabalho: “Realizou afazeres domésticos na semana de referência?” (BRUSCHINI, 2006).

Na PNAD de 2001, um acréscimo bastante significativo é feito: passa-se a questionar “Quantas horas dedica normalmente

por semana aos afazeres domésticos? ” a quem tenha respondido afirmativamente à pergunta sobre haver desempenhado afazeres domésticos na semana anterior. A partir dessa importante alteração, vários estudos têm sido realizados (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007; BRUSCHINI; RICOLDI, 2009; GAMA, 2014; dentre outros) e têm lançado luz sobre a real situação do trabalho feminino, particularmente aí onde ele é exercido quase exclusivamente pelas mulheres: o trabalho doméstico dito reprodutivo e não remunerado.

A definição de afazeres domésticos utilizada pela PNAD inclui as seguintes atividades: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar menores moradores. Essa definição tem sido alvo de contestações uma vez que não leva em consideração, por exemplo, o cuidado de pessoas idosas na família ou pessoas adultas com deficiências incapacitantes (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009). Bruschini, já em 1990, propunha uma definição consideravelmente mais ampla para o trabalho doméstico, que agrupava atividades em bloco, porém não de forma hierarquizada:

1. tarefas relativas aos cuidados com a moradia, espaço no qual se passa a vida familiar cotidiana;
2. tarefas de alimentação e higiene pessoal, como cozinhar, lavar pratos e outros utensílios, costurar, lavar e passar roupas;
3. prestação de serviços físicos e psicológicos aos membros das famílias, assim como o cuidado com as crianças, os idosos e os incapacitados da família;
4. administração da unidade doméstica, com atividades que vão desde o pagamento de contas até a administração do patrimônio, bem como a aquisição dos bens de consumo necessários para a casa e a família;
5. manutenção da rede de parentesco e de amizade, que reforçam laços de solidariedade e de convivência. (BRUSCHINI, 1990, p. 97).

Apesar da definição restritiva, as diferenças saltam aos olhos. Os dados da PNAD de 2014 (IBGE, 2015) mostram que 51,3% dos homens ocupados disseram ter realizado afazeres domésticos na semana anterior e, entre os que disseram haver realizado, a média do tempo de dedicação a essa atividade foi de 10h. Já entre as mulher(es) ocupadas, 90,7% disseram haver realizado atividades domésticas na semana anterior à pesquisa e a média foi 21,2h dedicadas a elas, ou seja, mais que o dobro.

Quando se considera apenas o trabalho produtivo remunerado, a média de horas trabalhadas pelas mulher(es) é inferior à média de horas dos homens. No entanto, quando se soma o número de horas de trabalho doméstico não remunerado, a carga horária semanal de trabalho feminino excede a dos homens. Em média, o número de horas trabalhadas em uma atividade remunerada foi de 35,5h para as mulher(es) e 41,6h para os homens em 2014; somando esse número ao de horas dedicadas aos afazeres domésticos, temos um total de 56,7h para as mulher(es) e 51,6h para os homens. Essa relação se mantém para qualquer faixa etária, em qualquer situação socioeconômica, em qualquer região geográfica. Em outras palavras, independentemente das condições, as mulher(es) que exercem atividade remunerada, em média, sempre trabalham mais do que os homens (IBGE, 2015).

Dados da pesquisa “Estatísticas de gênero – indicadores sociais das mulheres no Brasil”, realizada em junho de 2018, pelo IBGE, seguem apontando na mesma direção: as mulher(es) trabalham cerca de três horas a mais por semana do que os homens, combinando os afazeres domésticos, trabalho assalariado e cuidado de pessoas. Além disso, o desemprego ainda é maior entre nós, assim como as diferenças de rendimentos em relação aos homens, chegando a recebermos cerca de 3/4 a menos (IBGE, 2018).

Apesar dessas importantes mudanças na apuração censitária, o trabalho doméstico ainda consta na categoria da inatividade econômica, o que vem sendo questionado por inúmeras autoras (BRUSCHINI, 2006; MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007; MEDEIROS; PINHEIRO, 2018). Afinal, ao mais-valor extraído do trabalhador, deve-se acrescentar o valor produzido pelo

trabalho doméstico não pago. Se o salário do empregado é o seu valor de troca – ou seja, o tempo socialmente necessário para sua re(produção) –, seria coerente contabilizar aí o valor da força de trabalho que realiza o trabalho de produção da mercadoria força de trabalho de modo não remunerado, invisível, porém imprescindível para o fazer-se da classe trabalhadora, e das classes dirigentes e proprietárias.

### **3 As mulher(es) no mundo do trabalho “produtivo”**

Antunes (2003) ressalta que a inserção da mulher no sistema capitalista é marcada por uma dupla opressão: a opressão do sistema em si e a opressão da divisão sexual do trabalho, que a coloca em um lugar de subordinação aos homens. As mulher(es), ao mesmo tempo em que participam da produção capitalista a partir de um lugar subordinado, estão ativamente envolvidas com a produção da vida.

Importante destacar, aqui, a dimensão racial, ao refletirmos sobre o quanto, desde a época da escravidão, as mulher(es) já sofriam discriminação de gênero. Mesmo sendo vítimas, tanto quanto os homens negros escravizados, das terríveis consequências da escravidão, as mulher(es) negras, e as indígenas, ainda eram vítimas de abusos sexuais. Para Davis (1981), o estupro era “uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (p. 20), configurando-se em uma importante instituição de coerção da força de trabalho feminilizada e não remunerada. Instituição que teve seu apogeu na escravidão, mas que permanece vigente na coerção e no disciplinamento do trabalho não assalariado das mulher(es).

Mulher(es) escravizadas eram obrigadas a trabalhar na lavoura mesmo grávidas, amamentando ou com crianças de colo, pois, para os proprietários de terras, a produção da força de trabalho não podia ser interrompida. Algumas precisavam levar os seus bebês aonde iam e os deixavam deitados ao lado do local onde “trabalhavam”; outras deixavam seus filhos com escravizadas mais velhas que já não conseguiam fisicamente realizar o trabalho na lavoura. Além disso, havia ainda muitas

que chegavam ao fim do dia com as mamas doloridas e cheias por não poderem amamentar, sendo sujeitas a chicotadas, caso não cumprissem a meta diária do trabalho agrícola (DAVIS, 2016 [1981]). Concomitantemente ao trabalho nas lavouras e nas casas dos senhores, as mulher(es) negras, especialmente com o fim formal do tráfico de pessoas escravizadas, foram forçadas a produzirem a força de trabalho futura, ao mesmo tempo que foram impedidas de vivenciarem a maternagem de suas filhas e filhos, enquanto eram amplamente mobilizadas para o cuidado das crianças brancas.

Lélia Gonzalez, em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983), analisa a posição estrutural que as mulher(es) negras ocuparam enquanto trabalhadoras, pilares materiais e simbólicos da formação social do país, posição essa denegada pela neurose brasileira, racista e sexista. Nesse ensaio, ela demonstra como a mucama se metamorfoseia, na sociedade contemporânea, em três dimensões laborais basilares, todavia invisíveis: a mãe negra – a *bá* a doméstica e a mulata; dimensões essas que articulam os trabalhos de criação, cuidado e sexo sub-remunerados no mercado de trabalho remunerado e que são majoritariamente exercidos por mulher(es) negras e indígenas. Portanto, é bastante evidente que, nos países de formação colonial, as mulher(es) colonizadas sempre estiveram presentes no mercado de trabalho, sendo mesmo impedidas de vivenciarem a vida doméstica que pautou a definição de feminilidade padrão do patriarcado capitalista. O mesmo podemos dizer das mulher(es) da classe trabalhadora, que compõem as filas do proletariado desde a gênese da produção capitalista: “A mulher do povo teve de trabalhar desde sempre.” (LUXEMBURGO, 1985 [1912], p. 493), sendo mobilizadas para o rebaixamento do custo da força de trabalho – tal como as crianças e a população imigrante – como veremos mais adiante.

O ingresso maciço das mulher(es) brancas das classes médias no mercado de trabalho, advindo da industrialização, gera uma enorme oferta de força de trabalho feminina. Relatos do início do século XX ao redor do mundo falam das revoltas de homens trabalhadores com relação à contratação de trabalhadoras, alegando que estas puxavam os salários para

baixo, como se se tratasse de uma culpa inerente à mulher e não que esta fosse vítima de uma exploração ainda maior que a dos homens operários (GOLDMAN, 2014). Esse ingresso, por outro lado, causou um recrudescimento das tensões entre trabalho e vida familiar, pois a mulher vai para o espaço público ocupar-se de funções assalariadas, mas segue associada às atividades de pro(criação) e cuidados no espaço privado. A inserção das mulher(es) das classes médias no mercado produtivo assalariado surge, portanto, como um problema – afinal, quem cuidaria da casa?

No Brasil, as desigualdades raciais e entre classes sociais informam as soluções dadas para esse conflito. A entrada no mercado de trabalho das mulher(es) da classe média gera um enorme número de empregos precarizados àquelas negras e pobres: o emprego doméstico. De fato, o trabalho doméstico remunerado é uma das principais ocupações da trabalhadora brasileira, especialmente da trabalhadora de cor preta ou parda (NASCIMENTO; CABRAL; CERQUEIRA, 2019). Perpetua-se a divisão sexual e racial e marca-se, pelo estigma da precarização, a localização das mulher(es) no mercado de trabalho, ainda que avanços na legislação trabalhista sobre o trabalho doméstico tenham tentado amenizar o cenário.

O acesso da mulher ao mercado de trabalho capitalista, portanto, foi marcado pela instauração da divisão sexual e racial do trabalho, uma vez que outra mulher – na maioria das vezes, negra e das parcelas mais precarizadas da classe trabalhadora – é chamada a desempenhar essas funções. Esse fenômeno foi denominado maternidade transferida por Suely Costa em 2002 (COSTA, 2002), termo que, ao passo que destaca as desigualdades raciais e de classe entre as mulheres, naturaliza o cuidado dos filhos como sendo uma função feminina, sem questionar a ausência masculina e estatal. De fato, a tensão entre trabalho e vida familiar não é vista por outros atores – como homens, instituições e Estado – como um problema que lhes diga respeito. Particularmente, o Estado não se vê compelido a pensar políticas sociais que possibilitem a conciliação entre trabalho e vida familiar, sugerindo, por sua omissão, que essa é uma tarefa a ser resolvida no âmbito de cada família, em que,

sabemos, recairá sobre as mulher(es) (COSTA, 2002; GAMA; ROCHA; ALCÂNTARA, 2017).

Outro indício de que o ingresso das mulher(es) da classe média no mercado de trabalho não representou mudanças na divisão sexual do trabalho é o fato de que os setores que têm maior concentração de força de trabalho feminina são aqueles de prestação de serviços ligados ao cuidado, entendido de modo mais amplo, podendo ser destacadas ocupações como professoras, nutricionistas, técnicas de enfermagem, recepcionistas e secretárias (FERNANDES *et al.*, 2019). Assim, o segundo trabalho não apenas aumenta a exploração do trabalho feminilizado, como também reproduz o papel social feminino, uma vez que grande parte dos trabalhos executados pelas mulher(es) fora de casa são semelhantes às condições de donas de casa, o que dificulta à mulher perceber em que ponto começa e termina o trabalho, assim como em que ponto começam os próprios desejos (FEDERICI, 2019).

Como dissemos, o acesso de mulher(es) ao mercado de trabalho é marcado pela precarização, uma vez que é visto como uma força de trabalho secundária, o que inicialmente foi associado à escolarização e à qualificação usualmente mais baixas. Contudo, esses índices se modificaram sem que fosse atingida a igualdade salarial entre homens e mulheres. A população feminina sofre com salários mais baixos que os homens, independentemente da classe social ou categoria profissional, ainda que disponha de uma escolarização igual ou superior à do homem (BRUSCHINI, 2006; MAIA; SOUZA; 2019).

Com a reestruturação produtiva em vigor nas últimas décadas, as mulher(es) são vistas como mais adaptáveis às demandas desse processo, por exemplo, com o trabalho parcial ou temporário, a informalidade, salários inferiores etc. No Brasil, a situação se torna ainda mais dramática para as mulher(es) devido aos retrocessos na legislação trabalhista, que tiveram seu ápice na Reforma Trabalhista de 2019.

É possível notar, portanto, um grave problema no mercado de trabalho ligado ao preconceito e à discriminação do gênero feminino. Foi apenas na década de 1940, por meio do Artigo 394, que os direitos trabalhistas das mulher(es) grávidas foram garantidos a partir da

Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), destacando a mínima proteção da gestante e seu conceito. Por outro lado, acredita-se que o direito à licença maternidade, que oferece à mulher o seu afastamento do trabalho por pelo menos 120 dias com a remuneração integral, seja um dos principais motivos para a discriminação de gênero, fazendo com que a contratação de mulher(es) seja vista como um prejuízo (FERNANDES et al., 2019).

Nesse sentido, é importante refletir que, mesmo com os avanços legislativos para a garantia de direitos das mulher(es) no mercado de trabalho, o não investimento em políticas públicas que visem à igualdade de gênero – como o aumento da licença paternidade para um período, senão equivalente ao da mãe, ao menos maior do que o atual –, contribuem para a sobrecarga de trabalho das mulher(es) e as desigualdades de gênero, reforçando a ideia do papel da mulher como responsável e cuidadora da família e do lar.

## **4 Gestar, parir e cuidar na produção de mais-valor**

De acordo com a divisão sexual e racial do trabalho, tal como se desenvolve no modo de produção capitalista, produção e re(produção) sociais têm sido vistas como âmbitos separados e hierarquizados do trabalho humano. A análise marxiana da sociedade capitalista, majoritariamente, centrou-se na produção social. Em que consistiria, nesses termos, o trabalho produtivo para o capital?<sup>149</sup>

Segundo Marx (2013[1867]), o trabalho produtivo para o capital é aquele que, ao mesmo tempo, é trabalho assalariado e produz mais-valor (seja direta ou indiretamente). Essa definição

---

149 Ressaltamos, contudo que trabalho produtivo para Marx, socialmente produtivo, é antípoda do trabalho produtivo ao capital, em suas palavras, “se considerarmos o processo inteiro do ponto de vista do seu resultado, do produto, tanto o meio como o objeto do trabalho aparecem como meios de produção, e o trabalho aparece como trabalho produtivo.” (MARX, 2013 [1867], p. 258). O trabalho socialmente produtivo é, portanto, a atividade vital em sua pluralidade de conteúdo. É o modo de produção capitalista, sua necessidade de reprodução ampliada, que, segundo Marx, estreita o conceito de trabalho produtivo (idem, p. 578), subsumindo a multiplicidade dos seus conteúdos à necessidade imperativa da extração e da realização do mais-valor.

tem sido questionada por importantes feministas marxistas<sup>150</sup> e pela epistemologia negra. Ambas questionam o assalariamento como condição à extração do mais-valor. Nesse ensaio, seguimos essas trilhas em um diálogo com Marx; vejamos, assim, a passagem a seguir:

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias primas para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se o seu corpo estivesse possuído de amor. (MARX, 2013 [1867], p. 271).

Marx está, nessa passagem, se referindo ao processo de valorização por meio da produção do capital constante, isto é, do trabalho objetivado. Segundo Marx, a formação do capital depende da mediação desse equivalente abstrato que é o dinheiro. É nessa passagem em que a produção de mercadorias (M) passa a ser comandada pelo acúmulo de dinheiro (D). Nos *Manuscritos de 44*, Marx afirma que o trabalho sob a égide da propriedade privada “decompõe-se em si e no salário. O trabalhador mesmo [como sendo] um capital, uma mercadoria.” (MARX, 2004 [1844], p. 98). E quanto à produção desse capital e dessa mercadoria, isto é, do trabalho vivo, portador da força de trabalho?

Enquanto a formação do capital constante encontra-se no polo da produção, a formação (ou fazer-se?) do capital variável foi lançada ao polo da re(produção). Assim, a produção da força de trabalho é concentrada pelas mulher(es) em suas distintas posições e condições e tão mais quanto ocupem posições subalternizadas. Mulher(es) negras, indígenas, imigrantes, camponezas, periféricas formam a massa proletária dessa robusta e invisível fábrica do capital variável, fábrica de gente a vender-se, tão logo seja possível, para retirar o capital constante da inércia e transformá-lo em um monstro vivo.

---

150 Ver *Patriarchy & Accumulation on a World Scale: women in the International division of labor* (1986), de Maria Mies.

A oposição entre trabalho produtivo e reprodutivo, que se torna mais robusta no pós-obra marxiana – em Marx, a principal oposição é entre trabalho produtivo e improdutivo ao capital –, aparece comumente da seguinte forma: o primeiro é tido como aquele realizado fora do espaço doméstico, é remunerado e gera mais-valia, ao passo que aquele tido reprodutivo é realizado dentro do espaço doméstico, não é remunerado e, à primeira vista, não gera mais-valia. No entanto, a produção do valor e mais-valor no mundo do trabalho remunerado só é possível por meio da produção da mercadoria essencial, a força de trabalho. Marx lança um olhar para essa produção ao tratar da lei da população, percebida pelo autor como condição estrutural para a acumulação ampliada do capital.

A lei da população é uma tentativa de Marx de apreender população enquanto uma categoria total, capaz de trazer uma síntese de múltiplas determinações, indo além “de uma representação caótica do todo” (MARX, 2011 [1858], p. 54) que seria inerente às análises econômicas da Economia Nacional. Por conseguinte, é um esforço de ter nela uma expressão do movimento do real. Entretanto, há uma considerável descon sideração do efetivo caráter ativo das mulher(es) no ser dessa categoria (FEDERICI, 2017). E ao nos desconsiderarmos enquanto sujeitos basilares à lei da população, Marx não termina reproduzindo uma lei vazia e caótica? É bem verdade, porém, que não o faz sem um certo embaraço que parece saltar às páginas e que não deixa de oferecer pistas preciosas à centralidade da pro(criação) e à acumulação capitalista.

Sugerimos que acompanhem as relações que o autor estabelece entre população e acumulação, bem como algumas das críticas que lhe foram feitas. Vejamos:

Assim, com a acumulação de capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária. Essa lei de população é peculiar ao modo de produção capitalista, tal como, de fato, cada modo de produção particular na história tem suas leis de população particulares, historicamente válidas. Uma lei abstrata de população só é válida para plantas e os animais e, ainda assim,

apenas enquanto o ser humano não interfere historicamente nesses domínios. (MARX, 2017 [1867], p. 706-707).

A lei da população consiste, de tal modo, no fato de que, ao produzir um excedente crescente, na forma de capital constante, isto é, meios de produção e de subsistência, faz-se necessário que a classe trabalhadora produza a si mesma, por meio da pro(criação), de modo ampliado. Marx, contudo, aponta o caráter social dessa necessidade; ainda que a esfera biológica seja imprescindível à sua realização, ela é uma atividade social e, nesse caso, funda-se na peculiaridade da produção capitalista. Em resumo: a necessidade de ampliação, em números – superpopulação absoluta –, da classe trabalhadora é inerente à forma de acumulação do capital e conforma uma lei particular de população.

Ainda que a superpopulação absoluta em si – o aumento em número de trabalhadoras – pela pro(criação) seja a base de que o capital não pode prescindir, a efetivação da acumulação ampliada está, necessariamente, atrelada ao seu poderio em manobrar a superpopulação relativa, isto é, aquela que irrompe pela dinâmica entre aumento da extração de mais trabalho do capital variável empregado e o conseqüente adensamento do exército de reserva.

O capital cria a superpopulação relativa por meio do controle da jornada de trabalho, das revoluções técnicas e do rebaixamento do preço da força de trabalho, ao substituí-la por outra mais barata: “[...] com capital do mesmo valor, compra mais forças de trabalho ao substituir progressivamente trabalhadoras mais qualificadas por menos qualificadas, maduros por imaturos, masculinos por femininos ou adultos por adolescentes ou infantis.” (*Idem*, p. 711).

Lélia Gonzalez, em *Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguístico e políticos da exploração da mulher* (2020 [1979]), traz uma perspectiva feminista decolonial<sup>151</sup> da lei da popula-

---

151 Utilizamos decolonial em um sentido amplo, enquanto articulação entre teoria e prática de resistências à colonização e aos seus desdobramentos empreendida por mulheres e homens colonizados, tal como tem sido desenvolvido por Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020). E dialogando com os sentidos que Françoise Vergès confere à política feminista decolonial: “Essa corrente desenvolveu uma multiplicidade de práticas, experiências e teorias. [...] Esse movimento, de feministas decoloniais, não surpreendentemente provoca

ção, a partir da leitura do argentino José Nun: a existência de uma massa marginal, contingente supérfluo à acumulação de tipo monopolista, que pode ser “descartado”, entre outras palavras, pode ser genocidado. Contingente esse majoritariamente feminino e negro, constitui-se em uma dimensão estrutural à formação do capitalismo brasileiro, impactando de modo axial a extração de mais-valor. Esse aspecto se desdobra em exploração e invisibilidade ainda mais profundas dos trabalhos de pro(criação) e cuidados exercidos no *locus* dessa massa marginal. Não por acaso, o exercício da maternidade continua sendo roubado das mulher(es) negras e indígenas, enquanto essas concentram o trabalho sub-remunerado de criação e cuidados das crianças das classes médias e burguesas. Nesse caso, esse contingente populacional é expulso da superpopulação e transposto à massa marginal: aos trabalhos que pretensamente não produzem mais-valor, estando abaixo do custo normal da força de trabalho assalariada, sendo o trabalho doméstico emblemático nesse contexto.

Nesse contexto, a crítica de Rosa Luxemburgo a Marx é pioneira ao dar centralidade às formas não assalariadas de trabalho e às relações não capitalistas, percebendo-as enquanto basilares à extração e à realização ampliadas do mais-valor. Ela desenvolve sua tese de *A acumulação de Capital* (1912) tomando como partida uma questão na qual retornaremos, mas que, por ora, é preciso indicar. Marx propõe uma abstração em o *Capital*, na qual as categorias serão desenvolvidas dentro da exclusividade da relação capital/trabalho (assalariado). A acumulação estaria, portanto, atrelada à superpopulação absoluta e, necessariamente, à superpopulação relativa, ambas imanentes ao modo de produção capitalista; não obstante, sem que fundamente a construção categorial, as relações com formas tidas como não capitalistas são recuperadas pelo autor em vários momentos. Luxemburgo questiona a dependência exclusiva

---

uma reação violenta nos heteropatriarcados, nas feministas do Norte e nos governos. Foi no Sul global que ele se desenvolveu, reativando a memória das lutas feministas precedentes, nunca perdidas porque nunca foram abandonadas, apesar dos terríveis ataques sofridos” (VERGÊS, 2020, p. 35 e 36).

que, como vimos, Marx, de fato, estabelece entre acumulação e lei da população. Vejamos a crítica:

Nesse caso, o aumento do capital variável se restringe única e simplesmente à multiplicação biológica ou natural da classe operária, já submetida ao capital. [...] O crescimento vegetativo da classe operária não se ajusta nem temporal nem quantitativamente às necessidades súbitas de expansão do capital, como o próprio Marx demonstra com tanto brilho. Se o crescimento vegetativo da classe operária fosse a única base para os movimentos do capital, ele excluiria a marcha da acumulação em suas alternâncias periódicas [...]. O exército industrial de reserva não pode constituir-se a partir do crescimento vegetativo do proletariado assalariado capitalista. Ele tem de possuir outros reservatórios sociais, de onde lhe aflua a força de trabalho [...]. (LUXEMBURGO, 1985 [1912], p. 248).

A autora afirma, assim, que o crescimento “vegetativo” não poderia ajustar-se às necessidades da acumulação. Ainda que assinale veementemente, as razões que impedem tal ajustamento temporal e quantitativo do crescimento populacional – por meio da pro(criação) – não recebem maiores atenções. Luxemburgo conclui: o capital não pode seguir acumulando se não extrair esse incremento populacional de formas de vida não capitalistas. Federici, por outro lado, radicaliza esse argumento, concordando com o lugar central que Marx confere ao acréscimo populacional, à formação e à efetivação da acumulação; todavia, rechaça a cristalização desse processo real, fundamentando o caráter ativo das mulher(es), enquanto sujeitos responsáveis pela atividade pro(criativa):

Na realidade, as mudanças na procriação e na população estão tão longe de ser automáticas ou “naturais” que, em todas as fases do desenvolvimento do capitalista, o Estado teve que recorrer à regulação e à coerção para expandir ou reduzir sua força de trabalho. [...] o Estado não poupou esforços na sua tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando ou em que quantidade as crianças deveriam nascer. Como resultado, as mulheres foram forçadas frequentemente

a procriar contra sua vontade, experimentado uma alienação de seus corpos, de seu “trabalho” mais profunda que a experimentada por qualquer outro trabalhador (MARTIN, 1987, p. 19-21). Ninguém pode descrever, de fato, a angústia e o desespero sofridos por uma mulher ao ver seu corpo se voltando contra si mesma [...] (FEDERICI, 2017, p. 180).

Ao não perceber as mulher(es) enquanto sujeitos históricos, afirma Silvia, tomando sua capacidade “reprodutiva” como dado biológico que se modifica automaticamente de acordo com as necessidades sociais, Marx invisibiliza a potência criativa e ativa da pro(criação). Ele termina por obscurecê-la enquanto condição ativa e, portanto, passível de resistência pelos indivíduos que a protagonizam, ao mesmo tempo que é apagada a radicalidade do estranhamento que as mulher(es) trabalhadoras experimentamos na perda da autonomia de nossos corpos ao submeter-nos à lei da população.

É assim, portanto, que Marx pôde chegar à seguinte conclusão:

Tal crescimento, tão lento quanto o progresso da acumulação do capital – se comparado com o da época moderna –, chocava-se com barreiras naturais da população trabalhadora explorável, as quais só podem ser removidas pelos meios violentos que mencionaremos mais tarde. (*Op. cit.*, p. 708).

E, ainda assim, na análise das condições históricas concretas desses meios violentos sobre os quais o capital se edificou, realizada no capítulo que segue – *A assim chamada acumulação primitiva* –, não trata da expropriação particular, todavia múltipla, à qual as mulher(es) fomos submetidas. De fato, Marx ignora a centralidade ativa, as resistências e o processo violento e violador pelo qual as mulher(es) fomos condenadas à submissão pela acumulação primitiva<sup>152</sup> e que se mantiveram nas bases da realização da acumulação ampliada. Mas também é bem verdade que ele confere à atividade pro(criativa) caráter

---

152 Ver Silvia Federici, *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017).

histórico e ativo determinante à acumulação, não a lançando aos porões da determinação biológica.

No entanto, embora Marx perceba o caráter fundamental da lei da população para a reprodução ampliada do capital, que é essencialmente produtiva, concebendo-a enquanto atividade social, ele não vincula a produção da força de trabalho, realizada majoritariamente pelas mulher(es), às teorias do valor e mais-valor. No decorrer do século XX, o trabalho de pro(criação) e cuidados foi transposto à esfera da reprodução, e, a despeito das críticas de algumas feministas marxistas, quase que consensualmente percebido, pelos marxismos, como trabalho não produtivo ao capital.

Nesse ensaio, tentamos oferecer algumas pistas desse caráter produtivo dos trabalhos de pro(criação) e cuidados ao capital.

## **Considerações finais**

Consideramos que a vida das mulher(es) é produtiva ao capital em toda a sua existência, ainda que de diferentes modos ao longo da história e de acordo com as condições e posições sociais que ocupam. Nessa perspectiva, destacamos o quanto a classe social, a raça/etnia, a idade, a sexualidade, entre outras tantas formas de opressão e exploração, têm como raiz principal o capitalismo, sendo preciso fazer uma análise de modo interseccional desse processo de expropriação produtiva de seus trabalhos. Buscamos demonstrar que a expressão “quem pariu que embale” expressa um longo e permanente processo de expropriação de trabalho não pago das mulher(es), de extração de mais-valor em uma pureza e opacidade maestrais, bem como a transferência da maior parte dos custos da produção da mercadoria força de trabalho para nós, as mulheres, proletárias da grande fábrica doméstica.

## Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (org). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica: 2020.

BERG, Tábata. Ser-outra: algumas inversões teóricas sob uma perspectiva feminista e decolonial. **Izquierdas**, Santiago, n. 50, fev./mar., 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdade**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Vértice, FCC, 1990.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 17-32, 1994.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 93-123, 2009.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Estudos feministas**, v. 10, n. 2, p. 301-323, dez. 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEDECCA, Claudio Salvatore. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: síntese metodológica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 103-114, 1998.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017 [2004].

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019 [2012].

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e a caça às bruxas**: da idade média aos dias atuais. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, Maria Neyrian de Fátima et al. Assédio, sexismo e desigualdade de gênero no ambiente de trabalho. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 237-253, jun. 2019. Disponível em: <https://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/615>. Acesso em: 01 jul. 2020.

GAMA, Andréa de Sousa. **Trabalho, Família e Gênero**: Impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2014.

GAMA, Andréa de Sousa; ROCHA, Lia de Mattos; ALCANTARA, Karolyne Romero. Percepções sobre o papel das políticas públicas relacionadas às tensões entre trabalho e responsabilidades familiares. **Em Pauta** (Rio De Janeiro), v. 15, n. 29, p. 106-128, 2017.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e revolução**: política familiar e vida social soviéticas 1917-1936. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Lélia Gonzalez: Por um feminismo afrolatino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Lélia Gonzalez: Por um feminismo afrolatino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Estudos feministas**, v. 2, n. 1, p. 93-100, 1994.

IBGE. **Estatísticas de Gênero**: Uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**. n. 3. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em: 19 dez. 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985 [1912].

MBEMBE, Achille. **A crítica da Razão Negra**. 1. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018 [2013].

MAIA, Katy; SOUZA, Solange de Cassia Inforzato (orgs.). **Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor nas regiões brasileiras**. Londrina: Eduel, 2019. *E-book*.

MARX, Karl. **Os manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011 [1857-58].

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, Livro I, 2017 [1867].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845/1846].

MEDEIROS, Marcelo; PINHEIRO, Luana Simões. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 159-185, abr. 2018.

MELO, Hildete Pereira; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; SABBATO, Alberto Di. Os Afazeres Domésticos Contam! **Economia e Sociedade**, v. 31, p. 168-185, 2007.

MIES, Maria. **Patriarchy & Accumulation on a World Scale**: women in the international division of labor. New York: Zed Book, 1998 [1986].

MORISSON, Toni. **A origem dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NASCIMENTO, Elaine Cristina; CABRAL, Fabio Pereira; CERQUEIRA, Lucas Santos. A interseccionalidade de raça e gênero no acesso ao mercado de trabalho: uma breve análise dos dados do IBGE Ano Base 2016. **Diversidade e Educação**. v. 7, n. Especial, p. 68-83, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: Mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1978].

VERGÈS, Fraçoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.e soja



## CAPÍTULO 10

# 10 HOME OFFICE EM TEMPOS DE PANDEMIA: QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE MENTAL DAS MULHERES DOCENTES?

Isabella de Sousa Maio<sup>153</sup>

Edith França de Carvalho<sup>154</sup>

Bruna Pinto Martins Brito<sup>155</sup>

## Introdução

**E**m 11 de março de 2020, o diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS/WHO), Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou a situação de pandemia de COVID-19, causada pelo Novo Coronavírus (Sars-Cov-2) (WHO, 2020). Entendemos esta situação tal como definido por Rezende (1998, p. 53):

O conceito moderno de pandemia é o de uma epidemia de grandes proporções, que se espalha a vários países e a mais de um continente, Exemplo tantas vezes citado é o da chamada “gripe espanhola”, que se seguiu à I Guerra Mundial, nos anos de 1918-1919, e que causou a morte de cerca de 20 milhões de pessoas em todo o mundo.

Vivenciar uma situação de pandemia implica em considerar que as pessoas se encontram suscetíveis ao vírus Sars-Cov-2, mas em termos de vulnerabilidade, há distinções a serem consideradas. Por isso, é importante marcar que “não estamos

---

153 Assistente social e mestranda em Saúde Pública ENSP/Fiocruz. E-mail: isabellaamaio@gmail.com.

154 Psicóloga, especialista em Direitos Humanos e saúde e mestranda em Saúde Pública ENSP/Fiocruz. E-mail: edith.fcarvalho@gmail.com.

155 Professora Adjunta do curso de Psicologia de Campos dos Goytacazes da Universidade Federal Fluminense. Membro do GT Mulheres na ciência/UFF. Membro do grupo de pesquisa LAPSO (Laboratório de Psicanálise de Orientação Lacaniana/CNPq), Membro do GT da ANPEPP Psicanálise em Redes, Membro da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme). E-mail: brunapmbrito@gmail.com.

no mesmo barco”, posto que precisamos considerar em nossos estudos a indissociabilidade das categorias gênero, raça e classe (AKERMAN; PINHEIRO, 2020). Logo, refletir sobre os efeitos da pandemia se faz a partir da interseccionalidade.<sup>156</sup> Neste artigo apresentaremos dados iniciais sobre nossa pesquisa<sup>157</sup> que versa sobre os efeitos da pandemia na saúde mental das mulheres trabalhadoras no campo da educação do ensino superior público<sup>158</sup>. No cenário brasileiro, vários artigos de jornais denunciam a sobrecarga diária das mulheres ao tentarem conciliar as atividades de trabalhos domésticos e atividades profissionais e, para algumas, acrescentam-se os cuidados com filhos (RAMÍREZ, 2020; GARCIA, 2020; STEPHAN, 2020; RAMIRES, 2020). Entretanto, salientamos que essa sobrecarga feminina é anterior ao momento atual e o que se desvela é um agravamento neste cenário (GÊNERO E NÚMERO; SOF, 2020). No que diz respeito ao campo da docência, dados recentes comprovam que a produtividade acadêmica dos homens aumentou na medida em que a das mulheres diminuiu (PARENT IN SCIENCE, 2020). Sabemos que a desigualdade de gênero no trabalho não é novidade. Mas, quais os efeitos da pandemia frente a esta desigualdade? Mais ainda, quais as consequências para a saúde mental das mulheres docentes?

Sabemos que esta pandemia impôs um novo ritmo de trabalho e uma postura diferenciada nas relações neste campo. Para diminuir o risco de contágio, as aulas nas universidades

---

156 A interseccionalidade é entendida como um conceito que “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2019, p.14).

157 Refere-se à pesquisa intitulada “HOME OFFICE EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ESTUDO SOBRE A SAÚDE MENTAL DE MULHERES DOCENTES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS”, submetido à apreciação e aprovada pelo Comitê de ética e pesquisa (CEP-Humanas da UFF) em dezembro de 2020.

158 Considerando a diversidade na realidade da educação no ensino superior público e privado, as autoras optaram pelo recorte da relação do trabalho de mulheres docentes em universidades públicas. É preciso demarcar a relevância de nossa investigação posto que há poucas publicações disponíveis sobre esta questão que se apresenta no cotidiano das docentes das universidades públicas brasileiras, revelando a necessidade da realização de mais pesquisas e estudos sobre esta temática.

públicas, institutos e faculdades foram suspensas desde março de 2020<sup>159</sup>. Inicialmente com uma expectativa de retorno breve, que não se concretizou. Com o passar do tempo, devido ao aumento exponencial dos índices de contaminação no território brasileiro, a crise sanitária conduziu a uma reestruturação das atividades educacionais. Aos poucos, esta expectativa do retorno às aulas e ao trabalho presencial foi sendo substituída pela conformação com o “novo normal”. Desta forma, se inscreve visivelmente à sociedade uma parte do trabalho das docentes que sempre foi invisível: o *home office*. No entanto, muitos desafios se impõem neste cenário: espaço físico que cada docente dispõe em suas casas, as demandas de produtividade que se mantiveram e, adicionadas a isso, soma-se a carga dos trabalhos domésticos e cuidados com a família o que tradicionalmente, no modelo de sociedade patriarcal em que vivemos, são tarefas designadas às mulheres. Antes de discorrer sobre o tema principal deste texto e para balizar esta discussão, é preciso trazer algumas discussões introdutórias sobre a centralidade do trabalho na vida humana e a relação das mulheres com o trabalho.

## 1 O trabalho e a sua centralidade

Para compreendermos através de uma perspectiva de totalidade de que forma o *home office* impacta na vida e no trabalho das mulheres docentes, precisamos apreender a importância da categoria trabalho. Para isso, recorreremos à teoria marxista para explicar o trabalho na sua essência e captar as suas relações com o gênero.

Para Marx, o surgimento da espécie humana não foi desencadeado por uma mera evolução biológica, mas, sim, a partir de uma ruptura com os mecanismos naturais, desenvolvendo um novo tipo de ser: o ser social, que realizava atividades de forma coletiva como alternativa de sobrevivência e unia seus esforços para extrair da natureza aquilo que era importante para sua reprodução. É “através do trabalho que a humanidade

---

159 Até a finalização deste artigo, em janeiro de 2021, as aulas nas universidades públicas permaneciam na modalidade remota.

se constitui como tal” (NETTO, BRAZ, 2012), é ele, portanto, o fundante do ser social, o que nos difere dos demais animais, o que nos humaniza:

[...] foram Marx e Engels quem pioneiramente nos trouxeram a concepção de que o trabalho é que funda as condições de existência material e espiritual do homem. Na sua origem, ao transformar a natureza para responder às suas necessidades, o homem também se transforma. (MATOS, 2013, p. 20).

Assim, o trabalho expressa o potencial criativo dos seres humanos, é através dele que mulheres e homens transformam a natureza através de instrumentos e meios e, dialeticamente, por ela é transformado (MARX, 2011). Inegavelmente, a construção e consolidação desse novo ser não aconteceu de forma rápida.

Marx nos revela em sua obra que todo trabalho visa atender uma necessidade básica humana, isto é, possui um valor de uso. Na sociedade capitalista, este trabalho, que possui valor de uso, torna-se mercadoria com um valor de troca específico, ou seja, um trabalho, que atende uma necessidade humana, passa a ser trocado por outra coisa de mesmo valor ou por uma determinada quantidade de dinheiro. Nas palavras de Marx:

O valor de troca aparece, de início, como uma relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria [...]. (MARX, 1988, p. 46).

Portanto observamos que o capitalismo deturpa e limita o potencial do trabalho, pois nesse sistema produtivo tudo vira mercadoria. Dessa maneira, a trabalhadora realiza as suas atividades para vender a sua força de trabalho por um determinado valor de troca, sob a ótica do capital, e já não mais para responder às suas próprias necessidades, mas sim tendo em vista garantir meios para a sua própria sobrevivência.

Dessa forma, Marx nos mostra que o trabalho nesses termos do capitalismo, de forma esvaziada, sem potencializar a criatividade humana, no sentido de apenas vender a sua força de trabalho para conseguir sobreviver nessa sociedade, é um trabalho alienado, pois perdeu o seu sentido original, assumindo um “caráter estranho”, forçado, imposto, que não satisfaz as necessidades humanas diretamente. Este trabalho pertence, portanto, a outro e não a si mesmo. (MARX, 2003, p.114).

Assim, o processo de trabalho é apropriado pelo capitalista por meio da subsunção formal do trabalho ao capital, retirando a mais-valia<sup>160</sup> nesse processo. Uma característica do modo de produção capitalista que facilitou a ocultação do trabalho não pago foi o advento da maquinaria que parcializa o processo de trabalho. Ou seja, muitas trabalhadoras e trabalhadores executam atividades parciais em um mesmo processo produtivo, não dominando mais o processo de trabalho como um todo. Aqui se encontra o ápice do estranhamento.

Profundas modificações e acontecimentos tomaram conta do mundo moderno desde a morte de Marx. As crises cíclicas e próprias ao sistema capitalista geram transformações econômicas e políticas no mundo, que foram enfrentadas com mudanças ocorridas na organização do processo de trabalho.

É nesse contexto que surge, como fruto dessa nova organização do trabalho, o Taylorismo/Fordismo, que tinha como objetivo principal coordenar todo o processo de trabalho. Dessa forma, a gerência passou a possuir o conhecimento da totalidade dos processos produtivos, enquanto os trabalhadoras e trabalhadores passaram a exercer atividades cada vez mais especializadas e repetitivas, fazendo-os perder o conhecimento sobre o conjunto do processo de trabalho (BRAVERMAN, 1987; DRUCK, 1999). Mas, é preciso seguir com nossas discussões para compreender as questões que atravessam a relação das mulheres com o trabalho.

---

160 A mais-valia consiste no trabalho não pago pelo capitalista às trabalhadoras e trabalhadores, é desse valor que o capitalista retira o seu lucro.

## 2 As mulheres e o trabalho

O trabalho feminino, por sua vez, especialmente das mulheres da classe operária, nunca foi uma novidade, como nos mostra Saffioti (2013). Desde as organizações sociais pré-capitalistas, o trabalho feminino esteve presente “nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas” (p. 62), além das tarefas domésticas e de cuidado com a família, compreendidas como “tarefas naturais” ao corpo feminino.

Embora realizassem algumas atividades econômicas, é necessário ressaltar que estas as atividades destinadas às mulheres sempre foram consideradas menores e limitadas quando comparadas às dos homens, pois as mulheres sempre foram julgadas como incapazes para realizar diversas atividades, principalmente no que diz respeito às atividades econômicas. Nesta perspectiva, entendia-se que as mulheres necessitavam da tutela do homem, do marido. A sua felicidade e perspectiva de vida estavam sempre atreladas à presença dos homens em suas vidas (SAFFIOTI, 2013).

Na sociedade capitalista, a presença das mulheres é requisitada nas fábricas da Revolução Industrial, especialmente nas fábricas têxteis devido à aproximação do feminino com as atividades de costura e lavagem de roupas. As mulheres são, assim, incorporadas à ordem do capital como mão de obra barata, voltada para a realização de trabalhos repetitivos e tediosos.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito ao contrário, a interiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os

masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede do enriquecimento da classe burguesa. (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Torna-se possível observar ainda que a divisão sexual do trabalho surgiu simultaneamente ao capitalismo (KERGOAT, 2002; ÁVILA, 2009). Divisão esta que não se faz sem a divisão sexual do poder e do saber na sociedade e na família, como nos mostra Hirata (2017). A autora ressalta que as responsabilidades tradicionais, na esfera pública e privada, atribuídas às mulheres reforçam as desigualdades na família e na sociedade, criando um “círculo vicioso e não virtuoso” (HIRATA, 2017).

Assim, mesmo havendo “outras formas de divisão do trabalho entre homens e mulheres”, anteriores ao modelo de sociedade capitalista, “essa divisão estava marcada por outra relação entre produção e reprodução”. No modo de produção capitalista, “a força de trabalho é vendida como uma mercadoria e o espaço doméstico passa a ser uma unidade familiar (reprodutiva da força de trabalho) e não mais uma unidade familiar e produtiva”, como no período feudal (ÁVILA, 2009, p. 9).

É importante ressaltar que o trabalho do cuidado e o trabalho doméstico são ainda nos dias de hoje invisibilizados e naturalizados como “trabalhos femininos”. Tais formas de trabalho possuem um valor de uso inestimável para essa sociedade, pois deles vem à reprodução das condições de vida das trabalhadoras e trabalhadores, logo podemos afirmar que a relação do trabalho assalariado não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico (ÁVILA, 2009; SORJ, 2004). Este trabalho imposto às mulheres a ser realizado de forma gratuita, naturalizado pela sociedade patriarcal a ser realizado “por amor”, faz com que o lar, que deveria ser um lugar de descanso, se torne mais um lugar de realização de tarefas. Para hooks (2020, p. 84):

Quando as mulheres, em casa, dedicam todo o tempo a atender às necessidades dos outros, o lar é o local de trabalho para ela, não é um local de relaxamento, conforto e prazer. O trabalho fora de casa tem sido mais libertador para as mulheres solteiras (várias das quais moram sozinhas, são heterossexuais ou não). a maioria das mulheres nem mesmo encontrou um trabalho satisfatório, e sua participação no mercado de trabalho diminuiu a qualidade de vida em casa.

Na medida em que a população foi envelhecendo e que a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, este trabalho foi se mercantilizando. Assim, “o trabalho feminino de cuidado, gratuito e invisível, torna-se visível e é considerado, enfim, um trabalho (com seus corolários: formação profissional, salário, promoção, carreira e etc.)” (HIRATA, 2017, p. 153).

Federici (2020), em recente artigo, denomina este trabalho de cuidado como “trabalho ligado à Vida”, ou seja, esses cuidados com casa e família que ganharam importância neste contexto de pandemia, o que a sociedade capitalista sempre negligenciou, resultando em trabalhos com pouca ou nenhuma remuneração.

Ademais, Hirata (2017) nos revela em seus estudos que no Brasil o modelo de delegação de mulheres para outras mulheres das atividades de cuidado com a casa, família e dos filhos, é hegemônico. Deste modo, podemos concluir que este trabalho começa a se “tornar visível” apenas para as próprias mulheres, que contratam o serviço de outras mulheres para não se sentirem sobrecarregadas com as atividades que já realizavam.

Ávila destaca ainda que esta relação entre mulheres de classes sociais distintas reproduzem a relação de exploração e desvalorização do trabalho das mulheres. Ou seja, o trabalho assalariado feminino, que é desvalorizado nesta sociedade capitalista, é o mesmo que paga o trabalho doméstico, para que a mulher assalariada consiga trabalhar sem se sentir tão sobrecarregada, e é, por sua vez, também desvalorizado.

As desigualdades sociais entre as mulheres produzem uma relação trabalhista entre elas marcada por uma exploração da força de trabalho, que não pode ser definida como uma forma de exploração

para a produção de mais-valia, mas que necessita de definição como uma forma de exploração específica, que aqui está sendo tratada em termos de expropriação do tempo de trabalho, da energia da pessoa, da sua capacidade de criação, da inteligência de condições precárias nas quais o trabalho é exercido e da sua, em geral, baixa remuneração. (ÁVILA, 2009, p. 79).

[...] no sistema capitalista, essa hierarquia é mantida e reestruturada a partir da coexistência entre capitalismo-patriarcado e por meio da relação exploração/dominação das mulheres, que se altera nas diversas etapas do desenvolvimento desse sistema, mas permanece como constitutiva da sua lógica e necessária à sua reprodução. (ÁVILA, 2009, p. 9).

Nota-se assim que a função das mulheres de cuidado com a família, com o lar na sociedade sempre foi definida por homens. Ao lutarem por seus direitos e sua autonomia, as mulheres não deixaram de cumprir os afazeres domésticos, ao contrário, apenas somaram mais uma tarefa, a do trabalho, que por sua vez, ao mesmo tempo em que “liberta” a mulher economicamente, tornando-a mais independentes dos homens, a “acorrenta” ao ritmo do capital. Em muitos casos, para se libertarem dessas condições de sobrecarga, as mulheres, especialmente as mulheres brancas, contratam outras mulheres para realizarem as atividades domésticas ou cuidarem de seus filhos. As mulheres que assumem essas tarefas normalmente são negras e pobres. Isto revela uma questão ainda não superada nos dias de hoje: a dimensão servil do trabalho doméstico.

No Brasil, o emprego doméstico é historicamente indissociável da escravidão. [...] Na busca da historicidade do emprego doméstico vamos encontrar que essa relação foi tecida no fio da história de uma sociedade fortemente marcada pela desigualdade de raça, gênero e classe [...]. Com o fim da escravidão, as mulheres negras passam a trabalhar como empregadas domésticas [...]. Até hoje, as mulheres negras constituem a maioria dessa categoria. Mas, além de serem majoritárias na categoria, há também uma forte conotação de preconceito e discriminação racial que impregna

ideologicamente a representação do emprego doméstico no Brasil e que o associa a uma relação de “servidão”. (ÁVILA, 2009, p. 77).

Cabe ressaltar também a contribuição de Hooks (2020) ao defender que o trabalho não está associado à liberdade para as mulheres, em especial as mulheres pobres e negras. Segundo a autora, “quando as pensadoras feministas reformistas, com origem em classe privilegiada e cuja pauta era primordialmente alcançar igualdade social em relação aos homens de sua classe, elas queriam dizer carreiras bem pagas” (hooks, 2020, p. 82). Desse modo, discutir a relação das mulheres com o trabalho não pode se generalizar e sim, deve ser atravessada pelas questões de raça e classe. As mulheres brancas, em especial de classe social privilegiada, acabam por delegar as tarefas domésticas a outras mulheres, em sua maioria negras, para que possam se dedicar às suas carreiras profissionais. Por outro lado, mulheres negras e pobres, muitas vezes são a única renda familiar e acabam se submetendo a empregos informais e condições precárias de trabalho.

No contexto atual que vivemos, com relações de trabalho “flexibilizadas” e o avanço cada vez maior do neoliberalismo, observamos a introdução novas formas de gestão e controle laboral, junto com a inserção de tecnologias que influenciam tanto na organização e processo quanto nas relações sociais.

As novas tecnologias incorporadas ao mundo do trabalho contemporâneo funcionam como “esteiras de produção” modernas, que por serem consideradas como “facilitadoras do trabalho”, acabam intensificando o processo produtivo que visam cumprir e/ou superar as metas de produção impostas pelo grande capital. Desta forma, as trabalhadoras são absorvidas pelas novas formas de trabalho definidas pelo capital, que as explora até a exaustão, propiciando o adoecimento destas últimas.

O *home office* apresenta-se como uma forma de trabalho moderna, realizada de forma remota, ou seja, em um local diferente da sede das empresas ou das instituições, que normalmente é deslocado para a residência da trabalhadora. O surgimento dessa nova modalidade de trabalho está relacionado à evolução da tecnologia, principalmente da

informática, entre as décadas de 1970 e 1980. Assim, o teletrabalho surge como uma alternativa para reduzir o deslocamento da trabalhadora de casa para trabalho e vice e versa (ROCHA; AMADOR, 2018).

Em meio à pandemia de Covid-19 que vivenciamos, observamos que tal modalidade de trabalho é incorporada por toda sociedade de forma emergencial. Muitas mulheres, em especial, assumem suas tarefas de trabalho precisando atender as demandas da casa e do cuidado com a família. As trabalhadoras docentes precisam lidar também com estas questões que agora ocupam, todas juntas, a esfera privada. As tarefas delegadas por vezes à outra mulher por um valor de troca determinado são assumidas neste momento por uma única mulher, que nem sempre (ou quase nunca) possui ajuda de outros membros da família para repartir tais atividades. Tudo isto nos leva a crer que, neste período de isolamento social, esta intensificação do trabalho público e privado, que revela uma dimensão da precarização do trabalho feminino, tem aumentado a carga de trabalho das mulheres de modo geral e é neste contexto que se torna fundamental o estudo sobre os impactos desta intensificação do trabalho na saúde mental das trabalhadoras.

### **3 E a saúde mental das mulheres docentes do ensino superior brasileiro no contexto de pandemia?**

A saúde da trabalhadora e do trabalhador se constitui enquanto um campo interdisciplinar, articulado com movimentos sociais marcados por lutas pela garantia de direitos. Nesse sentido, a saúde da trabalhadora e do trabalhador é uma parte fundamental da saúde coletiva, quando o trabalho é compreendido como uma categoria central da vida, sendo, portanto, um determinante social da saúde. Assim, as relações entre trabalho e saúde devem considerar as mudanças do mundo do trabalho, uma vez que a saúde das trabalhadoras e trabalhadores não está isenta das repercussões dos processos de trabalho a que estão submetidas. Diante desses fatores é imprescindível refletir sobre em que condições as trabalhadoras estão realizando os trabalhos remotos e de cuidados,

visto que essas atividades sobrecarregam majoritariamente as mulheres, como já exposto neste artigo.

Como mencionamos na introdução deste texto, a pandemia do novo Coronavírus impele mudanças na vida das pessoas, incluindo a esfera do trabalho e suas relações. No campo da educação, assistimos a suspensão das aulas presenciais e a rápida substituição por aulas remotas. A partir da necessidade de adaptação à realidade pandêmica, “coincidentemente” tem por efeito servir aos interesses de flexibilização do grande capital na educação superior:

A flexibilidade ou flexibilização se constitui no contexto atual em uma espécie de tese ordenadora dos múltiplos fatores que fundamentam as alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 412).

É importante salientar que o longo processo de precarização da infraestrutura e administração vigente no ensino público superior no Brasil produz sobrecargas de trabalho que, somadas às fortes exigências para alcançar metas produtivistas e a reorganização da vida laboral dos docentes, geraram prejuízos consideráveis à saúde mental destes últimos (BORSOI, 2012). Assim, a pandemia de COVID-19, obrigou as universidades a se adaptarem à necessidade sanitária de isolamento social, fazendo com que disciplinas presenciais fossem ministradas na modalidade remota. Considerando a crise sanitária que impôs tal mudança no modo de ensino, essa adaptação de uma modalidade a outra não se fez a partir de um processo planejado. Por isso, trata-se de um ensino remoto emergencial e não ensino a distância (EAD), como nos esclarece Behar (2020), lembrando que este último compreende:

uma arquitetura pedagógica composta pelos aspectos organizacionais, de conteúdo, metodológicos, tecnológicos e as estratégias pedagógicas a serem empregadas. Esse modelo é voltado para alunos, professores, tutores e, também, gestores, compreendidos como os sujeitos da EAD. (s/p)

Desse modo, é importante diferenciar o EAD do ensino remoto adotado na maioria das instituições universitárias brasileiras de caráter provisório e emergencial em virtude da pandemia da COVID-19. Sem uma preparação para tal, assistimos, de uma hora para outra, as salas de aulas serem transformadas em encontros virtuais via plataformas digitais. Sendo assim, além das afetações diante da maior crise sanitária do século, cabe refletir: quais efeitos desse “trocar o botão”, dessa mudança abrupta no modo de trabalho das mulheres docentes? Behar (2020), a partir de sua experiência com EAD, insiste na sua distinção do ensino remoto emergencial durante a pandemia, mas alerta aos docentes acerca dos efeitos psíquicos deste trabalho inédito para muitas docentes: desânimo e desespero frente às situações desta modalidade de exercer a docência.

Além das atividades novas que passaram a fazer parte do trabalho docente, se inscreve de forma visível à sociedade uma parte do trabalho das docentes que sempre foi invisível: o *home office*. Esta modalidade de trabalho remoto não é uma novidade trazida pela pandemia e suas novas formas de organização do trabalho. Frequentemente, realiza-se atividades como pesquisa bibliográfica, correção de atividades de disciplinas e leitura de trabalhos de discentes orientandas(os) no ambiente domiciliar. No entanto, muitos desafios se impõem neste cenário: espaço físico que cada docente dispõe em suas casas, as demandas de produtividade que se mantiveram e, adicionadas a isso, soma-se a carga das tarefas domésticas e cuidados com a família o que tradicionalmente, no modelo de sociedade patriarcal em que vivemos, são tarefas designadas às mulheres, como discutimos na seção anterior. Acrescenta-se ainda que, a realização do *home office* docente em contexto da pandemia se faz, com frequência, com o compartilhamento do espaço com outros membros da família, devido à presença

destes no mesmo domicílio ao mesmo tempo para atender as exigências de distanciamento social.

Antunes (2009) nos mostra que mesmo antes da pandemia de Covid-19 já existia uma predominância de trabalhadoras mulheres exercendo o trabalho remoto, o que pode ser explicado considerando que ainda vivemos em uma sociedade extremamente patriarcal, onde a presença feminina em casa é ainda proeminente, como já ressaltamos. As mulheres trabalhadoras compreendiam o *home office* como uma alternativa de estarem mais próximas de suas famílias, conciliando o trabalho com o cuidado dos filhos e a realização das atividades domésticas. Entretanto, as trabalhadoras não supunham que as exigências do trabalho remoto, somadas às demandas domésticas, as expusessem a maiores riscos de adoecimento, pois aumentam a exploração dessas trabalhadoras. (ANTUNES; BRAGA, 2009).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (NETO, 2019), demonstram que as mulheres gastam quase o dobro do tempo em afazeres domésticos do que os homens. Isso decorre, como denunciam as autoras feministas, conforme discutimos anteriormente, de condições estruturais de nossa sociedade capitalista e patriarcal ao naturalizar os cuidados com a casa e com a família enquanto atividades femininas. Desse modo, tal discrepância entre a realização destas atividades, não muda mesmo levando em conta perfis de gênero em ocupações similares. A desigualdade continua a ser uma realidade:

Observando nos últimos 3 anos, houve um crescimento da participação masculina no trabalho doméstico, porém, as mulheres continuam sendo maioria e dedicam mais horas mesmo em situações ocupacionais idênticas às dos homens. Isso revela uma realidade distante na equiparação de tarefas no domicílio. A diferença entre sexo no cuidado de pessoas não se mostrou tão discrepante quanto em afazeres domésticos, mais a mulher, além de cumprir mais tarefas, também tem peso maior em obrigações mais essenciais nos cuidados do dia a dia. (NETO, 2019).

Como fica essa desigualdade de gênero apontada pelo IBGE no campo da docência? Infelizmente, ela reproduz o

que acontece em outros setores de trabalho e se expressa no mundo acadêmico, mesmo antes da pandemia como demonstra o movimento *Parent in Science* (2019):

Essa estratégia de divisão desigual do trabalho doméstico impacta profundamente a carreira de mulheres brasileiras, e o cenário não é diferente na Academia. Dados do Movimento Parent in Science mostram que o número de publicações de artigos científicos por cientistas mulheres diminui nos primeiros anos após o nascimento dos filhos. Entretanto, essa situação não é levada em consideração na maioria dos editais de Universidades e agências de fomento, nos quais a produtividade dos cientistas é o principal fator de avaliação. (p. 2).

Em decorrência das novas rotinas impostas pelo isolamento social, começam a surgir estatísticas que indicam uma forte queda da contribuição feminina na produção de artigos acadêmicos. De acordo com a equipe da Revista DADOS, uma das principais e mais longevas publicações nas ciências sociais no Brasil – criada em 1966 –, as informações sobre a participação das mulheres como autoras de manuscritos submetidos à avaliação nos últimos tempos indica um processo de forte queda: “mesmo que o ano de 2020 tenha começado com a submissão de 40% de autoras, patamar próximo à média, tivemos neste segundo trimestre o menor patamar do período analisado, com apenas 28% de autoras assinando os artigos submetidos” (CÂNDIDO; CAMPOS, 2020, s/p).

Ainda segundo Cândido e Campos (2020), textos com a primeira autora mulher sofreram queda ainda mais acentuada. Além disso, as mulheres tendem a escrever mais coletivamente, o que gera menos artigos de produção individuais quando comparados com a produção dos homens:

A média de manuscritos com as primeiras autoras mulheres entre 2016 e 2020.1 foi de 37%, mas esse patamar caiu substantivamente para 13% neste trimestre. Além de o menor percentual histórico do período analisado, trata-se de menos da metade da média para os anos considerados. (CÂNDIDO; CAMPOS, 2020, s/p).

Tais números indicam um aumento na disparidade na produção acadêmica entre os gêneros, aprofundada pela pandemia e as medidas de isolamento social. Isso influencia não só as possibilidades de empregabilidade, ocupação de cargos de chefia, financiamento de projetos, visibilidade acadêmica, como também na qualidade do ensino prestado por essas docentes. Isso nos impele a refletir sobre essa expressiva queda na produção de artigos de mulheres e na prevalência da escrita coletiva que nos leva a supor a importância da atuação em rede, muitas vezes composta exclusivamente por mulheres, que permite uma “sobrevivência” mínima. Aqui podemos ilustrar com a formação do Fórum Poiesise Alquimia Feminista como uma potente rede de pesquisadoras (docentes, mestrandas e doutorandas) que propiciou encontro de autoras e formação de laços de trabalho, na qual este texto é um dos frutos. Iniciativa fundamental frente ao cenário das universidades em sua modalidade remota.

As diretrizes do Ministério da Educação, através da Portaria n. 345/2020, que trata sobre o retorno às atividades acadêmicas no ensino superior neste período de pandemia, exigiu que os docentes e as instituições se adaptassem ao modelo de ensino remoto. Neste cenário, as docentes são expostas a várias pressões institucionais, as quais ela sempre buscará se adaptar para evitar o adoecimento, contudo, essa estratégia pode acabar acelerando o processo de desgaste, tendo em vista que a trabalhadora continuará sendo exigida, cada vez mais e mais, aumentando os níveis de produtividade, o que, consequentemente, propicia o adoecimento, em especial o adoecimento mental. Dejours nos mostra essa é uma prática recorrente de qualquer trabalhadora e trabalhador, que sempre recorrem a esta e a outras estratégias para não adoecer pelo trabalho, visando sempre ficarem “precavidos (as)” de novas formas de adoecimento, contudo, isso muitas vezes isso não é possível. (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2015, p. 133).

No caso das docentes mulheres, essa tendência pode ser ainda mais agravada devido ao acúmulo de tarefas. Seligman-Silva (2011) afirma que a peculiaridade do processo de precarização ocorrido no Brasil é que – ao lado da precarização social e do

trabalho – existe um quadro geral de precariedade preexistente que já atravessou muitas gerações de brasileiros: a permanência de formas antigas de dominação explicitamente autoritárias.

Outro fator importante para a produção de sofrimento psíquico dessas trabalhadoras é o surgimento de novas relações de trabalho trazidas pelo isolamento social e o trabalho remoto. A impossibilidade de estar no espaço laboral entre pares, acentua o desgaste mental das mulheres que têm suas rotinas sobrecarregadas com as tarefas do trabalho docente e as tarefas dos cuidados. Assim, Seligmann-Silva afirma a respeito dos efeitos individualismo:

O peso do individualismo deixou caminho livre para que, na reestruturação produtiva, fosse facilitada a fratura de grupos coesos e a dissolução do companheirismo e da confiança que unia equipes de trabalho. A competitividade é atualmente super estimulada nos ambientes de trabalho de modo a exacerbar cada vez mais o individualismo. O fortalecimento do individualismo facilitou tanto a precarização social quanto a do trabalho, indo concorrer, de maneira importante, também para a precarização da saúde. (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 464).

A extenuação mental produzida pelo trabalho intelectual intensificado e a exaustão emocional são completamente ignorados pela ótica reestruturante e precarizante do capital. Segundo Seligmann-Silva, a categoria profissional de docentes está submetida à precarização dos contratos de trabalho, das condições de trabalho e, simultaneamente, exposta a formas de violência intimamente ligadas à precarização social:

[...] à medida que a sobrecarga de trabalho cresce, o temor de “não dar conta” ou cometer erros se torna aterrorizante, da mesma forma a fadiga se acumula e o desempenho, inevitavelmente, diminui. Recorrer a tranquilizantes e a estimulantes (psicotrópicos, bebidas alcoólicas ou drogas mais pesadas), buscar forças nos chamados produtos e alimentos “energéticos” (de mercado por isso mesmo aquecidíssimo) se incorporam aos hábitos de muitos sob as formas assumidas pela gestão no neoliberalismo. (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 476).

Esse contexto de trabalho remoto revelou, como demonstra Silva *et al.* (2020), que muitas docentes não estavam preparadas para incluir novas tecnologias, considerando que sua formação não contempla o uso de tecnologias digitais, sendo necessárias atualizações e capacitações de modo a preservar a qualidade do ensino. Neste cenário, muitas docentes têm dificuldades e acabam por não se adaptar ao uso de novas tecnologias implementadas pelas instituições. Segundo Silva *et al.* (2020), pesquisas internacionais já revelam o adoecimento docente expresso pelas incertezas, estresses, ansiedades e depressão, levando a síndrome do esgotamento profissional:

A saúde sofre os impactos decorrentes da desregulamentação e flexibilização do trabalho. A flexibilidade que se estabeleceu no mundo do trabalho como novo “princípio básico” também habita a sociedade contemporânea onde “o que era sólido se desmanchou no ar”, inclusive os valores básicos que presidiam a vida cotidiana, o funcionamento da família e de todas as instituições. (p. 472).

Flexibilidade, segundo Seligmann-Silva, significa mudança permanente e contínua fluidez e impossibilidade de relações duráveis. Tal contexto de precarização e flexibilização acrescidos aos impactos da pandemia de Covid-19 indica um contexto catalisador do adoecimento mental: pressões institucionais demandantes de produtividade e adaptação às novas tecnologias de ensino remoto adicionados aos desarranjos da vida pessoal, relacionamentos afetivos e familiares, maternidade, trabalho doméstico e tantas outras atribuições surgidas neste período atípico.

Frente ao cansaço intelectual e físico potencializados pelo isolamento social, aliado ao não reconhecimento, tende a levar estas profissionais a experimentarem angústia e insegurança frente ao trabalho. Desta forma, o modelo implementado se afirma como desgastante e adoecedor. Tamanha instabilidade, insegurança e incerteza diante da conjuntura de trabalho e vivências pessoais típicas do período pandêmico somado às tendências neoliberais que invadem o campo da educação superior pública no Brasil, pendem de maneira significativa

na saúde mental, repercutindo nas relações laborais e familiares destas mulheres.

## **4 Nossas considerações em aberto e os próximos passos**

Como o trabalho, frente à pandemia de Covid-19, impacta a vida das mulheres docentes do ensino superior? E como ele se articula com o processo saúde-doença? Buscando responder estas e outras perguntas e com o objetivo de compreender o desgaste mental, suas possibilidades de gerar adoecimento e o impacto na produção acadêmica das mulheres no contexto da pandemia, a pesquisa “*home office* em tempos de pandemia: um estudo sobre a saúde mental de mulheres docentes de universidades públicas brasileiras”, aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP-Humanas da UFF) em dezembro de 2020, foi criada para aprofundar os estudos sobre a complexa relação entre o trabalho remoto e o adoecimento das mulheres docentes das universidades públicas brasileiras.

Assim sendo, o presente artigo trata-se apenas de um breve ensaio que marca o início da pesquisa que se propõe a conhecer esta nova modalidade de trabalho remota que aparentemente veio para ficar no mundo do trabalho contemporâneo e a compreender como se expressam as relações entre o trabalho e o processo saúde-doença e suas possíveis repercussões na saúde mental. Muitos artigos e jornais já apontam estas repercussões, mas ainda de maneira muito incipiente, visto que o *home office*, apesar de já ser uma realidade antes da pandemia, só atinge as brasileiras, e especialmente a classe docente, com a chegada da pandemia de Covid-19 em território brasileiro. Buscaremos ainda através da pesquisa identificar a percepção das trabalhadoras docentes sobre essa modalidade de realização do trabalho, bem como sobre as relações entre o trabalho e o adoecimento psíquico.

Considerando a categoria trabalho como central na vida humana, este deve ser compreendido como um determinante social da saúde dos indivíduos, visto que, como salientado ao longo do texto, o trabalho é potencialmente gerador de saúde,

quando realizado para satisfazer as necessidades essenciais e imediatas dos sujeitos – como de adoecimentos – quando estas necessidades não são atendidas e este trabalho é apropriado pelo capitalista, torna-se um trabalho alienado, estranhado para o sujeito, pois perdeu o seu sentido original.

Desta forma, podemos perceber que o trabalho feminino sempre foi apropriado e previamente determinado pelos padrões da sociedade capitalista e patriarcal, o que gera uma exploração das mulheres, pois é socialmente compreendido que o trabalho do cuidado de modo geral (da família, da casa, de outros indivíduos etc.) é de responsabilidade das mulheres. É válido ressaltar que esta realidade está tão enraizada que as próprias mulheres incorporam essas atividades como suas, sem qualquer reflexão sobre o trabalho não remunerado e socialmente atribuído.

Contudo, as exigências deste “cuidado feminino” somadas às demandas de trabalho fora do seu ambiente familiar, expõem as mulheres a maiores riscos de adoecimento, especialmente sofrimentos psíquicos, visto que estas mulheres ficam sobrecarregadas com tantas atividades e tarefas a cumprir.

O *home office* apresenta-se neste contexto de pandemia como uma modalidade de trabalho que visa minorar a contaminação das trabalhadoras brasileiras e trabalhadores brasileiros pela Covid-19. Apesar de parecer uma nova forma de trabalhar, esta já era uma modalidade de trabalho incorporada por muitas mulheres, especialmente as docentes universitárias, que já realizavam algumas de suas tarefas em casa. Entretanto, estas muitas vezes contavam com a ajuda de outras mulheres – mães, tias, vizinha, empregadas – para cumprirem suas atividades antes da pandemia, o que não foi mais possível para muitas mulheres, gerando um processo de desgaste maior para elas, o que impacta diretamente na saúde mental das trabalhadoras.

Alguns dados iniciais que expomos ao longo deste texto já evidenciam alguns desafios, imposto às mulheres, a partir desta modalidade de trabalho que vai além de uma adaptação à tecnologias, discurso recorrente e que, além de individualizar uma questão coletiva, põe à margem outros elementos que

corroboram para a degradação da saúde mental das docentes como: o machismo no ambiente acadêmico, o racismo, o produtivismo, o acúmulo de trabalho e funções, a divisão sexual do trabalho, os assédios sofridos e tantos outros elementos ainda não considerados em pesquisas deste cunho. Considerar que a produção de sofrimento psíquico das docentes se refere somente às adaptações à modalidade remota de trabalho é desconsiderar a complexidade da questão. Por isso, retomamos neste ensaio a naturalização da sociedade capitalista e patriarcal em relação a feminização dos cuidados domésticos e familiares. Não é o que evidencia a queda produtiva das mulheres docentes durante a pandemia?

Apesar dos pesares, resistir é preciso. E por isso, insistimos no valor de redes de apoio, dentro do ambiente universitário, como forma de sobrevivência e resistência feminista em uma estrutura machista, presente nas instituições universitárias. É o que comprova a criação do Fórum Poiesis e Alquimia Feminista que propiciou o encontro potente e produtivo como o das autoras deste ensaio. Mais do que isso, se desdobrou em uma parceria na elaboração do projeto de pesquisa que se esboça a partir deste texto com provocações iniciais que fundamentam nossa investigação.

Por fim, este estudo será melhor aprofundado e voltado fundamentalmente para a saúde mental das trabalhadoras da educação superior pública no Brasil. A pesquisa será de cunho qualitativo e exploratório que contará, além da revisão teórico-bibliográfica, com trabalho de campo envolvendo pesquisa documental e entrevistas com as docentes que estão trabalhando remotamente neste período de pandemia. E assim, ao dar voz às mulheres participantes de nossa pesquisa, desejamos poder contribuir com dados científicos que podem desvelar as relações entre as condições de trabalho e suas complexidades na produção de sofrimento psíquico de mulheres docentes. Mesmo em tempos sombrios, não iremos nos calar e seguiremos resistindo e insistindo em prol da equidade de gênero nas ciências.

## Referências:

AKERMAN, Marco; PINHEIRO, Woneska. R. Covid-19: Não estamos no mesmo barco. Acervo Online, Brasil: **Le Monde Diplomatique**. Publicado em 14 de Abril de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/covid-19-nao-estamos-no-mesmo-barco/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci **A sociedade dos adoecimentos no trabalho**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 123, p. 407-27, 2015.

ÁVILA, Maria B. **Divisão Sexual do trabalho e Trabalho Doméstico**. Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia. 2009. 92 p. (Série Formação Política)

BEHAR, Patrícia A. O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. Comunicação e mídia. Comunicação e mídia. *Jornal da Universidade*. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Portaria nº 345, 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial da União**: Sessão 1, Brasília, DF, Ano 158, n. 154-D, p. 1, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=603&pagina=1&data=19/03/2020&totalArquivos=1>. Acesso em: 8 dez. 2020.

BORSOI, Izabel C. F. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. v. 15. n. 1. 2012. p. 81-100.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CANDIDO, Marcia R.; CAMPOS, Luiz A. Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres. **Blog DADOS**. 2020. Publicado em 14 de maio. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

DEJOURS, Christopher; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. 1 ed. 16 reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico**. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: EDUFA/Boitempo, 1999, p. 40-99.

FEDERICI, Silvia. Pandemia, Reprodução e Comuns. **Revista IHU on-line**. Publicado em 30 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598501-pandemia-reproducao-e-comuns>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GARCIA, Janaina. Produção científica de mulheres despenca na pandemia – de homens, bem menos.... **Ciência. Tilt/OUL**. Publicado em 26 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/05/26/pandemia-pode-acentuar-disparidade-entre-homens-e-mulheres-na-ciencia.htm?cm-pid=copiaecola>. Acesso em: 05 jun. 2020.

GÊNERO E NÚMERO; SOF. **Pesquisa Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Relatório, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapanademia.sof.org.br/relatorio/>. Acesso em: 4 ago. 2020.

HIRATA, Helena. O que mudou e o que permanece no panorama da desigualdade entre homens e mulheres? Divisão sexual do

trabalho e relações de gênero numa perspectiva comparativa. In: LEONE, Eugenia T.; KREIN, José D.; TEIXEIRA, Marilane O. (Org..). **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres. Campinas, SP: Unicamp. 2017, p. 143-173.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

KERGOAT, Daniele. Percurso pessoal e problemática da divisão social e sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 236-247;

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Coleção a obra-prima de cada autor).

MARX, Karl. **O Capital: crítica à economia política**. volume I. seção III. cap. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Bothe. 3 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. p. 142-156 (Os economistas).

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo. 2011. Disponível em: [https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Karl\\_Marx\\_-\\_Grundrisse\\_\(boitempo\)\\_completo.pdf](https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Karl_Marx_-_Grundrisse_(boitempo)_completo.pdf). Acesso em: 25 out. 2018.

MATOS, Maurílio C. de. **Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 17-39.

NETO, João. Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas. Publicado em 26 de abril de 2019. Estatística social. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>. Acesso em: 15 jan. 2021.

NETTO, José P.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8 ed. v. 1. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviços social)

PARENT IN SCIENCE (ORG). **Produtividade acadêmica durante a pandemia**: Efeitos de gênero, raça e parentalidade. 2020. Disponível em: [https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b\\_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true](https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true). Acesso em: 12 jan. 2021.

PARENT IN SCIENCE (ORG). **Guia sobre editais que consideram a maternidade**. Disponível em: [https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b\\_40bccd9b34b04ece83507ce6b8866fd8.pdf](https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_40bccd9b34b04ece83507ce6b8866fd8.pdf). Acesso em: 28 jan. 2021.

RAMIRES, Ana R. Metade das brasileiras passou a cuidar de alguém na pandemia. Cidades. Notícias. **Jornal O Povo Mais**. Publicado em 19 de novembro de 2020. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2020/08/01/metade-das-brasileiras-passou-a-cuidar-de-alguem-na-pandemia.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

RAMÍREZ, Noeli. “Trabalho de madrugada porque não dou conta de tudo em casa”, a nova normalidade massacra as mulheres. Pandemia de Coronavírus. **El País**. Publicado de 20 de maio de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/smoda/2020-05-28/trabalho-de-madrugada-porque-nao-dou-conta-de-tudo-em-casa-a-nova-normalidade-massacra-as-mulheres.html?ssm=whatsapp>. Acesso em: 27 maio 2020.

REZENDE, Joffre M. Epidemia, endemia, pandemia. *Epidemiologia*. Goiânia: **Revista de Patologia tropical**. v. 27, n.1, p. 154-155, 1998.

ROCHA, Chris T. M. da; AMADOR, Fernanda S. O teletrabalho: conceituação e questões para análise. **Cad. EBAPE.BR**. v. 16. n. 1. Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512018000100152&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512018000100152&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 25 ago. 2018.

SAFFIOTI, Deleite. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528 p.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Andrey F. da; *et al.* Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia. **Fies: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, p. e300216, 2020.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 107-119.

STEPAN, Dana. Homens assumem tarefas domésticas na pandemia, mas mulheres ficam sobrecarregadas. A nova realidade de hábitos e consumo. **Folha de São Paulo**. Publicado em 30 de julho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/homens-assumem-tarefas-domesticas-na-pandemia-mas-mulheres-ficam-sobrecarregadas.shtml>. Acesso em: 4 ago. 2020.

WHO. **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020**. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 13 jan. 2021.



## CAPÍTULO 11

# 11 “NÃO ERA AMOR, ERA CILADA”: O TRABALHO DOMÉSTICO E SEXUAL EM TEMPOS PANDÊMICOS

Tábata Berg<sup>161</sup>

Priscila Viana Alves<sup>162</sup>

## Introdução

**E**mbora as mulher(es) não constituam o gênero mais vitimado diretamente pela COVID-19, a necropolítica patriarcal, em curso desde a ascensão do capitalismo, intensificou-se a níveis dramáticos nos anos de pandemia. Tão mais no contexto brasileiro, no qual há em curso uma política criminosa de contenção/propagação do vírus por parte do governo federal amplamente apoiada por setores das classes proprietárias e dirigentes – que, de suas abadias abastecidas e festivas, tal qual o príncipe Próspero,<sup>163</sup> seguem entoando o lema “o Brasil não pode parar”.

Neste breve ensaio, vamos trazer para o debate algumas impressões e inquietações que nos têm atravessado nessa pandemia, centrando-nos em duas dimensões laborais basilares, às quais fomos confinadas pela divisão sexual e racial do trabalho: o trabalho doméstico e o trabalho sexual. A combinação da opressiva divisão sexual do trabalho e das heranças coloniais e escravocratas da sociedade brasileira, em particular, mas que estrutura a divisão racial do trabalho no mundo laboral capitalista globalizado, escancarara que o mantra “fique em casa” foi um blefe! Gostaríamos, portanto, de lançar algumas provocações.

---

161 Mãe do Antônio desde 2016. Doutora pelo Programa de pós-graduação em Sociologia IFCH/UNICAMP. Pesquisadora colaboradora no Grupo de Pesquisas Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses GPTM/UNICAMP. Endereço eletrônico: tabataberg@yahoo.com.br

162 Atualmente é bolsista CAPES e doutoranda em Geografia Humana pelo DG-FFLCH Universidade de São Paulo. Possui graduação em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense (2014) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2017).

163 *A máscara da morte rubra*, de Edgar Allan Poe.

Com a pandemia, segundo informações do IBGE, a taxa de ocupação feminina no Brasil teve queda e chegou a 46,3%.<sup>164</sup> Realidade de grande impacto negativo à economia das mulher(es) e para as famílias negras e de baixa renda. No que tange à raça, cerca de 70% da população desocupada é negra. Lidos interseccionalmente, esses dados apontam as mulheres negras como as mais atingidas pela crise econômica que se agravou com o auge da crise sanitária. De acordo com o Boletim Especial 8 de Março, *Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: velhas desigualdades e mais precarização*, do Dieese, entre 2019 e o terceiro trimestre de 2021, 925 mil trabalhadoras negras foram expulsas do mercado de trabalho esse número, embora ainda muito grande, foi muito menor entre as trabalhadoras não negras, 189 mil postos de trabalho perdidos entre essas (DIEESE, 2022).

O fato de terem sido diretamente atingidas por taxas muito altas de desocupação, não quer dizer que as mulher(es), em sua pluralidade de posições e condições, não estivemos trabalhando, ao contrário, ficamos ainda mais sobrecarregadas, tanto com o aumento do trabalho de cuidados, quanto com a sobreposição das questões impostas pelas crises econômica e social. Em um período no qual está caro viver dignamente nesse país, a saúde física e mental das mulher(es), sobretudo daquelas que chefiam sozinhas suas famílias ou se encontram em situações de maior vulnerabilidade social, está em constante exposição ao adoecimento. Com a alta dos alimentos, que, segundo o IBGE, chega a 19% e já compromete 60% do salário-mínimo (PNAD COVID-19 nov/2020) articulado ao final do auxílio emergencial que atendeu 41% dos domicílios – de acordo com PNAD COVID 19 – a fome passa a assombrar novamente o país que desde o ano de 2014 havia caído da posição de 36º no mapa mundial da fome para a 80º (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021). Segundo o *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*, pesquisa realizada pela Rede Penssan (2021), 55, 2% dos lares no Brasil estão

---

164 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,com-pandemia-participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-em-30-anos,1130056>. Acesso em: 20 jan. 2021.

acometidos pela insegurança alimentar.<sup>165</sup> Carolina de Jesus, em seu consagrado *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, escrito na década de 50, relata os horrores da fome:

Percebi que no Frigorífico jogam creolina no lixo, para o favelado não catar a carne para comer. Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estomago. Comecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? Parece que quando eu nasci o destino marcou-me para passar fome (JESUS, 2018, p. 44).

Sendo assim, é importante ressaltar que as mulher(es) que concentram as atividades laborais de cuidado, em um sentido amplo, têm sido desigualmente impactadas por essa máquina da morte devido às suas posições e condições diversas. E, diante dessa desigualdade, é preciso lançar luz ao lugar social do qual parte nossas provocações epistêmicas: estamos inseridas, as autoras, enquanto pesquisadoras brancas, nos 8%, dentre a força de trabalho do país, que pode exercer suas atividades laborais em *home office* (PNAD COVID-19/NOV), porcentagem essa na qual se encontram as parcelas mais escolarizadas da sociedade brasileiras, com maiores rendimentos, e composta por 65% de pessoas brancas.

Diversamente, a ampla maioria das mulher(es) trabalhadoras não puderam contar com as proteções sociais adequadas para aderirem ao isolamento social de forma efetiva, isto é, remunerada, com direitos sociais e segurança física e psíquica. Outras, ainda, encontram-se alocadas em atividades essenciais – técnicas de enfermagem, enfermeiras, trabalhadoras da conservação de hospitais e postos de saúde, atendentes de supermercados e farmácias.<sup>166</sup> O direito – não privilégio –

---

165 Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>

166 Entre os profissionais da saúde, a maioria técnicas de enfermagem, as mulher(es) representaram, até as primeiras semanas de janeiro de 2021, quase 70 % dos óbitos (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO ESPECIAL 46, 2021).

de ficar em casa e ter, ao mesmo tempo, comida na mesa, foi inacessível para a maioria das nossas irmãs.

Já os cuidados e o sexo nos têm sido impostos pela gramática capitalista do amor romântico – a despeito das muitas transformações do mercado erótico –,<sup>167</sup> por meio da divisão sexual do trabalho, e seus maiores encargos têm sido transferidos às mulheres das frações subalternas da classe trabalhadora, em sua maioria negra. Maria Mies (1986) discorre sobre a falácia que se esconde por detrás da divisão sexual do trabalho:

A mesma assimetria oculta, e viés biologizante, que pudemos observar no conceito de trabalho, também prevalece no conceito de *divisão sexual do trabalho* em si. Embora abertamente esse conceito parece sugerir que homens e mulheres simplesmente dividem tarefas diferentes entre si, oculta o fato de que as tarefas dos homens são geralmente consideradas verdadeiramente humanas (isto é, consciente, racional, planejada, produtivas etc.), enquanto as tarefas das mulheres são novamente vistas como basicamente determinadas por sua “natureza”. A divisão sexual do trabalho, de acordo com essa definição, poderia ser parafraseada como um entre ‘trabalho humano’ e ‘atividade natural’. Ademais, entretanto, esse conceito também obscurece o fato de que a relação entre trabalhadores ou trabalhadores masculinos (isto é, ‘humanos’) e femininos (‘naturais’) é um relacionamento de domínio e até de exploração. O termo exploração é usado aqui no sentido de que uma separação mais ou menos permanente e hierarquização tomou lugar entre produtores e consumidores, de modo que estes últimos possam se apropriar de produtos e serviços sem produzirem (MIES, 1998 [1986], p. 46. Tradução livre).

A autora questiona a ideia mesma de uma divisão sexual do trabalho, pois, o trabalho de pro(criação) e cuidados – em um sentido amplo – transferido às mulher(es) não é percebido de fato enquanto trabalho, atividade humana. Então, como haver uma divisão? De um lado, do trabalho exercido pelas mulher(es) de pro(criação) (gestar, parir, amamentar e fazer

---

167 Sobre a correlação entre esfera erótica e capitalismo ver Eva Illouz, *O amor nos tempos do capitalismo* (2011).

sexo) é retirado o caráter de uma ação consciente entre *ser-humana* e natureza. Processo similar, todavia em uma substancial radicalidade, ocorre com o trabalho escravizado. Ao serem concebidas como objetos da atividade laboral que realizam, da atividade que mulheres e homens escravizadas realizam também é eliminado (nessa concepção, não no exercício do trabalho mesmo) seu caráter consciente.

Essa cilada que naturaliza os trabalhos domésticos e sexuais e retira deles o sentido pleno de trabalho tem justificado a opressão e a exploração que nos são impostas na vida doméstica, assim como a sub-remuneração, a parca proteção social e o não reconhecimento desses trabalhos e dos sujeitos trabalhadores, isto é, das trabalhadoras (sub)remuneradas domésticas e sexuais, no mundo laboral remunerado. Nos trabalhos feminilizados não remunerados ou sub-remunerados, nossos corpos têm sido expropriados, e tal expropriação é imposta enquanto um ciclo natural e perpétuo.

Não é um acaso que a natureza e a esfera da sensibilidade sejam a terra fértil para o desenvolvimento do imaginário do trabalho doméstico. Imagens contraditórias e perversas, todavia, poderosas de abnegação, devoção e lealdade para com as famílias às quais “se serve” de um lado e, de outro, de perversão, malquerer, inveja e ingratidão são difundidas desde a literatura às novelas. Segundo Lélia Gonzalez (1983), a “bá”, a “mãe preta”, concentra essa imagem, essa “equivocação”. Vejamos o provocativo trecho a seguir:

É interessante constatar como, através da figura da “mãe preta”, a verdade surge da equivocação. Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai passar a rasteira na raça dominante. É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel) acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala pretoguês. O que a gente quer dizer é que ela não é o exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe.

É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra (GONZALEZ, 2020 [1983], p. 87).

Lélia Gonzalez tematiza a imagem contraditória da mãe abnegada e daquela que se alimenta da cria à qual a trabalhadora negra é submetida, a partir de uma leitura psicanalítica do desejo<sup>168</sup>, ao mesmo tempo que demonstra que a mulher negra ascende à mãe material e simbólica da sociedade brasileira. Há, a partir da transferência dos trabalhos de criação e cuidados para as mulher(es) negras e indígenas, a transferência da própria maternidade. Assim, parece-nos que a cilada do amor estrutura não apenas o trabalho não assalariado das mulher(es), realizado dentro das relações parentais, ele se estende ao trabalho sub-remunerado das trabalhadoras domésticas e sexuais, ao mesmo tempo que a lógica laboral do trabalho assalariado é imposta aos trabalhos de pro(criação), cuidados e sexuais dentro das relações afetivo-parentais.

Olhemos um pouco mais de perto.

## 5 “A querela quarto-cozinha”

Direcionando nosso olhar ao trabalho doméstico e sexual remunerado no Brasil, é preciso destacar que contamos com a maior população de trabalhadoras domésticas do mundo, com cerca 6,2 milhões de trabalhadoras, e um contingente significativo de trabalhadoras sexuais, de acordo com a FUMEC (1999), cerca de 1,5 milhões de pessoas estão em situação de prostituição

---

168 Lélia Gonzalez agrega à sua teoria da formação social brasileira uma leitura psicanalítica na qual os sujeitos negros surgem como mães e pais materiais e simbólicos desta sociedade, e na qual o filho – a sociedade brasileira embranquecida – tem por necessidade reprimir essa maternidade e paternidade, cujo desdobrar-se é o racismo denegado que estrutura as relações sociais em nosso país. Nessa citação particular, ela trabalha com o recalque do desejo proibido dos filhos brancos pela mãe negra “o obscuro objeto de desejo” que se desdobra no espelhamento simbólico desse desejo aos sujeitos negros “negra vontade de comer carne”. O caráter fundamentalmente “civilizatório” do espelhamento das pulsões dos sujeitos opressores aos sujeitos oprimidos tem sido debatido na teoria social.

no país. Quadro que reflete a matriz histórica da colonização e da escravidão que estrutura as relações de poder e promove uma naturalização no imaginário social entre as posições e condições sociais daquelas que servem e daqueles que são servidos. Percebemos, como afirma Sueli Carneiro (2002), que “[...] o discurso sobre identidade nacional possui essa dimensão escondida de gênero e raça. A teoria da superioridade racial teve na subordinação feminina seu elemento complementar” (CARNEIRO, 2019 [2002], p. 151).

Carneiro também nos oferece importantes elementos para pensar que tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho sexual, no Brasil, seguem sendo estruturados por essa matriz no pós-abolição:

As ofertas de emprego no mercado de trabalho continuaram restringindo a participação da mulher negra, e esta via-se obrigada a trabalhar como mucama, ama-de-leite, dama de companhia ou então prostituindo-se, aproveitando-se de sua disseminada fama de “boa de cama”. (*Idem*, p. 156-157).

A imobilidade social marca a presença massiva das mulher(es) negras nesses trabalhos, ao mesmo tempo que a herança escravocrata somada à feminilização corrobora para com a falta de regulamentação dessas atividades, atravessadas pela naturalização de seu não assalariamento.

No que tange ao trabalho doméstico sua regulamentação é recente, tendo sido feita a partir da *Lei complementar 150*, em 2015. Já o trabalho sexual permanece não regulamentado, embora, em 2002, tenha deixado de ser uma atividade ilegal e conste no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), sob o código CBO 5198-05, profissionais do sexo.

Antes de prosseguir, gostaríamos de relatar a dificuldade que tivemos em acessar dados atuais e mais totalizantes sobre o contingente de trabalhadoras sexuais no Brasil. A falta de regulamentação contribui para uma grande fragmentação das informações disponíveis. É possível encontrar estatísticas sobre a prostituição no campo da saúde, ligadas, particularmente, aos dados sobre HIV no país; no campo judiciário, ligadas ao

trabalho sexual infantil, ao tráfico de pessoas e à escravidão contemporânea. Percebemos, assim, que os dados produzidos estão sempre em dependência de uma outra variável que os qualifica. A prostituição não aparece em dados estatísticos que tenham por objetivo mapeá-la e oferecer informações sobre as condições de seu exercício e os perfis das trabalhadoras e dos trabalhadores. Em trabalho pioneiro, *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, Margareth Rago, em 1990, denunciou a construção desse “fantasma” e a dificuldade que a escassez dos dados representou aos seus estudos sobre a prostituição:

O investimento social sobre a prostituição, espaço fluido de práticas sociais e sexuais, centrou-se muito mais na construção de um fantasma, que nos perseguiu a nós mulheres por muitas décadas, do que sobre a zona geográfica do meretrício e sobre as meretrizes empiricamente consideradas. A escassez de estatísticas sobre o número de bordéis, casas de tolerância, rendez-vous, ou de prostitutas, cafetinas e gigolôs e fregueses na cidade é eloquente. Aliás, uma grande dificuldade que encontrei para a realização desta tese foi a precariedade de informações disponíveis e o tipo de fonte com que pude contar. Concluo, então, que as prostitutas nunca foram importantes para a sociedade, a não ser num sentido muito específico, que todos conhecem: garantir a ordem nas desordens da paixão, sem muita publicidade (RAGO, 1990, p. 9).

É gritante que, mesmo depois da descriminação formal da prostituição, o desinteresse muito interessado em produzir dados sobre as condições reais deste trabalho e sobre os sujeitos que o empreendem ainda permaneça vigente. Segundo a antropóloga Elisiane Pasini para a reportagem *Nós existimos: reflexões sobre o trabalho sexual e covid-19* (2020): “as trabalhadoras sexuais têm historicamente sido apartadas das políticas públicas gerais.

Pouco se fala sobre seus direitos trabalhistas, econômicos, de educação e outras questões gerais”.<sup>169</sup>

---

169 Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/em-depoimentos-a-antropologa-elisiane-pasini-prostitutas-falam-sobre-o-trabalho-e-a-vida-em-tempos-de-co>

Reafirmando a característica de invisibilidade presente tanto na carência de dados quanto nos dados existentes, em depoimento à antropóloga, a militante Diana Soares, coordenadora da Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPS) e da Associação das Prostitutas do Rio Grande do Norte (ASPRORN), faz a dolorosa afirmação: “Nós existimos apenas para o Departamento de Aids por causa das doenças. E não é para nos livrar das doenças, não, é para cuidar que nós não desenvolvamos doença no outro. Pode prestar atenção!” (SOARES, Diana, *apud* PASINI, 2020).

Voltemos de nossa digressão metodológica. Reunimos, neste ensaio, os trabalhos domésticos e sexuais, pois, dentro da divisão sexual e racial do trabalho na sociedade capitalista, eles cumprem a função de produção e “manutenção” da força de trabalho. Isto é, seja em sua apresentação não assalariada ou sub-remunerada, os trabalhos da pro(criação), dos cuidados e do sexo – incluso aquele que não tem por objetivo a re(produção) – produzem e garantem o funcionamento da mercadoria força de trabalho.

Enquanto os trabalhos de pro(criação) e cuidados das crianças produzem essa mercadoria para a comercialização futura, os cuidados, em um sentido amplo – trabalhos domésticos e sexuais –, são imprescindíveis para a sua presente consumação. De fato, provocamos: os trabalhos domésticos e sexuais, voltados para as trabalhadoras e trabalhadores *adultas*, não agregam valor à mercadoria força de trabalho tal qual o tempo despendido de trabalho do operário ao linho?

Estamos, portanto, trabalhando com a imagem proposta por Federici (1975) de “a querela quarto-cozinha” como a fábrica invisível da produção da força de trabalho. Trabalhos esses percebidos enquanto produtivos ao capital.<sup>170</sup>

Mas é preciso dar corporeidade a essa fábrica.

Em sociedades de formação colonial, esses são trabalhos atravessados pelo “racismo genderizado” (KILOMBA, 2019). Sobre o apagamento do racismo genderizado e da experiência

---

vid-19-no-brasil-nos-existimos.html. Acesso em: 19 jan. 2021.

170 Ver *Ser-outra: algumas inversões teóricas sob uma perspectiva feminista e decolonial* (BERG, 2021) e, nesse mesmo compêndio, *Quem pariu que embale: a valorização no trabalho invisível das mulher(es)* (ALVES; SCHIMIDT; BERG, 2021).

das mulher(es) negras nesse contexto, pelas feministas brancas, transposta para uma *terceira posição*, esvaziada de sentido, Grada Kilomba alerta:

Na tentativa de comparar o sexismo e o racismo, as feministas brancas esquecem de conceituar dois pontos cruciais. Primeiro, que elas são *brancas* e, portanto, têm privilégios *brancos*. Esse fator torna impossível a comparação de suas experiências às experiências das pessoas *negras*. E, segundo, que as mulheres *negras* também são mulheres e, portanto, também experienciam o sexismo. Uma falha irônica, porém, trágica, que teve como resultado a invisibilização e o silenciamento de mulheres *negras* dentro do projeto feminista global. (KILOMBA, 2019, p. 100).

Ressaltamos, assim, que nossa fantástica fábrica é feminina e negra. Cerca de 70% das trabalhadoras domésticas no Brasil são negras (PNAD, 2019); são as mulher(es) negras também as que mais se dedicam aos afazeres domésticos e ao cuidado não remunerado de outras pessoas: 39% delas se dedicam aos cuidados de outras pessoas, enquanto essa porcentagem é de 33% entre as mulheres brancas (PNAD, 2019). Soma-se a esses dados o fato de que quase 70% das famílias monoparentais chefiadas por mulher(es) contam com a maternidade negra (IPEA, 2018). Portanto, as mulher(es) negras no Brasil têm sido submetidas, no mais das vezes, à tripla jornada de trabalho.

Com o avanço da pandemia, como essas trabalhadoras são impactadas?

Como escreveram Débora Diniz e Giselle Carino no periódico *El Pais*:<sup>171</sup> “empregada e patroa são as alegorias de como uma pandemia se cruza com as fronteiras dos privilégios de gênero, classe e raça”. 50%<sup>172</sup> entre todas as mulheres no Brasil passaram a cuidar de alguém na pandemia, crianças, idosos ou pessoas

---

171 O título da reportagem publicada é “Patroas, empregadas e coronavírus”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-21/patroas-empregadas-e-coronavirus.html>. Acesso em: 17 dez. 2020.

172 Os dados da pesquisa foram recolhidos entre os meses de abril e maio de 2020. Mais detalhes sobre a metodologia da pesquisa e os demais resultados consultar o site: <http://mulheresnapanidemia.sof.org.br/> Acesso em: 10 nov. 2020.

que demandam atenção diferenciada, evidenciando que a casa é um espaço onde, para as mulheres, há a sobreposição de diferentes trabalhos. E a pergunta que nós temos feito e que queremos ampliar seus sentidos é “quem cuida de quem cuida?” Por que estamos apontando o “fique em casa” como um embuste, especialmente para as mulheres subalternas?

No mês de maio de 2020, com a primeira onda de avanço da pandemia no Brasil, o afastamento do trabalho por motivo de isolamento social entre as trabalhadoras domésticas chegou a 29% (PNAD COVID-19 nov/2020). Se cruzarmos os dados com o número de pessoas que foram afastadas sem remuneração, deflagra-se que a maioria das trabalhadoras domésticas foram afastadas compulsoriamente pelos seus patrões sem direito à remuneração. Com o passar dos meses, ficou evidente que a pandemia se estenderia por um longo período, sendo a taxa de afastamento em novembro de 2020, entre as trabalhadoras domésticas, de apenas 2,6%.

Os dados evidenciam o caráter basilar da transferência do trabalho doméstico e de cuidados das classes médias e burguesas para uma fração da classe trabalhadora em maioria feminina e negra. Essa transferência por um lado garante o funcionamento do mercado de trabalho, participando de parte imprescindível da produção da força de trabalho qualificada do país, por outro mantém o frágil equilíbrio da relação entre os gêneros nessas classes, sustentando os pretensos avanços dos “direitos” das mulheres (de algumas delas) no mundo laboral qualificado.

Se, de um lado, as mulher(es) passam a ser mais demandadas pelos trabalhos domésticos e de cuidados, uma vez que escolas e creches se encontram fechadas. De outro, o trabalho doméstico perdeu 1,7 milhões de postos.<sup>173</sup> Nesse contexto, vale questionar: quem cuida das crianças das mulher(es) que saem para trabalhar em tempo de distanciamento social e crise econômica?

As classes médias e burguesas puderam transferir aquela parte dos cuidados que cabia à instituição escolar para as

---

173 Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,trabalho-domestico-perde-1-7-milhao-de-postos,70003532299>. Acesso em: 23 jan. 2021.

trabalhadoras domésticas e cuidadoras e, ao mesmo tempo, contar com certa rede de apoio, ainda que precarizada pela ausência das avós incluídas nos grupos de risco da COVID-19. E quanto às filhas e filhos da classe trabalhadora?

E as crianças criadas por mães solas, em maioria negras, das quais 63% vivem com menos de R\$ 500,00 mensais, estando abaixo da linha da pobreza?<sup>174</sup>

Em São Paulo, por exemplo, a diferença da expectativa de vida de um bairro da zona sul, com alta concentração de renda, para um bairro da zona leste, de baixa renda, chega a 23 anos.<sup>175</sup> O quanto isso impacta na rede de apoio das mães periféricas?

Outro dado relevante para pensarmos nas redes de apoio às mulher(es) mães é a taxa de gravidez na adolescência. Das meninas entre 14 e 19 anos que tinham pelo menos um filho, 70% delas eram negras.<sup>176</sup> Enquanto as mulheres brancas e das classes médias puderam gozar, em muitos dos casos, da presença das avós em período de aposentadoria, as avós das jovens mães periféricas e negras ainda se encontram no mercado de trabalho ou pouco puderam desfrutar da aposentadoria, quando e se a alcançam, pois vivem menos que as mulheres das classes médias.

O caso do *assassinato* de Miguel, filho da trabalhadora doméstica Mirtes,<sup>177</sup> que foi colocado pela patroa sozinho em um elevador e enviado para a morte, enquanto sua mãe passeava com o cachorro da família, traz a brutalidade a qual milhares de crianças foram submetidas durante a pandemia de COVID-19.

Crianças sem a estrutura escolar, com queda nos rendimentos ou mesmo desocupação e desemprego de membros

---

174 Disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-renda-emergencial/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

175 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-morador-de-cidade-tiradentes-vive-em-media-23-anos-a-menos-que-o-de-moema-em-sp.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2021.

176 Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/para-as-mulheres/desigualdade-social-e-gravidez-na-adolescencia/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

177 Disponível em : <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/ela-deixou-meu-filho-em-perigo-diz-mae-de-menino-que-estava-aos-cuidados-da-patroa-e-morreu.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2021.

economicamente ativos de seus grupos familiares e com mães (e pais) sem direito ao afastamento remunerado do trabalho. Um quadro dramático para a infância, atentado direto contra os direitos e os avanços garantidos pelo ECA (Estatuto da Criança e do adolescente), que nos alerta para os riscos do aumento da desnutrição infantil, da violência física e sexual, da evasão escolar, da exploração do trabalho infantil, dentre outros tantos.

Concomitante, as trabalhadoras do sexo, desregulamentadas e sem direitos sociais, enfrentaram a baixa do mercado e o alto risco de contágio pelo coronavírus. Risco que foi ampliado entre as mulheres trans e travestis, uma vez que a prostituição é a atividade laboral exercida por 90% delas, segundo o levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). A associação destacou que o acesso à renda emergencial no ano de 2020 foi dificultado para as pessoas transgêneras, pois muitas delas possuem condições diferentes dos critérios priorizados pelo cadastramento, habitam em moradias coletivas e não possuem a formação familiar tradicional. De acordo com Benevides e Nogueira (2021), no *Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*: “Nossas pesquisas estimam que cerca de 70% da população de travestis e mulheres transexuais não conseguiram acesso às políticas emergenciais do Estado, devido à precarização histórica de suas vidas, chegando a ter perda significativa em suas rendas” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 9).

A dificuldade de acesso ao auxílio emergencial pela população trans expressa a condição de não-ser a qual tem sido submetida. Os sujeitos trans e travestis têm tido a pluralidade de suas subjetividades e experiências reduzidas às identidades impostas por uma sociedade organizada pela lógica de um patriarcado capitalista cisgênero, percebidas, exclusivamente, por meio das expropriações que lhes são impostas, que, muito mais do que lhes conferir existência legítima, funcionam como mecanismo de negar-lhes esse direito, confinando-as em um espaço de não existência. Nesse sentido, Amara Moira destaca:

[...] o não-nós buscou formulações verbais para destrinchar a metáfora “trans”, formulações que nunca fizeram jus à multiplicidade de existências abarcadas pela metáfora, insuficiência essa que, à medida que vamos nos fazendo notar e respeitar, cada vez menos pode ser alegada para defender que não existimos. (MOIRA, 2017, p. 367).

Do ponto de vista epistêmico, o saber produzido a respeito das pessoas trans, por pessoas cis, tem tido a função de articular discursivamente mecanismos de poder e controle sobre essas vidas, concebendo-as enquanto desviantes e alocando-as subalternamente, da forma menos conflitante possível, dentro das identidades socialmente construídas de feminilidade e masculinidade. Mas, Moira ressalta que esse processo não ocorre sem resistência, e que a organização política das pessoas trans tem por objetivo não apenas garantir o direito de existir desses sujeitos, mas também alargar as noções de mulheridade e homenzidade, de modo a comportar as pluralidades de existências experimentadas pelas pessoas trans (MOIRA, 2017).

Em tempos de pandemia é necessário retirar a venda, muito conveniente, que tem expurgado, de uma forma mais ampla, as trabalhadoras sexuais e, detidamente, as mulher(es) trans para os porões da vida societal, para a subcidadania. Conveniente, pois, enquanto o trabalho sexual remunerado expõe o trabalho sexual invisível e não remunerado realizado pelas mulher(es) dentro das relações sexuais-afetivas socialmente legítimas (FEDERICI, 2019), as mulheres trans põem em xeque a basilar biologização do vínculo sexo/gênero; suas existências deflagram tal falácia, demonstrando que tanto o sexo biológico quanto o gênero são socialmente construídos e, portanto, históricos, móveis e transitórios.

Enquanto a presença ausente do estado brasileiro, no que diz respeito às políticas voltadas para as trabalhadoras do sexo, tem posto combustível na política da morte em curso dessa parcela da população, formas organizativas tais como a CUTS (Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais) e ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), entre outras, têm se articulado tanto na dimensão dos direitos e da assistência quanto na dimensão científica, sendo fontes

importantes de produção de dados e conhecimento, ocupando o vácuo deixado pelo estado que não produz políticas públicas e conhecimento para e sobre essas mulher(es).

Soma-se às violências física e sexual as precárias condições materiais e subjetivas vividas pelas trabalhadoras domésticas e sexuais no Brasil e intensificadas na pandemia. Com a pandemia de COVID-19, ocorreu o aumento da violência contra a mulher já no primeiro final de semana após os decretos estaduais propondo o distanciamento social, assim, a violência doméstica é realidade presente para muitas mulher(es).

O feminicídio é a face mais cruel da violência estrutural machista, que ceifa a vida de pessoas pelo simples fato de serem mulher(es). Em contexto de isolamento, as mulher(es) trabalhadoras no Brasil viram-se ainda mais vulnerabilizadas, tendo as suas vidas ainda mais ameaçadas. Ao menos, seis mulher(es) foram assassinadas por ex-companheiros no feriado do Natal de 2020, ano no qual os feminicídios cresceram quase 2% no primeiro semestre, totalizando 648 casos segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.<sup>178</sup>

A situação do feminicídio de trans e travestis durante a pandemia é ainda mais dramática. Segundo dados da ANTRA, em 2020, o número de assassinatos de pessoas trans no Brasil aumentou 41% (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Em seu boletim do mês de novembro, a Associação destacou que “Até o dia 31/10/2020, todas as 151 pessoas assassinadas expressavam o gênero feminino, sejam travestis ou mulheres trans. Nos chamando atenção para recorrentes casos em que o ódio à identidade de gênero se faz presente, nos trazendo reflexões sobre a violência de gênero como fator relacionado a essa violência” (ANTRA, 2020, s/p.).

Embora não possua dados estatísticos, houve um significativo aumento da violência contra as trabalhadoras sexuais nesse período. Por um lado, a vulnerabilidade econômica expôs ainda mais a violências e violações por parte de cafetões e clientes, por outro, como algumas reportagens apontaram, vistas

---

178 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-29/mulheres-enfrentam-alta-de-feminicidios-no-brasil-da-pandemia-e-o-machismo-estrutural-das-instituicoes.html>. Acesso em 24 jan. 2021.

como “propagadoras do vírus”, elas também foram vítimas do Estado, de batidas policiais e de fechamentos de hotéis nos quais exercem seus trabalhos.<sup>179</sup>

A pandemia do novo coronavírus demonstrou que no Brasil há também outras “pandemias” que alguns grupos sociais enfrentam todos os dias e que foram agravadas com a disseminação do coronavírus. Só no segundo bimestre (mar/abr) de 2020 “o número de casos para o ano apresentou um aumento assustador de 68%, quando foi de 38 para 64 registros (+28 casos)” (ANTRA, 2020, s/p.).

A violência institucionalizada atinge muitas mulher(es) trans e travestis que são constantemente discriminadas nos serviços públicos prestados no atendimento em condições de violência. As mulher(es) trans são sujeitos que têm tido sua existência vilipendiada, sendo alvos constantes de uma necropolítica que articula o ódio ao feminino com a transfobia, essa necropolítica em curso foi intensificada nesse período.

É importante ressaltar que os dados devem ser tomados com cautela, pois a subnotificação das denúncias é recorrente e se intensifica com a pandemia, fato que dificulta ainda mais a visibilidade da situação.

## Considerações finais

A violência contra as mulher(es) é estrutural à acumulação capitalista, funcionando como modo de disciplinamento de nossa força de trabalho que mesmo quando (sub)remunerada permanece carregando a marca do não assalariamento. A pandemia da COVID-19 intensificou a exploração e expropriação das trabalhadoras domésticas e sexuais remuneradas e não remuneradas, ao mesmo tempo em que lançou luz para o caráter essencial desses trabalhos.

Ao olharmos para os trabalhos (sub)remunerados sexuais e domésticos encontramos importantes pistas para avançar na

---

179 Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/07/12/para-sobreviver-profissionais-do-sexo-se-arriscam-na-pandemia-e-voltam-a-trabalhar-em-belo-horizonte.ghtml>. Acesso em: 24 jan. 2021.

compreensão de sua ancoragem no trabalho invisível e não remunerado. Instituições sociais como o casamento, a maternidade e o amor romântico estruturam a realização desses trabalhos essenciais para a acumulação capitalista tanto na dimensão privada e, portanto, não remunerada, quanto em sua dimensão pública e remunerada. Ao ser percebido como uma atividade intrínseca à condição feminina, não sendo os cuidados, em um sentido amplo, percebidos de fato em sua dimensão laboral e, portanto, social.

A lógica colonial que atravessa o norte e o sul global faz com que os trabalhos de cuidados sejam profundamente impactados pela racialização. No Brasil, a herança escravocrata e colonial, como tentamos oferecer alguns apontamentos, os trabalhos de cuidados encontram-se interseccionalmente estruturados pela genderização e pela racialização.

Seja em sua dimensão não remunerada ou (sub)remunera não é amor, é cilada capitalista, patriarcal, racista e heterocisnormativa.

## **Referências**

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (orgs.). **Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais**

**brasileiras em 2020.** São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021.

BERG, Tábata. Ser-outra: algumas inversões teóricas sob uma perspectiva feminista e decolonial. *Izquierdas*, Santiago, n. 50, fev./mar., 2021. **Cadernos de Agroecologia** - ISSN 2236-7934 – Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, v. 15, n. 3, 2020.

ANTRA, Boletim Nº 05/2020 - 01 de janeiro a 31 de outubro de 2020. **Assassinatos contra travestis e transexuais brasileira em 2020.**

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Jandaíra, 2020.

DIEESE, Boletim Especial 8 de Março, **Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: velhas desigualdades e mais precarização,** 2022.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo: Elefante, 2019 [2012].

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. *In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Lélia Gonzalez: Por um feminismo afrolatino-americano.* São Paulo: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019 [2008].

MIES, Maria. **Patriarchy & Accumulation on a Word Scale: women in the international division of labor.** New York: Zed Book, 1998 [1986].

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 25, jan.-abr., 2017, pp. 365-373.

RAGO, Luzia Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e**

codigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 1990. 2v. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325802>. Acesso em: 20 jan. 2021.

REDE PENSSAN (org.). **VIGISAN: insegurança alimentar e covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 08 mar. 2022.

## Sorriso frouxo eu sou o meu lugar

Lívia Corrêa<sup>180</sup>

De aconchego de energia escandalosa  
Moradia de mim, ainda que o eu não seja  
senhor da própria casa. Convivemos a  
três. A história do meu corpo, meu  
sintoma mais genuíno, minha  
embarcação. Corte na carne, esteja vivo,  
nada é seguro. Só navegar é preciso,  
viver, não. Salta, menina! A poça,  
de paraquedas, sem medo de se  
esborrachar. Acaricia a sua pele. Cuide  
da sua casa. (Re) invente, viva,  
signifique, luza, descubra. Sem vergonha  
de aprender. Goze.

---

180 Lívia Barbosa Corrêa, Psicóloga/Psicanalista/escritora, graduada pela Universidade Federal Fluminense, pós-graduada em Psicologia Hospitalar pela Universidade Veiga de Almeida, mestre em Psicanálise (UERJ).

# É PRECISO IMAGINAR NOVOS MUNDOS

Alice de Araujo N. Pereira <sup>181</sup>

Bárbara Breder Machado <sup>182</sup>

Olívia de Melo Fonseca <sup>183</sup>

Tábata Berg <sup>184</sup>

A reunião desta rede de pesquisa, apoio, trocas e afetos foi potencializada em meados de 2020, durante a pandemia da COVID-19. O cenário estava posto e propício para que nós mulheres nos sentíssemos mais solitárias, sobrecarregadas e de frente para o turbilhão. Turbilhão este que mata pelo vírus, mas mata mais pela necropolítica, termo tão em voga. Tal qual poetizou João Cabral de Melo Neto, eram/são tempos de morte matada, e não de morte morrida, infelizmente. Ouvindo ecoar

---

181 Professora DE inglês no Instituto Federal Fluminense - *Campus* Macaé e doutora em Estudos Literários pela UFF.

182 Mãe solo de Alice. Professora do Departamento de Psicologia ESR/UFF Doutora e mestre em Ciência Política. PPGCP/UFF Pós-doutorado em Psicologia PPGP/UFF. Coordenadora do Laboratório de Psicanálise Política, Cultura e Estudos de Gênero. LPPCEG/UFF.

183 Doutora em Estudos Literários pela UFF. Professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação e coordenadora dos projetos NUGEDIS (Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade) e LITERATURA EM EXPANSÃO (Estudantes do IFFluminense, *Campus* Macaé, enquanto protagonistas de ações que envolvem recepção, produção, publicação, edição e circulação de literatura) do IFFluminense, *Campus* Macaé.

184 Mãe do Antônio desde 2016. Doutora pelo Programa de pós-graduação em Sociologia IFCH/UNICAMP. Pesquisadora colaboradora no Grupo de Pesquisas Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses GPTM/UNICAMP. Endereço eletrônico: tabataberg@yahoo.com.br.

outro verso <sup>185</sup> do mesmo célebre poeta, de que uma manhã se tece em coletivo, estas mulheres trataram de gritar, apanhar o grito uma das outras, lançar à frente, uma e outra e uma vez mais, aqui e acolá e, assim, põem-se a entretecer esta grande teia, tecida através de muitas mãos na tessitura dos basti(dores) da escrita que ganha forma de livro.

Com as crônicas das mortes anunciadas (parece ficção, mas não é), cada integrante deste grupo, que ainda não existia, percebeu que os corpos que estariam na linha de frente do combate ao coronavírus tinham gênero, raça, classe, entre outros marcadores de opressão e subalternização. Seja com o cuidado para com o outro fora de casa, na área da saúde, por exemplo, seja com a insegurança diante do crescente índice de violência doméstica, seja com o aumento do trabalho doméstico e de cuidado para com os nossos, nós mulheres, dentro de nossas *posicionalidades*, vimos e vemos a morte mais de perto.

Com o nosso grupo de mulheres pesquisadoras, acadêmicas, não foi diferente. A fim de ilustrar a disparidade de gênero entre nossos pares, muitas de nós, mães solo, tivemos que trabalhar duro para conseguir dar conta do trabalho *home-office*, do trabalho doméstico e do cuidado para com as nossas e os nossos filhas e filhos, mães e pais, avôs e avós. Afinal, a

---

185 *Tecendo a Manhã*, de João Cabral de Melo Neto

1

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.

2

E se encorpando em tela, entre todos,  
se erguendo tenda, onde entrem todos,  
se entretendendo para todos, no toldo  
(a manhã) que plana livre de armação.  
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

produtividade, inclusive a acadêmica, não pode parar nem em tempos tão tenebrosos. A saída para a angústia e para a perlaboração de tantos lutos tinha que ser coletiva. Pouco a pouco, fofocando – não no sentido depreciativo que esta palavra traz, mas no sentido de *gossip* explicado por Silvia Federici, de solidariedade que a amizade entre mulheres potencializa –, a nossa rede foi se entrete(ce)ndo. E nossos corpos, antes desconectados, solitários e despotencializados, foram se tornando cada vez maiores, na articulação de nossas histórias, reflexões e na associação para a produção acadêmica. Fizemos corpo para além de nós, o nos deu a exata medida de nossa potência quando não andamos sós.

O resultado para tantos fios soltos no início é o bordado – é o “ventilar o coração”, como nos conta Marjane Satrapi em sua HQ *Bordados* – deste livro de agora que aponta para a comunidade por vir que desejamos e, fofocando, bordando, continuamos a resistir e existir por fiá-la.

Nossas forças nascem e renascem do barro, do grito mudo, das gargalhadas altas demais, das fofocas tomadas com café, das lágrimas salgadas que regam nossos jardins, que nem sempre são belos, mas são nossos. No meio do turbilhão, decidimos plantar nossa horta coletiva. Debruçamo-nos sobre as obras escritas e vividas por Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Débora Diniz, Angela Davis, Audre Lorde, Silvia Federici, bell hooks e tantas outras que nos dão fôlego para tecer a escrita dessa obra, catar caquinhos e, com eles, fazer fortaleza em mosaico, costurar uma colcha de retalhos, um diálogo, um debate acadêmico e um manifesto, em um gesto de “esperançar”, como colocou Paulo Freire.

A pandemia denunciou a exploração da natureza e resultou em vulneráveis ainda mais à margem: os povos indígenas na América Ladina; a racializada classe trabalhadora estadunidense; as refugiadas; as camponesas; as mulheres por todo o planeta, isoladas em lares que podem aniquilá-las. Como já vinha nos alertando a cosmologia indígena desde os seus primeiros contatos com os homens brancos e com sua forma de (des)conhecer, *a queda do céu é iminente* (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

É preciso reinventarmos, portanto, uma nova forma de vida, como clama Ricardo Antunes em *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado* (2020), na qual caiba a multiplicidade ontológica e epistemológica. Forma esta cuja pluralidade do conhecer nos permita *sonhar* relações mais sensuais, no sentido evocado pelas feministas comunitárias – eróticas, como chamou Audre Lorde –, entre as seres-*humanas* e o planeta.

A epistemologia moderna ocidental – ancorada no modo de ser capitalista, com sua reificação cognitiva, pois também material dos mundos e de seus povos, corpos e mentes – tem condenado ao epistemicídio tudo o que não é à sua “imagem e semelhança”. Contudo, a cada dia, torna-se mais evidente que essa imagem, a despeito de todo o verniz da racionalidade universal e civilizatória, é a pura barbárie. Para superá-la, como defendeu Linda Alcoff, é preciso desenvolver uma “epistemologia para a próxima revolução”. Por ora, “vivendo, partindo e (re)partindo”,<sup>186</sup> desejamos que este livro seja uma modesta contribuição diante dessa necessidade.

---

186 Referência à canção “É tudo pra ontem”, de Emicida.

## Referências

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. Brasília: **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1. Janeiro/Abril, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **CORONAVIRUS: O trabalho sob fogo cruzado** (e-book). São Paulo: Boitempo, 2020.

CABNAL, Lorena. A recuperação do corpo como território defesa. Entrevista Juliana Bittencourt. Revista **Geni**, 2015. Disponível em: <http://revistageni.org>. Acesso em: 02 fev. 2021.

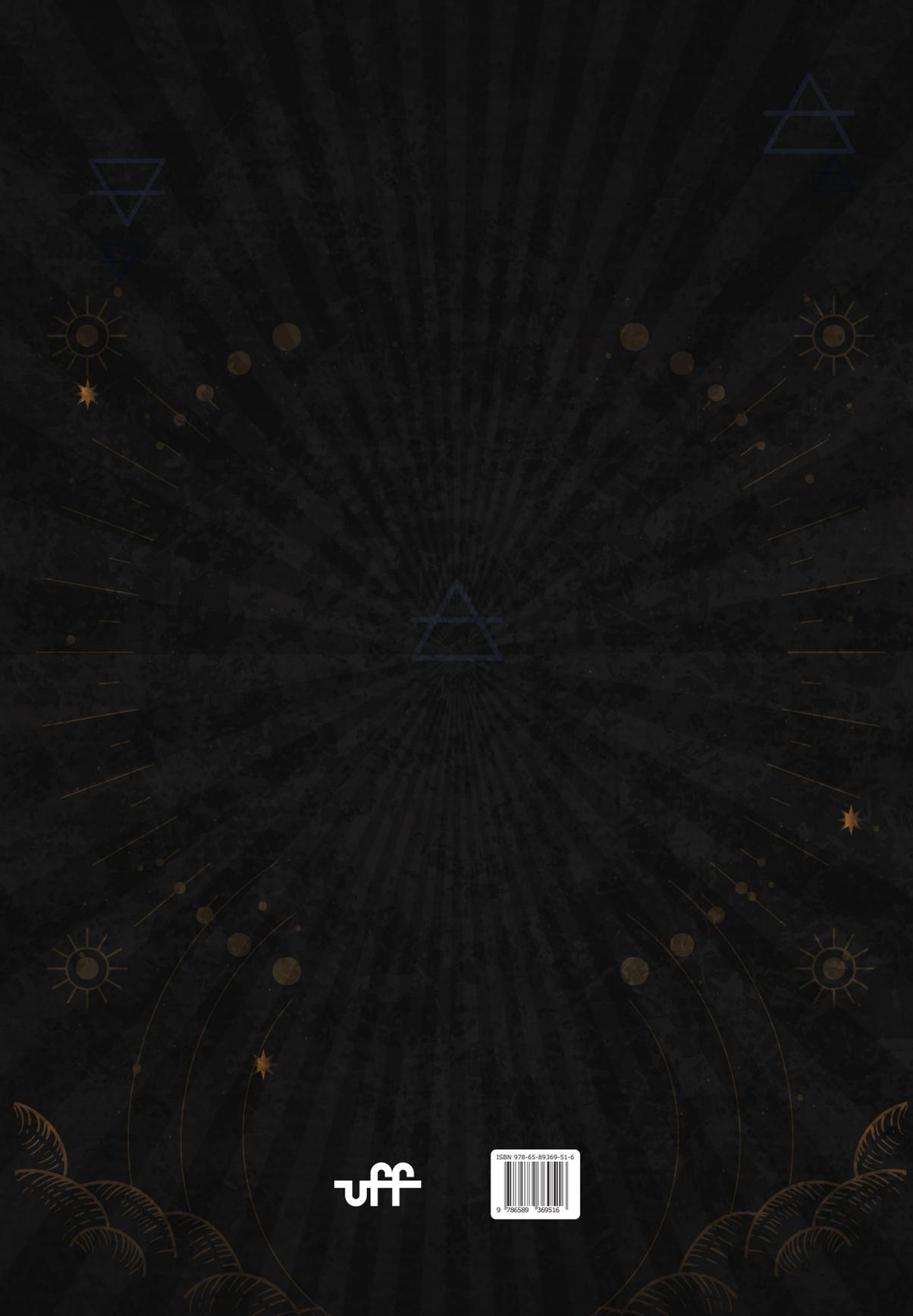
FEDERICI, Silvia. **A HISTÓRIA OCULTA DA FOFOCA: mulheres, caça às bruxas e resistência ao patriarcado**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019 [1984].

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SATRAPI, Marjane. **Bordados**. Tradução de Paulo Werneck. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



uff

